

revista

movimento

crítica, teoria e ação

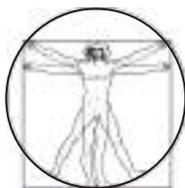
ano 6. nº22-23. jul./dez. 2021.



*Edição Especial - VII Conferência
Nacional do MES e Dossiê Internacional*

revista
movimento
crítica, teoria e ação

ano 6. n°22-23. jul./dez. 2021.



Editora
Movimento

Editores	Etevaldo Teixeira Roberto Robaina
Responsável	Movimento Esquerda Socialista
Coordenação editorial	Israel Dutra e Thiago Aguiar
Projeto gráfico	Adria Meira
Capa e diagramação	Vittorio Audi Poletto
Foto de capa	Erick Andrade
Traduções	Alain, Geffrouais, Bruno Magalhães, Isabelle Ottoni e Pedro Micussi
Periodicidade	Trimestral 22ª e 23ª edições. Ano 2021.

Autores que contribuem nesta edição: Danilo Serafim, Executiva Nacional do MES, Ian Rappel, Israel Dutra, Jeremy Gong, Marcela Durante, Martin Empson, Maximillian Alvarez, Michael Roberts, Mulheres do MES, Nathália Bittencurt, Negritude do MES, Pierre Rousset, Rigler da Costa Aragão, Secretariado Nacional do MES, Silvia Guerreiro, William I. Robinson

Movimento : crítica, teoria e ação / Movimento Esquerda
Socialista. ano 6, v.1, n.22-23 (jul.2021 - dez.2021) .
Porto Alegre : Movimento, 2021.

Trimestral.

ISSN 2448-1491

1. Marxismo Brasil. 2. Marxismo Mundo.
3. Socialismo. 4. Política Brasil. 5. Política
Internacional. — —

CDD 335.4

Ficha catalográfica elaborada por Fernanda Melchionna e Silva
CRB10/1813

Editora Movimento
Rua Bananal, 1679, Bairro Arquipélago
90090-010 - Porto Alegre-Rio Grande do Sul - Brasil

Impresso no Brasil
2021

Índice

Apresentação <i>Thiago Aguiar</i>	7
VII Conferência Nacional do MES	9
VII Conferência do MES: desafios de um período de transição <i>Israel Dutra</i>	11
Relações e tarefas internacionais do MES <i>Executiva Nacional do MES</i>	17
O PSOL e o desafio de construir uma esquerda contra a ordem, independente e anticapitalista <i>Secretariado Nacional do MES</i>	37
Contribuição das mulheres à VII Conferência Nacional do MES <i>Mulheres do MES</i>	65
Contribuição para a VII Conferência Nacional: a centralidade da luta antirracista <i>Negritude do MES</i>	71
Um balanço do VII Congresso do PSOL <i>Executiva Nacional do MES</i>	75
Dossiê Internacional	85
China, novo imperialismo emergido <i>Pierre Rousset</i>	87
Visões sobre a China <i>Michael Roberts</i>	99
Nicarágua, um desafio para a esquerda internacional <i>Maximillian Alvarez e William I. Robinson</i>	111

A organização do local de trabalho ainda é crucial para o movimento socialista <i>Jeremy Gong</i>	133
Para além dos nossos números: um argumento socialista sobre população e o ambiente <i>Martin Empson e Ian Rappel</i>	145
Vários	187
Uma perspectiva anticapitalista da COP26: é hora de mudar o sistema em defesa da soberania alimentar, dos povos de rios, das florestas e da vida! <i>Marcela Durante e Silvia Guerreiro</i>	189
Amazônia espoliada <i>Rigler da Costa Aragão</i>	197
As revoltas escravas no Brasil e as influências da Revolução do Haiti <i>Danilo Serafim</i>	227
A marcha da FNL levantou uma bandeira vitoriosa <i>Israel Dutra e Nathália Bittencurt</i>	247

Apresentação

Thiago Aguiar¹

Esta é uma edição especial da *Revista Movimento* (n. 22-23), dedicada a compartilhar os debates da VII Conferência Nacional do MES, realizada no final de novembro de 2021. Por isso, abrimos este número com um artigo de Israel Dutra fazendo um balanço da conferência e, na sequência, publicamos documentos debatidos durante a reunião: documentos internacional e nacional, assinados pelos organismos nacionais da corrente; contribuições de mulheres e da negritude do MES; e um balanço do último Congresso do PSOL.

Também publicamos nesta edição um dossiê internacional debruçado sobre importantes debates contemporâneos: dois artigos, respectivamente, de Pierre Rousset, dirigente da IV Internacional, e de Michael Roberts, economista marxista britânico, têm como foco a China; uma entrevista do sociólogo William I. Robinson para Maximillian Alvarez trata da reeleição de Daniel Ortega à presidência da Nicarágua, da crise nesse país e da necessidade de que a esquerda socialista internacional denuncie a escalada autoritária do regime, com suas prisões, proscricções políticas, tortura e assassinato de opositores; Jeremy Gong, militante do *Democratic Socialists of America* (DSA), assina um artigo sobre o papel da organização da classe trabalhadora no atual cenário estadunidense; por último, um artigo de fôlego de Martin Empson e Ian Rappel, militantes do *Socialist Workers Party* (SWP) britânico, trata da crise ecológica e do ambientalismo de um ponto de vista marxista.

Encerrando este número, publicamos artigo das companheiras Marcela Durante e Silvia Guerreiro sobre a COP26, conferência recentemente realizada em Glasgow (Escócia); um artigo de

¹ Doutor em Sociologia (USP).

fôlego de nosso companheiro Rigler da Costa Aragão, professor da Unifesspa, sobre a espoliação da Amazônia; um artigo do camarada Danilo Serafim, da direção do MES e da TLS, sobre as revoltas escravas no Brasil e a influência recebida da Revolução no Haiti; e, por fim, um informe de Israel Dutra e Nathália Bitencurt sobre a realização da marcha da Frente Nacional de Luta – Campo e Cidade (FNL) no mês de novembro.

Boa leitura!

VII Conferência Nacional do MES

VII Conferência do MES: desafios de um período de transição

Israel Dutra¹

Nos dias 26, 27 e 28 de novembro, em formato virtual, realizamos a VII Conferência Nacional do MES. Precedida de um amplo debate político que se iniciou ainda nos espaços de construção da tese para o Congresso do PSOL, a Conferência foi um passo à frente, para delinear os elementos políticos e estratégicos para todo um período. Na presente edição da Revista Movimento, publicamos, ainda no formato inacabado, alguns dos documentos apresentados para o debate.

Uma abertura que expressou nosso avanço

O ato de abertura, vibrante, representou todo o nosso avanço no último período. Nossa política de reagrupamento com setores revolucionários envolveu três dimensões que se fizeram presentes de forma viva: o PSOL, nossas relações internacionais e a aliança que estamos construindo com os camaradas da Frente Nacional de Lutas – Campo e Cidade (FNL). Tivemos diversas presenças internacionais, representantes da maior parte das correntes do bloco de esquerda do PSOL e os dirigentes nacionais da combativa FNL.

O ato foi aberto pelo eurodeputado espanhol e membro da IV Internacional Miguel Urbán, e contou com as intervenções de Alex Callinicos, dirigente do SWP da Grã-Bretanha, Marrom, dirigente da FNL, além de representantes das correntes Alternativa Socialista, Ação Popular Socialista, Construção Socialista, Luta Socialista, Comuna, além de Milton Temer, Franklin Oliveira, do coletivo de independentes da Bahia que tem atuado com proximidade conosco, e Elze Fachinetti, presidenta do PSOL baiano.

¹ Sociólogo, secretário-geral do PSOL, membro da Direção Nacional do partido e do Movimento Esquerda Socialista (MES).

Também intervieram nossos camaradas de Súmate-Peru, companheiros que são parte da ala esquerda do DSA estadunidense, Jose Luiz da CSR mexicana e Gil Garcia do MAS português. Nossos companheiros do NPA francês enviaram uma carta, lida em nosso ato.

Nos momentos finais, Diolinda Souza, da Coordenação Nacional da FNL, e Glauber Braga, pré-candidato à presidência, representando o bloco de esquerda do PSOL. A última fala foi uma gravação especial de Don Esteban Volkov, neto de Leon Trotsky, agradecendo a relação e o apoio do MES nos últimos anos à Casa Museu Leon Trotsky. O ato lembrou a memória de Tito Prado, nosso dirigente internacional e liderança histórica da esquerda peruana, e Luiz Fernando Souza Santos, intelectual militante do MES e do PSOL no Amazonas, ambos vitimados pela Covid-19.

A presença internacional, a pluralidade dos 43% dos delegados reunidos pelo bloco de esquerda no Congresso do PSOL e a aliança com os lutadores da reforma agrária e urbana da FNL são a síntese de nossos avanços no último período. E a abertura já indicou, para o conjunto da militância e de nossos simpatizantes, o tamanho dessa expansão, em quantidade e qualidade.

Os debates políticos: reagrupamento, programa e esquerda fora da ordem

No sábado, nossa conferência iniciou-se debatendo o documento internacional, com a presença de vários convidados que contribuíram para o debate, muitos dos quais já haviam se manifestado no dia anterior durante a abertura. Além disso, participou Éric Toussaint, do Bureau da IV Internacional. Notou-se uma participação importante dos companheiros dos Estados Unidos. Vamos seguir acompanhando o processo do Peu e debatendo nos espaços da IV, além de acelerar o intercâmbio entre quadros e países. Também vamos seguir e aprofundar a relação com o Museu Leon Trotsky, numa colaboração ainda mais estreita. Além

disso, reiteramos a necessidade de ganhar e formar os quadros e militantes do MES para uma perspectiva internacionalista. A publicação do livro *Setenta anos de lutas e revoluções na América Latina*, de Pedro Fuentes, já é parte desse esforço concentrado.

A segunda parte da conferência foi dedicada à situação política nacional, com a apresentação dos documentos de contribuição da negritude, de mulheres, e os informes sindicais e da juventude. Em seguida, foi apresentado o documento sobre situação nacional e localização do PSOL. Esse foi um dos pontos altos da conferência, com uma rica discussão. Desde a chegada de Bolsonaro ao governo, temos tomado como centro da tática a unidade de ação, mas lutando pela construção de um polo independente. Assim foi em nossa aposta nas principais lutas do período Bolsonaro: “Ele não”, “tsunami da educação”, luta antifascista e antirracista e as últimas manifestações em 2021, em centenas de cidades, pelo “Fora, Bolsonaro”. Também foi assim em nossa construção a favor do impeachment, que logrou mais de um milhão de assinaturas de apoio, pautando a sociedade. O trauma vivido com a pandemia deixou profundas marcas na sociedade brasileira e uma avançada experiência com Bolsonaro (que ainda conserva uma importante parcela do eleitorado e apoio em setores sólidos), abrindo um novo panorama para os próximos anos.

Com o atual cenário, com todas as pesquisas apontando a presença de Lula no segundo turno e com as demonstrações da cúpula petista de que fará uma aliança com setores da burguesia e da política tradicional (cogitando-se inclusive Geraldo Alckmin para vice-presidência), reafirmamos a necessidade de o PSOL ter voz própria no primeiro turno e, mais ainda, a centralidade da questão programática. Isso é parte da batalha, que passa pela tática eleitoral, mas é, sobretudo, uma questão estratégica, com a defesa de que o PSOL seja independente e não ingresse num eventual governo Lula.

A necessidade estratégica da construção de um programa,

para ser base do que chamamos de uma esquerda por “fora da ordem”, é fundamental para também enfrentar o fascismo e a desilusão gerada pelos governos de conciliação de classes.

A VII Conferência do MES foi um triunfo

Na etapa final, durante o domingo, colocamos em tela os desafios de nosso crescimento, a partir da orientação e do balanço de atividades. Quase quatro anos após a última conferência, de abril de 2018, tivemos êxitos no plano político, parlamentar e de construção. Elegemos mandatos em 2018 e 2020; em 2019, estivemos à frente do “tsunami da educação”, com peso real na juventude; em 2021, construímos fusões que concluímos agora com a TLS, o Barulho (DF), o Coletivo 1º de Maio, e o setor dos Anticapitalistas de Campinas.

Na luta do PSOL, avaliamos como fundamental a disputa estratégica do projeto e do programa do partido. Nossa campanha congressual, além de estabelecer laços maiores com o bloco de esquerda, que teve 43% dos votos, chegou a muito estados. Estamos à frente de quatro diretórios: Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Paraná e Tocantins. No período de pré-conferência, agrupamentos políticos de Goiás e Amazonas também se incorporaram ao MES.

Definimos que estamos num “período de transição”, que vai percorrer todo o ano de 2022. Nesse cenário, queremos seguir disputando um projeto político para a esquerda anticapitalista, com a necessidade de reeleição das nossas parlamentares, que será um dos desafios prioritários. Outro desafio é atender os mais de 10.500 filiados do PSOL que votaram e compartilharam das nossas teses, além de seguir fortalecendo as ferramentas de luta que construímos no movimento de massas: TLS, Juntos, Juntas, Emancipa, FNL, além de avançar na auto-organização da negritude (com a votação de um plano a respeito), e na pauta ecossocialista.

Queremos dar um salto na *Revista Movimento*, na atividade de formação e propaganda; seguir colocando o internacionalismo no centro de nossas preocupações e dar passos para avançar num reagrupamento entre socialistas, defendendo o projeto original do PSOL. E, como sempre, com nossos destinos atados aos rumos da luta de classes em nosso país.

Votamos uma nova Coordenação Nacional – mais ampla, diversa e representativa, e uma nova Executiva Nacional do MES. Também avançamos na formalização de nosso estatuto, o que fortalece ainda mais a nossa organização. Publicamos, a seguir, os principais textos da Conferência, optando por manter a redação original, ainda que seja inicial, a ser enriquecida pela redação final nos espaços de direção do MES.

Relações e tarefas internacionais do MES

Executiva Nacional do MES

Este texto começa com uma breve análise para desenvolver melhor algumas relações e tarefas internacionais em nossa VII Conferência. Esta análise, ainda de alcance limitado, é o ponto de partida para chegarmos a um documento mais político com vistas à reunião do CI da IV, a ser realizada em fevereiro de 2022.

I – Traços gerais da situação internacional

1) Uma contradição central

A situação mundial está dominada por uma contradição que atravessa o conjunto dos fenômenos que ocorrem no mundo: há uma crise multidimensional do sistema capitalista como um todo e, ao mesmo tempo, há uma crise de alternativas antissistêmicas; ou seja, uma crise do programa e da consciência socialista, que se confronta diante da dimensão da crise capitalista. Isso aparece com força na máxima de que “às vezes, parece mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo”. Uma contradição que se arrasta ao longo dos anos e recoloca com mais força a disjuntiva de Rosa Luxemburgo “socialismo ou barbárie”. Sabendo que é difícil termos um prognóstico sobre o futuro, o que apostamos é que, diante do aprofundamento da crise, existem e se desenvolverão mais condições para construir essa alternativa. A política do MES, seja no plano internacional ou nacional, é apoiar com todas as forças a construção de uma alternativa ao capitalismo.

2) O mundo pós- pandemia

Há quase dois anos, a pandemia da Covid-19 transformou por completo a vida social. A geração presente não tinha acompanha-

do um fenômeno sanitário tão geral, sincronizado e mundializado. Com altas taxas de subnotificação, os dados da OMS falam em cerca de 250 milhões de casos, com quase cinco milhões de pessoas mortas pelo vírus. A quarentena, a retração econômica e uma mudança geral de comportamento dominaram o cenário internacional de alguma forma. Estamos apenas começando uma nova fase, na qual a pandemia aparece mais controlada, ainda que tenhamos novas ondas e repiques.

As consequências desse evento de grande magnitude serão sentidas ainda por muito tempo (mudanças com efeitos permanentes no mundo do trabalho, como as plataformas digitais, na circulação entre as fronteiras e no aumento da desigualdade). É possível afirmar que se demonstraram, para amplas massas, alguns elementos como os efeitos das desigualdades (a concentração de riquezas e o aumento no número de bilionários e de sua riqueza), a necessidade da universalização da saúde (o reforço de sistemas como o SUS brasileiro, o cubano e o NHS britânico), além da expansão de novos tipos de teletrabalho. Estamos apenas começando a debater os efeitos desses novos processos.

3) Crise civilizatória e multidimensional

Existem várias crises combinadas, que voltam a aparecer ainda com mais força nesse mundo pós-pandemia.

3.1) A crise ecológica

A crise ecológica já deixou danos irreparáveis pelo desenvolvimento de forças destrutivas. Desde os anos 1970, aproximadamente, o desenvolvimento de novas forças produtivas (entre as quais a revolução tecnológica e na comunicação) deu-se conjuntamente com forças destrutivas, como consequência da falta ou impossibilidade de autorregulação no capitalismo, que desenvolve sua atividade pelo lucro.

O aquecimento global pela emissão de CO₂, com o uso de

combustíveis fósseis que não foram substituídos; pelo contrário, expandiu-se sua extração e uso, tornando-os os maiores causadores dessa destruição. A burguesia mundial tenta autolimitar os danos com a busca de energias renováveis e impondo limites nas emissões de gás carbônico, mas há muitas dificuldades para alcançar tal objetivo. Uma dificuldade é provocada pelos próprios setores negacionistas no interior das frações da burguesia e de seus agentes políticos, como Trump e Bolsonaro.

Por outro lado, há o problema do início de uma nova Guerra Fria entre EUA e China, o que cria grandes contradições que dificultam um acordo mínimo nesse terreno. E, por último, as dificuldades criadas pela própria estrutura de produção do capitalismo. Podemos citar as discussões ao redor do plano LEAF do governo Biden, para a redução da emissão de gases estufa, que chegou a cogitar produzir 50% dos carros na modalidade elétrica até 2030. Há só um consenso (por enquanto no papel) entre as potências mundiais: limitar a emissão de CO₂. Mas há um caminho cheio de contradições para realizar essa intenção, difícil de resolver dentro do sistema, já que sua solução é transformar o modelo de produção e de organização para ter uma nova comunicação, um equilíbrio, do homem com a natureza.

Os efeitos da crise ambientais já são visíveis e sentidos em todo o mundo. Houve vários exemplos recentes: as altas temperaturas no Canadá; enchentes e destruição na Austrália; tempestades de areia em várias partes do mundo; crise energética e de abastecimento de combustíveis, além de inflação de seus preços; entre muitos outros.

3.2) A crise econômica crônica

A concentração do capital, o aumento da pobreza e o domínio do capital financeiro chegaram a seu paroxismo. Desde os anos 1970, ocorre uma crise de crescimento da economia capitalista global. Desde então, ocorreram várias crises, a mais aguda das

quais em 2008. As crises anteriores do capitalismo foram resolvidas mediante a destruição de capitais com as guerras em 1914 e 1939. Agora, tal possibilidade é mais difícil de ser assumida, já que uma guerra com armas atômicas afetaria grande parte da humanidade com dramáticas e imprevisíveis consequências para a vida no planeta.

Ao mesmo tempo, somam-se diariamente novas dificuldades no horizonte, como se vê com a desaceleração da locomotiva chinesa e com riscos de novas crises, como o estouro de uma nova bolha imobiliária no setor imobiliário com a crise da Evergrande. Há agora alguma transformação nas forças produtivas que possa relançar a economia? A revolução tecnológica das últimas décadas não conseguiu fazê-lo.

3.3) A crise “orgânica” dos regimes políticos

Nos diversos países, há uma forte crise dos regimes democrático-burgueses, o que aparece com surpresas eleitorais, fenômenos por fora dos tradicionais partidos majoritários, descredenciando pesquisas e sondagens de opinião. Apontam nessa direção fenômenos tão diferentes como Trump, Brexit e quedas de governos. Trata-se de uma situação que guarda similaridades com o conceito de Gramsci de “crise orgânica”, quando se rompem os traços mais tradicionais entre representantes e representados. Como respostas a essa recorrência de crise, há o crescimento de um setor burguês autoritário de ideologia regressiva e negacionista. Essa fração nutre-se da crise e da incapacidade da burguesia mundial e dos regimes políticos com os quais tradicionalmente governou. Ao mesmo tempo, vê-se o crescimento da insatisfação social e a decepção de setores de massas com as políticas dos governos e a ausência de uma alternativa anticapitalista com peso social como consequência da crise do programa e do modelo socialista.

4) O caos geopolítico

Há uma crise no regime de dominação mundial, produto da ruptura com a ordem mundial do pós-guerra. Não há forma estável da dominação internacional, mas uma situação cronicamente caótica. Como bem definiu Pierre Rousset, “alguns imperialismos tradicionais continuaram seu declive, enquanto novos poderes capitalistas se consolidaram por si mesmos, aumentando suas rivalidades geopolíticas. Em muitos países e regiões, a violência universal dos ditames neoliberais deu lugar à decomposição do tecido social, às crises agudas de regime, e evidentemente aos levantes populares, mas também ao perigoso desenvolvimento contrarrevolucionário (...)”. Não há um imperialismo ou um acordo mundial, como o de outrora entre Estados Unidos e Rússia, que domine claramente. Há desordem e confrontação entre EUA e China que se intensificam, de cujo resultado não sairá um vencedor, além de criar mais desordem mundial. A política do imperialismo sob Biden tem dado um passo significativo nessa confrontação com disputas do Cáucaso ao Pacífico Sul. Outros exemplos do caos geopolítico podem ser visto na forma da retirada das tropas estadunidenses do Afeganistão e na recente disputa sobre compra de submarinos pela Austrália, com o acordo AUKUS, que opôs EUA e Grã-Bretanha à França.

4.1) China

É fundamental discutir os rumos da China. Considerado o maior “player global” em desenvolvimento, com um modelo autoritário de alta concentração de riqueza e repressão ao mundo do trabalho, a China arrasta suas próprias contradições – seja no “sistema-mundo”, seja nas suas relações internas. É importante analisar os traços constituintes do seu regime, com elementos de “capitalismo burocrático”, a dinâmica de suas relações internacionais – competição no sentido comercial e militar com o imperialismo dos Estados Unidos –, e a repressão aos movimentos so-

ciais, populares e democráticos. O esmagamento da rebelião em Hong Kong é parte dessa conjunção de fatores. É útil estudar o que o economista Michael Roberts aponta a respeito da dinâmica econômica após a crise da Evergrande, visto que os números do PIB do último trimestre já mostram uma perigosa estagnação. Ao mesmo tempo, é fundamental aprofundar nosso estudo e visão sobre China, compartilhando e estudando textos, além de analisar a nova política de Xi Jinping de “prosperidade comum”.

4.2) Os Estados Unidos

Um processo a destacar que representa o conjunto é a situação dos Estados Unidos. O triunfo de Biden foi um triunfo democrático parcial (que analisamos em seu momento) porque Trump se retraiu, mas não desapareceu, e suas bases sociais seguem existindo. Biden tentou vários planos ambiciosos de inspiração neokeynesiana, mas eles ficaram atolados, especialmente seu plano social de três trilhões de dólares, que conta com rechaço da ala direita democrata e dos republicanos. A situação tornou-se tão complexa para os democratas que podem perder as eleições intermediárias ao parlamento em 2022. Ou seja, não é possível descartar que a direita republicana controlada pelo trumpismo possa voltar ao poder. Há uma série de temas abertos a ser analisados, por exemplo, a nova onda de greves, os limites e o alcance do debate sobre o “Green New Deal”.

5) Polarização política e social

Para entendermos a dinâmica dos países, recorreremos à noção de polarização política e social. Com o aprofundamento da crise, os choques entre setores antagônicos tornam-se recorrentes; seja entre interesses nacionais e econômicos, seja na dinâmica entre classes (e mesmo interclasses) dentro dos regimes em crise.

O que chama a atenção são as viragens bruscas e eventos como a grande rebelião negra após o assassinato de George

Floyd, acontecimento maior no coração do imperialismo, e a tentativa frustrada de assalto ao Capitólio por parte dos grupos da extrema-direita. Isso ocorre em outros países com a ação de setores racistas fomentando ódio contra indígenas como, por exemplo, na Bolívia e Equador, além da radicalização de parcelas da burguesia e de governos, e o giro mais repressivo para controlar greves e levantes parciais. Como parte fundamental do curso autoritário, destacam-se o endurecimento da ditadura de partido único na China e do regime de Putin na Rússia, embora neste último caso enfraquecido após as últimas mobilizações e eleições.

6) A ausência de alternativa

Diante desse cenário, há uma ausência de alternativa de poder dos trabalhadores que coloque uma saída anticapitalista para a crise. Mas há um processo de massas de resistência e de lutas muito generalizado. Há, como veremos, múltiplos setores em luta, mesmo que não haja uma vanguarda ampla conscientemente anticapitalista organizada com peso de massas. Com o fim do stalinismo, criou-se uma nova situação mais favorável para a retomada da consciência socialista de independência de classe. Mas essas melhores condições também foram atingidas com o enfraquecimento da classe trabalhadora, produto do processo objetivo de internacionalização do exército de reserva mundial, da robotização, etc. E, ao mesmo tempo, a queda do stalinismo, progressiva por um lado por acabar com uma trava sobre a classe trabalhadora, revelou a crise de um modelo de sociedade alternativa, isto é, socialista, por outro. Consequentemente, o capitalismo em crise prolonga sua existência e torna mais vigente a disjuntiva “socialismo ou barbárie”. E a fragmentação dos setores revolucionários torna-os incapazes, por ora, de organizar um polo amplo nos diferentes países e um projeto internacional.

6.1) 2008, o giro histórico

A crise de 2008 abriu uma nova etapa. Definimos, em seu momento, como um giro histórico, por desnudar a dominação capitalista e jogar o mundo numa crise global. É impossível explicar os fenômenos das últimas décadas sem ter como ponto de partida as determinações fundamentais da crise de 2008. Os reflexos de 2008 foram sentidos na onda de indignação global, que começou em 2011 com as revoluções democráticas no mundo árabe, passando pela luta por democracia real e contra a austeridade na Europa. Nos países centrais, essa onda teve como epicentro os indignados na Porta do Sol (Espanha) e o Occupy Wall Street (EUA). No Brasil, a expressão mais aproximada foram as Jornadas de Junho de 2013. O retrocesso nas revoluções árabes e o desvio dos outros processos alteraram essa dinâmica já a partir de 2015/16.

6.2) O neorreformismo e a adaptação das direções

Os partidos amplos, como Syriza e Podemos, em vez de defender em seu ascenso (sobretudo Syriza no governo) uma ruptura, adaptaram-se ao regime de dominação da democracia burguesa (uma consequência da falta de parâmetros marxistas). Há uma pressão objetiva à adaptação ao regime, como no caso do Die Link. Syriza significou uma desmoralização após a luta contra a austeridade, que tinha chegado ao ponto mais alto com o plebiscito vitorioso que deu quase dois terços para a proposta de rejeitar o acordo com a Troika. E o Podemos foi incorporado, após vitórias eleitorais, ao regime monárquico de 1978, levando à crise que resultou na aposentadoria melancólica de seu líder, Pablo Iglesias. O fato de que, em muitos países, o centro da tarefa é a defesa da democracia, tem criado a tendência de uma esquerda já estruturada ao “adaptacionismo” a esse programa. O que vivemos no Brasil é um caso, mas não é o único.

6.3) Uma extrema-direita com peso de massas

Os efeitos da combinação de crises econômicas e sociais sobre os regimes políticos têm gerado crises orgânicas. O surgimento dos chamados “sintomas mórbidos” nas diferentes partes do mundo resultou no aparecimento de um novo tipo de fascismo ou neofascismo, com características contemporâneas e com peso de massas. A irrupção de Trump, por fora dos republicanos tradicionais, a ascensão de Bolsonaro, bem como os já referidos Orbán, Erdogan e Duterte. Tais movimentos apresentam continuidade e articulação: Vox na Espanha; Chega em Portugal; a votação de Javier Milei na capital argentina; Kast no Chile; e agora Eric Zemmour na França são expressões que se voltam contra o feminismo, os imigrantes, clamando por ordem, repressão, conservadorismo e um nacionalismo profundamente reacionário. Muitas vezes conseguem ocupar o espaço de referência radical/antirregime devido justamente à adaptação da esquerda aos regimes.

7) Estágios da luta de classes e lutas democráticas

Apesar da crise de direção, o movimento, em seu conjunto, não tem sofrido derrotas históricas, como na década de 1930. Pelo contrário, a luta de classes, com expressões novas – que, por sua vez, também são expressão da debilidade da entrada do proletariado, em especial o industrial –, não para de se desenvolver e se ampliar. Entre elas, as mulheres, as populações racializadas e a juventude como vanguardas.

7.1) A combinação das diversas formas de luta

Em alguns casos, a direita tem sido derrotada pela luta social, como no caso da Bolívia, mas em outros, como em Hong Kong, a mobilização social foi derrotada. Outras lutas estão em curso mais defensivo agora, como Bielorrússia e Mianmar. Mas

há destaques positivos, como a luta antirracista da negritude no mundo, cujo ponto alto foi a rebelião após o assassinato de Georg Floyd; a luta dos povos originários, em particular na América Latina (com a bandeira mapuche como símbolo da rebelião chilena); as lutas do feminismo pelos direitos das mulheres e pelo aborto; a defesa do clima, com a luta ecológica por uma transição ecosocialista; a luta do movimento LGBTQI+ pelo fim da opressão; as novas formas de luta do proletariado, como as greves dos apps e a greve geral na Índia.

7.2) A unidade na diversidade e a luta por sua universalização

É preciso formular um programa de fundo e unir as lutas democráticas e contra as opressões às lutas econômicas da classe trabalhadora. Temas que são estruturais: a importância estratégica do feminismo e da luta antirracistas; combater as alterações climáticas; novo movimento ambiental, etc.

8) A situação latino-americana em particular

Detemo-nos brevemente, neste ponto, naquilo que mais conhecemos e que expressa a situação mundial com as suas contradições. Se, entre 2015 e 2018, a América Latina foi marcada por uma ofensiva reacionária (Macri, Bolsonaro, Piñera, Duque), isso mudou em 2019. Tal mudança (que foi anunciada em alguns países do Caribe, como Porto Rico e Haiti) ganhou um signo definido com o ascenso de 2019 e 2020, com as lutas no Equador, Chile, Bolívia e Peru, e, de 2021, na Colômbia, conquistando triunfos democráticos e sociais parciais. Sem dúvida, Gustavo Petro pode ganhar a próxima eleição na Colômbia e Lula pode vencer no Brasil.

8.1) As características dos processos

Os movimentos objetivamente democráticos e que se chocam

com o capitalismo não geraram novos organismos estáveis e/ou novas direções. Com isso, criou-se um impasse em que o resultado é a canalização eleitoral, por meio da qual podem triunfar direções progressistas, como no caso do Peru. Isto é o resultado da vanguarda não se tornar um movimento orgânico com direção independente, ou melhor, anticapitalista. Na América Latina, o curso das lutas não se deu como o do Solidariedade na Polônia (1980) ou como uma CCOO como na Espanha (1970). E isso é a consequência da classe trabalhadora como tal não ter aparecido na vanguarda.

Estamos no meio dessas contradições que deverão ser superadas. As experiências que estão sendo feitas, na medida em que fortalecem a corrente anticapitalista, como nós defendemos, poderão resolver esses problemas. Quer dizer, trata-se de uma contradição aberta, dinâmica. Temos que estar alertar para tais dificuldades sem ser esquemáticos. Nem sempre houve revoluções com a classe trabalhadora como vanguarda e acreditamos que isso pode se repetir agora nas lutas que estão em curso, na medida em que se agudizem e se massifiquem, podendo dar forma a um novo poder popular revolucionário. Agora, vivemos uma pausa entre processos, que pode servir de acúmulo de forças para novas ofensivas. É preciso acompanhar, por exemplo, o Equador.

8.2) Chile, o ponto mais alto

O ponto mais alto da presente situação é o Chile. A rebelião de 18 de outubro de 2019 foi um salto de qualidade em relação aos levantamentos estudantis de 2006 e 2011 – que, por sua parte, foram importantes para um acúmulo histórico. Abriu-se a hipótese de quebrar o regime herdeiro do pinochetismo, o chamado “oásis neoliberal”. O processo eleitoral constituinte teve um vetor mudancista. As rupturas da Frente Ampla e o giro à esquerda do PC levaram à conquista de importantes posições, com uma ampla bancada e vitórias em prefeituras e governos centrais como

o de Santiago e da Região Metropolitana. A derrota nas prévias comuns do PC – que tinha se posicionado contra o pacto que desviou a rebelião na sua fase mais crítica em 2019 – para Boric e a desorganização da chamada “Lista do Povo” ilustram a atual fase do desenvolvimento subjetivo. Há certo impasse na constituinte e a possibilidade de um governo encabeçado por Boric.

8.3) O que se debate na vanguarda

Se, no começo dos 2000, o bolivarianismo cumpriu um papel progressivo, diante das duas outras expressões nos governos: os alinhados diretamente com o imperialismo (Colômbia de Uribe) e o social-liberalismo de Lula e dos Kirchner, hoje há um processo mais aberto. Por um lado, há a pressão do voto útil para conter a extrema-direita, que leva à recuperação relativa de Lula e a outras variáveis do tipo; por outro, há busca (às vezes eleitoral) de projetos alternativos e/ou à esquerda das direções da esquerda majoritária, como os resultados de Pachacutik no Equador, das alas esquerdas do processo chileno e boliviano, ou da FITU na Argentina, que mostram o caráter da disputa. Tais fenômenos são diversos entre si, por vezes difusos e com limitações reais. No caso da Argentina, a fragmentação e o sectarismo que parte dos grupos da FITU compartilham impedem que esse peso eleitoral seja convertido numa ação unificada comum na luta de classes. E, nesse espaço em disputa, também localizamos o PSOL. Assim, está posto o debate de programa – tanto para superar o pesadelo neoliberal quanto para barrar a direita dura que se articula.

II As tarefas internacionalistas do MES

1) O internacionalismo é nossa bússola

Não existe corrente revolucionária se você não é internacionalista. Este é um requisito, e a teoria marxista baseia-se na ex-

periência teórico-prática do internacionalismo. A história da luta de classes é internacional e a revolução socialista, como ensinaram os grandes revolucionários (Lenin, Rosa, Trotsky) é internacional. O capitalismo deve ser derrotado em todo o mundo, a revolução socialista começa na arena nacional, mas se desdobra na arena internacional, como afirmou Trotsky, refutando a falsidade do socialismo em um único país de Stalin.

1.1) O internacionalismo prático e teórico do MES

Nossa corrente formou-se no internacionalismo. Essa é a marca que vem de suas origens. Sempre fizemos parte de uma corrente internacional ou tentamos ser uma nos momentos mais difíceis das divisões do morenismo. Desde que surgimos, sempre estivemos ligados a uma corrente internacional. Nascemos de uma corrente internacional que se chama morenista e que tem sua origem na Argentina em 1940. Desde antes de nossa fundação como MES, formamos uma equipe de direção mais próxima com nossos camaradas morenistas do Peru e, em particular, com seu recentemente falecido líder Tito Prado.

Sempre afirmamos ser parte ou fração da IV Internacional, que sofreu várias fraturas. Na América Latina, onde mais militamos, houve uma divisão entre mandelismo e morenismo. Tivemos períodos de disputas fracionais: o mais importante foi entre o foco da guerrilha ou o trabalho de massas, que foram superados com o tempo. A partir de 2002, principalmente no Brasil, a degeneração do PT nos colocou ao lado da IV Internacional e no mesmo partido, o PSOL.

2) Um salto de qualidade na relação com IV

A partir de 2007, iniciamos um processo de aproximação com a IV Internacional (Secretariado Unificado) que entendemos como um processo de reunificação entre morenistas e mandelistas. Fizemos tal movimento junto com os camaradas de Súmate,

do Peru, os quais, como dissemos, são com quem temos laços históricos de muitos anos e com os quais temos mantido uma equipe internacional em tempos bons e ruins, personificados na figura de seu dirigente com 50 anos de trotskismo, Tito Prado, falecido há três meses. Com ele e Súmate, fizemos a longa jornada de construção do internacionalismo.

Com Súmate, iniciamos o processo de adesão à IV Internacional e nos tornamos parte da IV Internacional. Num primeiro momento, fizemos esse processo em comum com os companheiros do MST argentino. Em nossa última conferência (2018), integramo-nos definitivamente à IV, conforme a votação do último congresso mundial, numa condição transitória de simpatizantes, pois a IV teria formalmente uma seção que acabou dividida em três partes (Comuna, Insurgência e Subverta). Os companheiros do MST optaram pela orientação de construir uma corrente própria.

Nos últimos anos, a realidade impôs-se para que sejamos de fato quatro organizações e que ganhemos o status de militância orgânica por pertencermos permanentemente ao bureau da IV. Organizamos um seminário nacional entre correntes da IV no Brasil, que ainda contou com dois agrupamentos que não são membros da IV, mas atuam como observadores em algumas instâncias: a APS e a Resistência. O ato de 20 anos do MES representou um avanço com a presença de delegações e dirigentes históricos da IV.

3) A construção do MES como parte da Internacional

Nossa primeira tarefa como internacionalistas é construir o MES no Brasil como parte da construção da Internacional. Assim está escrito na proposta de estatuto que estamos entregando para votação na Conferência. O PSOL tornou-se um importante ponto de referência e o MES dentro do PSOL é também um importante ponto de referência para o setor da vanguarda marxista

revolucionária e trotskista mundial. Com a ascensão de Bolsonaro, o país despertou mais interesse da vanguarda. Nossas forças são relativamente importantes – quatro deputados federais, direção do bloco de oposição no PSOL –, ainda que modestas diante da necessidade de construção real de uma direção. No âmbito da realidade nacional, essa experiência também deve servir para disputar para o projeto revolucionário setores inteiros da vanguarda, também no terreno da batalha das ideias, evitando espaço para correntes neostalinistas.

3.1) A participação ativa nos processos mais dinâmicos

Ao mesmo tempo, como MES, temos estado participando ativamente em vários processos mundiais que estão ocorrendo. Fizemos campanhas de solidariedade contra as guerras no Iraque e Afeganistão, sendo parte do movimento antiglobalização. A partir de Porto Alegre, atuamos dentro dos Fóruns Sociais Mundiais, sendo anfitriões de Chávez em 2003. E nos somamos a uma atividade de frente única anti-imperialista com o chavismo estando presente com um companheiro da Venezuela.

Estivemos na luta contra o golpe de Estado em Honduras, na Tunísia e no Egito durante as revoluções árabes. Conectamo-nos com o movimento dos indignados do mundo, estivemos presentes na Espanha, Turquia e Grécia. Na América Latina, fomos vanguarda em tomar contatos com o movimento estudantil rebelde no Chile e estivemos acompanhando *in loco* as rebeliões no Equador, Chile, Bolívia e Peru. Com o Juntos, realizamos dois grandes acampamentos internacionais, conectando espaços e processos distintos como Snowden (que entrou ao vivo em 2017) e uma delegação do Black Lives Matter.

3.2) Nossas atividades internacionais

Desde a fundação do PSOL, somos parte de sua localização no conjunto das atividades internacionais. Na época, garantimos

que o partido estivesse sintonizado com o processo de reagrupamento de partidos anticapitalistas de então. Nossas parlamentares estiveram presentes em inúmeros processos, como Paquistão, Escócia, Dinamarca, Suíça, além de estarmos presentes em todas as rebeliões recentes da América do Sul. No último período, por meio do PSOL, realizamos seminários e atividades, sobretudo no continente latino-americano. Estivemos com delegações na Palestina, na Alemanha, no México, no Curdistão e na África do Sul, ampliando nossos laços com diferentes setores.

4) A difícil tarefa de construir uma direção internacional

A tarefa de construir uma liderança internacional, e uma organização que seja um polo objetivo da vanguarda que atua na luta de classes mundial, é difícil. A crise de direção internacional significa, em última instância, que hoje não existe um polo de referência e uma organização para a luta de classes mundial. O papel que, em diferentes momentos históricos, cumpriram a I, II, III e que a IV Internacional poderia ter desempenhado quando não estava dividida (e, de alguma forma, poderia ter sido a OLAS de Fidel e Che), hoje em dia não há quem o desempenhe. Esse lugar corresponderia a uma nova organização revolucionária internacional mais ampla do que a própria IV. O único polo para construí-lo está no movimento trotskista.

4.1) Limites e dispersão

Estamos na IV Internacional porque este é o setor com mais reagrupamentos, que tem a melhor elaboração e a melhor política para levar adiante essa tarefa, mas reconhecemos que isso está difícil de ser realizado. Há um processo de divisão de partidos e correntes trotskistas e não há, no entanto, um processo centrípeto que se converta em um polo de atração. A dispersão das correntes mostrou-se nas crises de importantes organizações internacionais: a ISO estadunidense deixou de existir; o CWI

passou por um processo tenso de ruptura, com várias frações se dispersando; correntes sectárias, como o PO argentino e o lambertismo na França, sofreram divisões; assim como o PSTU no Brasil. A não existência de um polo debilita o reagrupamento. A IV também não é um espaço acabado, por limites de sua própria constituição mais federativa. Nossa tarefa internacionalista dentro da IV é ajudar a construir um polo de reagrupamento e nos apoiarmos nos aspectos mais dinâmicos da IV, como sua contribuição programática.

4.2) A perda de Tito, um golpe duro

Para realizar essas tarefas, é necessária uma equipe internacional. Temos consciência de que sofremos um grande golpe com a morte de Tito Prado, pilar fundamental que tínhamos para todas essas tarefas que não existe hoje. A morte de Tito, de forma repentina, não significa apenas um retrocesso para os companheiros peruanos, de Súmate. Ele era parte de um núcleo de elaboração internacional cotidiana, aportando não apenas à formulação de nossa corrente internacional, senão para a própria construção do MES com sua bússola internacionalista. Nossa obrigação histórica é manter e defender a relação com os companheiros do Peru e colocar o MES num outro patamar de suas tarefas internacionais.

5) Nossa aposta no reagrupamento

Diante desse quadro, queremos que a VII Conferência do MES seja um passo adiante. Ganhamos uma série de camaradas nos recentes processos de fusões e de crescimento da corrente. Queremos reforçar nosso polo internacionalista, seja na formação de quadros, seja na maior intervenção nos processos e no reagrupamento de forças anticapitalistas. No Brasil, especialmente na América Latina, mas também em nível global.

5.1) Fortalecer a IV Internacional e o programa

O primeiro grande desafio é seguir fortalecendo nossa relação com a IV Internacional. Precisamos “beber” dessa fonte, sobretudo na capacidade de leitura dos problemas fundamentais e na relação com o programa. Por exemplo, é preciso aproveitar mais a experiência dos companheiros de França, Paquistão, Rússia, Filipinas, Marrocos, Argélia, bem como em Pierre Rousset para um diagnóstico da Ásia e da China; aproveitar a elaboração e a relação com economistas como os do CADTM; avançar na capacidade de coordenação e elaboração teórica no que diz respeito ao feminismo, à questão ecológica (ecossocialismo) e à questão antirracista; e propor à IV debates, campanhas e intervenções, como propusemos durante a pandemia e no último bureau (sobre o Brasil). É fundamental, além disso, difundir mais e trocar artigos com Inprecor.

5.2) Avançar num polo continental

A partir da IV Internacional, queremos seguir desenvolvendo a ideia de um polo no conjunto do continente, com os Estados Unidos – e toda sua movimentação de ativismo – e a América Latina. As relações com México são decisivas para isso, combinando o tema dos imigrantes, com os camaradas da CSR. Também é necessário avançar na relação com Porto Rico e ver como podemos desdobrar relações com outras organizações que ainda não estão na IV, mas são parte de espaços anticapitalistas – como a plataforma na Venezuela, camaradas do Equador, Chile, Colômbia, além de relações já estabelecidas com o MAS no Panamá.

5.3) A relação com o museu Leon Trotsky

Outra conquista do último período que queremos desenvolver é a relação com o Museu-Casa Leon Trotsky, a partir de Don Esteban Volkov e da diretora da instituição Gabriela Pérez. Essa relação é estratégica para preservar a memória e também para

nos vincularmos ao fio de continuidade histórica, além de um investimento pesado em propaganda diretamente trotskista.

5.4) Uma abertura inédita em Cuba

É preciso desenvolver a relação por meio de Éric Toussaint, do blog “Comunistas em Cuba”, dos contatos do Museu-Casa e do evento “Trotsky”. Recentemente, fizemos uma boa atividade com Leonardo Padura. Além disso, devemos organizar a ida de uma delegação, o que é muito importante, além de buscar, de alguma forma, estabelecer uma relação com o movimento socialista que se desenvolve na Rússia.

5.5) Ampliar a conexão com outras organizações revolucionárias

Para superar a dispersão, estamos propondo, com base no programa e na orientação, debater e se conectar com outras organizações revolucionárias. Estamos realizando debates com os companheiros do MAS de Portugal, importante organização que provém do morenismo, carrega quadros de mais quarenta anos de tradição revolucionária e tem uma estrutura militante. Também retomamos relação com os camaradas do SWP inglês, dirigido por Alex Callinicos. Esse agrupamento mantém importantes seções na Grécia, na Coreia do Sul e em países do continente africano. Além disso, Callinicos mantém importantes espaços de debate sobre a teoria marxista, a partir das relações que tem no marxismo britânico e com outros intelectuais. No Estado Espanhol, é importante seguir acompanhando o desenvolvimento dos Anticapitalistas, suas revistas eletrônicas como Viento Sur, e também nossos amigos de La Aurora. E, no plano geral, seguimos apoiando agrupamentos e campanhas permanentes anti-imperialistas, como o caso dos palestinos, curdos e da Frente Polisário.

6) Tarefas imediatas

A principal tarefa imediata é articular o trabalho da equipe internacional, com a necessidade de ganhar a corrente e a vanguarda que nos acompanha para uma visão internacionalista mais integral, avançando nas relações e na politização do trabalho. Vamos reforçar a equipe internacional a partir de novos companheiros que vão viver e atuar em diferentes países. É preciso seguir aportando e reforçando Súmate no Peru. Uma das tarefas mais imediatas é difundir a nova edição de *Setenta anos de lutas e revoluções na América Latina (e nossa história)*, de Pedro Fuentes, para que todos militantes possam conhecer e se apropriar de nossa tradição e história.

Ao mesmo tempo, devemos aprofundar os laços e as relações com as organizações com as quais estamos debatendo, a partir da IV Internacional, além de seguir as atividades junto ao Museu Leon Trotsky. Por fim, enviaremos delegações para acompanhar a COP-26 (Vivi Reis) e a ida com quadros da IV internacional para Cuba no final do ano (Luciana Genro).

O PSOL e o desafio de construir uma esquerda contra a ordem, independente e anticapitalista

Secretariado Nacional do MES (Novembro de 2021)

Esse é um rascunho de documento político para nossa VII Conferência. Estamos caminhando para o último ano do governo Bolsonaro. Fomos parte ativa, nesses três anos, da luta para remover esse genocida antipovo da presidência. Com essa localização, queremos discutir com nossa militância os elementos mais gerais de atualização da conjuntura, assim como as tarefas de disputa dos rumos do PSOL, passado o congresso partidário.

Queremos trazer aqui o debate de política e orientação para ajudar ao MES, o PSOL e o conjunto da esquerda radical a seguir as duas tarefas da etapa que vivemos: derrotar Bolsonaro e seu projeto; e levantar uma alternativa independente e anticapitalista com peso de massas no Brasil.

Um marco inicial

O Brasil viveu um trauma social e político com a gestão desastrosa da pandemia. Este trauma produziu um salto na aceleração da experiência com a extrema direita no governo, consolidando a ruptura de massas e a divisão da burguesia com o governo.

A continuidade do ajuste fiscal e das privatizações, a falta de um movimento de massas mais vigoroso, bem como as trocas de favores com o centrão, tem possibilitado ao governo sobreviver aos inúmeros pedidos de impeachment, sendo hoje o mais provável a sua continuidade até 2022. Entretanto a economia seguirá em estagnação no ano que vem, o que deve dificultar o projeto de reeleição de Bolsonaro.

Mas a extrema direita não está morta. Longe disso, buscará seguir se organizando. Ela entrou e consolidou-se no Brasil,

como ocorre mundialmente, devido à decadência do capitalismo, da crise da democracia, do reformismo e da falta de uma alternativa de esquerda antiestablishment com capacidade de ter influência de massas.

As experiências do passado e do presente nos ensinam muito sobre as condições em que a extrema direita cresce. Em primeiro lugar uma crise econômica grave, que empurra a pequena burguesia para o desespero e a classe trabalhadora para a pobreza. Foi assim na Alemanha quando surgiu Hitler, e foi assim desde 2008 com o agravamento da crise econômica mundial. Mas além da crise econômica há um elemento político que contribui enormemente para a potencialização da extrema direita: uma esquerda capituladora, que aceita governar com a burguesia aplicando seus métodos políticos e seu plano econômico.

Como produto da crise social e econômica, a dinâmica do país será de aprofundamento dos conflitos e da luta de classes. Haverá, portanto, muito espaço para a construção da extrema esquerda.

Ao mesmo tempo também existem tendências contrarrestantes a este espaço aberto para a construção de uma alternativa de perfil classista e de massas, especialmente o enfraquecimento estrutural da classe operária. Isto também se reflete em dificuldades relativas ao tipo de ascenso, no qual não é a classe operária enquanto tal que entra em cena e portanto as ruas podem ter peso, mas mesmo assim a dinâmica na produção não se altera. Esta debilidade estrutural é uma das razões fundamentais do atraso da revolução brasileira.

A experiência interrompida com o impeachment e o desastre Bolsonaro levaram a uma retomada do PT como projeto eleitoral a partir de 2018 e na eleição do ano que vem para derrotar Bolsonaro. Ao mesmo tempo o PT já não tem mais capacidade de dirigir o conjunto da classe trabalhadora e muito menos de ganhar novamente peso na classe trabalhadora e na juventude

como projeto militante.

Como já vimos nos 13 anos em que o PT governou o Brasil, nem sequer um programa de reformas consequente está no seu horizonte. O abandono do ideário social-democrata e a adesão a um modelo “social liberal” se explica pelas condições da fase atual do capitalismo nos países periféricos:

“Os partidos reformistas não desistiram das reformas em razão de algum prévio convencimento ideológico, ao contrário: a impossibilidade real de seguir com um programa reformista clássico é que lhes impôs a necessidade de alterar seu ideário. A visão idílica de um welfare state à brasileira montado na colaboração de classes vê-se, assim, apoiada em dois pilares fincados em areia movediça: a perspectiva de distribuição de renda, com a qual a esquerda do capital acena para os trabalhadores, e a de desenvolvimento econômico, a partir da qual ela espera atrair não apenas os trabalhadores interessados na ampliação da oferta de emprego, mas também os setores burgueses descontentes com as políticas neoliberais. Estas miragens podem se tornar muito sedutoras quando confrontadas com a herança de uma década de neoliberalismo, e vimos que a esquerda do capital soube encontrar um lugar a partir do qual pode pleitear a condição de força hegemônica entre os grupos dominantes. Miragens, porém, mais cedo ou mais tarde, se dissipam. Vimos que, diante da impossibilidade de continuar a sustentar o velho receituário keynesiano, a socialdemocracia terminou por assimilar o neoliberalismo. Tanto a distribuição de renda quanto o desenvolvimento dos países dependentes chocam-se contra obstáculos que não podem ser superados apenas pela boa vontade dos programas reformistas guindados ao poder com discursos críticos ao neoliberalismo”.¹

Elementos da atual situação política

Afirmamos que a vitória de Bolsonaro se deve a uma série de fatores combinados. A crise orgânica abriu caminho para a chegada ao poder, pela via eleitoral, da extrema direita, com Jair Bolsonaro à cabeça. O “fenômeno mórbido”, recalcado por anos com a gestão incompleta de uma transição democrática que deixou impune, livres e atuantes os generais e os torturadores,

¹ COELHO, Eurelino. Uma esquerda para o capital. Crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998). Disponível em: https://www.academia.edu/39705288/UMA_ESQUERDA_PARA_O_CAPITAL?email_work_card=reading-history. Acesso em: 21 nov. 2021.

sincronizou o país com a anterior chegada de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos. Isso se consolidou com uma característica fundamental que atravessa o governo e o bolsonarismo: o improviso.

Assim, apoiado no sentimento difuso dos processos de rua que tiraram Dilma - o que denominamos de “simulacro” em relação às Jornadas de Junho de 2013 -, a vitória de Bolsonaro abriu, no final de 2018, uma nova e inédita situação política. Definimos como uma situação reacionária, mas com muitas particularidades, que colocou tarefas essencialmente defensivas, com a marca da instabilidade.

Após três anos de governo, o cenário é de destruição: de conquistas, da economia nacional, do ambiente democrático, do meio ambiente e da localização do Brasil no sistema-mundo. Ou seja, o legado de Bolsonaro é de retrocesso, decadência e recolonização, ampliando o mal-estar presente na sociedade há anos.

O Brasil teve uma das piores gestões da pandemia no mundo, com o negacionismo do governo custando mais de 610 mil vidas; além disso, no âmbito socioeconômico, tivemos o retorno da chaga da fome, o crescimento da desigualdade social e a brutal queda na renda.

Vejamos de perto:

- São 19 milhões de pessoas numa situação de insegurança alimentar grave, passando fome diretamente. Somando os que não têm uma alimentação considerada suficiente, chegamos a 43,5 milhões de brasileiros, mais de 20% da população total.

- Bolsonaro traz como legado mais de 11% dos brasileiros vivendo abaixo da linha da pobreza, um percentual que pode se multiplicar com o fim do auxílio emergencial; a cesta-básica supera os R\$ 700 em várias cidades e consome 60% do salário mínimo.

- O desemprego estrutural chega a 14%, segundo o IPEA. São mais de 70 milhões que estão no critério de desalento e desem-

prego.

- A inflação galopa. A política de preços da Petrobras coloca os combustíveis nas alturas. Em alguns lugares, o litro da gasolina chega a R\$ 8. Temos os seguintes dados: 24% na inflação da alimentação, 28% da energia elétrica, 34,7% no botijão de gás, 42% nos combustíveis, 14% no transporte de aplicativos.

- Ampliação das favelas: mapeamento feito recentemente pela USP dá uma noção do que estamos afirmando. Em alguns anos as áreas urbanas de favela dobraram: de 2,1 milhões de hectares para 4,1 milhões. O ritmo de crescimento anual (1,95%) é superior ao da população brasileira (1,45%).

O projeto ultraliberal de Bolsonaro, que oscila quando necessita agradecer o centrão como no caso da PEC do Calote, deixa um país ainda mais destroçado. Há elementos estruturais como a reprimarização, tendo o Brasil como uma grande fazenda - ampliando a presença do capital estrangeiro e a desnacionalização. A destruição ambiental pode ser medida no dado que a Amazônia teve o seu maior desmatamento em 15 anos e a combinação de crise hídrica e energética vai ser um tema central nos próximos meses.

A última pesquisa indica Bolsonaro com 29% entre ótimo/bom, 18% regular e 53% de ruim/péssimo.

Bolsonaro perdeu maioria social

A vitória de Bolsonaro foi produto de um amplo movimento eleitoral. Ganhou com uma grande bancada, apoio de governadores dos maiores estados – quem lembra do “Bolsodoria”, de Zema em Minas e Witzel no Rio? A situação se inverteu, com a combinação da pandemia, da derrota de Trump, da divisão burguesa, do improvisado/ despreparo do próprio governo, e com quatro grandes “fluxos” de mobilização.

A pandemia levou a um desgaste, vide a postura do núcleo mais ideológico e negacionista, como revelou o relatório da CPI

e antes, a ruptura pública de Mandetta com o governo. A CPI foi um importante capítulo, com seu final consagrando a responsabilidade do governo diante os crimes cometidos durante todo o período da pandemia. Ela não conseguiu se converter em um dínamo da mobilização popular, por seus próprios limites e a falta de iniciativa das direções do movimento em utilizá-la para reforçar nas ruas a luta contra o governo. A gestão da pandemia foi um ponto de inflexão na popularidade de Bolsonaro.

A divisão burguesa foi se acirrando, como já discutimos em uma série de documentos anteriores: foram passando para o lado da oposição tanto setores empresariais quanto políticos, com a expressão máxima na figura do presidenciável João Doria, representação de uma importante fração da elite em SP. Isso sem falar na oposição consistente que fez uma parte importante da imprensa - com a Globo e a Folha de SP à cabeça -, bem como setores médios do mundo da arte e da ciência.

O despreparo do governo ejetou figuras importantes do próprio núcleo de governo, amplificando a cisão causada por temas objetivos como diferenças de projeto na saída de Moro, na ruptura da ala militar de Santos Cruz e na implosão da bancada parlamentar do antigo PSL.

Os quatro grandes fluxos de ação do movimento de massas foram responsáveis por parar a mão do governo. Mesmo não alterando em qualidade o conjunto da relação de forças, foram fundamentais para explicitar essas contradições, fazendo com que, mesmo não sendo Bolsonaro um ‘tigre de papel’, ele esteja mais isolado, não seja majoritário e não apareça vencendo a eleição em nenhuma pesquisa eleitoral até aqui publicada.

O primeiro movimento foi o “Ele Não”, antes mesmo da saída do resultado eleitoral. Apesar de criticado por setores atrasados da esquerda, o movimento capitaneado pelo ascenso feminista, arrastou e centralizou outras pautas e setores, reconhecendo em Bolsonaro o inimigo principal e deixando uma marca de oposi-

ção que o acompanha desde então.

No ano de 2019, com a motivação dos cortes para a educação, universidades e institutos tecnológicos, milhares saíram às ruas no chamado “tsunami da educação”. Fomos parte dessa batalha, que colocou uma cunha na visão geral do governo, quando muitos setores e ativistas estavam desmoralizados e/ ou impressionados com a força de Bolsonaro nos seus primeiros meses.

O terceiro fluxo foi em meio a pandemia, com as jornadas antifascistas e antirracistas de 2020. Ali também, quando uma ala mais neofascista levantou a cabeça - Sara Winter e o acampamento de Brasília -, a entrada em cena de setores juvenis (torcidas organizadas, ativistas da periferia das grandes cidades) repercutiu a luta antifascista em setores de massas.

A entrada em cena do movimento negro, inspirada no grande levante em protesto contra a morte de George Floyd, deu uma nova qualidade, pautando a quente um fenômeno mais geral, que também envolveu os protestos de estreia dos trabalhadores de aplicativos (‘breque das apps’).

O quarto e mais recente fluxo foram os atos pelo Fora Bolsonaro, convocados a partir de maio por pressão de setores mais à esquerda, como os que são parte da articulação Povo na Rua, que tiveram um efeito muito positivo, mas que após o desvio da direção petista foram perdendo vigor e capacidade de ampliação. Esses protestos chegaram a marcar cena, com uma boa cobertura da imprensa, uma grande interiorização (mais de 400 cidades), chegando ao ápice de reunir mais de um milhão de pessoas numa mesma jornada em todo país. Contudo, não superaram a barreira da vanguarda ampliada, longe de alcançar os milhões por motivos que já explicamos aqui, em um texto de Roberto Robaina sobre o 2 de outubro.

Esses quatro fluxos tiveram uma vanguarda muito jovem, disposta, não necessariamente ligada ao petismo - ainda que com certa referência eleitoral em Lula, com audiência no PSOL e em

nossas figuras. Uma vanguarda negra, feminina com traços de radicalização.

A conjuntura atual afastou a hipótese de derrubada de Bolsonaro, na combinação da demonstração do 7 de setembro e depois alas de caminhoneiros paralisando estradas nos dias seguintes; a carta escrita por Temer; a não ampliação à escala de milhões nos atos do dia 2 de outubro, com as direções majoritárias desmarcando novas agendas e não intervindo para unir as demandas de lutas democráticas com as econômicas, como no setor de caminhoneiros que ensaiou uma paralisação, mas não teve êxito.

A aprovação da chamada PEC dos Precatórios ou “do calote” deu um fôlego adicional ao governo, corroborando ainda mais a linha de aliança de Bolsonaro com o centrão.

Dinâmica social e política

A situação geral de crise orgânica nos dá uma margem sempre maior e estrutural de imprevisibilidade. Assim, a dinâmica política e social ainda está indefinida menos de um ano antes das eleições gerais de outubro de 2022.

O que podemos afirmar é que Bolsonaro está mais fraco, buscando uma recuperação, que não é simples, entre os mais pobres com o novo programa assistencial. Tampouco se pode afirmar que Bolsonaro mudou sua estratégia. Ainda persegue a ideia de dar um golpe, fechar o regime, resolvendo a crise estrutural do regime de 1988 com uma saída conservadora. Uma de suas hipóteses é a agitação sobre o voto impresso.

A dinâmica da crise com o STF se mantém. Uma série de medidas indicam isso, como a questão da indicação de Mendonça para a Corte.

Na disputa de espaço político, é necessário caracterizar cada setor:

- Agronegócio: hoje é a base mais importante do governo, sendo responsável pela aliança com os caminhoneiros que para-

ram estradas no dia 08 de setembro. Foi parte fundamental do financiamento aos atos do dia 07 de setembro.

- Forças Armadas: consolidou-se uma casta militar muito bem remunerada dentro do governo. Mas há dissidências, como Santos Cruz e a crise da demissão dos comandos nas três armas no primeiro semestre. Há, ainda, o tema das polícias militares estaduais e qual dinâmica que irão adquirir, sendo necessária uma política para esses setores.

- Do ponto de vista do movimento, além das dificuldades estruturais da classe, aconteceram lutas moleculares duríssimas. Há que ver a Ilustração do número de greves do DIEESE.

- Funcionalismo público: luta contra a PEC 32 e contra as reformas previdenciárias nos estados e municípios.

- Lutas de setores da classe em situações próprias: como a da Carris, dos rodoviários ligados à empresa pública em Porto Alegre, a Proguaru, empresa pública de Guarulhos, com setores proletarizados.

- Lutas moleculares, com os caminhoneiros, ocupações de terra e ocupações urbanas.

- Dinâmica política: Bolsonaro não conseguiu realizar seu plano de montar um partido para chamar de seu. A não legalização do “Aliança para o Brasil” é um sintoma. Teve que se acomodar no fisiologismo do centrão, em aliança com Lira e com Valdemar da Costa Neto. Ao que tudo indica deve filiar-se ao PL e levar sua tropa de choque, ainda razoável em tamanho, mas com sérias defecções desde o triunfo do clã Bolsonaro, como Frota, Hasselmann, Olímpio, Crispim).

Durante o período Bolsonaro, insistimos na tática de unidade de ação para lograr derrotar seu projeto. Foi correta e, com o desgaste do governo, a oposição, genericamente falando, tem espaço. Na verdade, podemos dividir em três grandes linhas eleitorais: a do governo, minoritária e podendo ir a uma maior fragmentação, a da oposição e suas diferentes frações e a dos que não

se veem representados.

O acordo que o governo fez com o centrão reconfigurou o mapa político, mas será incapaz de conter as crescentes tensões sociais e econômicas. Com a aproximação do cenário eleitoral vamos ver novos arranjos, com mais peso do pragmatismo e dos cenários locais.

A oposição se debate entre vários candidatos. Dentre as opções mais fortes estão Lula - que lidera com folga todas as pesquisas, é o favorito para ir ao segundo turno - e a busca por uma terceira via. Na busca por uma saída de “centro-direita” não bolsonarista, ainda a bolsa de apostas está em aberto. Dois movimentos nos parecem dignos de nota: a criação do partido “União pelo Brasil”, resultado da fusão entre o DEM e o PSL pós-Bolsonaro; e as prévias que os tucanos realizam entre Virgílio, Leite e Doria. A movimentação do lançamento de Moro pelo Podemos é parte da luta de um setor da burguesia para destravar a “terceira via”.

Num espaço intermediário, outros agentes buscam se mover, como Datena, Alckmin, Kassab, Kalil e Pacheco. Parte desse espaço é disputado também pela via da centro-esquerda com Ciro, com cada vez menos espaço à esquerda.

Lula repete a mesma estratégia do PT em 2017, combinando passividade, hegemonismo midiático e acordos com setores burgueses. Com uma nova localização após o STF devolver os seus direitos políticos, Lula conseguiu reorganizar parte do apoio dissipado pelo PT na sua figura. Trouxe o PSB mais para perto de si, com a chegada de setores que vinham do PCdoB (Dino) e mesmo do PSOL (Freixo e aliados no Rio). Negocia acordos com Renan, Barbalho, Eunício e Roriz, além de ser o mais genérico possível na definição de programa, já indicando que estará mais à direita do que a “carta ao povo brasileiro”. A alusão aos vices é o espaço onde busca revalidar-se com os setores burgueses: já cogitou Josué Alencar, filho do velho Alencar, Luiza Trajano e,

recentemente, Geraldo Alckmin.

Não se pode pensar na reversão das decisões condenatórias de Lula sem interpretar o papel que figuras como Gilmar Mendes cumpriram, abrindo a porta para novos pactos que pavimentam a estratégia lulista de voltar ao Palácio do Planalto. O veterano e lúcido economista e intelectual orgânico da burguesia, Delfim Netto, uma vez mais é vanguarda na localização de apoio ao PT.

Essa orientação do presente divide águas: enquanto setores da oposição demonstraram inconsistência - como PDT e PSB, que tiveram parte de suas bases apoiando votações do governo em momentos decisivos, e o PT, que tem como estratégia “cozinhar” o bolsonarismo em fogo baixo -, nossa orientação foi de oposição ativa e intransigente enquanto PSOL. Isso se expressou no pedido de impeachment, que foi decisivo para colocar o Fora Bolsonaro como uma agitação para as massas, e no combate no seio do movimento para marcar e organizar atos de rua que canalizem a indignação e o mal-estar social.

A ilusão de uma eleição “tranquila” é alentada por setores ligados ao lulismo e a hipótese de aliança com Alckmin é parte disso. Essa complexa disjuntiva toca o PSOL e suas próximas decisões para combinar a necessária unidade pontual para enfrentar Bolsonaro e a afirmação como parte de um polo anticapitalista.

O papel do PSOL nesse contexto

O PSOL é resultado dos esforços de uma parte importante - podemos dizer que uma parte até majoritária - dos ativistas que estão surgindo ao longo dos últimos 15 anos. Um partido que tem refletido as potências e os limites desta vanguarda e da luta de classes do país e que tem crescido ano a ano. Neste Congresso, foram quase 50 mil participantes. Seu resultado é contraditório, pois a discussão política foi precária, quando existente. Apenas 10% dos votantes participaram dos debates virtuais. O partido

consegue ser expressão parlamentar de demandas sociais progressistas e em apoio aos movimentos sociais, mas não tem sido, como regra, um operador das lutas operárias e populares.

O Congresso teve um mérito fundamental: a unidade do partido para defender a mobilização pela derrubada de Bolsonaro. A unidade de ação com todos que queiram o impeachment é um ponto comum de todo o partido. Tal unidade deve ser destacada. Se expressou também em uma posição unânime de que, mesmo no terreno eleitoral, no caso de segundo turno, o PSOL, antecipadamente, deixe claro que apoiará qualquer candidatura que enfrente Bolsonaro, o que concretamente significa afirmar desde já o apoio ao nome de Lula no segundo turno.

Mas aqui tivemos também a principal polêmica do Congresso: 44% dos delegados defenderam que o partido deveria ter candidatura própria para apresentar no primeiro turno. O nome de Glauber Braga foi posto à disposição. Essa necessidade foi defendida pelo fato de que Lula e o PT já deixaram claro que pretendem fazer uma aliança com setores da burguesia para governar o Brasil. O PSOL foi fundado para construir um projeto anticapitalista e socialista, não para participar de um governo com os capitalistas. Mas as forças pela adaptação do partido mostraram que também atuaram no Congresso.

De modo geral, o regime político burguês em crise segue buscando líderes de outras classes sociais e forjados em partidos de oposição para que sua manutenção seja garantida. Seus mecanismos de poder abrem mais espaços e garantem visibilidade a novas lideranças, desde que aceitem ser integradas numa lógica de defesa do regime político. O PSOL recebeu essas pressões diretamente, como vimos no caso de Marcelo Freixo, que abandonou o partido para aliar-se a políticos burgueses na expectativa de governar o estado do Rio de Janeiro. As pressões do regime político atuam com mais força no PSOL pela via indireta do PT.

O PT passou por um processo de “transformismo”, conceito

cunhado por Gramsci e explicado detalhadamente na tese *Uma Esquerda para o Capital: A pressão maior do regime político sobre o PSOL* é que um setor da direção partidária quer estar nesta campanha desde o primeiro turno justamente para negociar, em melhores condições, a participação em um eventual novo governo. Nossa posição tem denunciado essa política como oportunismo.

“Organizar a classe como sujeito político independente deixou de ser um objetivo dos seus projetos políticos. Não se pode mais atribuir à esquerda a condição de intelectual orgânico da classe trabalhadora se a tarefa essencial de realizar a organização política desta classe através do ‘espírito de cisão’ foi recusada por ela. Por outro lado, com seu novo projeto político, a esquerda se colocou no terreno da concepção burguesa de mundo, isto é, passou a atuar, na prática, como intelectual, ou elemento ativo, da classe dominante”².

Foram 44% dos delegados que já perceberam o oportunismo que se esconde atrás dessa política de espera e, em seguida, de adesão. Num partido como o PSOL, ter 44% bem organizados é ter muita força. Essa força se organizará numa mesa nacional de dirigentes pela defesa da independência de classes e pela construção de um PSOL que tenha como eixo a derrota de Bolsonaro, mas que também se mantenha com suas próprias bandeiras e organização independente. A organização desses 44% em um bloco, cuja firmeza foi vista no Congresso, pode inclusive fazer com que a posição adesista possa terminar minoritária.

Afinal, entre os 56% que optaram pelo adiamento, há muitos setores que não aceitam a defesa e a participação em uma chapa que defenda um programa burguês nas eleições presidenciais e nem, logicamente, aceitam participar de um governo burguês. Por isso mesmo, o Congresso do PSOL não foi conclusivo, e a luta de classes seguirá fortemente incidindo nos rumos do partido.

Uma frente com o programa do PT não é uma frente de es-

² COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital. Crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)*, p. 466. Disponível em: https://www.academia.edu/39705288/UMA_ESQUERDA_PARA_O_CAPITAL?email_work_card=reading-history. Acesso em: 21 nov. 2021.

querda. Uma alternativa de esquerda tem como pressuposto essencial a crítica ao capitalismo e a busca de representação dos interesses da classe trabalhadora. É indubitável que o PT, nas suas origens, era um partido de esquerda. Mas desde a experiência de 13 anos de governo federal, sua natureza mudou. O fato de ter ido para oposição depois de 2016 fez sua localização mudar na situação nacional. Mas sua natureza estrutural foi dada pela mudança de qualidade ocorrida durante seu governo. Neste período, o PT assumiu uma natureza política de defensor aberto do desenvolvimento do capitalismo brasileiro. O espaço da esquerda consequente precisa ser ocupado, sob pena da extrema direita avançar em campo aberto.

A possibilidade do PSOL apoiar Lula no primeiro turno é real, embora as dificuldades dos setores que defendem tal proposta tenham aumentado significativamente nas últimas semanas. Se essa hipótese se impõe isso não significa uma adesão automática ao governo Lula, o que de fato colocaria o projeto fundacional do PSOL em risco.

Os que se dedicam a demandar de Lula que apresente um programa de esquerda, antimonopolista, o fazem sem deixar claro o que Lula representa. Mais do que isso: apresentam Lula como líder da esquerda com potencial de líder anticapitalista. Lula não é isso. Não é uma posição verdadeira. Não somos nós que dizemos. É o próprio Lula. A própria direção majoritária do PT. Isso quer dizer que não se pode votar em Lula já que ele não é anticapitalista? Não. Se pode votar em Lula. No segundo turno não apenas se pode, mas se deve. Se deve dizer isso desde já. Se deve entrar na campanha no segundo turno com sangue nos olhos para levar Lula à presidência. Contra Bolsonaro, quem não fizer isso estará jogando contra os interesses dos trabalhadores.

Mas para fazer isso não se deve faltar com a verdade. Não se deve iludir os militantes, a vanguarda e o povo. Se deve dizer como as coisas são. Lula é um líder reformista que pretende fazer

melhorias nos marcos do regime capitalista. Como tal regime tem dado cada vez menos margem de manobra, os limites do lulismo para realizar reformas são pequenos. E o que não avança retrocede. Quem não enfrenta os capitalistas acaba governando para eles. E quem governa para eles acaba enfrentando o povo com maior ou menor força.

Por isso quem defende uma saída socialista deve se apresentar. Deve apresentar seu programa. Deve apresentar seu candidato no primeiro turno. Não fazer isso é perder uma oportunidade. Perder uma oportunidade tão importante é um erro grave. Custa caro. Custa caro porque perde a chance de se fortalecer. De se postular. Pode até perder votos para deputados e não passar a cláusula de barreira. Mas sobretudo confunde a vanguarda, que pode achar que toda a “esquerda” é igual, quando não é verdadeiro que a esquerda reformista e que atua nos marcos da defesa do capitalismo seja igual a esquerda revolucionária que quer impulsionar a luta por outro sistema.

Então seguimos batalhando pelo PSOL independente e não queremos que o PSOL perca a oportunidade de defender um programa de esquerda e anticapitalista nas eleições. De toda forma, perder uma oportunidade é grave, mas não é uma traição. Pode até ser uma preparação para ela. Traição mesmo será participar de um governo burguês, um governo de aliança entre reformistas e burgueses. Será o segundo round da batalha do PSOL. Este sim determinante para o futuro do partido.

Portanto será fundamental seguirmos a batalha política de forma ainda mais intensa pelo PSOL independente e anticapitalista. Nossa prioridade na campanha eleitoral será a reeleição de nossos parlamentares federais. Sem nos chocar frontalmente com a onda pró-Lula, que deve ser volumosa, mas ao mesmo tempo debatendo com a vanguarda a tarefa de seguir organizando a classe trabalhadora, a juventude, as mulheres, LGBTs e a negritude para lutar por seus direitos, pois os problemas da classe

trabalhadora, dos oprimidos e explorados não começaram com Bolsonaro e não vão terminar com ele.

Nosso desafio neste processo será lutar pela construção de um novo bloco contra-hegemônico, que una todos os que querem derrotar Bolsonaro e que ao mesmo tempo desenvolva a consciência de classe, ou “espírito de cisão”, no sentido que Gramsci definiu o termo: Este bloco deve lutar para conquistar também setores populares que votaram em Bolsonaro em 2018 – não por ele ser racista, misógino e homofóbico, mas apesar de ele ser assim – e que estavam em busca de uma representação para suas esperanças de pertencimento e inclusão dizimadas pela crise econômica que se arrasta desde 2008 e que ganhou novo impulso com a pandemia.

“O espírito de cisão, isto é, a conquista progressiva da consciência da própria personalidade histórica, espírito de cisão que deve tender a se ampliar da classe protagonista às classes aliadas potenciais: tudo isso requer um complexo trabalho ideológico, cuja primeira condição é o exato conhecimento do campo a ser esvaziado de seu elemento de massa humana”³.

Para fazer isso é preciso destacar as raízes comuns das injustiças de classe e do status no capitalismo, fazendo a conexão entre as pautas de reconhecimento e distribuição⁴. Não é possível tratar da luta antirracista sem revelar o entrelaçamento entre raça e classe, assim como nossa luta pelos direitos das mulheres e das pessoas LGBTQ+ não é para buscar diversificar a ordem social existente, dando mais representatividade a um sistema político e econômico que se beneficia das mais diversas formas de opressão para aumentar a exploração.

É preciso buscar um novo bloco contra-hegemônico que tenha a classe trabalhadora como força dirigente. Mas esta classe, como descreve Fraser, não pode ser “restrita a uma maioria étni-

3 GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, vol. 1, p. 79.

4 FRASER, Nancy. *O velho está morrendo e o novo não pode nascer*. Autonomia Literária, 2020.

ca branca de homens heterossexuais, trabalhadores de manufatura e da mineração”, segmento que alimentou o trumpismo nos Estados Unidos e que encontra seu paralelo no Brasil nos setores mais atrasados da classe trabalhadora que apoiaram Bolsonaro.

Esta classe trabalhadora com capacidade de ser o eixo do novo bloco contra-hegemônico deve ser vista de forma “interseccional”, englobando massivamente imigrantes, mulheres e negros, trabalhadores precarizados, entregadores e trabalhadoras domésticas (remuneradas ou não). Os sindicatos são fundamentais, se puderem se reinventar e recuperar sua representatividade e liderança, englobando os novos segmentos ainda desorganizados.

Esse bloco poderá também se tornar a força dirigente capaz de atrair a juventude, a comunidade LGBTQ+ e os setores mais empobrecidos da classe média. O desafio do PSOL é ser uma força organizacional que tenha capacidade de impulsionar, e quiçá liderar, a formação deste bloco. Para isso, obviamente, o PSOL não pode integrar o governo Lula. Esta luta será decisiva.

Sobre a participação dos revolucionários em governos vale reproduzir alguns trechos do texto “Uma questão de tática”⁵, de Rosa Luxemburgo, escrito em polêmica com Millerand, dirigente do Partido Socialdemocrata francês que entrou em um governo burguês:

Dado que a obtenção de ganhos imediatos e tangíveis, seja por que meio for, é a orientação principal dessa prática, a entrada de um socialista em um governo burguês deve parecer aos “políticos práticos” um sucesso inestimável. O que um ministro socialista não será capaz de alcançar em termos de pequenas melhorias, paliativos e remendos sociais!

A questão se coloca de outra forma se, ao contrário, você partir do ponto de vista de que só pode considerar a introdução do socialismo depois da ruína da ordem capitalista e que na atualidade a atividade socialista se resume à preparação objetiva e subjetiva deste

5 LUXEMBURGO, Rosa. Una cuestión de tática. Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/luxem/1899/7/tac.htm>. Acesso em: 21 nov. 2021.

momento por meio da luta de classes. Certamente, é claro que a socialdemocracia, se quiser agir com eficácia, deve ocupar todos os cargos acessíveis do Estado atual e ganhar território em todos os lugares. **Mas com uma condição: que essas posições devem permitir que a luta de classes, a luta contra a burguesia e seu Estado, seja travada.**

Mas, a este respeito, há uma diferença essencial entre os corpos legislativos e o governo de um Estado burguês. Nos parlamentos, quando os representantes eleitos da classe trabalhadora não conseguem ganhar suas reivindicações, eles podem pelo menos continuar a luta, mantendo uma atitude de oposição. O governo, por outro lado, que tem por missão cumprir as leis, não tem lugar em sua esfera de atividade para uma oposição de princípio; deve estar ativo constantemente e por meio de cada um de seus órgãos.

O representante mais radical do radicalismo burguês pode em geral governar ao lado do conservador mais atrasado. **Quem se posiciona como adversário da ordem atual, ao contrário, tem a seguinte alternativa: ou exercer uma oposição incessante à maioria burguesa no governo, ou seja, não ser de fato um membro ativo deste governo, que é evidentemente um situação insustentável que deve levar inevitavelmente à expulsão do governo do ministro socialista.** Ou, colaborar, cumprir cotidianamente as funções necessárias à conservação e ao bom funcionamento da demanda da máquina do Estado a qualquer momento, ou seja, não ser socialista de fato, pelo menos não no âmbito de suas funções governamentais.

Certamente, o programa da socialdemocracia contém muitas demandas que poderiam - em teoria - ser aceitas por um governo e parlamento burgueses. Pode-se, portanto, à primeira vista imaginar que um socialista poderia, tanto no governo como no parlamento, servir à causa do proletariado, esforçando-se por extrair em seu favor tudo o que é possível obter no campo das reformas sociais. **Mas, aqui novamente, aparece um fato que a política do oportunismo sempre esquece, que na luta que a socialdemocracia leva a cabo não é o que, mas como isso é importante.**

Quando os representantes socialdemocratas nos órgãos legislativos procuram realizar as reformas sociais, têm toda a possibilidade da sua oposição ao mesmo tempo à legislação burguesa e ao governo como um todo - o que encontra a sua expressão clara, por exemplo, na rejeição do orçamento - para dar à sua luta pelas reformas burguesas um caráter igualmente socialista e de princípios, o da luta de classes do proletariado. **Em contraste, um socialdemocrata que procurou introduzir as mesmas reformas sociais que um membro do governo, isto é, ao mesmo tempo apoiar o Estado burguês, de fato reduz seu socialismo (na melhor das hipóteses) a um democratismo burguês ou a uma política operária**

burguesa. Assim, enquanto o avanço da socialdemocracia nas assembleias representativas leva ao fortalecimento da luta de classes, sua penetração no governo só pode, pelo contrário, trazer corrupção e problemas para as fileiras da socialdemocracia. Os representantes da classe trabalhadora, se não quiserem negar sua razão de ser, só podem entrar no governo burguês em um único caso: tomar o controle dele e transformá-lo no governo da classe trabalhadora no controle do poder político.

O papel da socialdemocracia, na sociedade burguesa, é essencialmente o de um partido de oposição. Só pode entrar em cena como partido do governo sobre as ruínas da sociedade burguesa.

Uma agenda anticapitalista para o Brasil

O Brasil necessita de desenvolvimento econômico e social. São décadas de baixo crescimento, e agora, de 2014 para cá, de tendência à estagnação permanente e com períodos de depressão. A desigualdade social é uma marca que nunca foi superada. A violência contra a juventude pobre, negra e da periferia é uma constante. As prisões da miséria nos acompanham como sina.

Nossa premissa é que o desenvolvimento nacional pressupõe romper a lógica crônica da desigualdade social. Até porque o desenvolvimento econômico deveria ser para melhorar a vida do povo. Não é este o caso no capitalismo. E no Brasil, sob controle dos banqueiros, dos megaconglomerados industriais e comerciais nacionais e estrangeiros, e de latifundiários, agora na sua forma moderna de empresas do agronegócio, a desigualdade apenas se agrava. Assim, capitalismo e subdesenvolvimento se alimentam.

Para que tal controle deixe de ser exercido o país precisa de uma profunda transformação social, uma ruptura política radical com tudo o que foi experimentado até aqui, a emergência de novas formas de organização social e política onde a sociedade possa ser protagonista, mais concretamente sua esmagadora maioria trabalhadora, explorada e oprimida.

Para que tal processo novo surja e se desenvolva será necessário tempo. Embora a situação do povo seja terrível, não há outra

saída que não passe por uma longa marcha, em que as lideranças novas se desenvolvam, tirem conclusões das experiências passadas e formulem um programa, planos e se temperem no calor das batalhas.

A destruição da natureza e a degradação do meio ambiente são diretamente proporcionais à crueldade do capitalismo em relação aos oprimidos e explorados por este sistema. Nossa proposta é ecossocialista, pois não pode haver uma defesa consequente do meio ambiente sem que se aponte para a superação das leis do capital, que necessita sugar os recursos naturais e explorar o ser humano para garantir a acumulação em benefício de 1% da população, enquanto 99% sofrem as consequências nefastas deste modelo econômico.

O Brasil precisa conquistar sua verdadeira soberania. Hoje a situação é de submissão aos interesses do capital financeiro e monopolista. O principal componente do desequilíbrio financeiro do Estado brasileiro é, de longe, a conta de juros. A média mundial de comprometimento das finanças públicas com juros gira em torno de 1% do PIB, chegando a 2% em casos excepcionais. O Brasil gasta, na conta de juros, praticamente a mesma quantidade de recursos investidos no seu sistema de Seguridade Social. Grande parte da dívida interna brasileira está nas mãos de 20 mil credores, enquanto o sistema de seguridade atende cerca de 130 milhões de pessoas.

A auditoria deve resultar na devida suspensão do pagamento dos juros e amortizações da dívida pública, garantindo o direito dos pequenos poupadores e da aposentadoria dos trabalhadores que participam de fundos de pensão, dado o fato de eles inviabilizarem a capacidade do Estado em investir, por exemplo, nos direitos sociais – saúde, educação, habitação, mobilidade urbana, saneamento, etc. Estas medidas devem resguardar os pequenos e médios detentores dos títulos da dívida pública, que não serão prejudicados.

Nossa luta imediata será para que a economia do Brasil não siga amarrada aos interesses do grande capital financeiro. Nosso programa parte da definição de que os recursos hoje destinados ao pagamento da dívida para as cinco mil famílias mais ricas serão destinados aos investimentos públicos, à saúde, educação, transporte e demais gastos sociais. Daremos fim à desregulamentação da economia e da abertura financeira e comercial irresponsável, bem como implantaremos um rígido controle de capitais para inibir a especulação. Ao mesmo tempo, não se pode conceder autonomia ao Banco Central, que deve ser transformado num instrumento da retomada da soberania nacional frente ao imperialismo.

Além disso, tem lugar central em nosso programa o combate à concentração de renda e às desigualdades. No mundo, 85 fortunas acumulam a mesma riqueza que 3,5 bilhões de pessoas. No Brasil não é diferente. As cinco mil famílias mais ricas concentram a maior parte da riqueza produzida e ainda recebem dinheiro do governo, através dos juros da dívida pública. Apenas cinco brasileiros têm a riqueza equivalente a 100 milhões de brasileiros. Este processo só será estancado com o enfrentamento do problema da dívida, mas para ser revertido é preciso avançar numa reforma tributária profunda.

Várias medidas vão nesta direção. A primeira é mudar a estrutura tributária, de regressiva para progressiva. A modificação substantiva do sistema de alíquotas é fundamental, de forma que os ricos paguem proporcionalmente mais impostos do que a classe média e os pobres. É inadmissível que sobre os rendimentos do trabalho da classe média incida a mesma alíquota que incide sobre os rendimentos do trabalho dos ricos. É necessária a desoneração tributária que incide diretamente sobre a renda dos pobres e da classe média. A segunda medida consiste em eliminar boa parte das medidas de desoneração, seja da folha de pagamento, seja a redução de IPI, principalmente de setores de

bens de consumo duráveis e dos setores em que há baixa concorrência. A terceira consiste em fazer com que a tributação sobre os rendimentos do capital seja maior que a tributação sobre os rendimentos do trabalho. A quarta envolve a maior taxação do estoque de riqueza dos ricos. A quinta trata de eliminar subsídios em financiamentos para projetos de investimento de grandes empresas e grupos econômicos. A sexta é acabar com o financiamento com recursos públicos para empresas estrangeiras que operam no país.

O Imposto sobre as Grandes Fortunas – uma medida que consta na Constituição desde 1988 e até hoje não foi regulamentada – deve ser uma fonte de recursos e de justiça. Deve-se inverter a lógica do atual sistema tributário, aumentando a tributação sobre a riqueza e a propriedade. Dessa forma, é possível baixar os impostos sobre o salário e o consumo, beneficiando os mais pobres, os trabalhadores, os pequenos comerciantes, os profissionais liberais, enfim, os que hoje sustentam o parasitismo de poucos.

Medidas como o Bolsa-Família devem ser transformadas em políticas efetivas de transferência de renda, tratadas como política de Estado e acompanhadas por transformações estruturais, pois isoladas são meramente paliativas e insuficientes para assegurar a vida digna que todos merecem. É sabido que os aumentos reais do salário mínimo, ainda que abaixo do salário mínimo necessário apontado pelo DIEESE, foram mais eficientes para a redução da pobreza do que programas de transferência de renda. Garantir emprego de melhor qualidade e salário digno é fundamental. Neste sentido, também é importante voltar a vincular o reajuste dos aposentados ao do salário mínimo.

Nosso programa também deve ser taxativo na defesa da soberania nacional da planificação da produção, estatização dos bancos e o controle da produção em setores estratégicos, como a energia, que é um fator crítico da soberania e do desenvolvi-

mento de qualquer país. Ou seja, defendemos o poder da classe trabalhadora sobre a economia.

Por fim, cabe destacar como elemento de construção de um novo modelo econômico e de desenvolvimento, a necessidade de uma profunda revisão do sistema agrário brasileiro. Além de uma reforma agrária, que desmonte o latifúndio e desaproprie propriedades que possam ser utilizadas para fins produtivos – sobretudo a produção de alimentos –, será papel do Estado incentivar atividades que gerem empregos, desenvolvam de forma sustentável a economia no campo e fortaleçam a soberania nacional.

Corrupção e capitalismo: um casamento de conveniência

A corrupção é uma marca das sociedades regidas pela lógica da mercadoria e nas quais a escassez e/ou a distribuição da renda é desigual e injusta. No capitalismo a corrupção é uma característica recorrente, mas os ideólogos do livre mercado insistem em defender a ideia de que menos Estado e mais capitalismo poderia reduzir a corrupção. Medidas que aprofundem ainda mais a subordinação do interesse público às grandes empresas e monopólios seriam, em tese, a solução para a corrupção, sempre identificada com o Estado e com os políticos, e nunca com as empresas e grandes corporações. Supostamente a redução do tamanho do Estado, isto é, a privatização, seria o caminho para reduzir a corrupção. Esta identificação da corrupção com o Estado é uma manobra, pois as grandes empresas são protagonistas fundamentais da corrupção.

É preciso um programa de mudanças profundas que destruture o poder das grandes empresas e comece a construir um poder popular e dos trabalhadores como parte da luta contra a corrupção. O fim das benesses fiscais aos milionários e grandes empresas, com a cobrança dura de todos os grandes sonegadores; que as grandes empresas que se envolveram em corrupção passem a funcionar sob controle de seus trabalhadores e não mais

dos seus atuais donos corruptos, e que o sistema financeiro esteja sob controle público e seus lucros sejam revertidos para o interesse da maioria e não embolsados por um punhado de milionários.

Um sistema sério de combate à corrupção também é essencial. O sentimento de impunidade dos criminosos do colarinho branco é gigantesco. Para um combate à corrupção efetivo não bastam operações policiais ou jurídicas. É pela política que precisamos construir uma alternativa que viabilize uma participação mais direta do povo na política e uma fiscalização permanente e efetiva sobre os políticos. Se não colocarmos o combate à corrupção na agenda o resultado será um descrédito total da política, e isso é o caminho mais curto para o surgimento de “salvadores da pátria”, que só querem mesmo salvar o sistema. Bolsonaro é também resultado do abandono desta luta por parte da esquerda da ordem.

No campo dos direitos básicos, em primeiro lugar não aceitaremos retrocessos como a flexibilização dos direitos trabalhistas, o cerceamento do direito à greve ou demissões arbitrárias. Devemos apoiar e impulsionar a luta dos trabalhadores contra o desemprego, defendendo bandeiras como redução da jornada, e pelo aumento da renda, com a defesa de aumento dos salários. É neste processo concreto de lutas imediatas dos trabalhadores e do povo que pode emergir uma nova direção para o país.

É preciso que se desenvolva uma alternativa política que não esteja presa à institucionalidade e que apresente um projeto de ruptura com o modelo econômico e político. **Para que mudanças estruturais como as apontadas acima possam ser efetivadas, apenas podemos contar com a mobilização permanente da classe trabalhadora por suas reivindicações.**

A aposta no mero crescimento eleitoral, como fez o PT, levou ao desastre que vivemos hoje. A democracia racionada com a qual a burguesia aceita conviver está sempre na berlinda. Con-

fiar no “Estado democrático de direito” e apostar que ganhando as eleições é possível tranquilamente dominá-lo é uma utopia reacionária. Os presídios estão abarrotados de jovens, pobres e negros para demonstrar que nunca o Estado realmente funciona a favor da maioria. Esta realidade não foi sequer arranhada durante os governos do PT.

A construção de uma estratégia pressupõe a combinação de uma série de táticas, de atuação em movimentos e ocupação de espaços. A participação eleitoral, o engajamento no movimento em geral, sindical, estudantil, popular, camponês, o estímulo a projetos de educação popular – como fazemos ao incentivar o Emancipa – ou coletivos juvenis – como é o caso do Juntos. Nossa aliança com a FNL é parte fundamental deste processo. Mas tais táticas devem estar a serviço de uma estratégia permanente: a defesa da mobilização social pelas reivindicações da classe trabalhadora e do povo pobre e a construção de uma organização política que tenha como objetivo um projeto de governo das organizações dos próprios trabalhadores, sem capitalistas e seus agentes políticos.

Algumas palavras-de-ordem

I - Fora Bolsonaro! Impeachment já! Prisão para Bolsonaro e seu clã. Derrotar Bolsonaro nas ruas e nas urnas. Congelamento de preços dos combustíveis e da alimentação! Enfrentamento à pandemia da Covid-19 e defesa da vida, do SUS e dos trabalhadores da saúde: quebra de patentes de vacinas, vacinação e testagem em massa, já. Renda mínima emergencial para todos, de no mínimo 600 reais. Planos emergenciais de trabalho: construção de moradia popular. Investimento em educação, saúde e transporte nas cidades com geração de empregos. Defesa da auto-organização, das lutas democráticas e contra medidas repressivas.

II - Combater os super-ricos e os privilégios para ter recursos para tirar o país da miséria: contra o capital financeiro. Controle

de capitais. Fim do teto. Auditoria da dívida. Taxação das grandes fortunas, lucros, dividendos e heranças para que os ricos paguem pela crise. Anulação das dívidas no Serasa e no SPC: anistia das dívidas para milhões de famílias trabalhadores endividadas. Não ao pagamento da dívida externa, auditoria e suspensão dos pagamentos da dívida pública aos grandes capitalistas e especuladores. Estatização e controle público sobre o sistema financeiro.

III - Fim da PPI. Defesa da Petrobras. Nova política de preços. Estatização por completo da Petrobras e monopólio da extração e refino.

IV - Auxílio emergencial digno. Retomada da reforma agrária como parte de um programa alimentar de emergência. “Se o campo não planta, a cidade não janta”. Defesa das terras indígenas e quilombolas contra a revisão das demarcações e a invasão pela mineração, pelo garimpo e pelo agronegócio. Defesa da reforma agrária e crédito para a agricultura familiar.

V - Defesa dos direitos e da autoorganização. Combate à violência doméstica e ao feminicídio, que tem aumentado como efeito da pandemia. Aborto legal e seguro já! Por descriminalização e legalização. Apoio ao movimento negro e suas demandas! Apoio ao movimento de mulheres e da juventude! Apoio aos movimentos LGBTQI+! Combate ao machismo, ao racismo e à LGBTfobia. Contra a repressão policial, o abuso policial e o genocídio da juventude negra. Mudança estrutural das polícias, com democratização, direito de greve e auto organização. Auto-organização e solidariedade ativa nos bairros pobres (esse ponto deve ser enriquecido com as contribuições de negros e negras, mulheres e demais frentes - um programa que toque juventude também).

VI - Renacionalização (bandeiras democráticas nacionais). Contra as privatizações. Defesa dos Correios. Soberania energética. Reconversão industrial.

VII - Referendo revogatório de todas as medidas antipovo

como o “teto de gastos”, a PEC-5, e as reformas trabalhista e previdenciária. Manutenção dos empregos e direitos: contra a Reforma Administrativa e o corte de salários dos servidores públicos e trabalhadores normais! Estabilidade no emprego!

VIII - Por um programa de transição ecossocialista. Em defesa da Amazônia e dos povos originários. Mão ao marco temporal. Por um governo socialista dos trabalhadores, do povo pobre e dos oprimidos.

A modo de conclusão

Nossa orientação na VII Conferência passa por seguir a disputa para tirar Bolsonaro e construir o PSOL como um espaço anticapitalista e independente.

Disputar o PSOL é atender as direções e quadros das regionais, alentar uma maior coordenação do bloco dos 44%, sem sectarismo para o conjunto do partido e dar o combate dos temas postulados.

A preparação da eleição de 2022, onde lutamos para renovar nossos mandatos parlamentares como prioridade, será encarada de forma central. A intervenção no movimento social – através de nossas frentes – ganhou um especial reforço com o passo dado em relação à sólida aliança com a FNL.

E no terreno da centralização política queremos avançar com a Movimento como órgão central do MES para todo país, além de seguir o legado internacionalista que temos como bússola.

Contribuição das mulheres à VII Conferência Nacional do MES

Mulheres do MES (Novembro de 2021)

Crise mundial e luta feminista

Por todo o globo, se intensifica a miséria, a violência, a depredação ambiental, a precarização do trabalho, o desmonte dos serviços públicos, o avanço de políticas xenofóbicas, racistas, machistas, LGBTfóbicas, cenário que se agravou com a pandemia de COVID-19, escancarando a crise do capitalismo e acirrando a exploração das trabalhadoras e trabalhadores.

No Brasil, Bolsonaro destrói os direitos do povo e atenta contra a vida. O título de genocida faz jus ao papel que joga o presidente. Esse processo atinge em cheio as mulheres, que estão em posição de maior pobreza e vulnerabilidade – não por acaso, uma das primeiras vítimas da COVID-19 em nosso país foi uma mulher negra e empregada doméstica no Rio de Janeiro. A cena das mulheres revirando um caminhão de lixo no Ceará em busca de alimentos é o retrato do Brasil comandado por Bolsonaro.

A destruição dos serviços públicos, intensificada pelos cortes de verbas nas áreas sociais, reforça a dupla jornada e a divisão sexual e racial do trabalho, na medida em que recai sobre elas a responsabilidade pelo cuidado das crianças, idosos e doentes quando o Estado se ausenta.

O discurso de ódio da última campanha presidencial permaneceu aquecido durante o governo. Foi sob esta política que se intensificaram as ofensivas contra os direitos sexuais e reprodutivos no país, atacando as poucas conquistas das mulheres até aqui, como o acesso ao aborto legal. A violência de gênero se fortaleceu, elevando os índices de feminicídio. O veto de Bolsonaro a um projeto que previa a distribuição de absorventes é outra face da misoginia institucionalizada.

Todo esse cenário, contudo, não acontece sem resistência. Lutas de indígenas, da juventude, do funcionalismo público, das trabalhadoras da saúde têm emergido pautando questões fundamentais para a reprodução social da força de trabalho. Muitas dessas manifestações têm sido protagonizadas por mulheres, a exemplo do avanço na América Latina do direito ao aborto legal na Argentina, México e Chile. Também a Argentina recentemente reconheceu o trabalho materno para fins de cálculo para aposentadoria.

A construção de um feminismo para os 99%, anticapitalista, antirracista e internacionalista, tem a tarefa de centrar forças na derrubada imediata de Bolsonaro e de retomar bandeiras históricas do feminismo e do socialismo. As mulheres são maioria da classe trabalhadora, maioria dentre as pessoas pobres, mas minoria em termos de direitos e de representação política. As mulheres brasileiras precisam da revolução para sua libertação e a revolução precisa da luta das mulheres para avançar.

A atuação das mulheres do MES

O movimento feminista no Brasil tem enfrentado dificuldades de colocar seu peso social na rua nos últimos dois anos. Parte do problema se deve ao fato de não haver uma direção consolidada do movimento hoje que trabalhe para mobilizar a vanguarda feminista. Setores petistas seguem trabalhando pela desmobilização e saída eleitoral. Diante disso, apostamos na importância de fortalecer o PSOL como referência junto à vanguarda do movimento.

Apesar das contradições do período, nosso espaço se ampliou. A atuação de Fernanda, Sâmia e Vivi na Câmara Federal colocou as parlamentares do MES dentre as principais referências nacionais perante uma ampla camada de mulheres, com destaque para o episódio do impeachment. Assim como os mandatos de Luciana Genro, Mônica Seixas, Luana, Mariana Conti, Mulheres por

+ Direitos e AtivOz cumpriram esse papel em suas localidades.

Internamente ao PSOL, após 5 anos de rompimento, a Setorial Nacional de Mulheres passou por um processo de repactuação. Disputamos com centralidade o último Encontro de Mulheres do PSOL de 2019, o que se mostrou um acerto. Com as fusões, temos hoje o mesmo número de cadeiras na Executiva da Setorial que a Primavera. Ademais, existe, na prática, um empenho entre o Bloco de Esquerda e a direção majoritária do partido. Com isso, pudemos impedir o aparelhamento da Setorial pelo campo do PTL, fiscalizamos o uso da verba destinada à Setorial e tivemos atuação central na proposição e execução de políticas importantes, como o curso de formação para candidatas em 2020 e a plenária de preparação para o 8 de março.

Além da atuação na Setorial destacamos o avanço organizativo do Juntas!. Nacionalmente, estruturamos uma coordenação com reuniões periódicas, que conta com mais de 20 companheiras representando nossas principais regionais. Também progredimos em novas localidades com grupos de trabalho regionais, que permitiram nosso enraizamento e captação de militantes para a corrente. Resultado disso foi, por exemplo, a referência que alcançamos na luta contra o veto de Bolsonaro à distribuição de absorventes.

Participamos, ainda, do encontro das mulheres da IV Internacional e da articulação Feministas Transfronteiriças, que reúne centenas de organizações ao redor do mundo. E tivemos espaços de formação na tradição marxista que foram inéditos na esquerda brasileira, como o curso sobre o pensamento de Rosa Luxemburgo, conduzido por Luciana Genro.

Por fim, diante das fusões com TLS, Primeiro de Maio, Anticapitalistas e Barulho nos afirmamos como a maior e principal coluna de quadros feministas dentro do PSOL.

Os desafios das mulheres do MES para o próximo período

Com o fortalecimento das lutas feministas na última década, houve um avanço de consciência bastante significativo formando uma camada expressiva de mulheres que estão convencidas da necessidade do avanço da luta por igualdade de gênero.

Consequentemente, há também uma mudança na maneira como setores da burguesia liberal passaram a encarar as reivindicações feministas, incorporando-as parcialmente. Por outra via, disputamos com os setores petistas e seus satélites – como já mencionado anteriormente. Assim, é necessidade permanente fortalecer a perspectiva de um feminismo anticapitalista, antirracista e revolucionário para disputar a fúria das mulheres e organizá-las.

No próximo período temos o desafio de potencializar a construção do trabalho de mulheres do MES e aprofundar nosso enraizamento. Precisamos transformar a referência de nossas figuras públicas têm no movimento feminista em consolidação de uma base mais orgânica de ativistas, militantes e quadros feministas. Para viabilizar essa disputa, é preciso atrair esse ativismo para nossa corrente.

Através de uma política intensa de enraizamento, visamos enegrecer ainda mais nossas fileiras de militantes feministas, o que também deve refletir nas nossas direções de mulheres. Isso se dará através de um trabalho de base sistemático nas escolas, universidades, bairros, cursinhos, locais de trabalho, articulando a atuação das nossas ferramentas de intervenção no movimento de mulheres – como o Coletivo Juntas! e o Emancipa Mulher – com todas as nossas frentes de trabalho – como Juntos!, Emancipa, TLS e FNL –, além do conjunto dos nossos mandatos.

O próximo ciclo nos reserva um calendário importante. O período eleitoral de 2018 foi marcado pela histórica mobilização do “Ele Não”, que significou o primeiro grande levante contra Bolsonaro e colocou as mulheres como ponta de lança da oposição a

seu projeto de destruição.

Em 2022, é necessário preservar esse espaço e ampliá-lo. Não podemos retroceder de termos ao menos três mulheres na bancada federal do PSOL, Sâmia, Fernanda e Vivi, bem como de termos o mandato de Luciana Genro e outros espaços de representação estaduais como ferramentas decisivas da luta feminista. Além disso, nossas mulheres – com destaque para as mulheres negras – deverão ocupar o espaço das eleições para denunciar o projeto bolsonarista e apresentar um programa feminista, anticapitalista e antirracista, visando atrair para nosso feminismo uma audiência ainda maior, assim como tentar ampliar nosso espaço de representação institucional.

Outra tarefa que devemos enfrentar será o Encontro Nacional de Mulheres do PSOL, que deve acontecer em breve, conforme resolução aprovada no Congresso. Além de encarar essa etapa como uma tarefa importante da disputa de concepção partidária, será uma oportunidade de avançar no trabalho de mulheres nas mais diversas regionais, especialmente após esse período significativo e desafiador de fusões. Poderemos, desta experiência, extrair um resultado de maior fortalecimento e organização das mulheres do MES.

Diante do Encontro, para avançar nas formulações da corrente, destacamos a necessidade de atualizar, de forma coletiva e aprofundada, o documento de concepção sobre feminismo do MES.

Organização

No último período, adotamos uma forma de organização que compreende a Coordenação Nacional de Mulheres do MES, com representantes das regionais, onde debatemos nossa atuação nas principais atividades do calendário feminista; e a equipe do MES de atuação na Setorial, que congrega as companheiras que cumprem diretamente a tarefa de intervenção partidária, acom-

panhadas por representações da Executiva e da Coordenação Nacional do MES.

À luz da aprovação do novo estatuto devemos avançar nesse sentido, permitindo maior organicidade às nossas militantes e garantindo maior periodicidade de nossas reuniões, quem sabe formalizando um grupo de trabalho junto à Executiva Nacional do MES.

Além disso, reforçamos a importância da Comissão de Ética da corrente para que o combate a práticas machistas, racistas, LGBTfóbicas seja cotidiano também dentro de nossa organização. É fundamental que as denúncias sobre esses casos cheguem às instâncias de direção para que a partir dali se encaminhe o melhor procedimento para cada situação. Os espaços de auto-organização das mulheres do MES estão à disposição para contribuir com o debate sobre esses processos.

Por fim, indicamos que nossa organização caminhe rumo à paridade de gênero e de raça no conjunto das suas instâncias de direção, como um horizonte a curto prazo.

Contribuição para a VII Conferência Nacional: a centralidade da luta antirracista

Negritude do MES (Novembro de 2021)

As desigualdades e violências raciais estão cada vez mais presentes no cotidiano político e no cenário popular. Os levantes negros, que se intensificaram a partir de George Floyd nos Estados Unidos, e indígenas na América Latina, são o epicentro de uma crise multidimensional, que se soma ao alto número de mortes por COVID-19. Temos assim um aumento da resistência e da mobilização em torno das pautas raciais. As mulheres negras têm sido a vanguarda diversas destas lutas, enquanto lideranças comunitárias, organizadoras de redes populares de solidariedade e combate à fome, ou se levantando contra a letal repressão à juventude negra, ou enquanto lideranças religiosas, honrando o importante legado de Marielle Franco.

É preciso compreender que o racismo é central para a sustentação do capitalismo e da sua lógica de exploração. Portanto, nosso enraizamento na luta organizada antirracista é uma necessidade absoluta. Não só o enraizamento nos movimentos e na vanguarda, mas cabe a nós fortalecer movimentos de base que acontecem na negritude por direitos básicos como moradia e comida, e acirrar seu caráter antirracista e anti sistêmico. Em resumo: a luta antirracista deve ser estratégica, e não tática. Os levantes negros, indígenas, anti-imperialistas, em especial nas Américas, são uma expressão do colapso do sistema capitalista, de sua incapacidade de garantir mínimas garantias de sobrevivência para grande parte da população. A partir dessas rachaduras, devemos atuar.

Nosso avanço e nossas condições

Nessa VII Conferência Nacional, nossa organização se encontra em um nível bastante avançado para construir, aprofundar e consolidar trabalhos nas diversas lutas antirracistas pelo país. Temos um trabalho de educação popular numa crescente, via Emancipa, que tem nos levando a novos espaços na periferia; atuação direta com a FNL com bases camponesas; e tem se ampliado o número de negras e negros no Juntos e no Juntas. Isto tudo sem abordarmos o número de figuras públicas negras e a conquista de parlamentares pretos e pretas na nossa corrente. Fomos pilares nacionais da da organização do 18 de maio - Dia da luta contra o genocídio da juventude negra, e vanguarda da luta contra as homenagens a escravocratas e colonizadores. Estamos tendo um papel fundamental na defesa da política de cotas sociais e raciais nacionalmente, e na pauta dos povos indígenas. Temos participado de forma ativa das redes populares de combate à fome, aproximando lideranças de territórios periféricos e disputando sua política. Esse avanço é parte da disputa que nossa organização tem tido no campo progressista brasileiro como um todo. A pressão petista/ conformista sobre grande parte da vanguarda dos movimentos negros brasileiros é um duro obstáculo a que estamos abertamente resistindo, ao proclamar a necessidade da luta pela queda imediata do governo Bolsonaro, em defesa da vida da negritude e dos povos indígenas.

Pra além dos avanços, é necessário reconhecer que existe a necessidade de criarmos condições cada vez melhores para o avanço de quadros de direção negros e negras, e avanço de militantes oriundos do trabalho popular, ampliando o nosso trabalho para a periferia e a construção de uma corrente cada vez mais racializada. O avanço no número de figuras públicas negros e negras não se reflete de forma automática num avanço de quadros de direção negros e indígenas. Essa reflexão reconhece o peso da estrutura racista sobre todos nós, inclusive sobre nossa or-

ganização. Por outro lado, o avanço que temos tido nos coloca a responsabilidade de aproveitar as oportunidades de enraizamento que se apresentam cada vez mais à nossa organização, e disso depende o avanço de dirigentes de origem negra e periférica. Apresentamos algumas reflexões e propostas de movimentações que vão nesse sentido: a primeira é o simples reconhecimento que um militante negro, indígena, de origem periférica, está sob condições estruturais de maior pressão financeira, familiar, cultural, que puxa para o afastamento da luta organizada e da vida militante. A postura das direções deve ser de combater essa pressão, compreendendo seu impacto sobre o militante. Também é necessário sempre investir nas formações para toda a militância compreender a centralidade da luta antirracista no país, via organização de seminários nacionais ou regionais, escolas de quadros, etc.

É necessário um organismo de direção nacional de negros, negras e indígenas da corrente que possa elaborar um plano de formação de quadros populares a ser realizado, de preferência, nas periferias, que preveja níveis de leitura/elaboração, pensando a formação de dirigentes periféricos da nossa corrente, que possam ampliar nossa capacidade de formulação política cada vez mais, e avançar no nosso trabalho internacional cada vez mais.

Também é válido compartilhar que a experiência da abertura de sedes nas periferias, vinculadas aos nossos trabalhos territoriais, ou de juventude, ou mesmo de mandatos, com a realização de trabalhos comunitários, assistenciais e políticos, têm se mostrado uma potente ferramenta de enraizamento, captação de militantes, e influência sobre diversos movimentos. Pra além dessas ações para o avanço de captação e desenvolvimento de militantes negros, é sempre importante apontar a necessidade de se discutir a proporcionalidade racial das direções regionais. Ainda que essa conferência em específico não defina critérios e parâmetros numéricos, apontamos aos camaradas para que se façam debates

e se criem mecanismos, mesmo que regionais, que possam impactar na composição racial e inclusive de gênero das direções regionais, reconhecendo que é necessário que as direções da nossa organização reflitam o avanço de nosso enraizamento na classe.

Um balanço do VII Congresso do PSOL

Executiva Nacional do MES – Outubro de 2021

O VII Congresso do PSOL foi realizado excepcionalmente em formato remoto e reuniu 402 delegados de todo país nos dias 25 e 26 de setembro, representando quase 51 mil filiados que foram às urnas nas etapas municipais do processo. Após 16 anos de existência do PSOL, o VII Congresso aconteceu em condições complexas da luta de classes no país e da própria dinâmica partidária. O último congresso – que reuniu 27 mil filiados na base – ocorreu em 2017, quando o país ainda não estava sob o governo Bolsonaro. Houve, portanto, um importante incremento na participação e toda uma nova agenda política a ser discutida. O conjunto da oposição partidária defendia que o modelo de congresso fosse outro e que privilegiasse o debate político – visto que apenas 10% dos votantes participaram dos debates virtuais preparatórios, refletindo o grande deficit democrático e atrapalhando o processo de debate e politização da militância.

Consideramo-nos satisfeitos pelo desempenho do bloco que se construiu como oposição de esquerda e derrotou as intenções iniciais da ala moderada de “reconfigurar” o PSOL. Isso se expressou na chapa de unidade da oposição, que fez 43% do total de votos e permitiu a manutenção da companheira Mariana Riscalci na tesouraria do PSOL. Neste balanço, queremos trazer as principais polêmicas, a localização dos setores e a dinâmica das próximas batalhas.

1) O contexto político

Como mencionado, o VII Congresso do PSOL foi o primeiro no governo Bolsonaro. Por isso, é fundamental entender o contexto mais geral. Ainda que sua popularidade esteja derretendo, a estratégia de ofensiva golpista do governo segue, tendo como

ponto alto os atos de São Paulo e Brasília no último 7 de setembro. A resposta da oposição nas ruas foi insuficiente, com atos rotineiros e espaçados no tempo, hegemonizados em sua linha política pela orientação eleitoral do lulismo de “queimar o governo em fogo baixo” até as eleições de 2022. Mesmo a profundidade da crise, com a carestia e a fome assolando parcelas cada vez maiores do povo, as jornadas de luta não alcançaram a escala de milhões. As duas principais forças da oposição – a ala da burguesia liberal e o lulismo – apresentam dificuldades de mobilização e não se jogaram decididamente para que as ruas pudessem ser o fator determinante para tirar Bolsonaro do poder.

Nesse contexto, o congresso representou um crescimento contraditório para o PSOL. Com mais de 200 mil filiados, a participação quase que dobrou em relação a 2017. O PSOL teve um grande crescimento ao longo de sua história e, especialmente, no último período devido justamente ao seu perfil anticapitalista e independente do regime político, apresentando-se como referência para importantes camadas da vanguarda dos movimentos sociais e afirmando seus parlamentares como defensores intransigentes das pautas mais avançadas nos legislativos. Os sucessos do PSOL apresentaram-se justamente onde tal perfil foi mais concreto e se abalaram quando ele se demonstrou mais frágil. Tal afirmação pode ser feita a respeito das vitórias eleitorais de Belém e na candidatura de 2020, em São Paulo, de Guilherme Boulos, que superou Jilmar Tatto, operador da burocracia petista. Em comparação com o desempenho de Boulos em 2018, quando teve uma linha adesista ao campo petista, podemos medir os efeitos dessas diferentes circunstâncias.

O PSOL organizou-se como projeto capaz de dialogar com boa parte dos desejos e demandas da juventude política – expressas em suas representações parlamentares –, mas ainda enfrenta as dificuldades da construção como operador direto nas lutas da classe trabalhadora. O PSOL cresceu onde ocupou

um lugar independente, como em São Paulo, mas perdeu espaço onde hesitou na política, como no Rio de Janeiro. A saída de figuras que expressavam uma linha mais reformista – como Randalfe Rodrigues e, agora, Marcelo Freixo – indica que ainda não existe espaço para uma linha abertamente moderada dentro do PSOL. Não é tão simples ser muito reformista no PSOL porque o partido tem muitas tendências anticapitalistas. E, nesse espaço das tendências anticapitalistas, podemos localizar a vitória e o crescimento desse bloco, do qual o MES é o principal integrante.

O VII Congresso do PSOL foi palco dessa disputa, num cenário em que há necessidade de afirmar o projeto do PSOL diante de sua nítida fragilidade programática, por um lado, e das dificuldades da realidade, por outro, com as pressões do PT sobre toda a oposição e a dificuldade real de superação da cláusula de barreira.

2) A disputa do congresso do PSOL

Antes de mais nada, o congresso refletiu um partido dividido. Ao contrário do que apostavam os setores que hoje se autointitulam “nova maioria”, reunidos na chapa PSOL de Todas as Lutas (PTL), o VII Congresso, chamado a toque de caixa para definir uma nova relação de forças internas, não conseguiu lograr seu objetivo principal. A aliança entre as correntes Primavera Socialista e Revolução Solidária/MTST buscava estabelecer, desde 2018, a começar por seu fracassado projeto “Vamos”, uma espécie de reconfiguração do PSOL por meio da conquista de 2/3 da direção partidária e do controle de postos-chave da direção. Com a entrada de novas correntes, como a Resistência e a Revolução Solidária, e a presença no aparelho da prefeitura de Belém, tal setor buscou uma ofensiva para garantir uma nova localização, aproveitando-se das difíceis condições sanitárias para refazer o mapa interno de forças. Esse projeto foi derrotado.

O que se viu no congresso foram duas chapas (PSOL de To-

das as Lutas e Oposição de Esquerda) que, consideradas diferenças regionais, atuaram nos congressos estaduais rumo à etapa nacional. A Oposição de Esquerda logrou importantes vitórias nas etapas estaduais, como a derrota da Primavera na Bahia, o segundo maior colégio eleitoral, defendeu a pré-candidatura de Glauber Braga à Presidência da República e garantiu uma importante unidade política.

Dentro do PSOL de Todas as Lutas, há dois sub-blocos ou campos: o campo PSOL Popular, composto pelas correntes Primavera Socialista (que reelegeu Juliano Medeiros na presidência do partido e tem como principal base a prefeitura de Belém) e Revolução Solidária (de Guilherme Boulos); e o campo Semente, formado por correntes de natureza militante e internacionalista (principalmente Resistência, Insurgência e Subverta, sendo as duas últimas parte da seção brasileira da IV Internacional). Ou seja, três campos que se converteram em duas chapas. Se separarmos os campos, pode-se ter a seguinte conformação: Oposição de Esquerda (43%); PSOL Popular (41%); e PSOL Semente (15%), além da abstenção da LSR.

Houve uma importante vitória com a manutenção da tesouraria pela Oposição de Esquerda, conduzida pela companheira Mariana Riscali com o balanço de uma gestão política, democrática e coerente à frente das finanças partidárias. A esquerda partidária, no congresso, defendeu a independência e o perfil do PSOL, apostando no pluralismo e na combatividade em suas resoluções.

O VII Congresso partiu de uma premissa de unidade: a luta pelo “Fora, Bolsonaro” e a necessidade da luta pelo impeachment. Apesar das diferenças táticas sobre a dinâmica desta luta – com um setor defendendo exclusivamente as manifestações mensais enquanto outro buscava dar mais dinâmica ao calendário de lutas –, houve unidade sobre a prioridade da derrota de Bolsonaro e a importância do impeachment como ferramen-

ta para tal tarefa. Trata-se de uma definição importante, parte de uma disputa que se arrastou no interior da direção do PSOL após os parlamentares do MES e uma parte do bloco de esquerda encabeçarem, ainda em 2020, um pedido de impeachment que alcançou mais de um milhão de assinaturas de apoio.

Os temas mais polêmicos foram a tática eleitoral e a participação do PSOL num possível futuro governo Lula. Ainda que as resoluções votadas pela maioria buscassem mascarar seu real conteúdo, a chapa PTL unificou-se na defesa incondicional da candidatura de Lula já no primeiro turno, sem exigências programáticas mínimas ou restrição a alianças. Entretanto, há uma diferença fundamental nesse setor sobre a participação num futuro governo Lula, já que PSOL Popular admite tal hipótese enquanto PSOL Semente declara-se abertamente contrário. Mas a votação sobre a participação num governo de conciliação de classes não demonstrou essa contradição, já que o PTL aprovou uma resolução pouco sólida, que encaminha ao futuro Diretório Nacional do partido a definição sobre esse tema. A esquerda defendeu uma posição intransigente pela independência partidária perante governos de composição com a burguesia.

A defesa de uma candidatura própria do PSOL teve votação expressiva: 44% dos delegados votaram pela indicação de Glauber Braga como pré-candidato à Presidência da República pelo PSOL em 2022. Essa proposta esteve sempre condicionada ao próprio risco da extrema-direita, sendo desenvolvida a partir de duas caracterizações centrais: o crescente isolamento de Bolsonaro, com sua virtual impossibilidade de vitória no primeiro turno, e a necessidade de o PSOL afirmar permanentemente um perfil independente e um programa anticapitalista. Nossa independência política perante o regime burguês é o patrimônio que permitiu o crescimento e a afirmação do PSOL ao longo de sua história.

Outra votação significativa ocorreu sobre o golpe em Cha-

pecó (Santa Catarina), por meio do qual a corrente Resistência apresentou um recurso pedindo a impugnação da urna da cidade a partir de uma montagem de vídeo realizada por um militante desta corrente que acompanhou a votação como mesário. A anulação da votação, totalmente incoerente com os critérios tomados em situações idênticas em outras cidades do país, resultou numa alteração do resultado final do Congresso de Santa Catarina em favor da Primavera Socialista e representou a manobra de maior distorção no resultado no Congresso.

Ainda foram votadas importantes resoluções unitárias, como a defesa de José Rainha Jr. e Claudemir Novais, dirigentes da Frente Nacional de Lutas (FNL), contra a perseguição jurídica que esses camaradas sofrem por lutar pela reforma agrária, além das resoluções consensuais da negritude, do setorial LGBT e do setorial ecossocialista.

3) As polêmicas que seguem

Várias polêmicas abertas no VII Congresso ainda seguirão. A disputa pela direção do movimento de massas com o lulismo segue sendo uma das tarefas centrais no combate ao oportunismo por meio da afirmação de um polo anticapitalista radical. As novas demonstrações do PT de aproximação com a burguesia e com setores da direita política reafirmam a mesma opção política de décadas atrás e representam riscos à classe trabalhadora para a defesa de seus interesses econômicos e para a necessidade de um projeto alternativo que apresente uma resposta contundente à extrema-direita.

Essa combinação entre unidade na luta e disputa pela direção deve apresentar-se ao longo de 2022, independentemente de fórmulas eleitorais, na luta pela candidatura própria do PSOL na próxima Conferência Eleitoral, reafirmando o PSOL como alternativa radical para o conjunto da classe e da juventude. Nossas posições intransigentes em defesa dos interesses dos trabalhado-

res são nossa principal ferramenta de propaganda perante amplos setores.

Portanto, o PSOL também seguirá em debate sobre a participação em possíveis futuros governos de conciliação de classes, com seu bloco de esquerda afirmando uma dura posição contrária a esse tipo de adesão. A entrada nesses governos, tal como operado por Lula e planejado pelo campo PSOL Popular, é um grande risco ao perfil independente que permitiu o desenvolvimento do PSOL até aqui. O campo PSOL Semente, que formalmente está contra essa possibilidade, na prática até o momento vem sendo bastante útil a essa política liquidacionista ao aceitar resoluções imprecisas e bastante funcionais aos interesses do PSOL Popular. A dinâmica da situação vai demonstrar que existe vivacidade nos debates entre o ativismo e a militância do PSOL, empurrando alguns, que ainda estão em dúvidas sobre a manutenção dessa “aliança híbrida” entre Semente e PSOL Popular, a construir outras posições.

O Bloco de Esquerda do PSOL demonstrou sua força e continuará avançando por meio da coerência de sua política, representando as maiorias em 9 estados (incluindo Santa Catarina) e quase metade dos diretórios municipais, refletindo a dinâmica das principais lutas do país e os aspectos programáticas mais avançados do partido, inclusive pautando temas abandonados pelo PTL, como a dívida pública e o combate ao capital financeiro. A composição da chapa Oposição de Esquerda (43%) e a delegação de cada corrente nos votos do VII Congresso foram as seguintes: MES (21%); Fortalecer (6%, mas que chega a 9,5% com sua aliança com o Coletivo de Independentes da Bahia – Franklin, que teve 3,5%); APS (5%); Comuna (3%); MER (1,7%); e demais correntes (que somaram outros 3%).

O papel de Glauber Braga foi fundamental para unir esse campo, para dar voz a sua orientação política e para defender um programa anticapitalista. Nossa proposta, ao conjunto dessas

forças, é a criação de uma mesa nacional de direção do Bloco de Esquerda, que possa debater e ter iniciativas permanentes para ter uma política comum para sociedade. Os próximos passos da pré-candidatura de Glauber Braga – que deve levar a luta até a Conferência Eleitoral do PSOL em 2022 – devem combinar uma agenda comum com a agitação mais ampla, dando destaque a aspectos fundamentais do programa por ela apresentado.

A afirmação programática é essencial na conjuntura que enfrentamos, exigindo a formação de um sistema de palavras de ordem que reflita os reais os interesses do povo e construa cada vez mais pontes tanto com as vanguardas que lutam como com as massas que sentem cada vez mais os reflexos da crise do capital.

4) Os desafios para o próximo período

Nosso principal desafio é seguir desenvolvendo a corrente dentro do polo político alternativo de direção do PSOL. O MES reuniu mais de 10 mil filiados que votaram em nossa tese. A chapa Oposição de Esquerda teve cerca de 22.500 votos em nível nacional.

O desempenho do MES foi responsável por manter fortalezas e avançar em distintos níveis: ganhamos e ampliamos no Rio Grande do Sul; ampliamos no Rio Grande do Norte, onde vencemos com mais de 80%; conquistamos uma maioria mais consolidada no Paraná; tivemos a novidade da vitória em Tocantins; reunimos 3 mil pessoas em São Paulo, nossa maior delegação em termos absolutos; garantimos 40% no congresso do Distrito Federal; somos a segunda minoria no Rio de Janeiro; obtivemos avanços e delegações importantes em Pernambuco, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Alagoas, além de presença no Ceará, Bahia, Amazonas e outros estados. Em Santa Catarina, demos uma grande batalha contra o golpe em Chapecó e, ainda que este tenha sido consumado na votação congressual, nosso esforço foi fundamental para moralizar os camaradas da cidade, que segui-

rão na construção do PSOL.

Nosso resultado foi também fruto direto dos recentes processos de fusões do MES com a TLS, o Primeiro de Maio, o grupo de Campinas dos Anticapitalistas e o Barulho. O crescimento representado pela aproximação desses e dessas camaradas foi quantitativo e qualitativo, sinalizando as possibilidades para a reorganização dos revolucionários a partir da afirmação de posições socialistas radicais. Nossa relação com a FNL também representou um grande avanço nesse sentido, incorporando ao PSOL quadros significativos de um dos movimentos mais combativos do campo e permitindo a ampliação da esquerda do partido sobre novas bases em estados importantes, como São Paulo e Distrito Federal. Pode-se dizer que foi uma conquista estratégica a relação com a FNL, com seu principal líder, José Rainha Jr., e com seus quadros em todo país.

Temos a responsabilidade de avançar cada vez mais com uma linha política comum, combinada com nossos aliados no Bloco de Esquerda, partindo das premissas de afirmação de um PSOL anticapitalista e independente. Nossa agitação permanente na juventude, nas categorias de trabalhadores e nos movimentos sociais precisa avançar cada vez mais com um sistema de palavras de ordem que permita conectar nosso programa com as necessidades imediatas do povo.

Nossas tarefas internacionais também se ampliam por meio da IV Internacional (da qual participamos em seu bureau) e a partir de relações bilaterais com outras correntes revolucionárias. Nossos acertos políticos são derivados diretamente de nosso caráter internacionalista, e a localização do PSOL Semente reafirma a luta política no PSOL em escala internacional, tanto pela disputa sobre os rumos do partido na IV Internacional como pelo próprio debate permanente com camaradas de organizações que também se reivindicam internacionalistas.

A tarefa de formação política, por sua vez, será central para

apoiar e consolidar esses planos, sendo imprescindível para conseguirmos enfrentar a complexa realidade brasileira. Para isso, é essencial aprofundar as importantes iniciativas tomadas no último ano, como a Escola Marx, o Lendo Marxistas, a Lendo Juntas! e a Universidade Emancipa, entre outras iniciativas locais de formação.

Como um esforço de síntese dessas múltiplas necessidades de construção, iremos à nossa VII Conferência do MES nos dias 26, 27 e 28 de novembro, buscando indicar Wnossa rota para os próximos anos. A VII CNMES terá a tarefa de incorporar as formulações e experiências dos processos relatados acima e preparar o conjunto da organização para os desafios do futuro próximo, que combinarão tarefas de unidade contra a extrema-direita às tarefas de construção e afirmação de nosso programa. A responsabilidade do MES perante o PSOL e a vanguarda é enorme e o conjunto de nossa militância deve estar à altura dos desafios colocados. Dessa forma, preparamo-nos para os desafios à frente em 2022, quando lutaremos para defender o PSOL na luta para superar a cláusula de barreira e para renovar nossos mandatos.

Dossiê Internacional

China, novo imperialismo emergido¹

Pierre Rousset²

A formação de um novo imperialismo³ é um evento raro. Requer múltiplas condições prévias relacionadas com a situação internacional e as características específicas do país em questão. Deste duplo ponto de vista, o surgimento da China tem levantado questões incomuns.

Nós sabíamos que um imperialismo poderia surgir fora da esfera ocidental. Este foi o caso do Japão. Entretanto, fazia parte de uma estrutura bastante clássica de análise. O avanço dos impérios ocidentais ainda não estava completo no nordeste asiático, as grandes potências estavam lutando pelo controle da China, e o governo japonês podia reagir preventivamente. Quanto à estrutura social do país, nos pareceu essencialmente semelhante à dos países europeus, com o advento do Meiji (1868) assegurando a transição do feudalismo tardio para o capitalismo moderno: industrialização acelerada, constituição de um exército poderoso que comprovou seu valor magistralmente contra a Rússia: pela primeira vez, uma potência europeia foi derrotada por um país asiático, um grande acontecimento que provocou um terremoto geopolítico⁴... O Japão foi assim o último Estado imperialista a conseguir se constituir no início do século 20.

A transformação do imenso Império Russo em um imperialismo moderno fracassou, principalmente por causa das consequências de sua derrota para o Japão na Guerra Russo-Japonesa (1904-1905): suas capacidades militares entraram em colapso, sendo sua frota naval destruída em duas etapas: primeiro, a parte baseada na Sibéria, e depois, a baseada no Mar Báltico, que havia

1 Publicado originalmente na *Revue L'Anticapitaliste*, n. 130 (novembro de 2021). Tradução: Alain Geffrouais.

2 Dirigente da IV Internacional.

3 O termo *imperialismo* pode ser usado em diferentes contextos históricos. Trata-se aqui de grande potência capitalista.

4 Pierre Rousset, 4 junho 2017, "La crise coréenne et la géopolitique en Asie du Nord-Est: du passé au présent" [A crise coreana e a geopolítica na Ásia do Norte-Este: do passado ao presente], ESSF (artigo 41214). Disponível em: <http://www.europe-solidaire.org/spip.php?article41214>.

sido enviada como reforço. No nível político interno, o desastre teve como consequência a revolução de 1905, que iniciou a crise do regime czarista. Derrotada no Oriente pelo novo imperialismo japonês, depois no Ocidente pela Alemanha durante a Primeira Guerra Mundial, a Rússia estava a ponto de se tornar um estado dependente ou desintegrado – um destino do qual escapou graças à revolução de 1917.

Com a formação dos impérios coloniais, uma primeira partilha do mundo estava quase completa; de agora em diante, a questão em jogo nos conflitos interimperialistas seria contestá-la.

No coração da globalização capitalista e das tensões geopolíticas

No início do século 21, a China de Xi Jinping se estabeleceu como a segunda potência mundial, no coração da globalização capitalista. Ela se projeta em todos os continentes e em todos os oceanos. Para Xi, *“Na era da globalização econômica, abertura e integração são uma tendência histórica irreprimível. Construir paredes ou ‘desacoplar’ vai contra as leis econômicas e os princípios do mercado”*. Philip S. Golub observa então que *“o estado-partido se apresenta como o campeão do livre comércio e das finanças globais”*, facilitando o acesso, em benefício de grandes grupos norte-americanos, a *“certos segmentos dos mercados de capitais domésticos (...) e concedendo licenças para operar subsidiárias de propriedade integral ou com participação maioritária (...)”*. Para *The Economist* de 5 de setembro de 2020, *“a China está criando oportunidades [que o capital estrangeiro não esperava, pelo menos não tão rapidamente]”*. O volume dos fluxos da entrada de capitais dos EUA na China é difícil de estimar porque *“muitas empresas chinesas emitindo ações têm subsidiárias em paraísos fiscais offshore”*. De acordo com um relatório publicado pelo Investment Monitor em 13 de julho de 2021, a China tem mais subsidiárias nas Ilhas Cayman do que qualquer outro país *“salvo*

os EUA, Reino Unido e Taiwan”⁵.

“Capaz de impor suas condições em setores industriais chave”⁶, o estado chinês pilota o avião *China*, alimentando uma vasta rede de patrocínio reforçada pela capacidade do partido de impor uma vigilância generalizada da sociedade. Não estamos confrontados a um “socialismo de mercado com características chinesas”, mas a um capitalismo de Estado que tem “características chinesas”⁷. Da Índia à Coreia do Sul, ver o estado pilotar o desenvolvimento econômico não é novidade na Ásia. Em formas diversas, muitas oligarquias dominantes combinam capital privado, capital militar e capital estadual. A ligação entre eles muitas vezes passa pelas grandes famílias possuidoras.

Herdeira de uma longa e particularmente complexa história, a formação social chinesa é muito heterogênea. Fábrica do mundo, sua economia permanece parcialmente dependente do capital estrangeiro e da importação de componentes ou de peças de reposição. Por outro lado, ela oferece a base para o desenvolvimento internacional independente. Em alguns setores ela produz tecnologias avançadas, em outros ela não consegue compensar seu atraso - como nos semicondutores sofisticados. Está passando por crises de excesso de produção (e de endividamento) ao estilo capitalista que estão atingindo duramente o setor imobiliário, simbolizado pela quase falência da gigante Evergrande⁸. Até agora, todas as previsões sobre o estouro da bolha imobiliária foram desmentidas⁹ - mas isso não significa que permanecerá assim. Como observa Romaric Godin, “ainda nada de definitivo sobre uma possível crise chinesa, mas as contradições do capitalismo de estado na Re-

5 Philip S. Golub, “Contre Washington, Pékin mise sur la finance” [Contra Washington, Pequim aposta na finança], *Le Monde Diplomatique*, novembro 2021, p. 13.

6 Philip S. Golub, *op. cit.*

7 Au Loongyu, maio de 2014, “What is the nature of capitalism in China ? – On the rise of China and its inherent contradictions”, *Europe solidaire sans frontieres* (ESSF, artigo 35764). Disponível em: <http://www.europe-solidaire.org/spip.php?article35764>.

8 Ver Romaric Godin, 9 de setembro 2021, “Les contradictions du modèle chinois [As contradições do modelo chinês]”, *Mediapart*. Disponível em ESSF (artigo 59659), “Chine: le géant de l’immobilier Evergrande au bord du gouffre – Les contradictions du modèle chinois” [China: A gigante do imobiliário Evergrande na beira do colapso – As contradições do modelo chinês]. Disponível em: <http://www.europe-solidaire.org/spip.php?article59659>.

9 O que Paul Krugman reconhece sobre suas próprias previsões no *New York Times* de 22 de outubro 2021.

pública Popular parecem estar crescendo cada vez mais profundamente”.

A partir dos anos 80, a liderança chinesa preparou sua expansão internacional. Discretamente sob Deng Xiaoping, agressivamente sob Xi Jinping. Esta expansão tem motivos econômicos domésticos (encontrar saídas para setores com baixa rentabilidade e superprodução, tais como aço, cimento ou mão-de-obra). Tem raízes culturais profundas - restaurar a centralidade do Império do Meio, apagar a humilhação da dominação colonial, oferecer uma alternativa global ao modelo ocidental de civilização. Ela alimenta um nacionalismo de ser uma Grande Potência legitimando o regime e sua ambição de desafiar a supremacia dos EUA.

Nos encontramos em uma situação “clássica” onde a grande potência estabelecida (os Estados Unidos) enfrenta o surgimento de uma potência em pleno desenvolvimento (a China).

Pré-condições internacionais

Como que tinha se tornado impossível no início do século 20 (o surgimento de um novo imperialismo) passou a se realizar na virada do século 21? Correndo o risco de simplificação, evidenciamos dois períodos.

Após as revoluções russa (1917) e chinesa (1949), a maior parte da Eurásia escapou ao domínio direto do imperialismo japonês e ocidental, ganhando uma posição de independência sem a qual nada do que aconteceu mais tarde teria sido possível.

Após a derrota internacional dos movimentos revolucionários nos anos 80, por um lado, e a desintegração da URSS, por outro, a ala dominante da burguesia internacional cometeu o pecado do triunfalismo, pensando que seu domínio completo estava agora assegurado. Aparentemente, não previa que a ordem mundial neoliberal que estava impondo pudesse ser usada por Pequim em seu benefício, com o sucesso que conhecemos.

Mutações chinesas

As análises que afirmam que a política internacional atual da China não é imperialista baseiam-se na continuidade do regime de 1949 até os dias atuais, mas esta continuidade é apenas *nominal*: República Popular (RPC), Partido Comunista (CCP), grande setor econômico estatal. Existem certamente continuidades, notadamente culturais, incluindo a longa tradição burocrática do Império que confere aos regimes contemporâneos uma “normalidade” histórica. No entanto, as descontinuidades os superam em muito. Houve de fato revolução e contrarrevolução, como testemunham as sucessivas convulsões das classes sociais.

A posição do proletariado industrial. Quando a República Popular foi proclamada, o PCC teve que reconstruir sua base social nos centros urbanos. Para fazer isso, ela se apegou à classe trabalhadora, nos dois sentidos da palavra: subordinando-se a ela e proporcionando-lhe consideráveis benefícios sociais.

Politicamente, a classe trabalhadora é mantida sob o controle do partido; ela não “dirige” nem a empresa nem o país. Os trabalhadores são alocados em unidades de trabalho de maneira semelhantes aos funcionários públicos territoriais na tradição francesa. No entanto, a classe trabalhadora das novas empresas estatais desfruta de consideráveis benefícios sociais (emprego vitalício etc.). Nenhum outro estrato social tem uma posição social tão vantajosa, exceto, é claro, a burocracia dos órgãos do poder político-estatais.

O status das mulheres populares. As duas leis emblemáticas adotadas após a conquista do poder beneficiam as mulheres do povo: igualdade de direitos no casamento e uma reforma agrária que as inclui¹⁰.

As antigas classes dirigentes. Uma vez consolidada a República Popular¹¹ e independentemente do destino individual de

¹⁰ Evidentemente, o “teto de vidro” e o patriarcado não acabaram, no entanto, na sociedade.

¹¹ Apesar das consequências da guerra da Coreia, que começou em 1953 e configurou um roteiro catastrófico para Pequim, que tinha como prioridade a reconstrução do país.

um ou outro membro das elites chinesas, as antigas classes dominantes (burguesia urbana e nobreza rural) foram desintegradas.

O regime maoísta se consolida através de uma revolução social, nacionalista, anti-imperialista e anticapitalista – um processo de revolução permanente¹². Ela tem raízes populares profundas, mas é, no entanto, autoritária, moldada por décadas de guerra. A herança democrática das mobilizações sociais da estratégia da “guerra popular” continua viva, mas o Estado-partido é, no entanto, o quadro no qual se desenvolve a burocratização (um processo). Isto não é socialismo, mas uma sociedade de transição cujo resultado é incerto¹³.

A crise do regime maoísta. Todas as contradições inerentes ao regime maoísta explodiram durante a mal denominada Revolução Cultural (1966-1969)¹⁴: uma crise global de grande complexidade que não é possível resumir aqui, durante a qual a administração e o partido se desmoronaram - somente o exército permaneceu capaz de intervir coerentemente em escala nacional. Mao finalmente pediu-lhe que impusesse um retorno repressivo à ordem, voltando-se contra os Guardas Vermelhos e os grupos de trabalhadores que apoiava. Ele abriu caminho nos anos 70 para a ditadura obscurantista do Gangue dos Quatro, a vitória final da contrarrevolução burocrática. O resultado catastrófico do GRCP¹⁵ sanciona a crise terminal do regime maoísta e a morte política de Mao Tse Tung, dez anos antes de sua morte física¹⁶.

A contrarrevolução burocrática criou um terreno fértil para a

12 Pierre Rousset, “L’expérience chinoise et la théorie de la révolution permanente [A experiência chinesa e a teoria da revolução permanente]”, revista *L’Anticapitaliste* n. 126 (maio 2021). Disponível em *ESSF* (artigo 58489), “L’expérience chinoise et la théorie de la révolution permanente”: <http://www.europe-solidaire.org/spip.php?article58489>.

13 Por isso, é melhor evitar o uso da expressão “transição ao socialismo”.

14 É frequente chamar de “Revolução Cultural” todo o período 1966-1976. Isso é confundir na mesma periodização os anos de “tumultos” que anteciparam a repressão de 1968-1969 e os de uma instável normalização burocrática.

15 Grande Revolução Cultural Proletária.

16 Pierre Rousset, “La Chine du XXe siècle en révolutions – II – 1949-1969: crises et transformations sociales en République populaire” [A China do século 20 em revoluções – II – 1949-1969: crises e transformações sociais na República popular], *ESSF* (artigo 13546). Disponível em: <http://www.europe-solidaire.org/spip.php?article13546>.

contrarrevolução burguesa, quebrando mobilizações populares e fazendo o retorno de Deng Xiaoping, um sobrevivente das purgas da GRCP, aparecer como uma vitória da razão. Alguns anos depois, ficou claro que o que tinha sido uma justificação caluniosa para as purgas nos anos 60 tinha se tornado uma realidade nos anos 80: Deng agora encarnava a opção capitalista dentro da nova direção do PCC.

A contrarrevolução dos anos 80. Sob o impulso de Deng Xiaoping, a ala dirigente da burocracia preparou sua mutação, seu “*emburguesamento*” e a reinserção do país no mercado mundial capitalista. Para isso, ela se beneficia de trunfos excepcionais:

- Ligados à herança do regime maoísta: um país, uma indústria e uma tecnologia independentes, uma população educada e qualificada...

- Ligados à herança do período colonial: Hong Kong (colônia britânica), Macau (colônia portuguesa), Taiwan (protetorado dos EUA) são portas largamente abertas para o mercado mundial e as finanças internacionais oferecendo conhecimentos de gestão que não existiam no continente e permitindo transferências de tecnologia (Macau sendo um canal ideal para contornar legislações e regulamentos).

- A possibilidade de colaborar com o poderoso capital transnacional chinês com base num sólido compromisso: este último recebe um tratamento privilegiado na China, enquanto sabe que somente o governo e o PCC podem garantir a manutenção da unidade do país-continente.

- O peso intrínseco da China (seu tamanho geográfico e demográfico) - um país como o Vietnã pode seguir a mesma evolução que seu vizinho, mas, no entanto, não tem condição de reivindicar o status de grande potência

A transformação capitalista acelerada da China não foi realizada sem infligir uma derrota histórica às classes trabalhado-

ras durante a repressão massiva conhecida como Tiananmen em abril de 1989 (sendo o país inteiro envolvido, e não apenas Pequim)¹⁷. Uma derrota que faz parte do novo arranjo das classes sociais.

- **O proletariado.** A classe trabalhadora das empresas estatais resistiu com obstinação à intensificação do trabalho exigida pelas autoridades, tanto que, como último recurso, as autoridades decidiram retirar grande parte dela da produção, enquanto continuavam a pagá-la através de vários dispositivos. O êxodo rural permitiu a criação de um novo proletariado, especialmente nas zonas de livre comércio. 70% eram mulheres, e tratava-se na época de trabalhadoras chinesas sem documentos (era proibido na China mudar de residência sem autorização oficial). A força de trabalho perfeita para a superexploração que caracteriza o período de acumulação primitiva do capital. A primeira geração de imigrantes do interior aguentou enquanto esperava retornar ao vilarejo. A segunda geração lutou por sua regularização com o apoio de numerosas associações.

- **A ordem social e ideológica é invertida.** As elites intelectuais, ontem no andar de baixo da hierarquia social, voltam a ser elogiadas. As mulheres da classe trabalhadora são invisibilizadas. Deng Xiaoping defende as virtudes do “gotejamento” (o enriquecimento de um é suposto antecipar o enriquecimento de todos). O setor econômico estatal opera agora em simbiose com o capital privado. A China tem um número recorde de bilionários, que integram os órgãos dirigentes do PCC.

Grande potência, imperialismo e interdependência

Não tem uma grande potência capitalista que não seja imperialista. A China não é exceção. Alguns exemplos.

- **Tomando conta da sua “periferia”.** Graças ao desenvolvimento de uma rede de transporte de alta velocidade, o Tibete

¹⁷ Ver, entre outros, os dois artigos de Jean-Philippe Béja em *ESSF* (artigo 46572). Disponível em: <http://www.europe-solidaire.org/spip.php?article46572>.

se tornou o objeto da colonização. No Turquestão Oriental (Xinjiang), a população uigur de maioria muçulmana é submetida a uma série de medidas que vão desde a assimilação forçada até o internamento em massa, com o objetivo de, no mínimo, perpetrar um genocídio cultural¹⁸. O tratado que garantia o respeito aos direitos democráticos da população de Hong Kong quando a colônia foi devolvida (“um país, dois sistemas”) foi denunciado unilateralmente por Xi Jinping. Após anos de resistência popular, Pequim impôs sua ordem repressiva, criminalizando organizações independentes (forçadas a dissolver-se) e condenando qualquer dissidência a pesadas penas¹⁹. O direito à autodeterminação, a liberdade dos povos de escolherem o seu próprio futuro ficaram fora de cogitação às margens do Império.

- Para proteger seus investimentos na era das “novas rotas da seda” e para garantir o acesso ao Oceano Índico (os “corredores”)²⁰, Pequim não hesita em apoiar as piores ditaduras (como na Birmânia) e interferir nos assuntos internos de um país (como no Paquistão).

- A paralisia temporária dos Estados Unidos (atolada no Oriente Médio) permitiu que Xi Jinping militarizasse todo o Mar do Sul da China, assumindo o controle de territórios marítimos pertencentes aos países que fazem fronteira com ele, desde as Filipinas até o Vietnã. Pequim (corretamente) denuncia a política de grande potência dos EUA na região, mas não hesita em usar a superioridade esmagadora de suas forças navais contra seus vizinhos.

- Para assegurar suas vias marítimas (mercantes ou mili-

18 Daniel Tanuro, “Retour sur l’histoire du Turkestan oriental” [Considerações sobre a história do Turquestão oriental], 28 de abril 2021, *Gauche anticapitaliste* (Bélgica). Disponível na *ESSF* (artigo 57947). “Xinjiang (China) – Retour sur l’histoire du Turkestan oriental et la géopolitique de l’Asie centrale” [Xinjiang (China): Considerações sobre a história do Turquestão oriental e a geopolítica da Ásia central]. Disponível em: <http://www.europe-solidaire.org/spip.php?article57947>.

19 Alain Baron, 27 agosto de 2021, “Le mouvement de 2019 à Hong Kong, et son écrasement [O movimento de 2019 em Hong Kong e seu esmagamento]”, *Europe solidaire sans frontières* (ESSF, artigo 59294), “Le mouvement de 2019 à Hong Kong, et son écrasement”. Disponível em: <http://www.europe-solidaire.org/spip.php?article59294>.

20 Para uma visão de conjunto, ver “Globalization Monitor, China’s overseas investments in the Belt and Road Era. A people’s and environmental perspective”, agosto de 2021.

tares), Pequim toma posse de portos em muitos países, do Sri Lanka à Grécia, usando a arma da dívida quando necessário. Uma inadimplência no reembolso pode permitir-lhe exigir que um território portuário se torne uma concessão chinesa por um período de até 99 anos (que era o status colonial de Hong Kong!).

- Ao se projetar internacionalmente, a China está agora participando da divisão das zonas de influência no Oceano Pacífico Sul ao reivindicar um espaço marítimo importante²¹.

Os Estados Unidos foram e continuam sendo a principal potência imperialista, a principal fonte de militarização, guerras e instabilidade global. Isto é importante lembrar. A questão do imperialismo americano é tratada em outro artigo deste dossiê da revista *L'Anticapitaliste*. Não voltarei a ele aqui, exceto para observar que Joseph Biden conseguiu redirecionar a estratégia dos EUA para o grande teatro de operações Indo-Pacífico. Obama queria, mas não o fez²², atolado no Oriente Médio²³. Há uma continuidade entre a política de Donald Trump e a de Joe Biden²⁴. Entretanto, a política deste último parece ser mais coerente do que a de Donald Trump²⁵.

Diante da ameaça dos EUA, o regime maoísta havia desenvolvido uma estratégia defensiva baseada no exército, na mobilização popular e no tamanho do país: um invasor se perderia. Por outro lado, uma grande potência deve se afirmar nos oceanos (assim como, hoje em dia, no espaço e na inteligência artificial). A força aérea naval tem sido o primeiro pivô militar da política de Xi Jinping, que mobiliza os recursos do país para fazer rápidos progressos em outras áreas.

21 Ver a carta que acompanha o artigo de Nathalie Guilbert no *Le Monde* de 10/11 de outubro de 2021.

22 Simon Tisdall, 25 de setembro 2016, *The Guardian*. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2016/sep/25/obama-failed-asian-pivot-china-ascendan>.

23 Biden apoia-se entre outros sobre Israel, Arábia Saudita ou o Egito para "policar" esta região do mundo.

24 Dianne Feeley, "La politique étrangère de l'administration Biden" [A política estrangeira da administração Biden], *L'Anticapitaliste*. Disponível em: <https://lanticapitaliste.org/actualite/international/la-politique-etrangere-de-ladministration-biden>.

25 Dan La Botz, 13 de outubro de 2021, "Biden concentre sa politique étrangère sur la Chine" [Biden concentra sua política estrangeira na China], *L'Anticapitaliste*. Disponível em: <https://lanticapitaliste.org/actualite/international/aux-usa-biden-concentre-sa-politique-etrangere-sur-la-chine>.

Ao fazê-lo, o atual regime chinês está participando da dinâmica de militarização do mundo (e, portanto, do agravamento da crise climática). Alguns a esquerda falam do “direito” da China de exigir seu lugar ao sol, mas desde quando devemos defender os “direitos” de um poder, e não dos povos?

A tensão entre Washington e Pequim sobre a questão de Taiwan está agora em seu auge²⁶. Existem duas lógicas são opostas. A dos Estados envolvidos em uma concorrência severa e duradoura e a da globalização capitalista, onde a interdependência em termos de tecnologias, cadeias de produção - a “cadeia de valor” -, comércio ou finanças é primordial. A competição está ocorrendo em todas as áreas e “campos” aparecem em um mercado e finanças globalizados. Sejam quais forem as contradições que a globalização enfrenta hoje, a “desglobalização” capitalista da economia não é coisa fácil. A interdependência é tal que uma guerra não é do interesse da classe burguesa nem na China nem nos EUA, mas a tensão é tal que não se pode descartar um deslizo com consequências explosivas.

A situação é ainda mais instável porque tanto os presidentes Biden como Xi estão enfrentando uma situação doméstica frágil.

Para onde vai a China? Não vou responder a esta pergunta, que deixarei para outro mais conhecedor. Se ainda fosse o PCC que dirigia o país, mas não é mais o caso. É o grupo de Xi Jinping. Xi Jinping impôs uma mudança de regime político²⁷. Ontem, uma liderança colegial permitiu a preparação da sucessão de gerações à frente do partido, um fator de estabilidade. Hoje, a facção Xi Jinping tem controle exclusivo sobre o poder. Depois das purgas sangrentas e da emenda da constituição, ele pode rei-

26 Brian Hioe, 4 de novembro de 2021, “Caught Between the Two Superpowers. Taiwan Amidst US-China Great Powers Rivalry”, *Spectre*. Disponível em: <https://spectrejournal.com/caught-between-the-two-superpowers/>.

27 Au Loongyu e Pierre Rousset, 22 de outubro de 2017, “Le 19e congrès du Parti communiste chinois – La modernisation par une bureaucratie prémoderne” [O 19º Congresso do Partido Comunista Chinês – A modernização a cargo de uma burocracia pré-moderna], *ESSF* (artigo 42298). Disponível em: <http://www.europe-solidaire.org/spip.php?article42298>; Pierre Rousset, 3 de dezembro de 2017, *ESSF* (artigo 42569), “Le 19e congrès du Parti communiste chinois et les ambitions mondiales de la direction Xi Jinping” [O 19º Congresso do Partido Comunista Chinês e as ambições mundiais da direção de Xi Jinping]. Disponível em: <http://www.europe-solidaire.org/spip.php?article42569>.

vindicar governar pela vida.

Também na China, a seleção de pessoal político está se tornando irracional em relação aos interesses coletivos das classes dirigentes.

Visões sobre a China¹

Michael Roberts²

O comitê central do Partido Comunista Chinês (PCC) realizou recentemente seu sexto plenário para discutir “as principais conquistas e experiências históricas” do partido em seus 100 anos de história, bem como para considerar a política “para o futuro”. Logo depois disso, Jamie Dimon, o presidente-executivo do JPMorgan Chase, brincou que o banco de Wall Street duraria mais que o Partido Comunista Chinês. “Eu fiz uma piada outro dia que o Partido Comunista está comemorando seu centésimo ano. O JPMorgan também. Aposto que duraremos mais”, disse ele, falando no *Boston College Chief Executives Club*, um fórum de negócios.

Qual é a experiência e o futuro da China e do governo do Partido Comunista? Parece apropriado analisar uma série de novos livros sobre a China publicados recentemente que tentam responder a essa pergunta.

Começamos com Isabelle Weber, *How China Scaped Shock Therapy* [Como a China escapou à terapia de choque]. O livro teve um impacto amplo e significativo nos círculos acadêmicos de esquerda, endossado por Branco Milanovic, o maior especialista em desigualdade global e autor de um livro recente, *Capitalismo sem rivais*, no qual ele argumenta que o socialismo não terá chance e a escolha a respeito da organização social humana para o futuro está entre o capitalismo “liberal democrático” (os EUA e o “Ocidente”) ou o “capitalismo político” de um Estado autocrático (China, Rússia).

O livro de Weber é um relato de como e por que a China não

¹ Texto publicado originalmente em *The Next Recession*. Disponível em: <https://thenextrecession.wordpress.com/2021/11/28/views-on-china/>. Tradução: Pedro Micussi.

² Economista marxista britânico, editor do blog *The Next Recession*.

trilhou o caminho da restauração do capitalismo por meio da “terapia de choque” da privatização e do desmantelamento do controle estatal, como fez a Rússia no início dos anos 1990. Em vez disso, de acordo com Weber, os líderes da China sob Deng no final dos anos 1970 debateram que direção tomar e optaram por uma abertura gradual e planejada da economia estatal em direção ao capitalismo, em parte por meio da privatização, mas principalmente por meio de investimento estrangeiro.

Weber argumenta que a “mercantilização gradual” da economia chinesa facilitou a ascensão econômica da China, mas sem levar à “assimilação por atacado” ao capitalismo. A decisão dos líderes chineses de uma mudança gradual em direção ao capitalismo foi tudo menos uma conclusão precipitada ou uma escolha “natural” pré-determinada pelo excepcionalismo chinês, afirma Weber. Na primeira década da “reforma e abertura” sob Deng Xiaoping (1978–1988), o modelo de mercantilização da China foi esculpido no âmbito de um debate acirrado. Alguns defendiam a liberalização do tipo terapia de choque, enquanto outros preferiam a mercantilização gradual começando nas margens do sistema econômico. De fato, em pelo menos duas ocasiões, Deng optou por um “*big bang*” na reforma de preços, mas recuou.

A partir da década de 1980, a influência do domínio da economia neoclássica no Ocidente, tanto nas universidades quanto no governo, deu início ao processo de mercantilização da China. Os economistas chineses que favoreciam um desenvolvimento gradual da economia dual foram substituídos por economistas com o zelo de mercado neoclássico. Mas a política neoclássica de permitir que o mercado estabelecesse preços levou ao aumento da inflação e, eventualmente, aos protestos da Praça Tiananmen, a repressão militar que se seguiu e a prisão de Zhao, então secretário-geral do PCC. Mesmo assim, de acordo com Weber, ao longo da década de 1990, a profissão de economista na China continuou a se alinhar com a corrente neoclássica internacional.

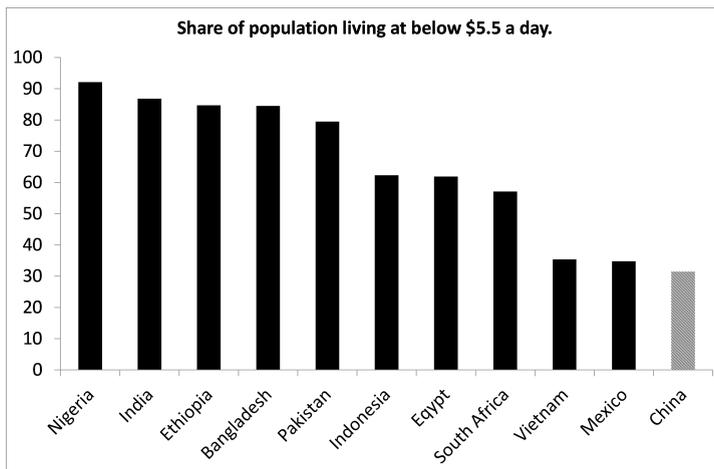
Os reformadores neoliberais fizeram incursões profundas nas arenas de propriedade (vendendo ou liquidando empresas estatais), uma nova virada para a “prosperidade comum”.

No entanto, Weber avalia que o núcleo do sistema econômico chinês nunca foi destruído em um “*big bang*”. Em vez disso, foi “fundamentalmente transformado” (?) por meio de uma dinâmica de crescimento e globalização sob a orientação ativista do Estado. Em outubro de 1992, Deng Xiaoping tomou a decisão formal de estabelecer uma “economia de mercado socialista com características chinesas”. Essa formulação era uma mistura híbrida que Jiang Zemin explicou como “se a ênfase estava no planejamento ou na regulação do mercado, isso não era a distinção essencial entre socialismo e capitalismo. Essa tese brilhante ajudou-nos a libertar-nos da noção restritiva de que a economia planificada e a economia de mercado pertencem a sistemas sociais basicamente diferentes, trazendo assim um grande avanço na nossa compreensão da relação entre planejamento e regulação do mercado”. O socialismo de mercado nasceu.

Sob Zemin, a China avançou em direção a uma economia de mercado capitalista. Weber diz que a liderança chinesa da década de 1990 “estava disposta a quebrar todas as barreiras remanescentes para a operação das forças de mercado, em nome do progresso econômico”. Os controles sobre bens essenciais de consumo e de produção foram agora desmontados passo a passo. No entanto, o impacto desse “*big bang*” foi muito menor do que alguns anos antes. Em 1992, “o esforço de liberalização era semelhante a pular de uma rocha baixa na base de uma montanha da qual acabamos de descer”, escreve Weber. Weber argumenta que o Estado manteve seu controle sobre as “posições de comando” da economia chinesa ao passar do planejamento direto para a regulação indireta por meio da participação do Estado no mercado. “A China se tornou um capitalismo global sem perder o controle sobre sua economia doméstica.”

O livro de Weber é perspicaz ao mostrar os debates sobre política entre os líderes do PC sobre qual direção tomar e os fatores que dominaram seus pensamentos. No entanto, Weber parece fazê-lo do ponto de vista de que a China era capitalista pelo menos do ponto de vista da liderança de Deng e todos os debates posteriores foram sobre até onde ir – se ir para a “terapia de choque” ou para movimentos moderados em direção a “mais capitalismo”. Weber parece ambígua quanto à base econômica do Estado chinês. Para ela, a China “cresceu para o capitalismo global”, mas ainda “manteve seu controle sobre as alturas de comando”. O que isso significa para o futuro?

Em nítido contraste, não há ambigüidade por parte John Ross em seu novo livro, *China's Great Road* [A grande rota da China]. Ross é membro sênior do Instituto de Estudos Financeiros de Chongyang, Universidade Renmin da China, e escreve profusamente em defesa da China e da forma como ele enxerga e seu modelo econômico. Ross fornece ao leitor uma riqueza de dados sobre o sucesso econômico sem precedentes da China, que tirou 900 milhões da pobreza (conforme definido pelo Banco Mundial) e superou todas as outras economias em crescimento de produção e salários nos últimos 30 anos.



A visão de Ross do modelo de desenvolvimento chinês, “socialismo com características chinesas”, é na realidade uma “versão radical” do keynesianismo. Mas é diferente das políticas keynesianas nos EUA e na Europa, onde déficits orçamentários foram utilizados, baixas taxas de juros do banco central foram perseguidas e algumas formas de *quantitative easing*, reduzindo as taxas de juros de longo prazo por meio da compra de dívidas pelo banco central, foram aplicadas. “Na China, ao contrário, déficits orçamentários relativamente limitados foram combinados com baixas taxas de juros, um sistema bancário estatal e um enorme programa de investimento estatal. Embora o programa de recuperação econômica do Ocidente tenha sido tímido, a China seguiu políticas vigorosas do tipo reconhecível pela *Teoria Geral de Keynes*, bem como seu próprio “socialismo com características chinesas”.

Ross argumenta que foi a falta de ideologia ou compromisso de Deng com o mercado ou com o modelo econômico liderado pelo Estado que foi a razão do sucesso econômico da China. (Deng: “Não me importa se o gato é preto ou branco, desde que pegue rato”). Ross diz: “Porque nos Estados Unidos e na Europa, é claro, acredita-se que a cor do gato é muito importante. Apenas o gato colorido do setor privado é bom, o gato colorido do setor estatal é ruim. Portanto, mesmo que o gato do setor privado esteja capturando ratos insuficientes (ou seja, a economia está em recessão severa), o gato do setor estatal não deve ser usado para capturá-los. Na China, os dois gatos foram soltos – e, portanto, muito mais ratos são capturados”. Portanto, Ross parece aceitar a visão de Deng de que o mecanismo de planejamento e a propriedade pública não eram vitais para o sucesso da China e de que o mercado poderia e poderá ter um desempenho tão bom, senão melhor, no desenvolvimento da economia chinesa. Ross afirma: “Uma comparação sistemática dos conceitos de Marx com os da União Soviética pós-1929 torna inteiramente claro que as políticas pós-Deng na China sob reforma e abertura estavam muito

mais em linha com as de Marx do que as da URSS”.

Mas é realmente verdade que a abertura da economia a um setor capitalista e ao investimento estrangeiro, embora necessária para o desenvolvimento econômico da China a partir dos anos 1980, não tem contradições e consequências sérias para o “socialismo” da China? Não foi assim que Lênin entendeu quando, relutantemente, optou pela Nova Política Econômica (NEP) em 1921 na Rússia para restaurar a produção agrícola após uma guerra mundial e uma guerra civil. Para Lênin, a NEP foi um passo atrás necessário na transição para o socialismo imposto à União Soviética pelas guerras e o fracasso de outras revoluções na Europa. A Rússia estava sozinha. Com a NEP, Lênin colocou desta forma: “Você terá capitalistas ao seu lado, incluindo capitalistas estrangeiros, concessionários e arrendatários. Eles vão arrancar de você lucros que chegam a centenas por cento; eles enriquecerão, operando ao seu lado. Deixe-os. Enquanto isso, você aprenderá com eles o negócio de administrar a economia e, somente quando fizer isso, será capaz de construir uma república comunista”.

Lênin chamou a NEP de “capitalismo de Estado”, não de “socialismo com quaisquer características especiais”. A “longa NEP” da China, conforme descrita por Weber, não é uma realização dos ensinamentos de Marx, como afirma Ross, levando a China gradualmente em direção ao “socialismo”; mas, na realidade, um passo forçado de volta ao capitalismo. Lênin em 1921 apresentou a contradição para a Rússia que Ross ignora para a China agora: “Precisamos enfrentar esse problema de frente – quem sairá por cima? Ou os capitalistas conseguem se organizar primeiro – nesse caso, eles expulsarão os comunistas e ponto final. Ou o poder estatal proletário, com o apoio do campesinato, será capaz de manter um controle adequado sobre esses senhores, os capitalistas, de modo a direcionar o capitalismo pelos canais do Estado e criar um capitalismo que será subordinado ao Estado e a serviço o Estado”.

Ross, infelizmente, quase concorda com as opiniões daquele socialista antissocialista, o recentemente falecido economista húngaro Janos Kornai, amplamente aclamado nos principais círculos econômicos. Kornai argumentou que o sucesso econômico da China só foi possível porque ela abandonou o planejamento central e o domínio do Estado e se mudou para o capitalismo. Segundo Kornai, a democracia (indefinida) só pode existir no capitalismo porque o socialismo se restringe a formas ditatoriais e autocráticas: “o socialismo democrático é impossível”.

A combinação da propriedade pública dos altos comandos, planejamento indicativo e um grande setor capitalista com preços de mercado fez a China avançar, mas também aumentou a contradição entre a lei do valor e o mercado e o planejamento para as necessidades sociais. Em minha opinião, esta é a contradição fundamental em todas as economias “em transição” e também na economia chinesa. Mas Ross parece argumentar que a combinação de mercados e planejamento como o caminho a seguir para uma “China socialista” não tem contradições. Ele cita Xi: “precisamos fazer bom uso tanto da mão invisível quanto da mão visível”. A China pode e vai, por conta de sua estrutura econômica, lançar mão tanto da “mão invisível” do mercado quanto da “mão visível” do Estado. Mas o gato do setor privado de Deng e o gato do setor estatal podem viver juntos em harmonia no futuro previsível ou as contradições inerentes a essa combinação aumentarão e se intensificarão? A atual crise da economia chinesa pós-COVID sugere o último.

Ross reconhece que “a desigualdade na China, como se admite internamente, atingiu níveis excessivos e precisam ser corrigidos”, mas não explica por que existe tal desigualdade e como pode ser reduzida. Sim, tem havido repressão periódica aos funcionários corruptos do partido e aos excessos dos capitalistas privados (Jack Ma, por exemplo). Mas os líderes chineses continuam a se opor a qualquer tipo de ação independente por parte dos

trabalhadores e as greves continuam ilegais, embora em muitos casos, essa proibição não seja aplicada com rigor.

Ross avalia que o sucesso econômico da China é baseado no estilo keynesiano de “socialismo”: “reforma e abertura, e socialismo com características chinesas, podem ser facilmente compreendidos dentro da estrutura de Keynes”. Referindo-se ao conceito de Keynes de “socialização do investimento”. “A economia da China não está sendo regulada por meios administrativos, mas pelo controle macroeconômico geral do investimento – como Keynes defendeu.”

Mas isso é uma distorção tanto de Keynes quanto da China. A “socialização do investimento” de Keynes nunca envolveu a propriedade pública massiva dos altos comandos de uma economia – ele se opôs veementemente a isso. E o sucesso econômico da China baseia-se principalmente no investimento estatal e dirigido, não na “macrogestão” keynesiana de crédito e medidas fiscais como nas economias capitalistas. A explicação de Ross para o sucesso econômico da China implica que a “macrogestão” capitalista pode funcionar – quando falhou claramente nas economias capitalistas avançadas.

Essa não é uma visão marxista da China. Um modelo marxista da economia chinesa não deve começar olhando para a taxa de poupança ou investimento em uma economia. A teoria marxista parte da lei do valor. O sucesso da China está no fato de a lei do valor que opera nos mercados capitalistas, comércio exterior e investimento, ter sido a princípio totalmente bloqueada e depois controlada por um grande setor estatal, com planejamento central e macropolítica, assim como pela propriedade estrangeira restrita de novas indústrias e controles sobre o fluxo de capital dentro e fora do país. A análise keynesiana perde um ingrediente-chave e uma contradição do desenvolvimento econômico, a produtividade do trabalho *versus* a lucratividade do capital.

O modelo marxista argumenta que o nível de produtividade

decidirá o crescimento econômico porque reduz o custo de produção e permite a uma nação em desenvolvimento competir nos mercados mundiais. Mas em uma economia capitalista onde a lei do valor e os mercados operam, há uma contradição: lucratividade. No modelo marxista, existe uma relação inversa de longo prazo entre produtividade e lucratividade. A lucratividade entra em conflito com o crescimento da produtividade em uma economia capitalista e, portanto, resultará em ocorrências regulares de crises de produção. Uma economia em desenvolvimento precisa restringir esse conflito ao mínimo.

Na medida em que o setor capitalista privado da China aumenta sua contribuição para a economia como um todo e o papel do setor público é reduzido, a lucratividade na economia como um todo se torna relativamente mais importante e a contradição entre o crescimento da produtividade e a lucratividade se intensifica. Tanto o modelo neoclássico quanto o keynesiano de desenvolvimento ignoram essa contradição.

O novo livro de Richard Smith³ definitivamente não perde de vista as contradições em uma economia em transição com as forças contraditórias do planejamento e do mercado em jogo. Ele considera a China um “híbrido burocrático”, nem capitalista nem uma economia de “comando”. Os governantes da China presidem a maior e mais dinâmica economia do mundo, uma potência do comércio internacional cujos conglomerados estatais figuram entre as maiores empresas do mundo. Eles lucram imensamente com os retornos de mercado de suas empresas estatais (SOEs). Mas eles não são capitalistas, pelo menos não no que diz respeito à economia estatal. Os membros do Partido Comunista não possuem empresas estatais individuais ou ações em empresas estatais como investidores privados. Eles coletivamente possuem o Estado que, por sua vez, possui a maior parte da economia. Eles são coletivistas burocráticos que administram

3 SMITH, Richard. *China's Engine of Environmental Collapse*. Londres: Pluto Press, 2020.

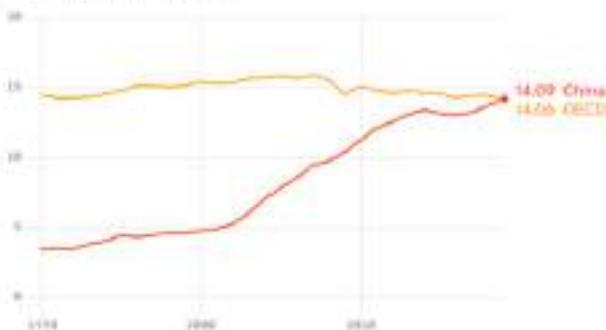
uma economia amplamente planejada pelo Estado que também produz extensivamente para o mercado. Mas produzir para o mercado não é a mesma coisa que capitalismo.

Mas Smith concentra seu fogo no fracasso do governo chinês em lidar com o aumento contínuo das emissões de carbono e a degradação ambiental que a expansão econômica da China gerou. Tanto as empresas capitalistas quanto as estatais continuamente ignoram ou desprezam as diretrizes climáticas e ecológicas, e Xi aceita isso porque, de outra forma, o crescimento econômico diminuirá e o desemprego aumentará e minará o impulso da autossuficiência industrial de Xi em face das tentativas do imperialismo de isolar e estrangular a China.

Smith argumenta que simplesmente não há maneira de Xi “atingir o pico das emissões da China antes de 2030 e alcançar a neutralidade de carbono antes de 2060”, ao mesmo tempo que maximiza o crescimento. Ele pode “buscar o desenvolvimento às custas da proteção” ou pode “fazer a transição para o desenvolvimento verde e de baixo carbono [...] [e] dar os passos mínimos para proteger a Terra, nossa pátria compartilhada”. Ele não pode fazer as duas coisas. Na verdade, o que Smith mostra é que nenhum país pode entregar o controle de emissões e evitar desastres climáticos – por definição, essa é uma ameaça existencial global.

Net greenhouse gas emissions: OECD and China

In gigatons of CO₂-equivalent, 1990-2019



Os países do Sul global não são os poluidores históricos do mundo. Essa honra cabe aos países imperialistas que se industrializaram do século XIX em diante e continuam a mudar a geração de emissões para a periferia através do consumo de manufaturas e *commodities* produzidas na China, no Leste Asiático, na Índia, na América Latina e na Rússia. Esses países precisam de ajuda para reduzir as emissões e parar de destruir a natureza enquanto buscam “alcançar” o Norte global. Essa ajuda não virá enquanto o imperialismo continuar. Em vez de coordenar com a China para lidar com as mudanças climáticas, a “comunidade internacional” busca “conter” e isolar a China globalmente.

Nicarágua, um desafio para a esquerda internacional¹

Maximillian Alvarez² e William I. Robinson³

Em 7 de novembro, o presidente da Nicarágua, Daniel Ortega, garantiu o quarto mandato consecutivo nas últimas eleições nacionais com Rosario Murillo, esposa de Ortega, que será novamente vice-presidente. Antes dos atuais mandatos consecutivos como presidente, alcançados pela primeira vez em 2007, Ortega já havia liderado o governo ao longo da década de 1980, primeiro no Conselho de Reconstrução Nacional, depois que a Frente Sandinista de Libertação Nacional derrubou a ditadura de direita de Somoza em 1979, e, mais tarde, como presidente de 1985 a 1990. A autoridade eleitoral da Nicarágua informou que a participação nas últimas eleições foi de 65% e que a Aliança Sandinista de Ortega obteve cerca de 75% dos votos válidos.

Os Estados Unidos lideram atualmente um coro internacional que rejeita a legitimidade das eleições e condena o governo Ortega-Murillo, enquanto o presidente Joe Biden ameaça agir contra a Nicarágua. “O que o presidente da Nicarágua Daniel Ortega e sua esposa, a vice-presidente Rosario Murillo, orquestraram hoje foi uma pantomima de uma eleição que não foi livre nem imparcial, e certamente não democrática”, diz o comunicado oficial de Biden. “Os Estados Unidos”, acrescenta, “em estreita coordenação com outros membros da comunidade internacional, usarão todos os instrumentos diplomáticos e econômicos de que dispomos para apoiar o povo nicaraguense e exigir responsabilidade do governo Ortega-Murillo e daqueles que facilitam

¹ Entrevista concedida originalmente ao *The Real News Network* em 11 de novembro de 2021. Tradução da versão publicada a partir da transcrição original pelo *Rebelión* sob o título: Nicaragua, un reto para la izquierda internacional. Disponível em: <https://rebelion.org/nicaragua-un-reto-para-la-izquierda-internacional/>. Acesso em 2 nov. 2021. Tradução: Pedro Micussi.

² Editor encarregado de *The Real News Network*.

³ Professor de Sociologia na Universidade da Califórnia, Santa Bárbara.

seus abusos”.

A agressividade do presidente Biden e as ameaças de sanções (ou coisa pior) seguem o conhecido caminho da arrogância imperialista, da intervenção política e militar e das definições autoidulgentes de democracia que os EUA frequentemente brandem ampla e largamente contra os governos de esquerda da América Latina. Em resposta, esquerdistas de diferentes matizes, tanto na América do Norte quanto fora dela, denunciaram a ameaça de Biden e afirmaram que as alegações de fraude eleitoral na Nicarágua ou as dúvidas sobre as credenciais esquerdistas do governo Ortega são totalmente infundadas.

No entanto, nesta área, maior contextualização se faz necessária, e realizá-la de um ponto de vista historicamente honesto e anti-imperialista é crucial para compreender a real crise política que a Nicarágua está passando.

Nesta entrevista, o editor encarregado da *The Real News Network*, Maximillian Alvarez, fala com o professor e especialista em América Latina William I. Robinson sobre o contexto histórico mais profundo em torno das eleições na Nicarágua, a verdadeira crise política que muitos não veem e a necessidade da esquerda internacionalista se opor ao imperialismo dos EUA e avaliar seriamente os abusos do governo Ortega-Murillo. Robinson é um proeminente professor de Sociologia, Estudos Globais e Latino-Americanos na Universidade da Califórnia em Santa Bárbara. Colaborou em Manágua com a Agência de Notícias da Nicarágua e com o Ministério das Relações Exteriores deste país na década de 1980 e foi membro do corpo docente da Universidade Centro-Americana de Manágua até 2001.

Maximillian Alvarez – Bem-vindo à *The Real News Network*. Sou o editor responsável por esta entidade, *The Real News*. É um grande prazer ter todos vocês aqui conosco. Realizamos esta transmissão logo após as eleições na Nicarágua, no momen-

to em que a autoridade eleitoral nicaraguense acaba de informar que a participação eleitoral subiu para 65% e que a Aliança Sandinista de Ortega obteve cerca de 75% dos votos apurados. Surgiram dúvidas sobre a legitimidade da eleição de fontes previsíveis, incluindo os EUA. Na primeira parte de sua profunda análise sobre o alinhamento político e econômico do governo Ortega-Murillo, escrita para o Congresso Norte-Americano da América Latina, o professor William Robinson começa seu comentário com estas palavras:

“Três anos depois que o governo e o presidente Daniel Ortega e sua esposa, a vice-presidente Rosario Murillo, reprimiram violentamente uma revolta popular massiva, matando centenas de pessoas e enviando dezenas de milhares ao exílio, a Nicarágua está mais uma vez nas manchetes internacionais. O país está afundando em uma crise política renovada na véspera das eleições gerais de 7 de novembro. Nos últimos meses, o governo deteve e prendeu sete candidatos à presidência da oposição e várias dezenas de outros líderes da oposição sem acusação sob a draconiana legislação de segurança nacional, promulgada no início de 2021, que suspendeu o habeas corpus. Entre os detidos, forçados a se esconder ou a se exilar desde o início da última onda de repressão, estão vários líderes revolucionários históricos, como os lendários comandantes da guerrilha Dora María Téllez e Hugo Torres. Ambos participaram da ocupação do Palácio Nacional em 1978, que obrigou a ditadura de Somoza a libertar 60 presos políticos. Torres também participou da incursão em 1974 em uma festa de Natal que forçou Somoza a libertar Daniel Ortega.

A revolução dos anos 1980 liderada pela Frente Sandinista de Libertação Nacional inspirou progressistas em todo o mundo. A crise agora gera profundas divisões dentro da esquerda americana e internacional. Como aconteceu após as manifestações de 2018, uma parte significativa desta esquerda continua a insistir

que a Nicarágua está passando por um novo processo revolucionário sob a liderança de Ortega-Murillo, e que os Estados Unidos estão se preparando para derrubar o regime”. Professor Robinson, muito obrigado por estar aqui comigo hoje.

William Robinson – Obrigado por me convidar. É um prazer estar aqui.

MA – Bem, devo dizer que seu trabalho tem sido um recurso valioso para mim, e eu sei que para muitas outras pessoas também, quando tentamos dissecar não apenas o que tem a ver com as eleições que acabaram de ocorrer, mas também com o atual contexto histórico do governo Ortega. E o que eu acho muito importante é determinar o que se supõe ser o ponto de vista do povo de esquerda fiel aos princípios internacionalista e anti-imperialista. Gostaria de passar a palavra agora para saber se podemos lançar as bases e analisar o resultado das eleições. Em seguida, podemos olhar no espelho retrovisor para apresentar um resumo do ano que se encerrou com essas eleições. Para aqueles de vocês que acabaram de ver as eleições na Nicarágua no seu radar político na semana passada, você poderia dissecar os eventos da semana passada e os resultados das eleições?

WR – Claro. Mas antes de ir direto ao ponto, deixe-me dizer que há duas suposições nesse campo que guiam o pensamento de muitas pessoas de esquerda. Espero que na entrevista possamos comentá-los. A primeira é a suposição de que de alguma forma o regime de Ortega-Murillo... Aliás, Daniel Ortega, poucos dias antes das eleições, declarou que sua esposa, Rosario Murillo, que também é vice-presidente, seria a partir de então copresidente. Na verdade, temos dois copresidentes na Nicarágua após esta votação. Mas quanto aos dois pressupostos, o primeiro afirma que este regime de Ortega-Murillo está realmente à esquerda. Isso eu contesto, e na verdade não há nada que prove que eles defendem um projeto de esquerda que merece o aplauso de

pessoas de esquerda ao redor do mundo.

A segunda suposição é que os Estados Unidos, além de sua retórica, como a declaração de Biden que você citou, lançaram uma campanha com o objetivo de derrubar o governo da Nicarágua. Também não há evidências que a corrobore, e espero que mais tarde examinemos essas duas questões mais amplas que acredito serem o pano de fundo necessário para quando as pessoas de esquerda se perguntam a respeito da Nicarágua e dessas eleições.

Os dados oficiais: o governo declarou ontem à noite que ganhou as eleições e disse que Daniel Ortega obteve cerca de 75% dos votos e que 67% da população participou das eleições. A oposição pediu um boicote e uma fonte independente forneceu dados que indicam que 80% da população se absteve. Apenas 20% das pessoas com direito a voto foram às urnas. Se Daniel Ortega obteve 75% dos votos, isso significa que cerca de 15% do eleitorado real votou nele. Não estive na Nicarágua no dia da eleição, estou aqui em Los Angeles, Califórnia, mas ao longo do dia e até esta manhã tenho recebido notícias dos meus amigos e colegas e de outras fontes de todo o país, e os colégios eleitorais estavam desertos. Não havia ninguém nas ruas. Acho que está claro que o grande vencedor dessas eleições foi a abstenção em massa. E, neste caso, a abstenção é um voto contra o regime de Ortega-Murillo.

Da mesma forma, as eleições ocorreram em um ambiente de medo, repressão e intimidação. Como você assinalou na introdução, sete candidatos presidenciais foram presos e mantidos incommunicáveis, sem julgamento. O atual golpe repressivo começou em maio e durou até as vésperas das eleições. Na verdade, na noite anterior às eleições, eles prenderam outra dúzia de figuras da oposição de todo o país. Além disso, reuniões públicas não eram permitidas. A lei eleitoral estipula que não deve haver mais de 200 pessoas reunidas em qualquer parte do país durante a

campanha eleitoral e que nenhuma atividade eleitoral pode durar mais do que 90 minutos. Estrangeiros que se identificam como observadores eleitorais foram proibidos de entrar no país.

Se voltarmos a dezembro, naquele mês e depois no início do ano, o regime promulgou uma série de leis altamente repressivas por decreto. Uma delas trata de crimes cibernéticos e estipula que você não pode usar as redes sociais ou a internet para coisas que o governo considera um crime. Isso tem sido usado para silenciar e intimidar jornalistas e pessoas em geral que desejam apenas expressar sua opinião. Outra lei trata do que o governo chama de crimes de ódio, conceito que nos Estados Unidos tem um significado diferente. O que eles entendem por crime de ódio é qualquer ato que o governo considere odioso ou que gere ódio na população, ou seja, qualquer crítica ao governo. Quero dizer com isso que as eleições foram uma farsa de manual.

Quero rechaçar mais uma vez a ideia de que Ortega e Murillo representam uma opção revolucionária popular para o povo da Nicarágua e, em segundo lugar, que essa revolução despertou a ira dos Estados Unidos, que trata de derrubá-la e destruí-la. Esta é a ideia que o próprio regime desenvolveu. Ortega mostrou que é muito hábil no uso da retórica esquerdista e anti-imperialista, sabendo que, no exterior, aqueles que vivem fora da Nicarágua e não estão cientes do que está acontecendo sob a superfície se sentirão muito entusiasmados quando souberem dessa retórica. No entanto, isso não corresponde a nenhuma realidade.

MA – O senhor levantou duas questões realmente importantes que precisam ser analisadas e que acho que podem nos ajudar a contextualizar os resultados eleitorais. Vamos começar por aí, porque isso é, eu acho, o que boa parte do público do *Real News* vai ouvir agora. De alguma forma, está claro que não posso culpar ninguém. Quero dizer que o povo dos Estados Unidos e as pessoas que foram vítimas dos Estados Unidos conhecem muito

bem o tipo de imperialismo que os Estados Unidos praticam. Conhecemos muitos exemplos claros de como os Estados Unidos têm mostrado força, como se questionasse a legitimidade democrática de qualquer governo que considere contrário aos seus interesses políticos e econômicos.

Então as pessoas veem a olho nu o que os Estados Unidos têm feito com Cuba, viram sob a presidência de Trump uma tentativa de golpe na Venezuela, e acho que elas presumem que o mesmo acontece na Nicarágua. É claro que as declarações de Biden fizeram crescer essa intuição por parte de muita gente que acredita que, de fato, o objetivo final dos Estados Unidos é depor Ortega-Murillo. Podemos desenvolver o que você disse sobre isso e comentar por que isso é, de fato, mais complicado do que as pessoas pensam?

WR – Claro. Devo dizer, em primeiro lugar, que os Estados Unidos nunca quiseram ver Ortega como presidente. É algo que sempre incomodou os EUA. No entanto, desde que Ortega voltou ao cargo em 2007, os EUA não apenas se acomodaram à situação, mas trabalharam em estreita colaboração com o novo governo. Desde 2007, ele elogia Ortega pela cooperação com o Comando Sul, que é o comando militar dos Estados Unidos para toda a América Latina, com a Agência Antidrogas [DEA], com as autoridades de imigração. A Nicarágua bloqueou todas as tentativas de imigração para os Estados Unidos que passaram por seu território. Os dois governos mantêm relações cordiais.

Quem defende Ortega assinala que a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) doou milhões de dólares a organizações civis, políticas e jornalísticas da oposição. Isso é verdade, os fundos foram canalizados por meio do *National Endowment for Democracy* e, pessoalmente, condeno tudo o que o *National Endowment for Democracy* faz em qualquer parte do mundo. A sigla é NAD. Eu escrevi os dois primeiros livros descrevendo e denunciando o que o NAD faz ao redor

do mundo. Os Estados Unidos não têm nada de bom para fazer na Nicarágua, nada de bom para fazer na América Latina, nada de bom para fazer em qualquer lugar do mundo. Mas vejamos os detalhes.

A USAID, que deu milhões de dólares à oposição - comentarei em breve sobre o destino que foi dado a esses fundos - deu centenas de milhões de dólares ao governo Ortega entre 2007 e 2018. A USAID apenas suspendeu a entrega desses fundos após a repressão à revolta massiva em 2018. A USAID ajudou o governo Ortega. Em segundo lugar, como Ortega recuperou o poder? Primeiro, ele fechou um pacto com a classe capitalista da Nicarágua. A classe capitalista está organizada no Conselho Superior da Empresa Privada e ambos os partidos se sentaram à mesa antes das eleições e estabeleceram um pacto de cogoverno. Ortega e seu círculo mais próximo diziam: “Iremos controlar o Estado, teremos poder político. Não nos ameace com isso, é o nosso poder político. Mas os senhores controlarão a economia e poderão sacar tudo que quiserem da economia”.

De 2007 a 2018 houve um pacto de cogoverno entre a classe capitalista e Ortega, e 96% da economia da Nicarágua está nas mãos da classe capitalista nicaraguense e transnacional. Ortega abriu as comportas para o saque do país por parte das empresas transnacionais. O setor agrário, a indústria, os serviços, o setor financeiro, tudo é dominado pelo capital transnacional e seus congêneres nicaraguenses, a classe capitalista e uma nova burguesia sandinista. O círculo mais próximo de Ortega-Murillo foi fabulosamente enriquecido. Eles investiram quantias significativas nas *maquillas*, essas empresas onde as pessoas são superexploradas. No agronegócio, no setor financeiro, no comércio exterior, no setor de turismo. Esse círculo interno que agora governa o país foi integrado à elite nacional, na classe capitalista do país. Algumas das pessoas mais ricas da América Central são agora Ortega e as pessoas que estão ao seu redor.

A própria família de Ortega também constitui um regime nepotista. Não se trata apenas do fato de a esposa de Ortega ser vice-presidente e agora copresidente, segundo Ortega, mas também de suas oito filhas e filhos, que possuem um vasto império empresarial e ocupam cargos de assessoria à presidência. É o surgimento de uma dinastia familiar.

Mas eu gostaria de voltar à questão de saber se os EUA querem derrubar o governo da Nicarágua. Não temos nenhuma prova disso. É verdade que cinco ou seis milhões de dólares foram doados a grupos de oposição por meio do *National Endowment for Democracy*. Mas o que aqueles que apoiam o regime não estão dizendo é que o próprio *National Endowment for Democracy* financia organizações em mais de 100 países ao redor do mundo. A grande maioria desses países são aliados próximos dos Estados Unidos. O país deu mais dinheiro a Honduras e Guatemala do que à Nicarágua, para ficar apenas na América Central, e esses países são aliados próximos dos Estados Unidos. O maior recebedor de fundos o Fundo Nacional para a Democracia na América Latina é a Colômbia, uma ditadura brutal e o aliado mais íntimo dos Estados Unidos. Portanto, o simples fato de vários milhões de dólares terem sido doados à oposição civil da Nicarágua não significa que esses fundos serão dedicados à derrubada do governo. Com esse argumento também teríamos que dizer então que os Estados Unidos estão tentando derrubar os colombianos, guatemaltecos, hondurenhos e assim por diante. É um argumento falso.

Mais um aspecto a esse respeito é, sem dúvida, a revolta massiva de 2018, que não foi controlada pela oposição tradicional. Deixe-me dizer algo sobre o cenário político na Nicarágua. É o que resta da Frente Sandinista de Libertação Nacional, a organização que liderou a derrubada da ditadura de Somoza em 1979 e depois governou e liderou a revolução até 1990. O FSLN, que é a sigla para esta organização, agora não é mais do que o casca do que era antes. A grande maioria dos membros e líderes do parti-

do há muito o deixou ou foi expulsa pelo grupo de Ortega. O que resta desse regime agora não tem nada de esquerdista.

Como Ortega recuperou o poder em 2007? Além do pacto de cogoverno com a classe capitalista, de olho nas eleições de 2007, também fez um pacto com o Partido Liberal Constitucionalista (PLC) de Arnoldo Alemán, de extrema direita. Alemán foi presidente de 1996 a 2002. E os dois partidos, a extrema direita PLC e o FSLN, cogovernaram até as vésperas das eleições de 2006. Na verdade, cogovernaram porque cada um conquistou algo. Os liberais, um dos dois partidos da direita tradicional, partidos oligárquicos, conseguiram partilhar o poder e as riquezas associadas a este poder. Ortega conseguiu mudar a constituição para que pudesse se proclamar presidente com apenas 35% dos votos. Ele obteve 38% em sua primeira escolha. Foi assim que ele voltou ao poder. Nunca obteve maioria nessas eleições.

Mas deixe-me concluir voltando à questão de se os EUA estão tentando derrubar o governo da Nicarágua. As relações foram cordiais até 2018. Naquele ano, houve uma grande revolta popular na Nicarágua. Não foi instigada pela classe capitalista da Nicarágua ou pelos partidos conservadores tradicionais. Eles ficaram igualmente alarmados com esse levante espontâneo iniciado por estudantes, ambientalistas, feministas, a classe trabalhadora, o campesinato que foi expulso de suas terras, e assim por diante. Foram esses setores que impulsionaram a revolta e que se auto-denominam automóveis. Isso significa que ninguém disse a eles para irem para fora neste protesto massivo.

Isso marcou o início da crise política nacional e a degeneração do regime em uma ditadura, e só então é que Washington rompe sua estreita relação com o governo e desfaz o pacto de cogoverno. Mas nem mesmo então, nem nos últimos três anos, Washington promulgou sanções comerciais contra a Nicarágua e os negócios prosperaram entre os dois países. Os Estados Unidos são o principal parceiro comercial da Nicarágua e este fato não foi afetado

em nada pela retórica antissandinista que emana de Washington. Os Estados Unidos não bloquearam os créditos internacionais à Nicarágua. Na verdade, desde 2018, desde a massiva revolta de 2018, o Banco Centro-Americano de Integração Econômica concedeu ao regime empréstimos de mais de 2 bilhões de dólares. Somente em 2020 e 2021, nos últimos dois anos, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento concederam ao regime várias centenas de milhões de dólares em ajuda. Washington não bloqueou nenhum deles ou tem problemas com nenhum deles.

Na verdade, minha análise, e a daqueles que compartilham de meu ponto de vista, é que Washington se sente muito desconfortável por ter que aderir a essa retórica virulentamente oposta a Ortega, mas não tem outra opção. Eles estão contra a parede. Na semana anterior às eleições, o Congresso dos EUA aprovou a lei RENACER, que algumas pessoas de esquerda nos EUA argumentam como prova de que o governo está atrás de Ortega. A lei RENACER obriga o executivo, Biden, a punir indivíduos que estejam implicados em violações de direitos humanos e atos de corrupção. Neste momento, várias dezenas de oficiais sandinistas de alto escalão, membros do círculo interno, foram submetidos a tais sanções. A lei prevê congelar suas contas bancárias nos Estados Unidos. Eu me pergunto como é que supostos revolucionários têm contas bancárias de milhões de dólares nos Estados Unidos. A lei RENACER também obriga Biden a avaliar se há um contínuo enfraquecimento da democracia para que, em caso afirmativo, a Nicarágua deveria ser expulsa dos Acordos de Livre Comércio centro-americanos. Finalmente, força Biden a avaliar se os EUA deveriam bloquear o financiamento internacional em favor do regime.

Agora, em 2017, uma lei muito semelhante foi aprovada, chamada de lei NICA. É idêntica, a lei RENACER nada mais é do que uma versão mais recente da mesma lei. Apesar desta lei rei-

vindicar a mesma coisa, Washington nunca bloqueou o crédito internacional, nunca impôs sanções comerciais, continuou a colaborar com a Nicarágua em questões de imigração, na DEA e no Comando Sul.

Concluindo, sei que há muitos dados a expor aqui, mas o governo aplicou políticas neoliberais, as mesmas políticas neoliberais que condenamos em toda América Latina e em todo o mundo. Ele foi elogiado pelo FMI e pelo Banco Mundial como um exemplo de política neoliberal. Recorde-se que a faísca que acendeu o fogo da revolta massiva de 2018 foi a decisão do governo, de acordo com as indicações do FMI, de baixar as aposentadorias dos trabalhadores e aumentar as contribuições que deveriam pagar. Tudo isso em um país que já se recupera da pobreza em massa e onde toda a política econômica do governo consistiu em pagar grandes subsídios e abrir as portas para a classe capitalista local e os capitalistas internacionais às custas da classe trabalhadora e dos pobres.

Isso gerou um protesto popular. E assim que o protesto começou, a polícia e unidades paramilitares abriram fogo e mataram 35 jovens no primeiro dia. Foi aí que começou a crise atual. Foi então que começou a mais virulenta retórica antissandinista de Washington, uma retórica que, repito e concluo, não tem sido sustentada por nenhuma ação concreta. Max, estou falando muito sobre um único problema, mas deixe-me acrescentar mais uma coisa. É o que dizem muitas pessoas de esquerda: como ousam os EUA - isso é imperialismo - ameaçar com sanções a Nicarágua.

Mas as pessoas de esquerda se mobilizaram massivamente em 1978 e 1979 para que os EUA sancionassem Somoza. Não tivemos sucesso, os EUA nunca sancionaram Somoza, mas nos mobilizamos e exigimos que Washington impusesse sanções a Somoza por causa de suas graves violações dos direitos humanos. Fizemos isso em 1978 e 1979, para que os mais jovens do

público saibam - que suponho que sejam muitos e que talvez não saibam, a insurreição foi feita com a vitória de 19 de julho de 1979. Mas entre 1978 e 1979 houve a crise e os preparativos para a derrubada da ditadura de Somoza. Também exigimos que os EUA bloqueiem o financiamento do FMI e de outras fontes internacionais em favor de Somoza. Não tivemos sucesso, mas exigimos essas sanções.

Agora as pessoas falam: Ah, como se atreve pedir sanções contra outra ditadura? A esquerda internacional exigiu sanções contra a ditadura de Pinochet. Exigimos que os Estados Unidos parassem de financiar a ditadura de Pinochet e bloqueassem os créditos internacionais a favor de Pinochet. Exigimos sanções contra o apartheid na África do Sul. No momento, exigimos sanções contra Israel dentro da campanha de boicote, desinvestimento e sanções contra Israel.

Em todos esses casos, quando há situações de graves violações dos direitos humanos por parte de ditaduras ou de regimes repressivos, a esquerda exige que Washington imponha sanções. Existe uma hipocrisia total quando alguns criticam que se reivindique que Washington imponha agora sanções uma ditadura que já demonstrou violar os direitos humanos do povo nicaraguense, que se converteu em uma dinastia familiar, que não é de esquerda, que enriqueceu etc. Se aplica aqui duas medidas. De fato, não peço sanções comerciais contra a Nicarágua, ainda que fosse um meio de pressão, porque prejudicariam uma população que esta afundada na pobreza. Mas penso que toda pessoa de esquerda exija que se imponha sanções está sendo coerente com o que a esquerda sempre fez em todo o mundo. Quem qualifica isso de traição à posição anti-imperialista não é nada mais do que um hipócrita.

MA – Sim, acho que você levanta uma questão realmente interessante. Porque acho que estou falando do ponto de vista da-

quela geração mais jovem, acho que o povo está tão envenenado pelo que as pessoas viram que é dado como certo que, quando os EUA insinuam algo de alguma forma, seja nas forças armadas ou na arena militar, ou mesmo na esfera econômica por meio de sanções, o resultado final será de atingir os trabalhadores em todo o mundo, algo que atenderá às necessidades do capital. Não é realmente uma opção política porque acho que as pessoas, em geral com boas razões, viram o que as sanções fizeram à classe trabalhadora em Cuba ou no Irã, e perceberam que esse é o único resultado que elas podem provocar...

Mas o que você disse, na minha opinião, é fascinante e deve levar nosso público a parar e pensar sobre todo o contexto que você descreve, tentando especificar o que uma posição de esquerda realmente significa em qualquer uma dessas questões. Quais são seus compromissos, cujas palavras você interpreta pelo que significam, e quais coisas você realmente seleciona para analisar. Eu gostaria de começar por aí, porque já conversamos em 2018, e você já mencionou isso algumas vezes. Mas acho que vale a pena focar nisso porque nos fornece uma lente através da qual podemos ver as credenciais legítimas de esquerda do governo Ortega-Murillo.

Como apontou, um dos critérios pelos quais as pessoas julgam se o regime de Ortega é ou não um governo de esquerda é se os EUA pretendem derrubá-lo. Em caso afirmativo, é provavelmente porque se trata de um regime de esquerda. Você explicou como, de fato, a relação dos Estados Unidos com a Nicarágua não é unidimensional, mas sim o oposto. Até 2018, como você disse.

O outro critério que, na minha opinião, as pessoas costumam aplicar quando avaliam se a Nicarágua é um governo de esquerda que segue os princípios e cumpre as promessas da revolução sandinista, é verificar o que esse governo fez para o seu povo. Como você escreveu para o Congresso Norte-Americano de América Latina, as pessoas mencionam alguns investimentos em progra-

mas sociais e um período de melhoria da qualidade de vida que na última década se deteriorou muito, desperdiçando esses avanços, e que mais ou menos se perdeu. Gostaria de sugerir que nos concentremos em 2018 como um exemplo para avaliar se o governo Ortega é ou não aquele farol do socialismo, aquele farol de esquerda, internacionalista e anti-imperialista que alguns consideram.

WR – Claro. Antes de irmos direto ao ponto, deixe-me dizer uma coisa. Em qualquer parte do mundo, os Estados Unidos dispensarão um aliado quando este deixar de representar seus interesses. Não estou me referindo agora à Nicarágua. Mas a lógica que diz que se os Estados Unidos não gostam de você isso necessariamente quer dizer que você é bom e revolucionário é completamente absurda. Teve um ditador na República Dominicana, Rafael Trujillo, um dos ditadores mais bizarros e brutais da história mundial do século XX, um aliado próximo dos Estados Unidos, que o elevou ao poder e ajudou a mantê-lo até que ele parasse de servir aos seus interesses. Estava gerando uma oposição massiva, que na verdade ameaçava se transformar em uma revolução. Dessa forma, a CIA lançou uma vasta campanha de desestabilização para derrubar Trujillo, o que aconteceu em 1961. Só menciono isso porque o fato de os Estados Unidos tentarem derrubar um governo não significa que esse governo seja revolucionário. O governo de Trujillo foi uma ditadura de direita brutal e bizarra. Mas, na verdade, os EUA não estão tentando derrubar Ortega. Eu só quero expor as falácias dessa lógica.

Vamos ver o que aconteceu aqui. Não podemos negar que houve alguns elementos positivos no regime de Ortega quando ele voltou ao poder [em 2007]. Ele renacionalizou a saúde e aumentou significativamente os investimentos nesta área. Clínicas e hospitais foram abertos. A população o aplaudiu nos primeiros anos. Refiro-me ao período de 2007 a 2011, 2012 ou 2013. Também renacionalizou a educação e aumentou significativamente o

orçamento dedicado à educação. Isso deve ser reconhecido pelo governo, e a população mostrou sua satisfação. Também foram realizados investimentos em infraestruturas, na beneficiação de estradas e no abastecimento de energia elétrica.

Mas de onde vieram os recursos que o governo usou para fazer isso? Em primeiro lugar, existe o que na América Latina chamamos de *boom* de *commodities*. Os preços de exportação de matérias-primas da América Latina dispararam nos primeiros anos do século XXI, incluindo as da Nicarágua. Houve superávit de divisas graças às exportações do país. Em segundo lugar, houve um influxo maciço de investimentos de empresas transnacionais. Por que houve um influxo? Porque Ortega declarou que as empresas transnacionais são bem-vindas para explorar os recursos agrícolas do país, os seus recursos minerais, o seu turismo, as suas finanças. Abriu as comportas para investimentos de empresas transnacionais, e esses investimentos geraram um *miniboom* nos primeiros anos do governo Ortega. Esse foi o segundo fator.

O terceiro e mais importante de todos é que a Venezuela, com sua generosidade no âmbito da ALBA, doou US\$ 4 bilhões ao governo Ortega. Desses 4 bilhões, uma parte simplesmente desapareceu. Agora sabemos, graças à documentação, que boa parte disso acabou no bolso de Ortega e de seu círculo íntimo. De qualquer forma, esses recursos permitiram inicialmente financiar programas sociais.

A propósito, houve uma pesquisa de opinião de CID Gallup uma semana antes da eleição, que revelou que Ortega era então apoiado por 19% da população. Que 80% da população achava que o país estava indo na direção errada. Ou seja, uma sustentação de 19%. Essa sondagem de CID Gallup, que realiza todos os anos pesquisas de opinião política, deu a Ortega um apoio máximo de 54% em 2011, em pleno apogeu daquele *boom* e dos investimentos em serviços sociais e de uma melhora das condições materiais da população.

Mas o que acontece de 2011 a 2018 foi, em primeiro lugar, a Venezuela entrou em crise e não pôde mais fornecer subsídios. Nenhum dinheiro vem mais da Venezuela. Em segundo lugar, e isso afetou toda a América Latina, não apenas a Nicarágua, houve a recessão global e a queda nos preços das commodities. Assim, a Nicarágua deixou de receber tanta moeda estrangeira. E, em terceiro lugar, os investimentos das empresas transnacionais também caíram. Por todos esses motivos, a economia da Nicarágua começou a entrar em crise em 2014, 2015. Isso foi três anos antes da revolta de 2018. O governo continuou investindo em saúde e educação e infraestrutura, mas ao mesmo tempo promoveu políticas neoliberais em todos os outros aspectos. Subsídios ao capital, desregulamentação da economia, abertura do campo ao agronegócio e das jazidas a mineradoras transnacionais etc.

Mas então a economia começa a se deteriorar em 2015. Não só os programas sociais e os investimentos sociais não podem ser mantidos, mas o mais significativo é que o governo intensifica as políticas neoliberais. Novamente muitas políticas neoliberais, e isso culmina na redução do valor das aposentadorias e no crescimento dos fundos de pensão. Este foi então o gatilho para a explosão da revolta massiva.

Também quero dizer que as pessoas que trabalham nas *maquillas*, cerca de 120.000 pessoas, a maioria mulheres jovens, tentaram organizar sindicatos independentes. Onde eles tentaram, o governo os impediu. Eles entraram em greve por causa de aumentos salariais em 2014 e 2015, foram reprimidos com violência pela polícia e pelo exército. O governo concedeu a um bilionário de Hong Kong a construção de um canal através da Nicarágua, uma concessão que estipula que ele pagará zero impostos ao governo por 50 anos, prorrogáveis por mais 50 anos. Quando eles começaram a planejar este canal através da Nicarágua, percebeu-se que iriam desalojar dezenas de milhares de camponeses de suas terras. Eles protestaram e foram reprimidos com violência

pela polícia e pelo exército. É um padrão que se repete.

No norte do país existem importantes jazidas de ouro. As minas de ouro foram concedidas a empresas mineradoras transnacionais do Canadá, Estados Unidos, Brasil e outros países. Quando as populações locais protestaram contra esses presentes para empresas transnacionais e as viagens planejadas para inaugurar o início da extração dessas minas, eles também foram reprimidos pela polícia e pelo exército. Isso se repetiu em todo o país ao longo desses anos, principalmente de 2011 ou 2012 a 2018. Há um acúmulo de queixas e é claro que o modelo consiste em, por meio de redes clientelistas, o governo cede algum benefício material à população, principalmente àqueles que o apoiam, mas ao mesmo tempo ele não tolerará nenhum protesto, nenhuma oposição, e nada fará para abandonar seu pleno apoio às políticas neoliberais e à classe capitalista. Esse foi o estopim da revolta de 2018. Ela estourou em 18 de abril e durou até o final de julho. Naquela época, o governo anunciou uma vasta campanha de repressão, com a intervenção de paramilitares, polícia e exército. A repressão foi massiva: 350 pessoas morreram. A grande maioria deles eram membros da oposição que estavam se manifestando pacificamente. Alguns policiais e alguns sandinistas também morreram. Gostaria de dizer mais uma coisa do ponto de vista político sobre essa revolta, a saber, que naquela época a tradicional oposição antissandinista de direita, a oligarquia tradicional e a classe capitalista, que governavam sob o pacto de cogoverno, rompeu com o governo. Mas, ao mesmo tempo, a elite tradicional estava apavorada com essa revolta massiva que não controlava, de modo que, ao reprimir violentamente a revolta dos movimentos sociais, surgida de baixo, o governo criou as condições que permitiram à oposição de direita ganhar a hegemonia de oposição ao governo. Assim, agora nos encontramos em uma situação em que não há alternativa de esquerda na Nicarágua. Existem os movimen-

tos sociais, que estão assustados com a repressão e praticamente funcionam na clandestinidade, essa oposição tradicional de direita, e o regime.

A população está presa entre a espada da ditadura repressiva de Ortega-Murillo e o muro da direita tradicional e da hegemonia capitalista dentro da oposição. Isso é o que vê a esquerda internacional. Ela vê uma oposição de direita e o regime de Ortega-Murillo.

MA – Bem, professor, você nos disse muitas coisas para serem refletidas. Obviamente, teremos que trazê-lo de volta aqui para falar sobre tudo isso com mais profundidade. Porém, professor Robinson, gostaria de retornar, para concluir, o que o senhor acabou de dizer sobre o suposto vácuo que se criou, no qual não há alternativa de esquerda na Nicarágua, além do autoproclamado herdeiro da revolução sandinista sob a forma do governo Ortega. Acho que isso faz parte do contexto das eleições que agora ouvimos e que as pessoas ignoram. Muitas pessoas, mesmo esquerdistas reflexivos podem ver o processo eleitoral e dizer: é muito bom do meu ponto de vista.

Mas como você disse, o que muita gente não vê é que existem pessoas que são de esquerda e ex-sandinistas que foram expulsas do país, que podem estar no exílio, que sofreram repressão, sem falar dos jovens, geração que foi tratada em 2018 com uma violência tão devastadora, como você comentou. Gostaria de lhe perguntar se você pode ir um pouco mais a fundo nisso para falar sobre o âmbito da esquerda, se a esquerda internacionalista e anti-imperialista pode e deve tomar uma posição em relação isso.

WR – Bem, a tragédia da Nicarágua é que não existe uma esquerda organizada. Há um pequeno partido de esquerda, o Movimento de Renovação Sandinista, que recentemente mudou seu nome para União pela Renovação Democrática. Eles não têm uma base de massas e, na verdade, toda a sua liderança está atu-

almente presa, sem julgamento e mantida incomunicável. De resto, não há esquerda organizada no país e isso porque a ideia de esquerda e direita não tem raízes na população nicaraguense. A pesquisa CID Gallup que mencionei anteriormente indica que 79% da população não se sente representada por nenhum partido político ou organização política. Esta é a tragédia da situação, em que existe uma população empobrecida que se absteve de 80% nas eleições. Isso reflete uma posição contrária a Ortega. 79% da população não se sente representada por nenhuma organização política.

Acredito que, nessas condições, o povo da Nicarágua deve construir seu próprio futuro. Ele precisa elaborar algum tipo de projeto alternativo de seu interesse próprio. Ele não pode fazer isso agora, porque quando alguém fala algo contra o regime, imediatamente a repressão cai sobre ele. Pessoas de fora do país não percebem, mas você não pode exibir a bandeira da Nicarágua em público. É um crime. Imediatamente paramilitares e policiais chegam e o prendem. Por quê? Porque a oposição pegou a bandeira do país e disse que é o símbolo da resistência. Você não pode andar na rua e reclamar do governo, você tem que ter muito cuidado nas redes sociais porque existe uma lei de crimes cibernéticos. Em outras palavras, as redes sociais não podem ser usadas para fazer oposição.

Nessas condições, a esquerda internacional está na corda bamba. Mas isso não justifica, longe disso, apoiar um regime repressivo que viola sistematicamente os direitos humanos e que representa um projeto de desenvolvimento capitalista na Nicarágua. Temos que fazer o que estamos fazendo no mundo: exigir respeito pelos direitos humanos. Temos que ser solidários com os movimentos sociais na Nicarágua, com a classe trabalhadora, com o campesinato, com as feministas e os estudantes, assim como fazemos em todos os lugares.

A única justificativa que a esquerda supostamente usa para

não fazer isso é, como analisamos na entrevista, tratar Ortega como um revolucionário que está implementando um projeto de esquerda, o que não é verdade. E que os EUA estão tentando derrubar esse regime, o que não há provas de que seja verdade. Como indico em minhas últimas publicações, não apenas o artigo do Congresso Norte-Americano da América Latina, a Nicarágua constitui um desafio para a esquerda internacional. Mas não só a respeito da Nicarágua, a respeito de quais são nossas posições fundamentais ao redor do mundo.

A organização do local de trabalho ainda é crucial para o movimento socialista¹

Jeremy Gong²

Nota do Tradutor – O texto abaixo é parte de um debate realizado entre os companheiros Jeremy Gong e Chris Maisano, militantes do Democratic Socialists of America (DSA) dos Estados Unidos, sobre o papel da organização da classe trabalhadora no atual cenário norte-americano. Na polêmica, publicada originalmente na Jacobin Magazine, Gong responde ao texto de Maisano³ através da análise das vitórias históricas da classe trabalhadora nos EUA e da defesa da “estratégia rank-and-file”, ou seja, da organização de trabalhadores pela base das categorias.

Durante várias décadas, o nível de força da classe trabalhadora nos Estados Unidos tem sido sombrio. Os sindicatos são fracos, e milhões de trabalhadores, incluindo quase metade dos eleitores domésticos dos sindicatos, votaram em Donald Trump em 2016 e 2020. Vendo o estado debilitado da força de trabalho, muitos liberais e esquerdistas se voltaram para outras forças sociais - organizações sem fins lucrativos, políticos de esquerda, ou mesmo bilionários favoráveis ao clima - para conquistar a assistência médica, preservar o meio ambiente e promover outras legislações progressistas.

Nos últimos anos, inspirada pela experiência das campanhas de Bernie Sanders e outras, a esquerda norte-americana reconheceu a importância estratégica da ação política: eleições, legislaturas e partidos políticos. A necessidade de ação política tornou-se senso comum para a esquerda de hoje: Nem os protestos em massa nem a organização do local de trabalho por si só são

¹ Publicado originalmente na *Jacobin Magazine* em 20 nov. 2021. Tradução: Bruno Magalhães.

² Militante do *Democratic Socialists of America* (DSA).

³ Chris Maisano. “Disorganized Democracy”, 2 ago. 2021. Disponível em: <https://www.jacobinmag.com/2021/08/disorganized-democracy>.

suficientes para construir o poder necessário para defender os interesses dos trabalhadores e, em última instância, transformar a sociedade.

Alguns na esquerda levam este argumento ainda mais longe. Apontando para o papel dos políticos e da legislatura no crescimento do movimento de trabalhadores durante o *New Deal*⁴ e na diminuição do poder estrutural dos trabalhadores sob o capitalismo “pós-industrial”, Chris Maisano argumenta que as eleições podem agora ser mais importantes para a “reorganização da classe trabalhadora” do que a organização do local de trabalho. “O potencial para fazer novos avanços hoje”, escreve ele, pode estar “relativamente mais dependente da ação política do que de alavancar a localização dos trabalhadores no processo de produção”.

No seu melhor, a ação política de esquerda pode catalisar e reforçar os movimentos dos trabalhadores enquanto avançam na legislação em seu nome, como mostraram as campanhas de Bernie⁵. Mas o entusiasmo das campanhas eleitorais e a necessidade de construir um novo partido político não deve eclipsar a importância estratégica central da própria atividade e organização dos trabalhadores, especialmente onde eles têm o poder mais potencial: no mundo do trabalho.

É claro que a organização do local de trabalho é difícil, ainda mais dadas as derrotas das últimas quatro décadas. Mas é ao mesmo tempo possível e indispensável. A esquerda precisa se comprometer a reconstruir o movimento trabalhista de baixo para cima, sem o qual nosso programa de reformas - para não mencionar o socialismo democrático - permanecerá indefinidamente fora da agenda.

4 Ver “Levers and Labyrinths”, de Chris Maisano. Disponível em: <https://socialistforum.dsausa.org/issues/spring-2021/levers-and-labyrinths/>.

5 Ver Nick French e Jeremy Gong, “Why Workers Need a Political Party”. Disponível em: <https://socialistcall.com/2020/06/15/bernie-2020-workers-party/>.

O que veio primeiro?

Em dois artigos recentes, Maisano argumenta que os trabalhadores precisarão de uma “ajuda da política pública” na forma de uma reforma progressiva da lei trabalhista como o PRO Act⁶ para criar um “ambiente mais favorável” para a luta de classes. Somente então, ele implica, a organização do local de trabalho dará frutos novamente.

Mas esta sequência de “legislar primeiro, organizar depois” extrai as lições erradas dos anos 30, a última vez que uma reforma tão ambiciosa da lei trabalhista foi aprovada. O PRO Act é uma excelente demanda trabalhista e da esquerda para lutar agora mesmo, e devemos esperar que ela passe antes que os democratas percam o Senado. Mas se não o fizer, isso não seria uma surpresa - grandes reformas da lei trabalhista tendem a acompanhar os impulsos na organização sindical e na atividade grevista, e não o contrário.

O cientista político Michael Goldfield mostra em um estudo seminal⁷ que a agitação maciça e depois três grandes greves gerais em 1934 – lideradas em parte por quadros socialistas revolucionários – impulsionaram as elites políticas e econômicas a escolher uma estratégia de concessões bem sucedida a fim de aplacar, conter e redirecionar a rebelião operária para canais menos perturbadores. Um congressista pró-*New Deal* resumiu o estado de espírito: “O que estamos tentando fazer... é salvar [grandes] corporações do comunismo e do derramamento de sangue”.

As grandes reformas da lei trabalhista tendem a acompanhar os aumentos na organização sindical e na atividade grevista, e não o contrário. A própria Lei Nacional de Relações Trabalhistas de 1935 (NLRA) teve um impacto limitado sobre este aumento, já que a comissão de trabalhadores por ela estabelecida, a Comis-

6 O PRO Act (*Protecting the Right to Organize Act*, ou Ato de Proteção do Direito de Organização) é uma proposta legislativa em favor da organização sindical nos EUA.

7 Michael Goldfield. “Worker Insurgency, Radical Organization, and New Deal Labor Legislation”, *The American Political Science Review*, v. 83, n. 4 (Dez. 1989), pp. 1257-1282.

são Nacional de Relações Trabalhistas (NLRB), realizou pouco em seus dois primeiros anos. Foi a vitória da greve dos trabalhadores da Flint de 1936-37 que desencadeou, em apenas um mês, outras 247 greves envolvendo mais de 200.000 trabalhadores. O número de sindicalistas aumentou de 4 milhões para 7 milhões no final do ano, levando a Goldfield a escrever que “a barragem tinha sido quebrada com pouca ajuda da NLRB”.

Maisano afirma que a legislação anterior, a Lei Nacional de Recuperação Industrial (NIRA) de 1933, ajudou a tirar o sindicato organizando o “gênio da garrafa”, dando aos trabalhadores uma “licença para se organizarem”. Mas Maisano também admite que a NIRA desdentada “ficou sem força”. Na melhor das hipóteses, foi apenas um catalisador simbólico ou uma causa próxima. A legislação não prova muito sobre o papel especial da legislação em relação à organização, pois qualquer número de coisas pode provocar greves, desde maus patrões até exemplos inspiradores em outras fábricas. E, independentemente disso, a interrupção em massa - incluindo milhões de protestos pela redução do desemprego e greves de montadoras bem-sucedidas em Detroit - já estava em andamento há anos antes da aprovação do NIRA.

Finalmente, Maisano fala sobre o papel central desempenhado pelos “políticos simpáticos” em algumas greves dos anos 30. Os ativistas trabalhistas certamente se beneficiaram deste apoio político. Mas só em 1937 houve 4.740 paradas de trabalho registradas. Em apenas alguns destes, os trabalhadores podiam contar com políticos simpatizantes. A única coisa comum a todos eles é a ação, organização e tenacidade de inúmeros trabalhadores diante de empresas poderosas ou mesmo fura-greves violentos.

Goldfield mostra que a ação em massa e disruptiva dos trabalhadores tende a pressionar os políticos a serem mais “simpáticos”: À medida que os trabalhadores se tornaram mais confiantes em seu poder, as elites se tornaram cada vez mais hesitantes

em usar a repressão violenta, o que só estava provocando mais agitação e radicalização.

A ação política era naturalmente necessária para vencer a legislação do New Deal. Mas o poder crucial para vencer essas reformas foi gerado pelos próprios trabalhadores, principalmente no nível da produção. Para conquistar grandes reformas no século XXI, desde o Medicare for All até o Green New Deal, precisamos construir uma luta de classes no local de trabalho, e muitas delas.

A causa do trabalho ainda é a esperança do mundo

Como a própria militância e organização dos trabalhadores pode exercer tanto poder? Porque sob o capitalismo, a classe trabalhadora é, como escreve Vivek Chibber, “o ganso que põe os ovos de ouro”. Chibber explica:

“A razão pela qual o trabalho é tão central na estratégia socialista é que ele é o único ator social com o poder e o interesse em assumir o capital. Ele tem interesse em fazê-lo porque sofre sistematicamente nas mãos do capital. E tem a capacidade de lutar contra o poder do capital porque o capital depende do trabalho para manter sua riqueza e seus lucros fluindo”⁸.

Maisano argumenta que, embora isso possa ter sido verdade em épocas anteriores, a natureza do capitalismo mudou. Com a relativa perda de empregos de manufatura e a reorganização geográfica das cidades, o proletariado americano perdeu muito do “poder estrutural” no local de trabalho com o qual outrora contava para fazer avançar seus interesses. Enquanto historicamente “os trabalhadores industriais têm sido a vanguarda dos movimentos democráticos e socialistas em todo o mundo”, as recentes “mudanças técnicas de economia de mão-de-obra, terceirização e outras pressões” têm “corroído” o poder potencial do proletariado.

Sob o “capitalismo pós-industrial”, Maisano sugere em ou-

⁸ Ver Vivek Chibber, “Labor’s Long March”. Disponível em: <https://jacobinmag.com/2021/08/labors-long-march>.

tro lugar, a esperança da classe trabalhadora pode estar mais na “mobilização política” (principalmente através de eleições e lobby) do que na “alavancagem da posição [estrutural] dos trabalhadores” através da organização sindical e da ação direta no processo de produção.

A tarefa de revitalizar o movimento operário é certamente tão assustadora como sempre. Mas não é verdade que ela esteja estruturalmente fora da mesa. Kim Moody mostra que “os tropos populares de uma classe trabalhadora fragmentada, atomizada e informal ocultam o grau em que as últimas três décadas criaram de fato novas zonas de produção centralizada, novas vulnerabilidades para o capital e também subestimam elementos importantes de continuidade nas formas de emprego”.

Como disse Paul Prescod, de Jacobin, no mês passado, “A classe trabalhadora industrial não desapareceu. Apenas foi transformada”. Os mais de 4 milhões de trabalhadores envolvidos na logística (transporte de mercadorias) “são o novo núcleo da classe trabalhadora industrial dos EUA”. A “revolução logística” criou fortalezas industriais totalmente novas nas grandes áreas urbanas, os últimos bastiões de alta densidade sindical. Moody explica que dezenas de “pólos logísticos” nos Estados Unidos, alguns dos quais concentram mais de 100.000 trabalhadores, estão “no centro dos processos de produção mais amplos de hoje, tanto quanto os pólos de fábricas de montagem automática em Detroit ou as siderúrgicas em Gary do ano passado”.

Só a Amazon emprega hoje quase 1 milhão de pessoas diretamente nos Estados Unidos. Como um motorista da United Parcel Service (UPS) escreveu recentemente em Jacobin⁹, organizar a Amazon é questão vida ou morte para o movimento dos trabalhadores, já que seus preços, salários e condições são determinantes para o resto desta indústria chave. Mas “as condições

9 Ver Eli Rose, “Organizing Amazon Is Do-or-Die for the Labor Movement”. Disponível em: <https://jacobinmag.com/2021/09/organizing-amazon-union-teamsters-logistics-warehouse-shipping-labor-movement>

para organizar a Amazon, e conseguir um avanço revitalizador para o sindicalismo”, escreve ele, “nunca foram melhores”.

Embora a mão-de-obra dos EUA tenha sido desorganizada por um declínio no emprego industrial tradicional desde meados do século XX, existem hoje novas e importantes aberturas para a organização. A Irmandade Internacional de Caminhoneiros (IBT), de 1,4 milhões de membros, comprometeu-se (sob pressão dos reformadores dentro dos sindicatos) a organizar a Amazon. Especialmente porque os reformadores mais ambiciosos apoiados pelo Caminhoneiros para uma União Democrática (TDU) acabam de ganhar as eleições para a liderança do IBT, e uma campanha nacional sobre a Amazon liderada pelos caminhoneiros poderia representar a mais importante nova iniciativa de organização do setor privado em uma geração.

Os recursos do IBT complementariam a organização de base já realizada por ativistas precarizados mas altamente comprometidos (por exemplo, Amazonians United). Uma possível luta contratual ou mesmo uma greve de 300.000 caminhoneiros da UPS em 2023 sob a liderança mais militante do IBT também poderia ajudar a elevar as expectativas da mão-de-obra americana em geral, e o interesse dos trabalhadores da Amazon na sindicalização em particular.

Além da logística, dois outros setores têm crescido rapidamente junto com sua centralidade para a sociedade norte-americana: educação e assistência médica. Havia 3,5 milhões de professores de escolas públicas em tempo integral e parcial no ano letivo de 2017-18, um aumento de quase 20 por cento desde 2000. A grande maioria destes professores já está em sindicatos. Uma onda de greves de professores amplamente vitoriosos nos Estados Unidos em 2018-19 envolvendo quase 650.000 trabalhadores reintroduziu a ideia de greves aos sindicatos, e os sindicatos à sociedade norte-americana. Pesquisadores de Columbia mostraram que estas greves realmente aumentaram o apoio dos

sindicatos entre pais não sindicalizados e outros observadores.

Maisano sugere que a “reorganização da classe trabalhadora hoje” não se dará principalmente através da “organização do local de trabalho ou greves”, mas sim através da ação política. Mas os pesquisadores da Columbia destacam “a importância das greves como estratégia política para os sindicatos: não apenas podem construir um apoio público mais forte para os trabalhadores em greve, mas também podem inspirar maior interesse em mais ações sindicais entre outros trabalhadores”. As greves dos professores confirmam que, mais do que um foco conservador na eleição e lobby dos democratas, “as greves são a arma mais poderosa dos trabalhadores”.

Estes reformadores sindicais de base, radicais e membros dos Socialistas Democráticos da América (DSA) na “minoria militante” foram essenciais para iniciar e liderar muitas dessas greves, assim como os militantes comunistas e outros militantes radicais estiveram na recrudescência dos anos 30. Os professores de Nova York tiveram que meramente ameaçar uma greve selvagem no ano passado, apesar da proibição das greves do setor público em Nova York, para forçar seu sindicato a exigir o fechamento de escolas diante do aumento das infecções COVID-19 - uma demanda que eles ganharam, salvando incontáveis vidas em um epicentro viral. O poder dos professores para forçar concessões no trabalho e na estatal tem sido comprovado na prática.

Cerca de 20 milhões de pessoas, ou seja, um em cada sete trabalhadores, trabalham agora na “assistência médica e social” nos Estados Unidos, o maior setor rastreado pelo Departamento do Censo. Muitos destes trabalhadores estão concentrados em grandes hospitais e campi. Embora uma parcela menor de trabalhadores esteja sindicalizada na área da saúde do que na educação, a ação militante dos trabalhadores e as lideranças progressistas sindicais mostram que os trabalhadores da área da saúde podem desempenhar um papel importante na revitalização da mão-de-

-obra americana. No início da pandemia do ano passado, os trabalhadores do hospital de Cook County em Chicago desafiaram a má administração e a falta de pessoal - parte dos métodos de “produção enxuta” importados da fabricação de automóveis para a indústria da saúde - com uma série de ações bem sucedidas de chão de fábrica.

Desde então, milhares de trabalhadores da área de saúde de Chicago participaram de duas grandes greves. A primeira desafiou uma liminar judicial, e a segunda ganhou as exigências dos sindicatos por salários mais altos e segurança laboral. Na *Bay Area*, mais de três mil trabalhadores da área de saúde do condado - liderados por sindicalistas reformadores treinados pela *Labor Notes*¹⁰ – atacaram com sucesso na última queda contra a austeridade. Setecentas enfermeiras em Massachusetts estão em greve há seis meses por seguro pessoal e equipamentos de proteção. Trinta e cinco mil trabalhadores da gigante da saúde Kaiser autorizaram uma greve no início deste mês para lutar, entre outras questões, contra a introdução de um sistema salarial de dois níveis.

Segmentos tradicionais do setor privado como a construção e a manufatura ainda são importantes campos de batalha também, como demonstram as recentes greves dos carpinteiros de Washington e dos trabalhadores da Nabisco. Ainda há cerca de um milhão de trabalhadores automobilísticos nos Estados Unidos, 50.000 dos quais atacaram a General Motors em 2019, enquanto um movimento nacional está lutando para democratizar os Trabalhadores Automotivos Unidos (UAW). Dez mil membros da UAW na John Deere deixaram o trabalho no mês passado, juntamente com 14.000 trabalhadores da Kellogg. Sessenta mil trabalhadores do cinema e da televisão quase foram à greve antes que um acordo fosse alcançado por pouco.

Embora a mão-de-obra americana tenha sido desorganizada

¹⁰ *Labor Notes* é um projeto de organização e comunicação fundado em 1979 com o objetivo de apoiar ativistas sindicais estadunidenses.

por um declínio no emprego industrial tradicional desde meados do século XX, existem hoje novas vagas importantes para a organização. O avanço socialista no século XXI se apoiará em parte em nossa capacidade de aproveitar ao máximo estas oportunidades.

Sem atalhos para o poder da classe trabalhadora

O movimento socialista não pode permanecer totalmente confinado a protestos de rua ou lutas do chão de fábrica. Mas isto não é um perigo neste momento. A maior parte da esquerda contemporânea, ao invés disso, concentra-se na ação eleitoral em detrimento da organização do trabalho. Isto faz sentido: Milhares foram trazidos ao DSA pelas campanhas de Bernie Sanders e Alexandria Ocasio-Cortez, e a organização eleitoral é mais evidente e acessível a uma geração de jovens ativistas que cresceram em grande parte afastados de um pequeno movimento sindical. As campanhas eleitorais socialistas de hoje levantam demandas redistributivas de longo alcance que beneficiariam as pessoas pobres e trabalhadoras.

Mas devemos nos preocupar que nosso movimento permaneça, parafraseando Leo Panitch¹¹ trabalhando orientado para a classe, mas não enraizado na classe trabalhadora. A melhor maneira para a esquerda corrigir isso é ajudar a construir o movimento de trabalhadores.

A ação política foi necessária para vencer a legislação do New Deal. Mas o poder crucial para vencer essas reformas foi gerado pelos próprios trabalhadores, principalmente no ponto de produção. Até que mais trabalhadores experimentem o senso de poder que podem exercer coletivamente no local de trabalho e através de seus sindicatos, será quase impossível enraizar nossa agenda política nas comunidades da classe trabalhadora. Um movimento sindical mais forte e uma cultura de luta de classe - em

¹¹ Leo Panitch foi um marxista canadense e professor da York University falecido em 2020.

que experiências de primeira mão de poder coletivo constroem a consciência de classe e aumentam as expectativas de milhões de trabalhadores - é um pré-requisito para ganhar maiorias para campanhas de esquerda como as de Bernie Sanders.

E sem um movimento operário revitalizado construído sobre uma forte base sindical, é improvável que um governo socialista possa alcançar grandes reformas. Sob o capitalismo, o Estado não é meramente uma ferramenta neutra a ser empunhada por quem quer que ganhe o cargo. O poder de transformar a sociedade, portanto, não está apenas no Estado, mas na economia.

É claro que reformas progressivas são possíveis, mas somente porque os movimentos de ruptura, principalmente o movimento dos trabalhadores, tornam os custos da resistência maior para os empregadores do que os custos das concessões. Fortes movimentos trabalhistas forneceram o poderoso motor que impulsionou reformas progressivas nos Estados Unidos nos anos 30 e 60 e nas democracias sociais europeias do pós-II Guerra Mundial.

Maisano está certo de que a organização da mão-de-obra por si só nunca foi suficiente para estas vitórias. A existência de um partido político nacional da classe trabalhadora é um ingrediente chave para vencer grandes reformas. Mas tal partido só será capaz de lutar pelos interesses dos trabalhadores se for apoiado por forças sociais fora do Estado - especialmente os trabalhadores organizados que podem paralisar a produção.

A ação política pode complementar a organização do local de trabalho e, em alguns casos, incentivá-la. Mas não há substituto para a coisa real. Uma tarefa primordial dos socialistas de hoje é não apenas falar e falar sobre as lutas da classe trabalhadora, mas começar a participar delas diretamente, especialmente no chão de fábrica. A ação política ajudou no nascimento de uma nova geração de ativistas socialistas. A próxima tarefa para a esquerda de hoje é trazer um pouco desse zelo radical e dessa experiência organizadora para o movimento sindical.

É por isso que os socialistas democráticos estão empreendendo a “estratégia rank-and-file” [organização pela base]¹² para transformar o movimento sindical de baixo para cima: assumindo empregos em setores estratégicos como saúde, educação, logística (incluindo a Amazon), construção civil e comunicação, a fim de reconstruir um movimento militante da classe trabalhadora hoje e vencer o socialismo amanhã. O papel dos ativistas radicais na recente militância do setor de saúde e educação ecoa o dos radicais e organizações revolucionárias que foram parte essencial da “minoridade militante” da recrudescência dos anos 30.

Sob o capitalismo, nenhuma quantidade de poder da classe trabalhadora é suficiente para avançar e defender os interesses dos pobres e do planeta. Há espaço para alguma melhoria, mas ela é limitada e frágil enquanto os bilionários e corporações, com interesses opostos aos do resto de nós, controlam a grande maioria dos recursos e, portanto, o poder. Mais cedo ou mais tarde, um projeto de reforma bem sucedido sob o capitalismo irá enfrentar estes limites, e a classe trabalhadora terá que estar preparada para lutar por algo além do capitalismo.

Mas este é um cenário distante. Neste momento, devemos nos preocupar em elevar o baixo nível de organização e consciência da classe trabalhadora, a partir do chão de fábrica.

12 Ver Barry Eidlin, “What is the Rank-and-File Strategy, and Why Does It Matter?”. Disponível em <https://www.jacobinmag.com/2019/03/rank-and-file-strategy-union-organizing>.

Para além dos nossos números: um argumento socialista sobre população e o ambiente¹

Martin Empson² e Ian Rappel³

O ambientalismo é uma reação social crucial ao ecocídio do capitalismo⁴. Em todos os seus disfarces políticos, pode ser interpretado como uma expressão de repugnância perante a destruição gratuita e a barbárie que a sociedade capitalista desencadeou sobre a natureza. Contudo, embora os seus defensores partilhem uma filosofia central - que a Terra viva é única e finita e deve ser tratada com cuidado para o bem da natureza e da civilização humana - o próprio ambientalismo é uma igreja política muito ampla. Na medida em que o ambientalismo pode ser descrito como um movimento social, a sua unidade política coalesce em torno dos sintomas da disfuncionalidade ecológica do capitalismo. Este enfoque nos sintomas encoraja um certo consenso político sobre as “questões” ambientais significativas que têm surgido, tais como as alterações climáticas, a perda de biodiversidade e a poluição.

No entanto, uma vez considerados os fatores causais e as medidas de remediação mais profundas, o ambientalismo decompõe-se segundo as linhas bem estabelecidas das teorias sociais “mainstream” (pró-capitalista) e “crítica” (anticapitalista). As abordagens “mainstream” advogam soluções capitalistas e tecnocráticas, tais como a financeirização da natureza e o comércio

1 Publicado originalmente em *International Socialism*, n. 172, out. 2021. Disponível em: <http://isj.org.uk/beyond-our-numbers/>. Tradução: Isabelle Ottoni.

2 Autor de *Kill all the Gentlemen: Class Struggle and Change in the English Countryside* (Bookmarks, 2018) e o editor de *System Change not Climate Change: A Revolutionary Response to Environmental Crisis* (Bookmarks, 2019).

3 Ecologista e membro do Socialist Workers Party (SWP). Foi professor de Estudos Populacionais na Universidade de Cardiff durante os anos 90.

4 Barry, 2007. Gostaríamos de agradecer a Ian Angus, Joseph Choonara, Sheila McGregor, Laura Miles, Camilla Royle e Neil Thomas pelos seus comentários úteis sobre os rascunhos deste artigo.

de carbono, que são consistentes com a motivação do lucro e o poder empresarial. As abordagens críticas rejeitam normas capitalistas a favor de sistemas de valores alternativos e redistributivos ou de controles democráticos sobre as empresas e os atores da classe dominante.

Esta divisão política do ambientalismo em de direita e esquerda é importante. As estratégias marxistas, socialistas e ecosocialistas dentro da política ambiental precisam realçar estas divisões políticas subjacentes. Ao fazê-lo, podemos obter ganhos ambientais significativos e eficazes que contribuem para a transição social e são duradouros face à cooptação dominante. Em muitas frentes, tais intervenções radicais são simples. Bilionários como Bill Gates, Jeff Bezos e Elon Musk, que afirmam possuir as chaves para a mitigação das mudanças climáticas através da “filantropia”, estão apresentando “soluções” limitadas e consistentes com a sua própria riqueza astronômica⁵. No entanto, há um tópico que atravessa o espectro político do ambientalismo e representa um desafio significativo para a intervenção socialista, porque ofusca a política ambiental: o crescimento da população humana e a “superpopulação”.

Ideologicamente, especialmente durante a Guerra Fria, o argumento da superpopulação desempenhou uma função importante como narrativa de culpabilização das vítimas - pintando os países “subdesenvolvidos” do Sul Global como vítimas da sua própria loucura demográfica. Ignora de forma útil o capitalismo e as suas histórias de imperialismo, colonialismo e neoliberalismo. Contudo, as preocupações com o rápido crescimento populacional e a noção de superpopulação têm desempenhado um papel mais matizado dentro do ambientalismo moderno, desde que este se desenvolveu pela primeira vez no início dos anos 60. A nível ambiental, o argumento de que o rápido crescimento populacional é incompatível com o nosso planeta finito parece intuitivo.

⁵ Gates, 2021; Holmes, 2012.

De fato, historiadores naturais influentes e ambientalistas como David Attenborough concentraram grande parte da sua atenção na defesa do controle da população, uma vez que testemunharam a destruição ecológica e a perda de biodiversidade⁶.

Algumas preocupações sobre população dentro do ambientalismo refletem um preconceito disciplinar direto das ciências ecológicas e biológicas. Argumentos ecológicos simplificados afirmam que somos uma espécie desonesta que ultrapassou os “limites naturais” da Terra e superou nossa “capacidade de carga”. Eles assumem que existe uma população ótima (inevitavelmente menor) para a humanidade, que, se realizada, nos devolveria a uma relação equilibrada com a natureza. Esta perspectiva equivocada leva alguns a levantar preocupações sobre o crescimento populacional a partir de posições misantrópicas e anti-humanas; pode até mesmo encorajar argumentos eugênicos e malthusianos contorcidos que vêem as guerras, a fome e as doenças como a forma da natureza de controlar nossos números. Generalizações ecológicas, eugenia e misantropia são fáceis de repreender de uma perspectiva socialista - são posições reacionárias grosseiras que freqüentemente afirmam mostrar associações estatísticas demográficas em larga escala sem análises ou cuidados interpretativos suficientes. Desta forma, amplas correlações entre números populacionais e crises ambientais são apresentadas como causais e não como co-sintomáticas do ataque do capitalismo à natureza.

Como discutiremos a seguir, o socialismo tem uma rica herança de refutação de argumentos ideológicos grosseiros em torno da superpopulação - especialmente onde Karl Marx e Friedrich Engels contrariaram o trabalho de Thomas Malthus e seus associados. As preocupações de Malthus no século 18 de que o crescimento populacional superaria a produção de alimentos foram mais ou menos imediatamente desfeitas pela expansão agrí-

⁶ Attenborough, 2020.

cola precoce e melhorias após a Revolução Industrial. A aplicação mais recente das preocupações de crescimento populacional ao ambientalismo pode ser interpretada como apenas uma reiteiração moderna dessas ideias; autores reacionários procuraram novos fundamentos para tornar relevantes suas opiniões sobre superpopulação.

O grau em que tais autores contorcem seus argumentos para manter o foco no número da população, em vez das falhas sistêmicas do capitalismo, é notável. Como as taxas de natalidade e as projeções de crescimento populacional caíram, escritores infames como Paul Ehrlich - que discutiremos em profundidade em breve - adaptaram seus argumentos. Eles argumentam que o crescimento populacional ainda deveria ser o foco da atenção ambiental, mas que o número de “super consumidores” é agora o problema.⁷ Recentemente, outros enfoques mainstream tentaram integrar as preocupações de crescimento populacional com os argumentos econômicos para a financeirização da natureza como o meio pelo qual a natureza pode ser protegida tanto dos ricos quanto dos pobres.⁸

No entanto, apesar das flagrantes funções ideológicas do crescimento populacional e das preocupações de superpopulação, há um ressurgimento desses argumentos dentro de grupos ativistas como o “Extinction Rebellion” e na esquerda. Em seu recente livro sobre protestos ambientais na Grã-Bretanha, o ativista do Extinction Rebellion e especialista em transportes Steve Melia comenta que, quase quatro décadas desde que o Clube de Roma concluiu que havia “limites para o crescimento”, “o crescimento econômico e demográfico continuou ininterruptamente”.⁹ A referência passageira de Melia ao crescimento populacional ininterrupto pode ser considerada menor, mas outros no movimento ambientalista e à esquerda explicitaram mais estes argumentos.

7 Webb, 2020

8 Para um exemplo recente disso, ver Dasgupta, 2021.

9 Melia, 2021, p. 208.

Em 2013, o naturalista David Attenborough disse: “Todos os nossos problemas ambientais tornam-se mais fáceis de resolver com menos pessoas, e mais difíceis - e finalmente impossíveis - de resolver com cada vez mais pessoas”.¹⁰

Mesmo a esquerda revolucionária não está imune a estes argumentos. Por exemplo, o socialista britânico Alan Thornett escreveu:

A África enfrenta a situação mais perigosa. A Nigéria, por exemplo, a nação mais populosa e etnicamente mais diversa da África... deve agora alcançar 278 milhões [de habitantes] até 2050, e superar a dos Estados Unidos até 2060 - o que a tornaria o terceiro país mais populoso do mundo¹¹.

Mais adiante, ele continua:

Não estou argumentando que o aumento da população é a causa raiz da crise ecológica... Isso é culpa do sistema capitalista de produção e da mercantilização do planeta... O que estou argumentando é que o aumento da população é um fator contribuinte importante¹².

Tais argumentos simplistas de crescimento populacional continuam a ser levados em conta dentro da esfera da política ambiental progressista. Este artigo foi escrito, em parte, para contrariar estes argumentos. Ele também destaca os perigos que os argumentos populacionais trazem quando usados por racistas, a extrema direita e os interesses capitalistas.

A crítica de Marx e Engels a Malthus

A figura mais associada à teoria da superpopulação é Thomas Robert Malthus¹³. Malthus nasceu em uma família de pequenos

¹⁰ Carrington, 2019.

¹¹ Thornett, 2019, p133. As estimativas de Thornett estão na verdade abaixo daquelas calculadas pelas Nações Unidas, que previram um valor de 399 milhões em seu relatório de 2015 para 2050, e 401 milhões em seu relatório de 2019. Ver Nações Unidas, 2015, p31; Nações Unidas, 2019a, p. 15.

¹² Thornett, 2019, p. 161.

¹³ Para uma introdução de Malthus, sua vida e ideias, ver Reisman, 2018, p. 1-25.

proprietários de terras. Ele estudou matemática em Cambridge, tornando-se um coadjutor na vila Surrey de Wotton em 1789. Enquanto era clérigo, ele se interessou pela economia política e leu extensivamente. É mais conhecido por “Um Ensaio sobre o Princípio da População”, publicado pela primeira vez em 1798 e revisado em seis edições, sendo a final publicada em 1826. O Ensaio foi tremendamente influente - as duas mais importantes figuras da teoria evolucionária primitiva, Charles Darwin e Alfred Russel Wallace, ambos viram como um trabalho chave. Malthus passou a ser Presidente de Economia Política no East India Company College. Seus alunos incluíam Charles Trevelyan, mais tarde responsável pela resposta do governo britânico à Grande Fome irlandesa, e muitos outros administradores coloniais. Muitos anos após a morte de Malthus, suas ideias ainda moldaram a política estatal. Como Mike Davis observa, “os princípios malthusianos, atualizados pelo darwinismo social, foram regularmente invocados para legitimar a política de fome indiana em casa, na Inglaterra”¹⁴.

Hoje, o Ensaio de Malthus é lembrado principalmente por seu argumento de que a população aumenta a uma taxa geométrica (1, 2, 4, 8, 16 e assim por diante) que inevitavelmente superaria a produção de alimentos, que só aumentou na progressão aritmética (1, 2, 3, 4 e assim por diante). No entanto, o Ensaio de Malthus deve ser entendido principalmente como uma resposta a ideias radicais após a Revolução Francesa¹⁵. O Capítulo 1 da primeira edição (1798) do Ensaio conclui que a “desigualdade natural dos dois poderes de população e de produção na terra” não significava “escapar do peso desta lei, que permeia toda a natureza animada”:

¹⁴ Davis, 2002, p. 32.

¹⁵ Deve ser notado que Malthus estava construindo sobre os argumentos anteriores, mas hoje largamente esquecidos, de Robert Wallace. Em 1761, Wallace publicou várias Perspectivas da Humanidade, que argumentavam que uma sociedade igualitária era impossível porque o crescimento populacional inevitavelmente ultrapassaria os recursos disponíveis. Ver Reisman, 2018, p. 41 e Foster, 2002, p. 138-139.

Nenhuma igualdade imaginária, nenhuma regulamentação agrária em sua máxima extensão, poderia remover a pressão da mesma mesmo por um único século. E parece, portanto, ser divisório contra a possível existência de uma sociedade, cujos membros deveriam viver com facilidade, felicidade e lazer comparativo; e não sentir ansiedade em prover os meios de subsistência para si mesmos e para as famílias¹⁶.

Mais tarde, na mesma edição, ele escreve:

O homem não pode viver no meio da abundância. Todos não podem compartilhar da mesma forma as dádivas da natureza. Se não houvesse uma administração estabelecida da propriedade, cada homem seria obrigado a guardar com força sua pequena loja. O egoísmo seria triunfante¹⁷.

Os ataques de Malthus às ideias radicais eram também um ataque à vida dos pobres. Depois de decidir que o crescimento da população significava que a igualdade econômica não era possível, ele concluiu que a caridade era desaconselhável. Como Malthus escreveu:

Com relação às crianças ilegítimas... não se deve permitir que elas tenham qualquer reivindicação de assistência paroquial, mas que sejam deixadas inteiramente ao apoio da caridade privada. Se os pais abandonarem seus filhos, eles devem ser responsabilizados pelo crime. A criança é, comparativamente falando, de pouco valor para a sociedade, já que outros imediatamente fornecerão seu lugar¹⁸.

Ajudar os pobres, alegou Malthus, só causaria mais crescimento populacional:

Não podemos, na natureza das coisas, ajudar os pobres, de forma alguma, sem capacitá-los a criar um número maior de seus filhos¹⁹.

16 Malthus, 1970, p. 72.

17 Malthus, 1970, p. 134.

18 Malthus, 1826, p. 340.

19 Malthus, 1826, p. 424.

A publicação da primeira edição do Ensaio teve uma resposta crítica imediata. William Godwin, cujo trabalho radical havia sido inspirado pela Revolução Francesa, foi um dos alvos principais do Ensaio de Malthus. Ele escreveu: “Os defensores de velhos estabelecimentos e velhos abusos... não poderiam ter achado uma doutrina mais adequada ao conteúdo de seus corações e mais eficaz para impedir para sempre qualquer reforma e melhoria”²⁰. Godwin concordou inicialmente com o argumento principal de Malthus, mas acreditou - encaixando com suas próprias ideias - que o “problema” do crescimento populacional poderia ser tratado através de decisões pessoais sobre as crianças²¹. Mais tarde, sua posição endureceu. Em novembro de 1820, Godwin publicou seu livro, *Of Population*, argumentando, contra Malthus, que “a desigualdade era o resultado direto dos erros políticos e morais que a teoria de Malthus aparentemente procurava absolver”. O livro de Godwin usou dados do censo de todo o mundo para atacar o malthusianismo²². No entanto, foram Marx e Engels que localizaram firmemente uma crítica a Malthus dentro do contexto mais amplo da sociedade e da mudança histórica. Quase 50 anos após a publicação inicial do Ensaio de Malthus, em *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, Engels argumentou que as ideias de Malthus haviam se tornado a “teoria de estimação de todos os burgueses ingleses genuínos”²³.

Como Godwin antes dele, Engels observou que a teoria de Malthus justificava a desigualdade da sociedade capitalista. Ele destacou como Malthus sempre ligou suas teorias de superpopulação a debates econômicos mais amplos:

Podemos resumir seu resultado final com estas poucas palavras:

20 Citado em Thomas, 2019, p. 80. O livro de Richard Gough Thomas sobre William Godwin é uma excelente introdução à atmosfera ideológica e política em que Malthus e Godwin escreveram. O envolvimento inicial de Godwin nos debates populacionais foi em resposta a Wallace e o Ensaio de Malthus foi em resposta à crítica de Godwin a este trabalho anterior. Ver Foster, 2002, p. 139.

21 Thomas, 2019, p. 80-81.

22 Thomas, 2019, p. 128.

23 Engels, 1982, p. 309.

que nossa Terra está perenemente superpovoada, de onde deve prevalecer a pobreza, a miséria, a angústia e a imoralidade; que é a sorte e o destino eterno da humanidade existir em grande número e, portanto, em classes diversas, umas ricas, instruídas e morais, outras mais ou menos pobres, angustiadas, ignorantes e imorais... que as instituições de caridade e as classes pobres são, propriamente ditas, um disparate, pois servem apenas para manter e estimular o aumento da população excedente, cuja concorrência esmaga os salários dos empregados; que o emprego dos pobres pelos guardiões da Lei Pobre é igualmente irracional, pois apenas uma quantidade fixa dos produtos do trabalho pode ser consumida, e, para cada trabalhador desempregado assim fornecido emprego, outro até então empregado deve ser levado à ociosidade forçada, de onde as empresas privadas sofrem ao custo da indústria da Lei Pobre. Em outras palavras, o problema não é como sustentar a população excedente, mas como restringi-la na medida do possível.

Assim, Malthus “declara em inglês simples que o direito de viver...é um disparate”²⁴.

Marx e Engels foram os críticos mais contundentes das teorias econômicas e populacionais de Malthus. O espaço impede uma crítica detalhada do trabalho econômico de Malthus²⁵. No entanto, chamaremos a atenção para a forma como as ideias de Malthus sobre a população se ajustaram à sua teoria econômica. Ele argumentou, por exemplo, que como o subconsumo era o principal motor da crise econômica, resolver isso significava expandir a classe de “consumidores improdutivos” para aumentar aqueles capazes de comprar commodities. Em uma carta ao economista político David Ricardo em 1821, Malthus escreveu: “Uma certa proporção do consumo improdutivo... é absoluta e independentemente necessária para chamar os recursos de um país”²⁶. Para Malthus, “consumidores improdutivos” eram não-produtores, como proprietários de terras, mas também funcionários públicos que “asseguram o consumo necessário para dar

24 Engels, 1982, p. 309.

25 Um bom resumo crítico da economia de Malthus, e a resposta de Marx e Engels, pode ser encontrado em Meek, 1971, p. 16-26.

26 Citado de Reisman, 2018, p. 204.

o estímulo adequado à produção”²⁷. Marx ressaltou que o argumento de Malthus serviu tanto para “demonstrar que a pobreza das classes trabalhadoras é necessária” quanto para “demonstrar aos capitalistas que uma tribo bem alimentada de servos da igreja e do estado é indispensável para a criação de uma demanda adequada para suas mercadorias”²⁸.

Marx reconheceu Malthus como superior a outros historiadores burgueses, até porque ele “amplifica” os antagonismos entre as classes e os “os chama para a frente”²⁹. No entanto, isso nada fez para conter sua raiva contra as ideias de Malthus. Em seu *Grundrisse*, Marx chama Malthus de “babuíno”:

Malthus implica que o aumento da humanidade é um processo puramente natural, que requer restrições e verificações externas para evitar que ela avance na progressão geométrica. Esta reprodução geométrica é o processo natural de reprodução da humanidade. Ele descobriria na história que a população prossegue em relações muito diferentes. A superpopulação é também uma relação historicamente determinada. Não é de forma alguma determinada pelo número abstrato ou pelo limite absoluto da produtividade das necessidades da vida, mas sim pelos limites impostos pelas condições específicas de produção.³⁰

Marx e Engels atacaram Malthus em várias direções. Isto incluiu destacar a falta de evidência científica para o argumento central de Malthus - que a população cresce em progressão geométrica, mas os recursos só crescem em progressão aritmética. Marx estava escrevendo, dizendo que este argumento, que é tão central no pensamento de Malthus, era “pescado puramente do nada”³¹. Ele também observou que a *Origem das Espécies* de Darwin prejudicou Malthus neste ponto; Darwin argumentou que o crescimento geométrico da população se aplicava tanto a plantas e animais quanto a seres humanos, enquanto Malthus insistiu

27 Citado de Reisman, 2018, p. 227.

28 From *Theories of Surplus Value*, volume 3. Quoted in Meek, 1971, p. 33.

29 Meek, 1971, p. 16-17.

30 Marx, 1977, p. 606.

31 Marx, 1977, p. 606.

que tal crescimento só se aplicava a seres humanos³².

Marx argumenta que Malthus abstraiu os humanos de nosso contexto histórico. Em uma famosa passagem, Marx observa que a superpopulação significava coisas diferentes em diferentes pontos da história humana: “Quão pequenos são os números que significavam superpopulação para os atenienses parecem para nós”! Para Marx, as relações sociais específicas de uma determinada sociedade imbuem a superpopulação de um significado particular: “Uma superpopulação de atenienses livres que se transformam em colonos é significativamente diferente de uma superpopulação de trabalhadores que se transformam em reclusos do trabalho”.

Marx continua argumentando que o erro-chave de Malthus foi ver a questão da população em uma fissão ahistórica, que, além disso, impôs sua teoria sobre a realidade em vez de aprender com as evidências históricas reais:

A história real aparece a Malthus de tal forma que a reprodução de sua humanidade natural não é uma abstração do processo histórico de reprodução real, mas, pelo contrário, que a reprodução real é uma aplicação da teoria malthusiana. Daí as condições inerentes da população, bem como de superpopulação, em cada estágio da história lhe parecem como uma série de verificações externas que impediram a população de se desenvolver na forma malthusiana.

Ele continua:

Malthus transforma os limites imanentes, mudando historicamente os limites do processo de reprodução humana em barreiras externas; e ele transforma essas barreiras externas à reprodução natural em limites imanentes das leis naturais de reprodução³³.

Em oposição a este argumento a-histórico, Marx e Engels argumentaram que era impossível chegar a uma lei geral da população para a humanidade. Em vez disso, eles argumentaram que

32 Foster, 2002, p. 146-147.

33 Marx, 1977, p. 606-607.

qualquer tentativa de criar premissas para entender o crescimento populacional deve ser enraizada no contexto histórico:

A população trabalhadora produz tanto a acumulação de capital quanto os meios pelos quais ela mesma se torna relativamente supérflua; e ela faz isso em um grau que está sempre aumentando. Esta é uma lei de população peculiar ao modo de produção capitalista; e de fato, cada modo de produção histórico particular tem suas próprias leis especiais de população, que são historicamente válidas dentro daquela esfera particular. Uma lei abstrata de população existe somente para plantas e animais, e mesmo assim somente na ausência de qualquer intervenção histórica por parte do homem³⁴.

Sob o capitalismo, Marx e Engels argumentaram, o desemprego e o subemprego não eram o resultado de muita gente. Ao invés disso, eles eram a consequência do sistema de produção, que produzia apenas no interesse do lucro. Como cada pessoa pode produzir mais do que precisa, uma população crescente deveria ser capaz de satisfazer suas próprias exigências - especialmente tendo em vista os avanços na produtividade abertos pela aplicação da ciência moderna. Como Engels explicou em 1844, *Outlines of a Critique of Political Economy* (Esboço para uma crítica da Economia Política):

Os meios de emprego não são meios de subsistência. Os meios de emprego aumentam apenas como resultado final de um aumento da potência e do capital das máquinas, enquanto que os meios de subsistência aumentam assim que há um aumento da potência produtiva³⁵.

Engels reconheceu que o trabalho de cientistas como Sir Humphry Davy e Justus von Liebig havia melhorado drasticamente os rendimentos agrícolas. Ele argumentou que esses tipos de melhorias técnicas poderiam permitir populações muito maiores do que até então. Além disso, havia uma grande quan-

34 Marx, 1990, p. 783-784.

35 Citado em Meek, 1971, p60.

tidade de terra não cultivada ou subprodutiva que poderia ser usada para produzir alimentos para populações em crescimento. Para Engels, era “ridículo falar de superpopulação”, enquanto “só o vale do Mississippi contém terra residual suficiente para acomodar toda a população da Europa” e “só um terço da Terra pode ser descrito como cultivado”. Aqui, ele é culpado de ignorar que terras como o Vale do Mississippi já eram habitadas por povos indígenas. No entanto, Engels estava correto ao apontar que os desenvolvimentos na ciência e na produção, mesmo dada a natureza irracional da produção capitalista, permitiriam que populações maiores fossem apoiadas.

Desenvolvimentos posteriores, incluindo a Revolução Verde dos anos 50, demonstraram a capacidade do capitalismo de usar novas tecnologias para aumentar os alimentos disponíveis muito além dos chamados limites malthusianos³⁶. Naturalmente, Engels e Marx nunca sugeriram que uma população sem limites era possível; eles apenas apontaram as imprecisões e a falta de evidência científica nas idéias centrais de Malthus.

Então, por que então as pessoas estavam com fome? Engels explica:

Muito pouco é produzido; essa é a causa de tudo isso. Mas por que se produz muito pouco? Não porque os limites de produção - mesmo hoje e com os meios atuais - estão esgotados. Não, é porque os limites de produção são determinados não pelo número de barrigas famintas, mas pelo número de bolsas capazes de comprar e de pagar. A sociedade burguesa não quer e não pode mais produzir. As barrigas sem dinheiro, a mão-de-obra que não pode ser utilizada para fins lucrativos e, portanto, não pode comprar, é deixada à taxa de mortalidade³⁷.

³⁶ A Revolução Verde aumentou enormemente a produtividade agrícola, mas sua ênfase na tecnologia e nos insumos químicos teve enormes impactos sociais e ecológicos. Estreitamente ligada à Revolução Verde estava a expansão da agricultura industrializada dos EUA para o Sul Global. Isto minou os métodos agrícolas existentes no Sul Global, amarrando os produtores camponeses e de pequena escala a uma economia alimentar global voltada para a maximização dos lucros dos produtores multinacionais de alimentos sediados principalmente no Norte Global. Para saber mais sobre isto, ver Leather, 2021, pp30-32.

³⁷ Meek, 1970, p. 87.

Para os marxistas, a fome, assim como a falta de acesso a recursos, moradia, educação, emprego, etc., não era e não é uma função da população. Em vez disso, ela está relacionada à estrutura da sociedade. Hoje, as pessoas vivem em moradias inadequadas, carecem de alimentos e têm acesso inadequado a serviços essenciais porque não podem pagar ou devido à erosão dos serviços públicos originalmente concedidos durante os períodos de expansão do capitalismo.

Paul Burkett argumenta que os argumentos de Malthus são importantes para a classe dominante precisamente porque eles oferecem uma justificativa tão eficaz para seu próprio sistema. Para os capitalistas, inclinados à maximização do lucro, Malthus “forneceu uma justificativa ideológica para o tratamento do capital dos seres humanos e suas condições naturais como supérfluos e descartáveis sempre que eles não podem servir como veículos para o lucro e a acumulação”³⁸.

Então, como poderia a questão da população se relacionar com uma sociedade onde a produção foi transformada para suprir as necessidades de toda a população? Mais tarde em sua vida, Engels se engajou em debates sobre a questão da população e da sociedade comunista. Em 1881, em uma discussão com o marxista alemão Karl Kautsky durante um debate ressurgente sobre a superpopulação, Engels notou a “possibilidade abstrata” de que “limites terão que ser estabelecidos” sobre o número de pessoas na sociedade. No entanto, ele também adverte:

Se em algum momento a sociedade comunista se vir obrigada a regular a produção de seres humanos, assim como já veio a regular a produção de coisas, será precisamente esta sociedade, e somente esta sociedade, que poderá realizar isto sem dificuldade. Não me parece que seria nada difícil em tal sociedade alcançar um resultado através de um planejamento que já foi produzido espontaneamente e sem planejamento na França e na Baixa Áustria. De qualquer forma, cabe às próprias pessoas da sociedade comunista decidir se, quando e como isso deve ser feito e que meios desejam empregar

38 Burkett, 1998, p. 140.

para esse fim. Não me sinto chamado a fazer propostas ou dar-lhes conselhos a esse respeito. Essas pessoas, em qualquer caso, certamente não serão menos inteligentes do que nós somos³⁹.

Engels observou que ele fez uma observação semelhante em seu *Esboço para uma crítica da Economia Política de 1844*, que citamos anteriormente. Lá, Engels argumentou que, se Malthus tivesse razão, seria apenas uma sociedade socialista que poderia administrar as mudanças demográficas de forma a não burlar os mais pobres e mais vulneráveis da sociedade. A derrubada revolucionária do capitalismo transformaria a relação entre sociedade e natureza, dando aos produtores coletivos a capacidade de administrar sua relação com a natureza de forma racional. Como aponta Burkett:

Comparadas às sociedades divididas em classes, incluindo o capitalismo anarquicamente competitivo, as relações coletivos-democráticas do comunismo “regulariam” mais efetivamente a produção e a reprodução humana de uma forma ambientalmente sustentável⁴⁰.

Tais argumentos não devem ser vistos como dando terreno ao malthusianismo. Pelo contrário, eles destacam como uma sociedade socialista poderia resolver problemas de fome e desemprego, garantindo que as pessoas comuns tivessem o conhecimento e o acesso democrático necessários para tomar decisões sociais importantes sobre questões como a demografia. Tal entendimento está longe de ser o oferecido por Malthus; está muito mais próximo do ideal de Godwin de uma população universalmente educada e capaz de se engajar em um verdadeiro debate político e democrático.

Hoje, as ideias de Malthus têm sido apropriadas por alguns setores do movimento ambientalista. No entanto, como John Bellamy Foster salientou, Malthus não tinha nada a dizer sobre questões ecológicas mais amplas. Em contraste com os neo-Mal-

39 Meek, 1971, p. 120.

40 Burkett, 1998, p. 136.

thusianos, Malthus nunca generalizou de suas opiniões sobre população e alimentos para questões mais amplas, tais como escassez de recursos. De fato, ele argumentou exatamente o contrário. Como Foster enfatiza, de acordo com a primeira edição de seu Ensaio, Malthus via “matérias-primas” como estando disponíveis “em tão grande quantidade quanto elas são desejadas”. Foster escreve:

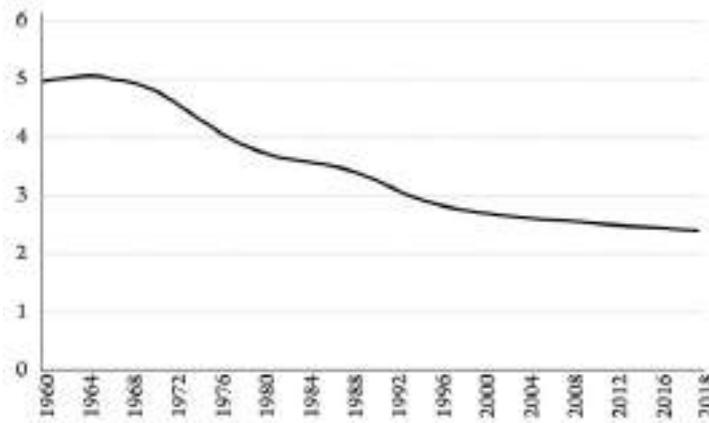
Não pode haver dúvidas de que o verdadeiro objetivo dos neo-Malthusianos... é ressuscitar o que era afinal o principal impulso da ideologia malthusiana desde o início: que todos os problemas cruciais da sociedade burguesa, e de fato do mundo, poderiam ser atribuídos à procriação excessiva por parte dos pobres, e tentativas de ajudar diretamente os pobres só piorariam as coisas⁴¹.

Crescimento da população, demografia e capitalismo

O ressurgimento das preocupações com o crescimento da população parece estranho quando comparado com os padrões demográficos dos últimos 50 anos e as consequentes projeções populacionais. Se apenas a questão das altas taxas de natalidade for considerada (apesar de seu papel meramente parcial no crescimento populacional, discutido abaixo), então os defensores do controle populacional deveriam ser alguns dos ambientalistas mais satisfeitos em torno do tema. Apesar do tom carregado de desgraça dos debates populacionais dos anos 70 e 80, as taxas de natalidade medidas pela “taxa de fertilidade total” (TFR) - o número médio de filhos nascidos de uma mulher média durante sua vida reprodutiva - caíram drasticamente em todo o mundo nos últimos 40 anos (figura 1). De fato, globalmente, nossa TFR coletiva de cerca de 2,5 está agora no “nível de substituição”; ou seja, o número de crianças nascidas caiu para uma taxa suficiente apenas para substituir seus pais sob as expectativas de vida prevaletentes.

⁴¹ Foster, 2002, p. 150-151.

Figura 1: Taxa de fertilidade mundial (nascimentos por mulher), 1960-2018



Fonte: Banco Mundial, 2021.

As projeções das Nações Unidas para o tamanho da população global agora atingem um pico de cerca de 11 bilhões até o final deste século⁴². Estas previsões assumem que a mortalidade continuará a diminuir a ponto de os nascimentos e mortes em todo o mundo atingirem a equivalência e substituição da TFR. Isto significaria uma taxa de aproximadamente 2,1 filhos por mulher, na medida em que as taxas de mortalidade equivalem às expectativas de vida ocidentais. O declínio da taxa de natalidade tem ocorrido em todo o mundo durante os últimos 40 anos. De fato, para alguns países, como a Coreia do Sul e a China, as taxas de natalidade estão tão abaixo do nível de reposição agora que a diminuição da população e o “envelhecimento da população” são vistos como problemas crescentes, resultando em apelos para a introdução de políticas pró-natalistas⁴³.

⁴² United Nations, 2019b.

⁴³ McCurry, 2021; Yu, 2021.

Com o TFR global agora em nível de substituição, as motivações para um foco ambiental contínuo no crescimento populacional devem ser examinadas. O fato de que os níveis de fertilidade ainda são mais altos no Sul Global (particularmente na África subsaariana) significa que a prioridade contínua do crescimento populacional dentro de parte do movimento ambientalista não pode ser vista como uma postura científica apolítica. Os ambientalistas que se concentram no crescimento populacional e no controle da natalidade estão assim - como discutido abaixo - abertos a acusações de racismo e chauvinismo cultural.

Como um fenômeno histórico, o rápido aumento de nossos números tem sido associados de forma única ao capitalismo. No entanto, essa associação precisa ser examinada com cuidado. Sim, a população global aumentou acentuadamente desde a Revolução Industrial - de cerca de meio bilhão em 1750 para 7,7 bilhões hoje. Espera-se que outros 3 a 5 bilhões se juntem a nós até o final do século XXI⁴⁴. Na superfície, como apresentado no tipo de gráficos nítidos e seletivos que pontuam os sites de diversas ONGs ambientais, este crescimento parece estar correlacionado com outros resultados do capitalismo industrial, como pobreza, dióxido de carbono atmosférico, desmatamento e extinção de espécies. No entanto, a correlação não é a mesma que a causa. O crescimento da população humana que avançou junto com estas tendências é apenas mais um sintoma da dinâmica de classe caótica do capitalismo.

A interação entre capitalismo e crescimento populacional é muito frequentemente mal compreendida. Os mitos populacionais refletem o preconceito cultural ocidental e os julgamentos burgueses de que o comportamento reprodutivo em humanos é um atributo compartilhado pela espécie, ao invés de uma combinação sofisticada de considerações culturais, de gênero, de classe e materiais. Alguns erros demográficos simples são interpre-

44 United Nations, 2019b.

tações errôneas ideologicamente motivadas. Por exemplo, um simples enfoque aritmético e abstrato sobre “altas taxas de natalidade” ignora o fato de que o crescimento populacional é inicialmente impulsionado pela diminuição da mortalidade como resultado de melhorias no saneamento público, no controle de doenças e na prestação de cuidados de saúde. Com as raras exceções dos baby boom do pós-guerra, a questão das altas taxas de natalidade entra em jogo não porque as famílias estão tendo mais filhos, mas porque o declínio da mortalidade vê mais descendentes sobreviverem até a idade adulta. É o desfasamento entre o declínio da mortalidade e a queda das taxas de natalidade - eles próprios resultantes dos impactos culturais e materiais do desenvolvimento econômico - que causa o crescimento populacional.

De uma perspectiva socialista, as melhorias na saúde e o declínio da mortalidade que impulsionam o crescimento populacional são obviamente sinais positivos de progresso social - mais ainda porque muitas vezes eles foram alcançados através da luta de classes. Entretanto, existem alguns argumentos misantrópicos “profundamente verdes” que comparam nossa ascensão numérica com uma praga ou vírus planetário cujo crescimento deve ser controlado através de guerras, fome, doenças e colapso ambiental. A maioria dos liberais preocupados com o crescimento da população são pelo menos decentes o suficiente para concentrar seus esforços na redução das taxas de natalidade em vez de aumentar a mortalidade em massa. Apesar destas boas intenções declaradas, no entanto, sua defesa da redução da população através de medidas de controle de natalidade é problemática. É claro que os socialistas são, com razão, a favor do acesso livre e universal das mulheres ao controle de natalidade. No entanto, um enfoque político exclusivo nas políticas e programas de controle da fertilidade é um exemplo flagrante das técnicas ideológicas culpabilizadoras das vítimas do capitalismo. É também uma po-

sição que encontra terreno fértil no racismo.

Para entender a sobreposição entre as políticas de controle populacional, capitalismo e racismo, precisamos olhar para a forma como os argumentos demográficos se desenvolveram. Os muitos mitos e equívocos que envolvem o crescimento populacional surgiram devido ao uso político e abuso da demografia para justificar o status quo capitalista. Os defensores do capitalismo usaram o crescimento populacional como polêmica para combater as ameaças ao capitalismo colocadas por reformas radicais e mudanças revolucionárias. Historicamente, o foco de sua ira sempre foram as taxas de natalidade mais elevadas entre outras classes rivais - o proletário e o camponês - e os pobres.

No século XIX, a noção de que a pobreza era uma condição auto-infligida resultante do excesso de crianças informou a atmosfera moral na Grã-Bretanha vitoriana, na Europa e nos EUA. Com o declínio das taxas de natalidade ocidentais durante o século 20, os neo-Malthusianos voltaram sua atenção para o Sul Global e o rápido crescimento populacional que emergiu à medida que os novos Estados-nação lançaram fora do jugo colonial. A preocupação ocidental com o crescimento populacional mudou da pobreza doméstica e dos preconceitos culturais contra crenças como o catolicismo, para questões de “desenvolvimento econômico” e lutas pós-coloniais pela autodeterminação. Nos últimos 50 anos, a degradação ambiental foi meramente acrescentada a este jogo de culpas, com os defensores do capitalismo pós-guerra continuando a concentrar suas preocupações populacionais no Sul Global.

Entre o final dos anos 60 e meados dos anos 90, agências de “ajuda” da ONU e internacionais como o Banco Mundial patrocinaram várias tentativas de desenvolver medidas explícitas de controle populacional através de metas, políticas e programas de controle de natalidade no Sul Global⁴⁵. Estes esforços foram

45 Rappel and Thomas, 1998.

informados por uma leitura errada da experiência demográfica da China, onde as taxas de natalidade já estavam próximas do nível de reposição antes da infame Política de Uma Criança ter sido introduzida em 1980⁴⁶. Outro motor foi o pânico moral que se seguiu ao censo indiano de 1971, que revelou um rápido crescimento populacional. Nesta atmosfera, programas de esterilização forçada foram introduzidos até mesmo sob a liderança de Indira Gandhi, primeira-ministra da Índia durante o estado de emergência em meados da década de 1970, que viu os seus oponentes políticos serem reprimidos. A crença equivocada de que políticas anti-natalidade poderiam ser aplicadas através de programas de planejamento familiar patrocinados pelo Estado foi encorajada por pensadores de direita e neo-Malthusianos como o professor da Universidade de Stanford Paul Ehrlich. Em um paralelo moderno com Malthus, Ehrlich publicou *A Bomba Populacional* no auge das lutas globais de 1968, pintando os pobres do Sul Global como uma ameaça existencial para a civilização humana. Estas posições reacionárias foram contrariadas pelo slogan “O desenvolvimento é o melhor contraceptivo” por ativistas e governos radicais do Sul Global na Conferência Mundial da População em Bucareste, em 1974. Na atmosfera de confiança após a descolonização e a derrota dos EUA no Vietnã, estes estados indicaram que o Ocidente tinha sido capaz de completar a “transição demográfica” - de altas taxas de nascimento e morte a baixas taxas de nascimento e morte - somente através do desenvolvimento econômico.

Desde os anos 90, como as taxas de fertilidade diminuíram em todo o mundo, os defensores do controle populacional foram forçados a moderar seus argumentos. As massas pobres do Sul Global ainda são seus principais alvos. Entretanto, além de defender o controle populacional, a última geração de neo-Malthusianos tem se concentrado na educação e emprego das mulheres

46 Thomas, 1995.

em regiões onde as taxas de natalidade ainda são relativamente altas, como a África Subsaariana. Aqui, o pressuposto é que o empoderamento de gênero baseado na educação pode encorajar as mulheres no Sul Global a terem menos filhos, pois seu empoderamento material desafia as práticas culturais patriarcais⁴⁷. É claro que os esforços direcionados para empoderar as mulheres que vivem na pobreza rural devem ser aplaudidos e há poucas dúvidas de que existe uma associação estatística entre os níveis de desempenho educacional das mulheres e as taxas de natalidade mais baixas. No entanto, existe uma grande incerteza sobre os mecanismos causais e motivacionais em jogo abaixo dessa correlação. O desempenho educacional das mulheres em si é um produto do desenvolvimento econômico e do acesso à educação baseado na classe; a associação entre a educação feminina e as decisões sobre o parto é co-sintomática de tendências sócio-econômicas mais profundas, incluindo a redução da pobreza e níveis mais altos de segurança material no lar. De fato, as correlações gerais entre os indicadores econômicos e as taxas de fertilidade são quase idênticas àquelas da educação feminina. Isto sugere que fatores materiais como pobreza, saúde, emprego e segurança na velhice são de grande influência na formação do tamanho da família, independentemente das normas e práticas culturais⁴⁸.

No final das contas, os vários campos - radicais e reacionários - que participaram dos debates populacionais do pós-guerra foram todos apanhados pelo rápido declínio nas taxas de natalidade que ocorreram nas primeiras décadas do século 21. Seja quais forem as causas desse declínio, entretanto, o neoliberalismo não é obviamente um contexto social humano e progressivo para a transição demográfica. Suas estratégias econômicas caóticas podem ter impulsionado o declínio da fertilidade através de uma reestruturação econômica regressiva e através das influências culturais à medida que o individualismo e o consumismo

47 Kim, 2016.

48 Kim, 2016; Roser, 2017; Thomas, 1991.

penetraram no Sul Global. No entanto, estes resultados do neoliberalismo não podem ser julgados como vitórias demográficas quando confrontados com os altos custos da ideologia na degradação ambiental, desigualdades extremas e potenciais humanos desperdiçados. O crescimento da população humana pode estar diminuindo, mas a viabilidade de nossa sociedade global a longo prazo está longe de estar assegurada. A diminuição das taxas de fertilidade e o declínio populacional que se aproxima pode parecer um sucesso para aqueles que pregam o argumento da “superpopulação”; no entanto, eles se revelarão como vitórias vazias quando não conseguirem levar às melhorias ambientais e sociais esperadas.

Demograficamente, além da África subsaariana e de seções do Oriente Médio, a maioria dos países, e o próprio globo terrestre, tem visto as taxas de fertilidade se aproximarem ou caírem abaixo dos níveis de reposição. Isto significa que quase todo o crescimento populacional restante do mundo projetado é um produto do “momentum populacional” - o eco demográfico de taxas de natalidade anteriormente altas à medida que os jovens entram em idade reprodutiva, mesmo que eles mesmos tenham menos filhos. Este fenômeno se repete com a mesma eficácia com baixa fertilidade; preocupações estão agora sendo expressas sobre futuras quedas populacionais e estruturas populacionais envelhecidas em países “avançados”.

O fato de que os argumentos de superpopulação continuam, mesmo que o crescimento populacional global seja essencialmente platô, nos diz muito sobre o desespero de seus proponentes para desviar as culpas do capitalismo. Na esperança de afastar ativistas bem-intencionados de tais neo-Malthusianos, devemos estar preparados para argumentar que as recentes reduções nas taxas de natalidade são uma vitória oca. Em vez de adotar uma abordagem humana com a redução da pobreza em sua essência, os defensores do controle populacional continuam

a promover argumentos falaciosos - como fizeram até mesmo quando o Sul Global estava sendo lançado aos lobos econômicos pelos arquitetos internacionais do neoliberalismo⁴⁹. Sejam quais forem as causas da recente queda rápida da taxa de natalidade, sabemos que elas estão muito longe das medidas sociais e de saúde que acompanhariam uma transição demográfica justa sob o socialismo.

O racismo contemporâneo e os debates populacionais

Discutir o tamanho da população global não precisa ser racista. Entretanto, como a maior parte do crescimento populacional contemporâneo está na África e na Ásia, argumentos que procuram ligar o tamanho da população ao uso de recursos, fome e destruição ambiental inevitavelmente se tornam tingidos de racismo. Argumentos socialistas claros, que contextualizam a questão dentro do capitalismo, são importantes para contrariar isto.

O debate moderno sobre a população tem sido estreitamente associado com as políticas de imigração e migração. Embora discutir a política da questão da população não seja inerentemente racista, é notável que a questão é frequentemente abordada pela direita e pela extrema direita, que a utilizam para fortalecer uma narrativa racista. Assim, a narrativa de superpopulação está muitas vezes ligada apenas, ou pelo menos principalmente, às preocupações com o Sul Global. Além disso, a direita usa argumentos que ligam a migração e os níveis populacionais a questões políticas mais amplas. Esses argumentos estão muitas vezes intimamente ligados ao mau uso dos números de consumo per capita, que discutiremos mais adiante neste artigo.

Em algumas partes do mundo, o movimento ambiental tem

⁴⁹ Uma abordagem humana da administração da população pode envolver a aplicação das lições de desenvolvimento social que levaram a rápidas quedas na taxa de natalidade em Cuba e no estado de Kerala no sul da Índia. Ver o trabalho seminal de William Murdoch nesta área - Murdoch, 1980.

tido laços estreitos com as ideias anti-imigrantes. Descrições recentes da política “eco-fascista” muitas vezes retratam isto como um novo fenômeno, mas estas ideias de extrema direita e fascistas têm raízes profundas⁵⁰. Em seu livro radical e ecológico de 1971, *The Closing Circle, o Círculo de Fechamento: Nature, Man and Technology*, Barry Commoner destaca um anúncio do jornal americano da Campanha para Checar a Expansão da População, que argumentava:

Um mundo faminto e superlotado será um mundo de medo, caos, pobreza, tumultos, crime e guerra. Nenhum país estará seguro, nem mesmo o nosso próprio... O que podemos fazer a respeito disso? É necessário um programa de choque para controlar o crescimento populacional, tanto no país como no exterior⁵¹.

Sentimentos semelhantes foram expressos em um anúncio publicado em 2008 no *New York Times* por uma organização que se intitula “Equipe de Liderança Americana para o Planejamento de Recursos Populacionais a Longo Prazo - Imigração e Recursos”. O anúncio começou dizendo que a população dos EUA estava correndo de 300 milhões para 400 milhões projetados e perguntou o que isso significava para o meio ambiente. Observando problemas ambientais como qualidade do ar, consumo de água e tráfego, ele argumentou:

Todos estes problemas são causados por uma população grande e em rápido crescimento. Quanto mais pessoas há, mais desafiadores os problemas se tornam... O crescimento da população está destinado a ser exponencial. Mas a realidade é que os americanos estão tendo poucos filhos. A outra realidade é que 82% do crescimento populacional futuro dos Estados Unidos será impulsionado pela imigração e pelos nascimentos de imigrantes⁵².

50 Para mais informações sobre o "eco-fascismo" contemporâneo e sua longa história, ver Sparrow, 2020 e Hultgren, 2015.

51 Commoner, 1971, p. 233.

52 Veja a imagem deste anúncio em Hultgren, 2015, p. 15.

Em alguns parágrafos curtos, os anunciantes associaram a destruição ambiental à superpopulação usando argumentos de consumo per capita, e transformaram isto em um argumento para limitações na migração para os EUA. A base bruta, embora não incomum, para este argumento poderia ser que os imigrantes do México, que tem emissões per capita de 3,9 toneladas de dióxido de carbono, emitiriam mais quando chegassem aos EUA, onde as emissões per capita de dióxido de carbono são de 15,5 toneladas. No entanto, a realidade é que os imigrantes para os EUA são os mais propensos a serem pobres e, portanto, têm o menor impacto sobre o meio ambiente. Ao implicar que os imigrantes têm mais filhos (um tropo racista comum sobre as pessoas do Sul Global), esta retórica ignora que as taxas de fertilidade entre as comunidades imigrantes tendem a diminuir nas gerações seguintes.

Na Grã-Bretanha, em 2019, um ano marcado por grandes protestos ambientais e greves climáticas, um grupo de extrema-direita afixou falsos adesivos da Extinction Rebellion com slogans como “Third World Over-breeding Destroys the Planet”, “Only White People Care About the Environment” e “Sink the Boats, Save the World”, que significam “A superpopulação do Terceiro Mundo destrói o planeta”, “Somente os brancos se preocupam com o meio ambiente” e “Afunde os barcos, salve o mundo”. Embora o grupo que os produziu seja pequeno, os slogans refletem uma narrativa racista mais ampla que usa argumentos de superpopulação para culpar a destruição do meio ambiente pelos menos responsáveis por ela. Em sua história de ideias anti-imigrantes no movimento ambiental americano, John Hultgren identificou duas fases diferentes desta retórica. Entre o final dos anos 1800 e o final dos anos 1930, uma compreensão romântica e darwiniana da natureza estava ligada a um “nacionalismo racial” através de um “compromisso compartilhado com a pureza natural e nacional”. Desde os anos 40 até os anos

2000, o neo-Malthusianismo permitiu aos “restricionistas reforçar a soberania americana através da exclusão dos imigrantes”⁵³. Para a extrema direita e os fascistas, estas ideias se encaixam perfeitamente com os medos racistas sobre a “substituição” das populações brancas.

De fato, os países do mundo desenvolvido que enfrentam populações envelhecidas e taxas de natalidade decrescentes precisarão de imigração para fornecer mão-de-obra no futuro. A imigração já é uma contribuição significativa para os níveis populacionais do Norte Global. Entre 2005 e 2010, por exemplo, 70 milhões de bebês nasceram em “países desenvolvidos”, enquanto a imigração acrescentou mais 17 milhões de pessoas, perfazendo assim quase 20% dos “recém-chegados”. A imigração nestes anos tornou-se um “elemento estrutural muito significativo dos sistemas econômicos e sociais do mundo rico”, apesar das crescentes tentativas dos governos de restringir a migração⁵⁴. Em muitos países europeus, a população total cairia sem imigração. Na Itália, o declínio populacional seria muito dramático se não houvesse novos migrantes, com números caindo de 61 milhões para 45 milhões em 2050⁵⁵.

Nos Estados Unidos, indivíduos e grupos “restricionistas” tentaram se apoderar das principais organizações ambientais para pressionar um argumento anti-imigrante sobre a superpopulação. Hultgren documenta os intensos argumentos sobre a migração dentro do Sierra Club, uma das maiores e mais antigas organizações ambientais americanas, enquanto os direitistas tentaram forçá-la a tomar posições anti-imigrantes. O Southern Poverty Law Centre advertiu que “o Sierra Club é o objeto de uma tentativa hostil de tomada de controle por forças aliadas ao ativista anti-imigração John Tanton e uma variedade de extre-

53 Hultgren, 2015, p. 25.

54 Bacci, 2017, p. 46.

55 Bacci, 2017, p. 49.

mistas de direita”⁵⁶. Em 1998, esta batalha culminou com membros do Sierra Club concordando estreitamente em reafirmar sua “neutralidade” sobre a questão. No entanto, no início dos anos 2000, quando o Sierra Club novamente enfrentou o lobby anti-imigração, já havia assumido uma posição mais progressista de “aparecer em solidariedade com as comunidades e organizações de imigrantes que defendem os direitos dos imigrantes”⁵⁷.

A vulnerabilidade inicial do Sierra Club pelo sequestro da pauta anti-imigração estava em sua posição negativa anterior sobre imigração e racismo. Em 1980, o Comitê de População do Sierra Club havia recomendado que “a imigração para os EUA não deveria ser maior do que aquela que permitirá a estabilização da população”⁵⁸. Em 2018, Hop Hopkins, Diretor de Transformação da Organização do Clube, explicou as raízes do apoio às ideias anti-imigrantes entre seus membros:

É um reflexo de nossa história de exclusão e um marco da sobreposição problemática do movimento ambiental com as ideologias e os membros ativistas do controle populacional, da eugenia e dos movimentos conservadores. Um exemplo desta história de exclusão é o fato de que o Núcleo de Angeles do Sierra Club no sul da Califórnia tinha uma política contra permitir membros afro-americanos na década de 1950⁵⁹.

O Sierra Club não era o único a ter este tipo de posição. Hultgren argumenta que a fraqueza de algumas organizações ambientais americanas sobre a questão da imigração e da população decorre de sua compreensão incorreta de como o meio ambiente está ligado a questões sociais, políticas e econômicas mais amplas:

O movimento tem se esforçado para enfrentar as complexidades da natureza, da comunidade política, da economia política, da raça, da classe e do gênero, que as articulações dominantes são incapazes de

56 Citado em Hultgren, 2015, p. 50.

57 Hopkins, 2018.

58 Hultgren, 2015, p. 46.

59 Hopkins, 2018.

representar adequadamente. Elas ilustram uma desconexão entre os modelos de poder soberano que informam a ação ecológica e as estruturas de autoridade realmente existentes que qualquer resistência sócio-ecológica eficaz e ética deve enfrentar⁶⁰.

Os debates nos movimentos contemporâneos mostram que estes argumentos continuam sendo importantes. Um exemplo são as discussões internas no âmbito da Extinction Rebellion sobre a adoção de uma “quarta demanda” voltada para a justiça social. Esta é uma tentativa explícita dos ativistas da Extinction Rebellion de reconhecer o legado histórico do colonialismo e do imperialismo, assim como do racismo contemporâneo, do sexismo e da desigualdade social, como parte de uma compreensão mais ampla das causas estruturais e consequências da destruição ecológica⁶¹.

Os argumentos de superpopulação podem alimentar ideias racistas, e a extrema-direita usa e abusa da questão da população. Entretanto, devemos observar também que os argumentos de superpopulação podem alimentar as políticas de direita em um sentido mais geral. Paul Ehrlich, por exemplo, argumentou em 1970:

Os EUA deveriam reter toda ajuda de um país com uma população em expansão, a menos que nos convençam de que estão fazendo todo o possível para limitar sua população... Deve ser exercida uma pressão política e econômica extrema sobre qualquer país ou organização internacional que impeça uma solução para o problema mais premente do mundo. Se algumas destas medidas parecem repressivas, reflita sobre as alternativas⁶².

Na verdade, as teorias de superpopulação tornaram-se cen-

60 Hultgren, 2015, p. 144.

61 O texto da quarta demanda adotada pela Extinction Rebellion Estados Unidos lê: "Exigimos uma transição justa que: dê prioridade aos povos mais vulneráveis e à soberania indígena; estabeleça reparações e remediações lideradas por e para os povos negros, indígenas, pessoas de cor e comunidades pobres durante anos de injustiça ambiental; estabeleça direitos legais para que os ecossistemas prosperem e se regenerem perpetuamente; e repare os efeitos do contínuo ecocídio para evitar a extinção dos seres humanos e de todas as outras espécies, mantendo um planeta habitável e justo para todos". Disponível em: <https://extinctionrebellion.us/demands>

62 Citado em Commoner, 1972, p. 241.

trais para a política externa dos EUA no período pós-guerra. A classe dominante norte-americana temia que o crescimento populacional levasse à escassez de alimentos que poderiam alimentar movimentos revolucionários. Seu lançamento da “Revolução Verde” foi uma tentativa de evitar a “revolução vermelha” através da transformação do sistema alimentar para aumentar o rendimento das colheitas e outros produtos. No entanto, a Revolução Verde também significou a transformação do sistema alimentar em um modelo industrial, centrado nos EUA. John Bellamy Foster descreve isto como a “comercialização de terras no Sul Global usando o modelo do agronegócio americano - uma forma implacável de “reforma agrária” (ou seja, expropriação de terras) que foi legitimada por referência às tendências malthusianas da população”⁶³.

Crescimento demográfico, capitalismo e meio ambiente

O capitalismo é um sistema de combustível fóssil. Os combustíveis fósseis, como Andreas Malm demonstrou, tornaram-se a fonte de energia escolhida pela classe capitalista porque lhes permitiram libertar-se das restrições geográficas impostas por sua dependência anterior da energia hídrica. Isto também deu à classe capitalista acesso à força de trabalho urbana⁶⁴. Uma vez que um grupo de capitalistas começou a utilizar combustíveis fósseis, os capitalistas em todos os lugares os seguiram, garantindo que os combustíveis fósseis se tornassem parte integrante do funcionamento do sistema. Em 2019, os EUA produziram 63% de sua energia a partir da queima de combustíveis fósseis. A geração global de energia, e seu transporte, é responsável por quase três quartos dos gases de efeito estufa bombeados para a atmosfera.

É importante que não reduzamos a destruição ambiental do

63 Foster, 2002, p. 149. Para análise dos impactos ecológicos e sociais da Revolução Verde, ver Shiva, 2016.

64 Malm, 2016.

capitalismo simplesmente aos combustíveis fósseis. Mesmo um capitalismo hipotético baseado em energia renovável seria ambientalmente destrutivo, porque o capitalismo tem uma relação insustentável com o mundo natural. John Bellamy Foster mostrou que Marx entendeu que o capitalismo tinha criado uma fissura irreparável no metabolismo entre a sociedade humana e a natureza. Esta “fissura metabólica” existe porque o capitalismo é um sistema de produção interessado apenas em maximizar o lucro, e só pode ser curado através da organização racional da relação entre sociedade e natureza⁶⁵. A degradação ambiental é inerente ao capitalismo precisamente porque a natureza está embutida na produção capitalista.

Enfatizamos isto porque é a chave para compreender por que o argumento da superpopulação está errado. Podemos compreender isto ainda mais observando que aqueles que ligam a superpopulação às questões ambientais muitas vezes se concentram nas emissões per capita: o valor calculado olhando para o total de emissões de um país e dividindo pela população total. Concentrar-se nas emissões per capita obscurece mais do que esclarece. Tais números escondem diferenças regionais nas emissões, assim como variações entre as indústrias e entre as áreas urbanas e rurais. Mais importante ainda, eles disfarçam o papel da classe.

Por exemplo, a Grã-Bretanha, onde as emissões de dióxido de carbono estavam em torno de 5,8 toneladas por pessoa por ano em 2016⁶⁶. Compare isto com países como Síria (1,7 toneladas), Uganda (0,1 toneladas) e Índia (1,8 toneladas). Parece lógico argumentar que o crescimento populacional na Grã-Bretanha - e em outros países industrializados como os EUA (15,5 toneladas), Austrália (15,5 toneladas) e Alemanha (8,8 toneladas) - terá um efeito muito mais prejudicial ao meio ambiente em termos de emissões do que no Sul Global.

65 Ver Foster e Clark, 2020, para uma recente reafirmação destes argumentos.

66 Todos os números per capita retirados do banco de dados do Banco Mundial <https://data.worldbank.org/indicator/EN.ATM.CO2E.PC>

O que tudo isso esconde, no entanto, é a enorme diferença nas emissões causadas pelas pessoas dentro dos países do Norte Global. Para dar um exemplo, um estudo recente mostrou que apenas 1% das pessoas eram responsáveis por 50% das emissões da aviação global em 2018⁶⁷. É claro que, como aponta a cobertura do Guardian, existem diferenças regionais marcantes: “Os norte-americanos voaram 50 vezes mais quilômetros do que os africanos em 2018, 10 vezes mais do que os da região Ásia-Pacífico e 7,5 vezes mais do que os latino-americanos”. Os europeus e os do Oriente Médio voaram 25 vezes mais do que os africanos e cinco vezes mais do que os asiáticos”. No entanto, a maior parte das emissões na Grã-Bretanha, Europa e Estados Unidos vem de “passageiros aéreos frequentes”. As viagens aéreas deste grupo eram “equivalentes a três vôos de longo curso por ano, um vôo curto curso por mês, ou alguma combinação dos dois”. Nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, cerca de 50% das pessoas não fizeram nenhum vôo. A maioria das emissões das aeronaves de passageiros é causada por uma minoria rica.

Um argumento “populacionista” grosseiro baseado nas emissões per capita dos vôos sugeriria que um aumento geral da população, digamos, da Grã-Bretanha levaria a um aumento proporcional da quantidade de emissões dos vôos. No entanto, isto ignora a diferença no número de vôos realizados por pessoas ricas e pobres. Infelizmente, a abordagem per capita das emissões permite que os teóricos da superpopulação generalizem sobre populações inteiras e um grande número de pessoas.

Esta abordagem alcançou uma aparência de plausibilidade científica através da infame equação do IPAT. Esta fórmula sugere que o impacto ambiental (I) é igual ao tamanho da população (P) multiplicado pela afluência (A) e pela tecnologia (T). Isto instala o tamanho da população como um dos três fatores determinantes para a destruição ambiental. Quanto mais próspera,

67 Carrington, 2020.

tecnológica e populosa for uma sociedade, mais destruidora do meio ambiente ela será. A equação do IPAT foi apresentada na sua forma mais antiga por Ehrlich e John P Holden em seu ataque ao trabalho de radicais como Commoner. Em um artigo de 1971, Ehrlich e Holdren argumentam contra um conjunto do que eles chamaram de “afirmações questionáveis”:

Talvez a mais séria delas seja a noção de que o tamanho e a taxa de crescimento da população dos EUA são apenas pequenos contribuintes para o impacto adverso deste país no ambiente local e global⁶⁸.

Em contraste, os autores propõem cinco “teoremas”. O primeiro argumenta: “O crescimento da população causa um impacto desproporcional e negativo sobre o meio ambiente”:

O tamanho da população influencia o impacto per capita de outras formas que não a diminuição dos retornos. Como exemplo, considere a situação simplista, mas instrutiva, em que cada pessoa da população tem ligações com todas as outras pessoas-estradas, linhas telefônicas e assim por diante. Estas ligações envolvem energia e materiais em sua construção e utilização. Como o número de ligações aumenta muito mais rapidamente do que o número de pessoas, o consumo per capita associado às ligações também aumenta⁶⁹.

Ehrlich e outros desenvolveram estes argumentos em outros trabalhos, mas o verniz científico dado à equação do IPAT nestes escritos cai por terra sob escrutínio. Como Ian Angus e Simon Butler explicam:

Na verdade, o IPAT não é de modo algum uma fórmula - é o que os contadores chamam de identidade, uma expressão que é sempre verdadeira por definição. Ehrlich e Holdren não provaram que o impacto é igual ao tempo de afluência da população e da tecnologia; eles simplesmente a definiram dessa forma⁷⁰.

68 Ehrlich and Holdren, 1971, p. 1212.

69 Ehrlich and Holdren, 1971, p. 1213.

70 Angus and Butler, 2011, p. 47-48.

Angus e Butler continuam a mostrar como o IPAT, apesar de chegar a definir toda uma abordagem aos debates populacionais, também tem tido uma série de poderosas refutações. Eles citam Patricia Hynes, que conclui em seu artigo de 1993, “Retirando a População da Equação”: Reformulando $I=PAT$ ”, que a equação é baseada em uma “visão singular dos humanos como parasitas e predadores do meio ambiente natural”⁷¹.

Para entender melhor os problemas com a abordagem do IPAT, vejamos como Ehrlich usa argumentos semelhantes para explicar uma questão ambiental contemporânea, o nevoeiro de fumaça em Los Angeles, em seu livro *A Bomba Populacional* de 1971. Ele argumenta que o crescimento da população da cidade levou a mais carros e, portanto, a mais fumaça de escape.

Em Los Angeles e cidades similares, a população humana excedeu a capacidade de carga do meio ambiente - pelo menos no que diz respeito à capacidade da atmosfera de remover resíduos. Infelizmente, as leis sobre nevoeiro de fumaça em Los Angeles mal têm conseguido acompanhar o ritmo de sua crescente população de veículos motorizados (a principal fonte do nevoeiro de fumaça). E parece improvável que muitas melhorias possam ser esperadas neste aspecto da poluição do ar até que ocorra uma grande mudança em nossa economia... A menos que muito mais esforço seja feito para aperfeiçoar e produzir dispositivos para restringir a produção de nevoeiro de fumaça, a crescente população de veículos motorizados deve manter Los Angeles e cidades similares impróprias para a habitação humana⁷².

Ehrlich sabe que há mudanças que podem ser feitas para reduzir a poluição. Por exemplo, ele diz que “fábricas e automóveis podem ser forçados a cumprir os padrões de produção de poluentes”⁷³. Ainda assim, ele localiza erroneamente a fonte do problema. O crescimento no uso de automóveis não tinha a ver

71 Citado em Angus e Butler, 2011, p. 49. Esta visão errônea e simplista dos impactos ecológicos humanos foi discutida anteriormente nesta revista - veja Rappel, 2021.

72 Ehrlich, 1971, p. 66.

73 Ehrlich, 1971, p. 66-67.

com o aumento da população, mas com questões mais complexas. Como Angus e Butler explicam enquanto discutem o trabalho do sociólogo ambiental Alan Schnaiberg:

Entre 1960 e 1970, a população dos EUA aumentou em 23,8 milhões, e a propriedade privada de automóveis aumentou em 21,8 milhões. Um modelo populacional concluiria que mais pessoas equivaliam a mais carros. Entretanto, há uma grande falha lógica nesse raciocínio. O crescimento populacional entre 1960 e 1970 foi quase inteiramente formado por crianças nascidas naquela década, nenhuma delas com idade suficiente para comprar carros.

Angus e Butler explicam as conclusões de Schnaiberg:

Assim, o aumento de carros não foi causado por mais pessoas ou mais famílias, mas por algumas famílias comprando mais de um carro... As famílias sem carro tendiam a ser mais velhas, mais pobres e urbanas, enquanto aquelas com dois carros tendiam a ser de meia-idade, melhores condições e suburbanas ou rurais.

Schnaiberg sugere que o aumento no uso de automóveis estava relacionado a um aumento na entrada de mulheres na força de trabalho⁷⁴. Como mostra o resumo de Angus e Butler do trabalho de Schnaiberg, o crescimento no uso de automóveis foi um resultado secundário de mudanças sociais, políticas e econômicas mais amplas. Isto pode ser visto claramente no caso de Los Angeles.

Até os anos 50, Los Angeles tinha sido uma cidade servida por uma extensa rede de bondes elétricos. À medida que a cidade crescia, os planejadores queriam expandir os subúrbios, mas não expandiram o sistema de bondes. Uma enorme rede rodoviária foi construída e as empresas de transporte público mudaram dos bondes para os ônibus. Assim, o crescimento da cidade levou a mais nevoeiro, não por causa do crescimento populacional, mas porque o transporte passou a ser voltado para carros e ônibus em

74 Angus and Butler, 2011, pp38-39.

detrimento de outras alternativas menos poluentes.

O exemplo do transporte em Los Angeles demonstra que compreender corretamente as mudanças na poluição ambiental significa afastar-se das relações superficiais entre o número de pessoas e os volumes de poluição. Tentar entender a destruição ambiental usando equações como o IPAT significa ignorar a natureza do próprio capitalismo. Por exemplo, o exército dos EUA produz a mesma quantidade de emissões que 140 países juntos. Como um jornalista aponta, “O Pentágono seria o 55º maior emissor de dióxido de carbono do mundo se fosse um país”⁷⁵. No entanto, a escala do exército dos EUA não é uma função da população do país - é uma consequência do domínio econômico global dos EUA do pós-guerra e de suas ambições imperiais.

A população não é “uma vertente” na argumentação política. É uma distração retórica do argumento real. O foco deve ser mantido no sistema de produção capitalista, não na forma como os indivíduos consomem. O capitalismo sempre criou novas demandas e mercados; isto é necessário porque o sistema anárquico de mercado tende a produzir em excesso mercadorias. O problema não é um aumento do número de pessoas comprando e consumindo mais, mas um sistema que tem em seu coração a ineficiência, o desperdício e os combustíveis fósseis.

Conclusão

Aqueles que argumentam que o mundo está superpovoado nem sempre vêm da direita. No entanto, o argumento dominante sobre a população é aquele que decorre de uma visão de direita da sociedade. Nesta perspectiva, o desastre ecológico, o desemprego, a pobreza e a fome surgem da soma agregada das escolhas individuais, e não dos problemas estruturais do capitalismo. Em contraste, os socialistas não argumentam que os números são irrelevantes, mas que os impactos ambientais de nossa espécie e

⁷⁵ McCarthy, 2019.

seus números são ditados pela forma societal, e que o inimigo é um sistema que coloca a acumulação de capital diante das pessoas e do planeta. É por isso que Marx e Engels atacaram a política malthusiana com tanto vigor. Eles entenderam que estes argumentos, ao colocar a culpa sobre as massas, acabam desviando a raiva do capitalismo. Isto não quer dizer que uma sociedade socialista poderia aumentar a população humana indefinidamente sem consequências negativas. Podemos estar confiantes de que isso não aconteceria. A transformação revolucionária e a criação de uma sociedade organizada com base na necessidade humana conduziria a uma transformação associada da demografia humana.

A produção capitalista alimenta a destruição ecológica porque é impulsionada por uma busca incessante de acumular mais riqueza nas mãos dos capitalistas. A organização da produção sob o capitalismo tem concentrado a riqueza nas mãos de uma minoria minúscula, ao mesmo tempo em que concentra trabalhadores em áreas urbanas, fábricas e outros locais de trabalho em larga escala. A organização irracional da produção leva ao despovoamento das áreas rurais em favor das cidades. Desta forma, o capitalismo cria e recria constantemente relações sociais insustentáveis que precisarão ser transformadas se houver esperança de um futuro sustentável.

Marx e Engels foram claros que uma sociedade socialista permitiria uma organização mais racional da relação da humanidade com nosso meio ambiente. Como uma de suas dez exigências no Manifesto Comunista, eles pediram a “abolição gradual da distinção entre cidade e país por uma distribuição mais equitativa da população sobre o país”.

A insustentabilidade do capitalismo esconde a verdadeira relação da população com o meio ambiente. Uma sociedade socialista transformaria nossa relação com a natureza e criaria uma forma nova e sustentável de organizar a produção. Isto, como An-

gus e Butler apontam, poderia finalmente nos permitir “medir cientificamente a capacidade de carga da Terra”⁷⁶. De fato, se isto fosse conduzido em um mundo onde o motivo do lucro corruptor tivesse sido substituído, poderíamos ser agradavelmente surpreendidos por tal exercício. No entanto, para alcançar tal clareza, devemos nos livrar do capitalismo. O primeiro passo vital para conseguir isso exige que nos concentremos no sistema, não dando fundamento a argumentos que mantenham o status quo capitalista, colocando a culpa de nossos males sociais sobre as massas.

Hoje, milhões de pessoas entendem que o capitalismo está levando o mundo a uma catástrofe. Devemos atizar as chamas da crescente rebelião sem admitir a ideia de que as pessoas comuns, seus direitos reprodutivos e suas decisões sobre a procriação são os culpados. Nossa alternativa é uma sociedade baseada em uma organização racional da relação entre o homem e a natureza, onde a produção é planejada democraticamente pelo que Marx chamou de “produtores associados”. Chegar lá significa que devemos começar por nos colocar do lado dos oprimidos e destacar o verdadeiro inimigo: o capitalismo.

Referências bibliográficas

Angus, Ian, and Simon Butler, 2011, *Too Many People? Population, Immigration and the Environmental Crisis* (Haymarket).

Attenborough, David, 2020, *A Life on Our Planet: My Witness Statement and a Vision for the Future* (Ebury Publications).

Bacci, Massimo Livi, 2017, *Our Shrinking Planet* (Wiley).

Barry, John, 2007, *Environment and Social Theory (2nd Edition)* (Routledge).

Burkett, Paul, 1998, “A Critique of Neo-Malthusian Marxism: Society, Nature, and Population”, *Historical Materialism*, volume

⁷⁶ Angus and Butler, 2011, p62.

2, issue 1.

Carrington, Damian, 2019, “Improve Contraception Access to Tackle Wildlife Crisis, Urges Campaign”, *Guardian* (11 July), www.theguardian.com/environment/2019/jul/11/improve-contraception-access-to-tackle-wildlife-crisis-urges-campaign

Carrington, Damian, 2020, “1% of People Cause Half of Global Aviation Emissions—Study”, *Guardian* (17 November), www.theguardian.com/business/2020/nov/17/people-cause-global-aviation-emissions-study-covid-19

Commoner, Barry, 1972, *The Closing Circle: Confronting the Environmental Crisis* (Jonathan Cape).

Dasgupta, Partha, 2021, *The Economics of Biodiversity: The Dasgupta Review*, https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/962785/The_Economics_of_Biodiversity_The_Dasgupta_Review_Full_Report.pdf

Davis, Mike, 2002, *Late Victorian Holocausts* (Verso).

Ehrlich, Paul, 1971, *The Population Bomb* (Ballantine).

Ehrlich, Paul R, and John P Holdren, 1971, “Impact of Population Growth”, *Science*, volume 171, number 3977.

Engels, Friedrich, 1982 [1845], *The Condition of the Working Class in England* (Granada).

Foster, John Bellamy, 2002, *Ecology Against Capitalism* (Monthly Review Press).

Foster, John Bellamy, and Brett Clark, 2020, *The Robbery of Nature: Capitalism and the Ecological Rift* (Monthly Review Press).

Gates, Bill, 2021, *How to Avoid a Climate Disaster: The Solutions We Have and the Breakthroughs We Need* (Allen Lane).

Holmes, George, 2012, “Biodiversity for Billionaires: Capitalism, Conservation and the Role of Philanthropy in Saving/Selling Nature”, *Development and Change*, volume 43, issue 1.

Hopkins, Hop, 2018, “How the Sierra Club’s History With

Immigrant Rights Is Shaping Our Future”, www.sierraclub.org/articles/2018/11/how-sierra-club-s-history-immigrant-rights-shaping-our-future

Hultgren, John, 2015, *Border Walls Gone Green: Nature and Anti-Immigrant Politics in America* (University of Minnesota Press).

Kim, Jungho, 2016, “Female Education and its Impact on Fertility”, IZA World of Labor, <https://wol.iza.org/articles/female-education-and-its-impact-on-fertility/long>

Leather, Amy, 2021, *Capitalism and the Politics of Food* (Socialist Worker).

Malm, Andreas, 2016, *Fossil Capital: The Rise of Steam Power and the Roots of Global Warming* (Verso).

Malthus, Thomas, 1826, *An Essay on the Principle of Population* (6th Edition), volume 2 (John Murray), www.econlib.org/library/Malthus/malPlong.html

Malthus, Thomas, 1970 [1798], *An Essay on the Principle of Population (1st Edition)* (Penguin).

Marx, Karl, 1977, *Grundrisse* (Penguin).

Marx, Karl, 1990, *Capital*, volume 1 (Penguin).

McCarthy, Niall, 2019, “The US Military Emits More CO2 Than Many Industrialized Nations”, *Forbes* (Jun 13 2019), www.forbes.com/sites/niallmccarthy/2019/06/13/report-the-u-s-military-emits-more-co2-than-many-industrialized-nations-infographic

McCurry, Justin, 2021, “South Korea’s Population Falls for First Time in its History”, *Guardian* (4 January), <https://tinyurl.com/y4ayme96>

Meek, Ronald L (ed), 1971, *Marx and Engels on the Population Bomb* (Ramparts Press).

Melia, Steve, 2021, *Roads, Runways and Resistance: From the Newbury Bypass to Extinction Rebellion* (Pluto).

Murdoch, William, 1980, *The Poverty of Nations: The Political Economy of Hunger and Population* (Johns Hopkins University)

Press).

Rappel, Ian, 2021, “The Habitable Earth: Biodiversity, Society and Rewilding”, *International Socialism* 170 (spring), <http://isj.org.uk/the-habitable-earth>

Rappel, Ian, and Neil Thomas, 1998, “An Examination of the Compatibility of World Bank Policies Towards Population, Development and Biodiversity in the Third World”, *The Environmentalist*, volume 18, issue 2.

Reisman, David, 2018, *Thomas Robert Malthus* (Palgrave Macmillan).

Roser, Max, 2017 [2014], “Fertility Rate”, Our World in Data, <https://ourworldindata.org/fertility-rate>

Shiva, Vandana, 2016 [1991], *The Violence of the Green Revolution: Third World Agriculture, Ecology and Politics* (University Press of Kentucky).

Sparrow, Jeff, 2020, *Fascists Among Us: Online Hate and the Christchurch Massacre* (Scribe).

Thomas, Neil, 1991, “Land, Fertility and the Population Establishment”, *Population Studies*, volume 45, number 3.

Thomas, Neil, 1995, “The Ethics of Population Control in Rural China, 1979-92”, *International Journal of Population Geography*, volume 1, issue 1.

Thomas, Richard Gough, 2019, *William Godwin: A Political Life* (Pluto).

Thornett, Alan, 2019, *Facing the Apocalypse: Arguments for Ecosocialism* (Resistance Books).

United Nations, 2015, “World Population Prospects: Key Findings and Advanced Tables”, https://population.un.org/wpp/Publications/Files/Key_Findings_WPP_2015.pdf

United Nations, 2019a, “World Population Prospects 2019: Data Booklet”, https://population.un.org/wpp/Publications/Files/WPP2019_DataBooklet.pdf

United Nations, 2019b, “World Population Prospects 2019:

Highlights”, https://population.un.org/wpp/Publications/Files/WPP2019_Highlights.pdf

Webb, Richard, 2020, “Paul Ehrlich: There Are Too Many Super-Consumers on the Planet”, *New Scientist* (11 November), www.newscientist.com/article/2232011-paul-ehrlich-there-are-too-many-super-consumers-on-the-planet

World Bank, 2021, “Fertility Rate, Total (Births per Woman)”, <https://data.worldbank.org/indicator/SP.DYN.TFRT.IN?end=2018&start=1960&view=chart>

Yu, Sun, 2021, “China Set to Report First Population Decline in Five Decades”, *Financial Times* (27 April), www.ft.com/content/008ea78a-8bc1-4954-b283-700608d3dc6c

Vários

Uma perspectiva anticapitalista da COP26: é hora de mudar o sistema em defesa da soberania alimentar, dos povos de rios, das florestas e da vida!

Marcela Durante¹ e Sílvia Guerreiro²

“Precisamos tomar outro caminho com mudanças corajosas e globais. Não é 2030 ou 2050, é agora! Que a nossa utopia seja um futuro na Terra”. (Txai Suruí, COP26)

O discurso da jovem indígena de Rondônia, Txai Suruí, na abertura desta COP26 é um apelo urgente para o mundo, um sintoma geral do que se espera desta conferência que reúne por volta de 120 líderes mundiais, além de setores industriais e banqueiros. Felizmente diversos ativistas do mundo inteiro também estão em Glasgow esses dias para uma conferência paralela onde devem debater as emergências climáticas com pontos de vistas mais radicais e com manifestações de rua. A deputada federal Vivi Reis, representará a bancada de parlamentares do PSOL. O sentido é único: como disse Greta Thunberg, “não queremos mais Blá-blá-blá” e nem nos contentaremos com promessas vazias de um modelo político e econômico falido.

Na contramão do mundo e com queimadas criminosas cada vez mais devastadoras, o Brasil aumentou suas emissões de gases do efeito estufa em 9,5% (em 2020), segundo dados do Observatório do Clima. Além de não ir à COP26, o maior evento climático que reúne lideranças mundiais de centenas de países, Bolsonaro decidiu atacar novamente a potente fala da indígena brasileira Txai Suruí, que representou diversos povos indígenas na conferência e denunciou o genocídio dos povos indígenas no

¹ Bióloga, mestranda em Ciência Ambiental (IEE/USP), militante ecossocialista do Movimento Esquerda Socialista (MES) e PSOL-SP.

² Militante feminista do Juntas!, do mandato da deputada federal Vivi Reis e do PSOL-PA.

Brasil.

Precisamos falar sobre emergência climática e COP26 porque a natureza está reagindo a esses processos todos promovidos pelo avanço destruidor do capitalismo. As crises ambiental e social estão profundamente relacionadas, onde a pandemia da Covid-19 e a crise climática são expressões disso. 2021 é um ano decisivo para a luta por justiça climática enquanto uma batalha central por justiça social, em nome das vidas negras, indígenas, quilombolas e periféricas do mundo. Cerca de 200 países terão que apresentar planos e metas para reduzir as emissões de gases poluentes e buscar limitar a temperatura média em um aumento de 1,5°C até 2050. Teoricamente, só assim se evitaria um colapso do clima. Mas é fundamental ressaltar que para nós, ecossocialistas, não há esperança alguma em na COP26 enquanto uma real alternativa para a crise ecológica e social que o planeta vive hoje. Não há alternativa real em rasos acordos de cúpula liderados pela burguesia mundial, com pouco ou nenhum espaço para participação efetiva de movimentos sociais, ativistas e sociedade civil. Excludente e burocrático, na COP26 da ONU tampouco há acessibilidade para que pessoas com deficiência tenham seu direito de participação garantido com segurança e prioridade. As contradições são inevitavelmente escancaradas.

A verdade é que o **racismo ambiental** é a ordem para populações periféricas e este colapso já está em curso há tempos afetando diariamente a vida das pessoas mais vulneráveis em seus cotidianos, seja em enchentes ou estiagens, falta de água na torneira, fome e seca, avanço de queimadas em seus territórios, proliferação de pragas, aparecimento de novas doenças ou a multiplicação de eventos extremos mais frequentes. Sustentado por Bolsonaro e a bancada ruralista, o setor agropecuário atingiu a maior emissão de gases de efeito estufa de todos os tempos, mesmo em ano de pandemia.

O Brasil entrou em um grupo de 100 líderes mundiais que

pretendem acabar com o desmatamento ilegal até 2030. O que chega a ser uma ironia frente aos últimos escândalos do Ministério do Meio Ambiente, que chegou a derrubar Ricardo Salles, existem evidências concretas de esquemas de “esquentamento” de madeira ilegal para exportação. E esse é o Brasil de Bolsonaro, um país que autoriza o desmatamento da Amazônia cerca de 10.000 Km² por ano, que apoia abertamente a facilitação de licenciamento ambiental, a grilagem de terras públicas, a não demarcação de terras indígenas e quilombolas e o fim de qualquer possibilidade de reforma agrária, tudo isso para fazer lobby com seus apoiadores do chamado “Centrão”, a mesma bancada ruralista que promove uma guerra nos campos e florestas.

O descrédito internacional do governo Bolsonaro vai ser talvez um dos grandes vexames, se transformando em empecilhos para o diálogo e possíveis negociações. Nem a pseudotentativa de *greenwashing* (do inglês, “pintar de verde” para camuflar uma suposta sustentabilidade) salva a equipe do governo. Sabemos que Jair Bolsonaro é um criminoso e descompromissado com a pauta socioambiental desde seu primeiro dia de governo. Interessado apenas em recursos financeiros para teoricamente proteger a Amazônia e nossos biomas, seu interesse real é na verba internacional para financiar sua ganância pela destruição da natureza a qualquer custo, em benefício próprio, de sua família e aliados, ligados à bancada ruralista e da bala. Bolsonaro e o bolsonarismo negam e debocham da emergência climática, além de permanentemente fazerem ofensivas violentas de ataque contra os direitos dos povos originários, defensores das florestas. Por outro lado, a forte indignação dos movimentos sociais, ativistas, ambientalistas radicais, lideranças indígenas e quilombolas vai aumentar fortemente a pressão nacional e internacional com mobilizações para denunciar o desmonte socioambiental por meio da política ecocida de Bolsonaro e seus aliados ligados à burguesia financiada pelo agronegócio. É preciso dar vez e voz às lideranças e

ativistas na Contracúpula pelo Clima.

Fome e seca: a prova que o capitalismo não deu certo

Colocado pela burguesia econômica como setor central na economia brasileira, o modelo agroexportador é inimigo número 1 das florestas em pé e repleto de contradições. Embora o Brasil seja o maior consumidor mundial de agrotóxicos e um dos maiores exportadores de commodities do mundo, não é o país que mais produz alimentos para seu próprio povo. Com o aumento do desemprego e miséria no governo Bolsonaro, é inaceitável que cerca de 20 milhões de brasileiros passem fome e que metade da população brasileira sofra de insegurança alimentar. Além de colaborar com a desigualdade social, com a crise ambiental, também está agravando a crise hídrica no país.

As práticas utilizadas por esse modo insustentável de produção agrícola agredem o solo, poluem nossos rios, os alimentos que comemos, as represas e mananciais. Um exemplo disso é a pulverização aérea de agrotóxicos, que afeta diretamente a fauna, a flora, a saúde e qualidade de vida das pessoas que moram e trabalham no campo, mas também daquelas que se alimentam nas cidades.

A crise do coronavírus aprofundou as desigualdades sociais não apenas nas cidades, mas também no campo. O setor que alimenta a maioria das casas brasileiras que é o agricultor familiar teve quase nada de incentivo para seguir plantando e distribuindo seus produtos. Pelo contrário, o governo federal fez severos cortes na política de aquisição de alimentos da agricultura familiar. No parlamento, os deputados aprovaram o PL da Grilagem para favorecer a regularização e ocupação indevida de terras públicas, a impunidade de crimes ambientais e o desmatamento. Além disso, essas terras públicas, na maioria dos casos, são as terras indígenas e quilombolas em processo de demarcação e áreas de agricultores familiares sem terra.

A perseguição e extermínio que sofrem os pequenos agricultores e sem terras no Brasil é alarmante. Em vez de comida para seu povo, o Brasil de Bolsonaro quer a agroexportação, isto é, plantar soja para pecuária mundial que alimenta multinacionais da indústria alimentícia como a McDonald's. Cerca de 79% da soja plantada no mundo é esmagada para servir de ração para gado e 18% para produção de óleo de soja, o óleo mais consumido, além disso a maior compradora de soja brasileira é a China, seguido da União Europeia. Hoje a soja, aliada a produção de animais de grande porte, é um dos principais produtos do desmatamento na Amazônia e no Pantanal. Além disso, as empresas JBS, Cargill, Bunge, têm assento prioritário nas decisões do governo para essa área e hoje são as indústrias que lideram a exploração de povos tradicionais e a devastação da natureza. Os consórcios que essas indústrias lideram têm projetos de grandes obras como a Ferrogrão e uma série de megaportos na Amazônia. Uma absurda inversão de valores que coloca o lucro sobre a vida!

Outro ponto é que o agronegócio agrava diariamente a crise hídrica nacional, tanto por ser grande consumidor quanto pelo desmatamento promovido para avançar com esse modelo predatório em prol do lucro de poucos. É preciso dizer que a água é um bem comum essencial à vida e está cada vez mais escassa. Apesar de o Brasil possuir 12% da água doce superficial do planeta, mais de 70% desse bem comum é utilizado pela agropecuária. Em plena emergência hídrica nacional em 2021, o agro continua sendo o maior consumidor de água potável, enquanto a maioria da população sofre com a fome, falta de abastecimento em suas casas ou recebe água contaminada para irrigar suas lavouras para produção familiar.

O anticapitalismo na COP e uma agenda permanente de lutas

Devemos ser a vanguarda global na mudança necessária para a

humanidade, rumo ao ecossocialismo.

Considerado o maior avanço recente no combate às mudanças climáticas, o Acordo de Paris se mostrou tragicamente otimista e insuficiente como uma resposta definitiva para o colapso climático, não conseguindo atingir o objetivo a que ele se propôs de manter o aumento da temperatura entre 1,5 e 2,0°C – com referência a temperatura supostamente pré-industrial. Com o atual ritmo de frágeis negociações e metas pouco audaciosas, o aquecimento do planeta superior a 1,5°C é provavelmente inevitável.

Alternativas ecocapitalistas, como o mercado de carbono e o chamado *greenwashing* promovido por megaempresas poluidoras, são uma falácia enquanto solução definitiva para a crise climática. Atraente para corporações financiadoras de megaobras que destroem nossos ecossistemas, essa lógica de mercado de carbono nada mais é do que iniciativas de compra e venda de créditos de redução de emissões de gases do efeito estufa. Ou seja, um país paga o outro pelo direito de emitir gases como metano e gás carbônico. Quem receberia o crédito deveria, teoricamente, parar de poluir e desmatar, investindo em energias renováveis. Contudo, vemos que, na prática, não se reduz as origens das emissões, possibilitando que setores que mais poluem permaneçam contribuindo para o colapso ecológico. Apenas na lógica do capital é possível dar passe livre para que poluidores continuem emitindo CO₂ em plena emergência climática.

Não podemos mais pensar em compensação de carbono em diferentes partes do mundo, afinal, fazemos todos parte da mesma “casa” chamada Terra, que afetará o planeta como um todo, especialmente populações mais vulneráveis do sul global. Ao invés de apostar em um desenvolvimento sustentável, devemos esperar em alternativas a este modelo de desenvolvimento produtivista que abarque a diversidade de culturas e modo de vida dos povos originários e defensores das florestas em pé. Por isso, reforma agrária e demarcação de terras indígenas são fun-

damentais para dar início a um novo modelo de uso e ocupação do solo com justiça socioambiental. É preciso mudar o sistema, e não o clima!

É preciso questionar as supostas saídas financiadas por grandes bancos e pela burguesia econômica e política. Se os acordos de cúpula e o capitalismo não são capazes de dar caminhos viáveis à crise ecológica e social em curso porque implicaria justamente em impor limites ao processo de exploração irracional da natureza para obter lucro infinito, **é nosso dever construir uma alternativa anticapitalista, radicalmente democrática e ecológica.**

As crises do nosso tempo podem e devem ser encaradas como tarefas revolucionárias. A demarcação de terras indígenas e territórios quilombolas, a reforma agrária popular, agroecologia, sistemas agroflorestais e o ecossocialismo surgem como caminhos possíveis a serem construídos para criar uma nova realidade que questione os atuais padrões de consumo e modos de produção. O ecossocialismo busca romper com uma ideologia produtivista para redefinir a trajetória e o objetivo da produção socialista em um contexto ecológico, com radical participação e controle popular.

Sabemos que todos os últimos governos reproduziram essa lógica desigual, desumana, e insustentável de produção. O atual governo além de reproduzi-la, intensifica ainda mais os conflitos, e ataca deliberadamente quem ousa enfrentar esse modelo agrícola, nos relegando ao papel subalterno que sempre ocupamos para o centro do capitalismo global.

Portanto, não há clima que resista ao capitalismo e esse modelo de exploração da vida. É preciso confrontar essa lógica de mercantilização da natureza e dos bens comuns, visando à proteção da vida na Terra, a soberania alimentar, floresta em pé, a soberania dos povos e comunidades tradicionais, do sertanejo, do pequeno agricultor. Por isso, a aliança com os sem terra é

tão importante também nos dias 10 a 15 de novembro, quando acontecerá a grande marcha da Frente Nacional de Lutas Campo e Cidade (FNL), partindo de Sorocaba até a capital paulista. Luta essa que deve ser também central para os ecossocialistas. Assim como, está sendo organizado para 2022, em Belém, o 10º FOSPA (Fórum Social Pan Amazônico), que reunirá ativistas do mundo todo, devemos colocar como prioridade a construção deste evento, se a periferia é o centro e assim como a jornalista Eliane Brum fala, “A Amazônia é o Centro do Mundo”.

“No começo pensei que estivesse lutando para salvar seringueiras, depois pensei que estava lutando para salvar a Floresta Amazônica. Agora, percebo que estou lutando pela humanidade”. (Chico Mendes)

Chico Mendes vive! Ecossocialismo ou extinção!

Amazônia espoliada

Rigler da Costa Aragão¹

Introdução

A região amazônica é uma das regiões mais ricas do mundo. Nela encontra-se uma grande biodiversidade, a maior floresta tropical e as maiores reservas minerais do planeta. Sua importância não vem apenas da riqueza natural, mas também de sua abrangência territorial. A região amazônica alcança nove países da América do Sul: Brasil, Peru, Colômbia, Equador, Bolívia, Venezuela, Guiana, Guiana Francesa e Suriname. No Brasil, a região compreende a 61% do território (5 milhões de km²) abrangendo nove estados da federação. No Peru, Bolívia e Colômbia a Amazônia chega a compor de 40% a 60% do território destes países. Isso faz com que a região tenha uma importância política e econômica internacional, por isso, a necessidade de compreender que papel cumpre no sistema capitalista.

O presente trabalho é uma pesquisa exploratória que busca conhecer e examinar a reflexão sobre o referencial bibliográfico e, assim, aprofundar a análise sobre a exploração da Amazônia brasileira. O delineamento foi de uma pesquisa bibliográfica de artigos científicos e livros especializados. O problema está em construir uma análise a partir do conceito marxista de Acumulação por Espoliação desenvolvido por David Harvey (2005) para entender a exploração da Amazônia em dois períodos marcantes da sua história: o da borracha, início do século XX e da Ditadura Militar de 1964 a 1984. Pretendemos responder a duas perguntas: Primeira, quais são as características de exploração da Amazônia? e a segunda, Como ela está ligada ao processo de acumulação do capital?

¹ Professor da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), militante do MES e do PSOL-PA.

O artigo está dividido em um resgate histórico de exploração da Amazônia brasileira a partir do período do ciclo da borracha até o período dos governos militares. A segunda parte é uma apresentação dos conceitos marxista que serão aplicados neste estudo, fazendo uma reflexão sobre a evolução do conceito em Marx (2008), Rosa Luxemburgo (1984) e Harvey (2005). Na terceira parte descrevemos os mecanismos de acumulação por espoliação desenvolvidos, em seguida, apresentamos nossas conclusões.

Amazônia: da borracha ao ferro

A Amazônia passou por ciclos de exploração de determinados produtos naturais retirados da floresta. Em todos os ciclos, a exploração sempre foi comandada a partir de interesses externos, seja no período colonial ou atualmente. Mas iniciaremos nossa abordagem pelo final do século XIX quando o capitalismo entrava na sua fase imperialista e alterou profundamente a exploração em todas as regiões do mundo.

O período que vai de 1875 a 1900 foi uma época de grandes transformações no mundo capitalista. É a época do surgimento dos monopólios, gerados pela grande concentração do capital industrial e bancários, que se fundiram gerando o capital financeiro. O capitalismo comercial é deixado para trás como etapa superada da sociedade capitalista, a concorrência entre capitalista, que não se conheciam, ou pelo menos, não combinavam a divisão da produção e do mercado, dá lugar ao surgimento de Trustes, Cartéis e Sindicatos patronais. Estes estabelecem, entre si, acordos sobre a condição de venda, troca, dividem os mercados e combinam até a quantidade a fabricar. O processo de produção dá um salto conforme comenta Lênin (1987, p. 25):

A concorrência transforma-se em monopólio, Daí resulta um imenso progresso na socialização da produção. E, particularmente, no domínio dos aperfeiçoamentos e inovações técnicas. (...) A concentração chega a um ponto em que tornar-se possível fazer um inventário de todas as fontes de matérias-primas (tais como jazidas de

minério de ferro) de um país e mesmo, como veremos, de vários países e até do mundo inteiro.

O capitalismo chegou a sua fase imperialista. A corrida por matérias-primas se torna fundamental para os interesses monopolistas e, para isso, é necessário aprofundar a colonização do mundo. Isso levou a partilha territorial do mundo entre as maiores potências capitalistas. Quanto mais se desenvolve o capital financeiro maior a necessidade de matéria-prima e maior necessidade de controle de terras, seja onde for e como for.

É nesse momento histórico que a exploração das matérias-primas disponíveis na Amazônia toma um novo impulso e rumo. Leal (2016) aponta que a fartura e a riqueza da natureza regional transformaram a Amazônia em alvo histórico da ação colonial das potências imperialistas. Nesse cenário a borracha foi a primeira matéria prima de interesse internacional, ainda que sem um grande projeto que expropriasse terras e recursos como os que vieram posteriormente ao ciclo da borracha.

O apogeu da borracha durou de 1870 a 1911, com direito a uma prorrogação por conta da segunda guerra mundial, que intensificou entre 1942 a 1945 sua exploração na Amazônia. Refletir novamente sobre este período é importante por dois motivos: primeiro, são 40 anos de um ciclo de exploração de matéria-prima necessária a indústria mundial, principalmente, a automobilista; segundo, em seu processo de exploração e acumulação estão resguardados padrões que conectam o passado e o presente. Por isso é necessário fazer uma breve passagem pelo ciclo econômico da borracha ressaltando alguns elementos importante como o sistema de exploração regional.

O sistema de exploração da força de trabalho foi extremamente degradante ao amazônida e aos milhares de imigrantes nordestinos que chegavam a Amazônia. O chamado sistema de aviação colocou milhares de trabalhadores (seringueiros) em

um novo sistema de escravidão gerado pelo endividamento, conforme explica Marques.

“O seringal não era um mercado livre, mas estabelecimento mercantil uma espécie de prisão sustentada numa cadeia de endividamento. O trabalhador direto pagava em espécie com o fruto de seu trabalho (látex colhido) os produtos anteriormente comprados “fiados” junto ao patrão (seringalista). Este ganhava duplamente: rebaixava o preço do látex extraído pelo trabalhador e elevava muito o preço das mercadorias que vendia fiado” (Marques, 2019 p. 61)

Esse sistema de aviamento era responsável pelo alto nível de expropriação de trabalho excedente. Era responsável pela manutenção da relação de trabalho entre seringalista e seringueiro, o aviamento era a forma de aprisionamento do seringueiro por dívida, pois a extração de recursos da floresta, principalmente, a extração do látex poderia ser livre por não necessitar de técnica sofisticada e também pela seringueira ser uma árvore nativa que se encontra de forma dispersa na floresta, ou seja, o seringueiro não se manteria nesta relação de trabalho abusiva se podia sobreviver de outro modo, se podia retirar livremente os produtos de subsistência da floresta.

Mas infelizmente foi com essa forma de exploração do seringueiro que quase todos saíram ganhando, menos ele próprio. O baixo custo da força de trabalho reduzia o preço da matéria-prima e valorizava o capital gerando lucro aos capitalistas internacionais e enriquecimento da oligarquia regional. O acúmulo de capital foi tão significativo para economia nacional que Marques (2019) relata o financiamento de uma parte do processo de industrialização e acumulação que iniciava e aprofundava no sudeste brasileiro. Para se ter uma ideia do peso da borracha na economia nacional, em 1910, a exportação do produto chegou a 40% do total exportado naquele ano contra 41% do café.

Como todo ciclo se fecha, o ciclo econômico da borracha na Amazônia chegou ao final. O imperialismo inglês definiu que se-

ria mais apropriado aos seus interesses monopolistas que a borracha fosse produzida em sua colônia no sudeste asiático. O Brasil foi vítima, do que chamamos hoje, de biopirataria, conforme Marques (2019) cita, foram mais de 70 mil sementes contrabandeadas para iniciar sua plantação. O impacto foi catastrófico para a exportação da borracha da Amazônia e, em menos de 5 anos, quando as plantações na Ásia começaram entrar no mercado mundial as exportações brasileiras caíram à menos da metade.

Contudo, o processo de exploração da borracha na Amazônia não se deu como um “projeto de desenvolvimento” como conhecemos hoje. Foi durante este período que se iniciou a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, um grande projeto para intensificar a extração da borracha na fronteira entre Brasil e Bolívia. Este seria o primeiro grande projeto de investimento com capital internacional em infraestrutura para expansão da produção a partir de áreas de difícil acesso. Apesar de não concluída, este projeto levou ao genocídio milhares de indígenas que lutaram contra a expropriação de seus territórios pelos interesses imperialistas.

O primeiro grande projeto, de fato, nasceu dos interesses monopolistas da indústria automobilística dirigida por Henry Ford, nos Estados Unidos. A indústria americana necessitava encontrar alternativa ao monopólio inglês da borracha que controlava e encarecia os preços do mercado internacional, sendo assim, um empecilho ao crescimento do mercado de automóveis. Leal (2016) descreve perfeitamente os interesses em jogo:

“[P]ara conservar o seu poder de cartel, os capitalistas do automóvel procuraram (e expandiram-se para) espaços subordinados ao imperialismo do seu país na África e na América Central, nos quais montaram seus próprios projetos, para que produzissem borracha a preços compatíveis com as suas necessidades de lucro, e, pois, de formação de Capital. Em obediência a essa demanda do imperialismo estadunidense, o governo brasileiro abriu inteiro espaço para que Henry Ford aqui instalasse um projeto moderno para produzir borracha em regime de monocultura” (Leal 2016, p. 87).

Em 1928 o governo brasileiro cedeu, para concentração de terra e pilhagem, um milhão de hectares as margens do Rio Tapajós, a área recebeu o nome de Fordlândia. Num território dado de presente para ação colonizadora do imperialismo americano, o Estado, além de roubar as terras dos povos originários (índigenas e ribeirinhos), cumpriu o papel de segurança do empreendimento, contendo qualquer forma de resistência, além de articular com as oligarquias regionais toda sustentação política local para receber o magnata da indústria automobilística.

O empreendimento não logrou sucesso. Enfrentaram vários problemas, dois deles foram determinantes: o primeiro, a plantação de seringueiras, como monocultura, foi abalada por pragas que se espalharam pelo seringal, levando a perda da produção; o segundo, foi a ortodoxia Fordista do seu sistema de produção, que se chocou com a tradição e cultura dos povos amazônidas, a imposição de padrões levaram a tentativa de controlar a vida cotidiana e isso provocou muita resistência. O prejuízo acumulado, a baixa produtividade dos seringas e a resistência do povo levaram ao abandono do projeto colonizador de “civilizar a Amazônia”. O projeto deixou um rastro de corrupção, degradação ambiental e miséria.

Mas a história dos grandes projetos apenas estava começando. Os interesses imperialistas, durante e pós segunda guerra, se lançaram pela Amazônia atrás de matéria-prima, principalmente, o minério com o término da guerra. O estado, desde sempre, cumpriu o papel de dar toda sustentação aos empreendimentos que conectaria a Amazônia e o Brasil com as superpotências em um “projeto civilizador” de desenvolvimento, como escutamos ainda. Veremos que há um padrão na instalação dos grandes projetos na Amazônia. Nesta parte do trabalho vamos descrever as principais características dos projetos que foram instalados na região.

A situação do povo amazônida pioraria cada vez mais com a necessidade voraz dos Estados Unidos por matéria-prima. Durante o Estado Novo de Getúlio Vargas foi assinado “Os Acordos de Washington” que dava exclusividade de venda de matéria-prima para alimentar a máquina de guerra americana. A maioria do acordo era sobre as condições de compra e venda da Borracha da Amazônia, mas também do minério de ferro e manganês que necessitava a indústria do aço americana.

Os Acordos de Washington estavam alinhados com os interesses do Estado Novo de conquista da Amazônia. Em 1938, Getúlio Vargas anuncia o seu projeto de expansão territorial chamado “Marcha para o Oeste” que tinha na região amazônica um dos seus principais focos de exploração, ou nas suas palavras, de desenvolvimento de terras longínquas, desabitada e de homens e mulheres dominados pela natureza, sendo necessário a intervenção do Estado para melhor uso das riquezas naturais. Veja a seguir o discurso de Vargas quando esteve em 1940 em Belém:

O vosso ingresso definitivo no corpo econômico da nação, como fator de prosperidade e de energia criadora, vai ser feito sem demora. Vim para ver e observar, de perto, as condições de realização do plano de reerguimento da Amazônia. Todo o Brasil tem os olhos voltados para o Norte, com o desejo patriótico de auxiliar o surto de seu desenvolvimento. E não somente os brasileiros; também estrangeiros, técnicos e homens de negócio, virão colaborar nessa obra, aplicando-lhe a sua experiência e os seus capitais, com o objetivo de aumentar o comércio e as indústrias e não, como acontecia antes, visando formar latifúndios e absorver a posse da terra, que legitimamente pertence ao caboclo brasileiro (Andrade APUD Vargas, 2010, p.460).

Observando o discurso de Vargas de 80 anos atrás, podemos ver a força do discurso ideológico que predominou sobre a Amazônia. Um local de ambiente hostil e de espaço imenso e vazio, onde a natureza precisava ser dominada para levar desenvolvimento para seus povos. O discurso de Vargas, sem identificação,

poderia ser confundido com o pronunciamento de qualquer presidente da ditadura civil-militar. Mas para uma rápida comparação para notar a força desse discurso, que pendura por mais de um século, reproduz-se o pronunciamento de Bolsonaro no Future Investment Initiative 2019, na Arábia Saudita:

A Amazônia tem um mundo de oportunidades, temos uma biodiversidade completamente desconhecida e ainda estamos pronto a qualquer país que queiram assinar acordos de parceria conosco, vamos explorar a biodiversidade da Amazônia até, por que o povo que está lá que são índios, não querem continuar tratados como Homens pré-históricos. Todos nós evoluímos, todos.

O ideário de conquista de uma região com povo atrasado e aprisionado pela força da natureza sempre foi utilizado para implementação dos grandes projetos. Isso de acordo com as mudanças das conjunturas internacionais que estão sempre presentes no realinhamento ou início de intensa necessidade de dominação de matéria-prima. Assim se deu o processo de exploração do manganês no estado do Amapá em 1945 com o final da segunda guerra mundial e a reconstrução da Europa e início da Guerra Fria entre Estados Unidos e União Soviética.

No marco do período pós guerra, o imperialismo americano encampa uma corrida contra o avanço do comunismo no mundo, o que levou a uma intensificação da indústria armamentista e golpes de estados para sua manutenção e de suas zonas de influência. Isso, mais uma vez, gerou uma corrida por minerais para fortalecer a indústria americana e, conseqüentemente, a de armamento de guerra (navios, tanques, canhões e muito mais). E assim, o manganês do Amapá ficou na mira da indústria do aço americana. O manganês é usado para depurar a qualidade do ferro, retirando dele as impurezas do enxofre para permitir a produção de ligas de aço de alta qualidade (Leal, 2016). Vale apenas colocar na íntegra o comentário de Aluísio Leal.

“Desgraçadamente, êsse mineral existia na Amazônia. No então Território Federal do Amapá. E em quantidade e qualidade insuperáveis. Era, naquêlê momento, o melhor manganês do mundo. Como o Brasil já era, então, de fato, um país atrasado e retardatário, desconhecia por completo essa sua jazida extraordinária. Mas o Serviço Geológico dos Estados Unidos (USGS), não” (Leal, 2016, p.89).

Todo processo de exploração do manganês se consolidou no Governo Dutra, o qual, foi o articulador da saída de Vargas por não está tão alinhado com os interesses americanos. Um conjunto articulado de ações autoritárias e corruptas colocaram o minério nas mãos da Bethlehem Steel, que posteriormente esteve, através de seus representantes no Brasil, envolvida na conspiração do Golpe Militar de 1964 (Leal, 2016). A mina de manganês do Amapá terminou. Restou apenas mais pobreza e a degradação ambiental, a montanha que existia sumiu da vista e ficou no imaginário. A extração de minério no Amapá foi o exemplo claro do saque, da ação fraudulenta do estado e do roubo de recursos naturais.

Posteriormente, o golpe militar de 1964 inaugurou a época dos grandes projetos de desenvolvimento na Amazônia. A imposição de um regime autoritário e submisso aos interesses americanos era essencial para implantação dos projetos de saque e pilhagem dos recursos naturais. Assim se utilizou da força para calar qualquer oposição que se levantasse e, também, para violentar e retirar do caminho povos originários que ocupavam as áreas de interesse. É neste período que a mineração na Amazônia se consolida; em 1967 foi alterado o código de mineração que estabeleceu um novo marco de exploração mineral no país.

O primeiro grande projeto, apesar de ter iniciado sua implantação um pouco antes do período autoritário, foi a Mineração Rio do Norte, na cidade de Oriximiná, com objetivo de explorar bauxita. Em seguida, em associação com a exploração da bauxita, na cidade de Barcarena, se instala a Albrás Alunorte para produção de alumina e alumínio primário. Para esta produção é necessá-

rio o altíssimo consumo de energia, essa demanda foi suprimida pela construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

Outro projeto que inicia sua implantação é o projeto Jary, localizado entre os estados do Pará e Amapá, na época território federal. Um grande empreendimento que englobava a produção de arroz, celulose, caulim, bauxita refratária e criação bufalina. Uma gigantesca área foi doada ao empreendimento que ao longo dos anos acumulou fracassos e prejuízos, pagos, em boa parte, pelo governo brasileiro. A consequência foi um enorme desmatamento e outros danos ambientais.

No sudeste do estado do Pará se deu início a exploração da maior reserva de minério de ferro do mundo, o Projeto Grande Carajás. Sua meta visava a exploração dos minérios de ferro, cobre, manganês, níquel e estanho. Para isso, foi construído, com dinheiro público, uma mega infraestrutura para produção e transporte do minério até o porto de Itaqui em São Luiz MA, para chegar ao mercado internacional. As jazidas de ferro estão estimadas em 18 bilhões de toneladas e é a maior concentração de alto teor já localizada no planeta.

O conceito de acumulação por espoliação: Marx, Rosa Luxemburgo e Harvey

Este conceito é derivado dos estudos de Marx sobre a acumulação primitiva do capital desenvolvido no livro 1 do *O Capital*. Marx exemplifica este período de acumulação primitiva como sendo uma espécie de pré-história do capitalismo, o conjunto de processos que proporcionaram as condições de desenvolvimento para superação do modo de produção feudal. Esse período foi marcado pela dissociação dos trabalhadores dos meios de produção e a constituição da propriedade privada e, com isso, a formação da classe assalariada que possui, unicamente a sua disposição, a sua própria força para vender e adquirir seus meios de subsistência. Como Marx mesmo comparou “Essa acumulação

primitiva desempenha na economia política um papel análogo ao do pecado original na teologia” (2008, p. 827). Marx analisa o processo histórico que transformou os meios de produção e de subsistência, dinheiro e mercadoria em capital. Isso através do roubo de todas as garantias que ligava o produtor direto aos meios de produção e subsistência.

O servo estava ligado a gleba e os aprendizes estavam ligados as corporações. Grandes massas de camponeses foram deslocadas forçosamente para áreas que estavam se desenvolvendo industrialmente. A igreja era a principal proprietária feudal, e suas posses foram doadas e vendidas a baixo preço para agricultores ou burgueses que expulsaram seus moradores hereditários. Esse processo de expulsão do campo levou a alguns séculos e foi causador de períodos de extrema pobreza e fome (Marx, 2008).

Portanto, a partir desse período, foi possível o processo de acumulação de capital. A acumulação necessita de exploração da mais-valia para a produção e reprodução do capital, por isso, a necessidade de grande quantidade de força de trabalho nas mãos dos produtores de mercadorias. Para formação dessas condições foram usados métodos violentos de conquistas, rapina, assassinato e o roubo. Os meios propulsores da acumulação primitiva foram o colonialismo, a dívida pública, o regime tributário e o protecionismo. As leis regularizavam o roubo.

“[O] roubo dos bens da igreja, a alienação fraudulenta dos domínios do estado, a ladroeira das terras comuns e a transformação da propriedade feudal e do clã em propriedade privada moderna, levada a cabo com terrorismo implacável, figuram entre os métodos idílicos da acumulação primitiva. Conquistaram o campo para agricultura capitalista, incorporaram as terras ao capital e proporcionaram à indústria das cidades a oferta necessária de proletários” (Marx, 2008, p.847).

A população camponesa, expropriada e expulsa de suas terras, é levada a ferro e fogo para a disciplina do sistema assalaria-

do. Com a acumulação crescente do capital se fazia necessário uma oferta maior da força de trabalho que não crescia no mesmo ritmo da produção. Neste momento o Estado atuou para regular o valor dos salários para que se adequasse as necessidades de lucro dos capitalistas. Isso levou a taxação dos salários; o Estado estabeleceu, através de leis, o valor máximo a ser pago a um trabalhador, assim como também, punição ao assalariado que ousasse aceitar ganhar mais do que o teto estabelecido pelo Estado. Parece ridículo? Mas está nos registros das leis inglesas da época, ou seja, naquele momento, a lei da oferta e da procura não valia. Logo as condições para submissão a jornada de trabalho prolongada, produção de mais-valia compensatória e total dependência dos trabalhadores ao sistema foram garantidos pelo Estado. Segue um fragmento para mostrar aos mais duvidosos:

“O estatuto dos Aprendizes de Elizabeth, nas seções 18 e 19, impunha 10 dias de cadeia a quem pagasse salários acima dos legais, e 21 dias a quem os recebesse. Uma lei de 1360 tornou as penas mais severas, e autorizava o patrão a recorrer à coação física, para obter o trabalho de acordo com a tarifa legal” (Marx, 2008, p.852).

O colonialismo foi um dos meios mais violentos de acumulação. Milhões de nativos foram mortos e escravizados para exploração das minas e expropriação das suas terras. O saque e a pilhagem são as marcas do período de exploração das américas, das Índias orientais e da China. Estes que viviam sob formas de sociedades não capitalista sentiram através da fome, da coação, do estupro e do roubo de suas terras a voracidade de destruição de sua cultura para se tornarem um mercado para as manufaturas dos países europeus capitalistas, um processo que Rosa Luxemburgo (1984) detalha como sendo uma etapa para se chegar a acumulação do capital industrial nos países colonizados, o qual veremos com mais detalhes a frente.

Marx descreve o sistema de crédito público como uma das

alavancas mais poderosas e dissimulante da acumulação primitiva. Sua origem está nos comércios de manufaturas marítimo como uma forma criadora de capital, sem que o capitalista corra riscos em suas aplicações. Seus títulos são facilmente transferíveis e suas parcelas pagas através da arrecadação de impostos gerando lucro fácil e certo, isso sem contar sua fácil transferência, a qual, funciona como dinheiro. “A dívida pública criou uma classe de capitalistas ociosos, enriqueceu, de improviso, os agentes financeiros que servem de intermédios entre o governo e o estado” (p. 868).

Os impostos são mais uma forma de expropriação, sendo cobrados sobre os produtos de subsistência. Marx afirma que a tributação excessiva não é algo casuístico, mas princípio do sistema de tributação. Defendida para manutenção e controle da força de trabalho, sua combinação com um sistema protecionista gera mais exploração do povo, não só da própria nação, mas também de países submissos ou colonizados que têm alguns de seus ramos manufatureiros destruídos.

Marx caracteriza os meios propulsores da acumulação primitiva como mecanismos de uma etapa do período manufatureiro que se desenvolveu extremamente, mas que ficaram para trás, enfatizando como a história infantil da indústria. O trabalho irá seguir, a partir de agora, com a análise da acumulação do capital elaborada por Rosa Luxemburgo (1984), que estuda esses meios propulsores da acumulação primitiva para explicar que continuam desenvolvendo-se e tendo papel importa na acumulação do capital em período mais avançado do capitalismo.

Rosa Luxemburgo, cuja obra retrata um momento histórico posterior ao vivenciado por Marx, sobre o desenvolvimento do capitalismo reflete que o sistema entrou na sua fase imperialista monopolista. As disputas entre os grandes monopólios por domínio de mercado e das matéria-prima estavam colocadas no cenário mundial e o capital financeiro estava em processo de ex-

pansão. Essa disputa levaria o mundo a experimentar a primeira grande guerra entre as potências imperialistas. As forças produtivas passaram por um processo de avanço tecnológico e enorme crescimento da classe trabalhadora, as quais, tiveram grandes avanços na forma de organização e no método de luta, consequentemente, mais força política e conquistas de garantias trabalhistas nos países desenvolvidos.

Mesmo nesta etapa avançada do capitalismo, os métodos que serviram de alavanca para acumulação no período pré-capitalista nos países europeus, continuavam se repetindo e transformando as relações sociais de produção em regiões com formações sociais onde o trabalho assalariado não predominava. Assim como o capitalismo se originou na Europa ocidental a partir da desestruturção do sistema feudal, o capitalismo continuou sua marcha de acumulação em busca de territórios ainda não conquistados ou que, ainda, se reproduziam sob formas não capitalista de produção. Luxemburgo afirma que o capitalismo necessita de camadas sociais não capitalistas para expansão de mercado, para conquista dos meios de produção e exploração da força de trabalho pela imposição do trabalho assalariado e obtenção da mais-valia.

Estas sociedades onde não predominam as relações capitalistas são caracterizadas por um sistema econômico natural. Elas poderiam ser sociedades baseadas no comunismo primitivo, nômades ou na produção mercantil camponesa e artesanal (na Amazônia temos os povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e os camponeses que praticam relações de produção sem excedente, ou seja, não capitalistas). A característica mais importante delas é o vínculo entre os meios de produção e a força de trabalho em que a terra e o trabalhador são indissociáveis. Este tipo de economia, denominada de economia da natureza, foi fortemente atacada e destruída para que pudesse haver ambiente para acumulação do capital. Luxemburgo fornece exemplos históricos do processo de ataque as economias naturais, que mostra a nova

política de colonização da América e da Ásia. Vejam os objetivos econômicos da colonização:

1) Apossar-se diretamente das principais fontes de força produtivas, tais como terra, caça das florestas virgens, minérios, pedras preciosas e metais, produtos vegetais exóticos, como a borracha etc.;

2) “Liberar” força de trabalho e submetê-la ao capital, para o trabalho;

3) Introduzir a economia mercantil;

4) Separar a agricultura do artesanato. (Luxemburgo, 1984, p. 32)

Assim como na “infância do capitalismo”, o processo de separação dos meios de produção do trabalhador, seja ele o camponês ou o artesão, para transformação dos meios de produção e força de trabalho em capital vai se prolongar em nível planetário chegando ao século XX sob novas configurações e de maneira muito mais rápida do que se deu no processo de substituição do feudalismo pelo capitalismo. Os novos territórios foram invadidos, seu povo violentado e expulso, por onde passou a nova colonização e deixou rastro de fome e miséria aos nativos ou, até mesmo, povos que foram exterminados. A violência sempre foi aplicada como primeiro recurso. Luxemburgo deixa claro que não se trata mais de acumulação primitiva, mas de processo que prossegue inclusive em nossos dias. Os mecanismos de geração de dívidas pública, por meios de empréstimos, combinada a impostos abusivos configurou formas de assegurar a capitalização de mais-valia produzida nos países europeus. Se trata de circuito de relações que dão continuidade ao processo de acumulação.

Os países colonizados emprestam capital para compra dos meios de produção dos países credores para instalação de infraestrutura (máquinas, portos, ferrovias, etc), pensados a partir das necessidades dos colonizadores, que exploraram a força de trabalho assalariada para extração de mais-valia. Articulan-

do isso com a política protecionista, estabelece uma divisão do trabalho entre a colônia, exportadora de produto extrativista ou semimanufaturado, e o país colonizador, exportador de meios de produção e de produtos industrializados para realização de mais-valia no novo mercado consumidor.

Acumulação do capital se dar pela conquista de novos territórios ainda inexplorados pelo modo de produção capitalista, é preciso chegar nos mais diferentes lugares do planeta e subjugar e destruir as formas primitivas ou não capitalistas, é nesse processo de transição das relações de produção que há acumulação. O capitalismo, portanto, vive de formas econômicas não-capitalistas para acumulação, dela carece como meio nutriente para absorção (Luxemburgo, 1984).

David Harvey analisa a continuidade dos métodos de acumulação, que Marx denominou como primitiva, para compreender suas características e suas consequências no campo econômico, político e social e como isso determina uma nova forma da ação imperialista mundial. Harvey denomina esse processo contínuo de acumulação descrito por Marx e Luxemburgo de Espoliação agregando métodos modernos e sua importância para solucionar momentaneamente o problema da sobreacumulação de capitais.

A sobreacumulação é identificada pela falta de oportunidade de investimento lucrativos de capitais, sendo assim, capital excedente que não consegue ser reinvestido no processo de reprodução expandida. Nesse momento a acumulação por espoliação é o meio para liberar ativos (matéria-prima ou força de trabalho) para injetar o capital excedente. A reprodução expandida e a acumulação por espoliação se tornam as faces da mesma moeda (Harvey, 2005).

Portanto uma relação orgânica entre reprodução expandida e acumulação por espoliação. Esta relação é compreendida pela dialética interior-exterior, o capitalismo desenvolve-se a partir de ativos internos que sofrem uma intensificação de exploração pro-

movidos por avanços tecnológicos e por ativos externos, algo que está fora do sistema reprodução de mais-valor. Este último precisa ser apropriado, interessa, por exemplo, a invasão de terras indígenas para exploração das riquezas minerais. Desse modo, o capitalismo imperialista não deixou de se desenvolver, como também, se aprofundou e se reorganizou mundialmente a partir de outra liderança pós segunda guerra mundial que é o Estados Unidos até hoje.

Harvey destaca que a partir de 1973 a acumulação de espoliação toma uma maior importância para garantir o investimento de capital excedente. Após um período de retomada do crescimento econômico mundial com a reconstrução dos países europeus envolvidos na segunda guerra, a economia se viu novamente em meio a uma crise de sobreacumulação de capitais. O que exigiu uma nova intensificação da espoliação organizada e estruturada através da doutrina neoliberal levando a uma onda de liberalização, desregulamentação e privatização. O Estado, com seu monopólio da violência, freou ou aniquilou qualquer forma de resistência, ao mesmo tempo, que entregava o patrimônio público.

A acumulação por espoliação desenvolveu outros métodos para liberalização de ativos. O mapeamento genético constitui uma forma de saquear povos tradicionais, que por milhares de anos, usaram seus conhecimentos sobre a natureza para benefício comunitário; o direito de patente tem garantido a indústria farmacêutica grandes lucros explorando esse material genético. O desmantelamento de direitos sociais levou a apropriação privada dos fundos de previdência, sistema de saúde e educacional que levaram muitos anos de luta para se tornarem direitos garantidos pelo estado. Assim como, também, as formas de expressões da cultura popular se tornaram mercadoria.

Todas os métodos de espoliação podem se dar por meios legais, ilegais ou fraudulentos. O estado tem papel decisivo, pois, pode criar leis ou modificá-las para regulamentar a forma de ex-

ploração, assim como, provocar desvalorização de ativos para investimentos de capitais excedentes mais a frentes, um exemplo disso, foi as crises de 1973 e 1979 geradas pela ação premeditada dos Estados Unidos em retaliação a economia Alemã e Japonesa.

Mecanismos de acumulação por espoliação na Amazônia

Nesta parte do trabalho iremos detalhar e conectar as formas de exploração da Amazônia com a teoria da acumulação por espoliação. Como citamos no início, supomos que Amazônia está inserida na economia mundial, predominantemente, por métodos de espoliação. Começaremos pelo sistema de aviamento durante o primeiro ciclo da borracha, no início do século XX, e, posteriormente, os processos comuns desencadeados durante a ditadura militar que envolveu todos os grandes projetos da Amazônia: migração, expulsão de comunidades tradicionais e indígenas de suas terras e endividamento.

O sistema de aviamento e os investimentos de capitais estavam consolidados no início do século XX, o que possibilita ter um esquema consolidado da exploração. Neste período quem dominava o monopólio da borracha no mercado internacional era o imperialismo inglês. Nas cidades de Belém e Manaus havia filiais dos bancos ingleses e americanos que liberavam créditos para financiar a extração da borracha, investidos em infraestrutura (porto, usina elétrica, linhas de bonde e navegação a vapor) e a contratação da força de trabalho.

A cadeia do sistema de aviamento era baseada na dívida, configurada por um sistema de crédito. Os elementos da cadeia, começando pela base, era o seringueiro (extrator), seringalista (patrão), as casas aviadoras e as casas exportadoras. O capital estrangeiro entrava em ação através das casas aviadoras, estas forneciam aos seringalistas todo material (alimentos, instrumentos e outros utensílios) para extração e dinheiro para custear a força de trabalho. Por sua vez, o seringalista disponibilizava, antecipa-

damente, para os seringueiros alimentos, dinheiro e os instrumentos para extração do látex, tudo deveria ser pago com a produção do seringueiro, mas, na maioria das vezes, o seringueiro nunca conseguia pagar devido aos elevados juros acumulados no preço e, assim, a dívida se acumulava. Da casa exportadora ao seringalista cada um repassava os juros cobrado e embutia sua taxa de lucro. Dessa forma, tudo recaía sobre o seringueiro.

A partir dessa estrutura de exploração do seringueiro, afirmamos que este vivia sob condições de escravidão. Não havia liberdade, o seringueiro estava preso pela dívida, não apenas pela dívida em si, mas pela coação, eles eram vigiados e a tentativa de fuga era paga com a própria vida, ou era isso, ou morrer trabalhando para pagar uma dívida impagável. A mais-valia extraída foi tão enorme que proporcionou o enriquecimento da oligarquia regional, investimento em infraestrutura na região e acumulação de capital pelos países imperialistas. A força e trabalho foi formada por caboclos, indígenas e nordestinos. Os indígenas foram duramente massacrados e expulsos de suas terras, muitos se tornaram escravos e os que conseguiam fugir se isolavam cada vez mais na floresta Silva (2010). Os nordestinos migraram para trabalhar no seringal, iludidos pela propaganda dos governos dos estados Amazônicos de emprego e terra, muitos foram aliciados pelos seringalistas, que custeava as despesas da viagem, assim chegando endividados e submetidos as mais miseráveis condições de trabalho. Para eles não existia volta, estavam escravizados. Apesar das grandes áreas de terras para extração serem públicas, elas eram disponibilizadas para exploração privada. Onde existia uma forte organização do trabalho que determinava a otimização do tempo, da força e recursos e a maximização da produção, Silva (2010).

Consideramos que os métodos usados são semelhantes aos descritos por Marx, Luxemburgo e Harvey. A exploração da borracha na Amazônia é caracterizada por uma forte acumulação

por espoliação baseada na condição escrava do seringueiro e no sistema de crédito. O seringueiro estava submetido a uma extensiva jornada de trabalho e remuneração extremamente baixa que o colocava sua vida em risco.

Contudo esse processo de exploração da Amazônia não ficou restrito ao primeiro período de exploração da borracha do início do século XX. As mesmas características de espoliação se tornaram algo permanente ao longo da expansão do capital, principalmente, durante a ditadura militar.

Assim como o mundo todo estava sendo configurado de acordo com divisão internacional do trabalho imposta pelas potências capitalista, a Amazônia já era uma região pensada pelo imperialismo americano. A região é, aproximadamente, 60% do território brasileiro, com uma riqueza imensurável e estratégica no continente americano. Nunca esteve despercebida aos olhos dos capitalistas, sendo pensada, sempre, de fora para dentro. O próprio regime militar, período que será analisado, foi pensado de fora para dentro, a partir dos interesses econômicos, políticos e militares dos Estados Unidos, portanto, é lógico que definamos o que aconteceu durante a ditadura militar na Amazônia como o aprofundamento da inserção da região na acumulação mundial do capitalismo. E um dos primeiros passos para estruturar isso, foi a privatização das terras públicas, isso abriu terreno para todas as formas de investimento de capitais.

Segundo Loureiro e Pinto (2005), em meados da década de 1960 as terras amazônicas eram terras públicas da união ou do estado, terras de uso comum de ribeirinhos, indígenas, quilombolas, caboclos que viviam do extrativismo vegetal e animal. Para dismantelar isso, os governos militares promoveram a usurpação dessas terras públicas por meios legais e ilegais, lançaram incentivos fiscais e empréstimos para quem quisesse instalar projetos de exploração mineral, madeireiro e pecuário, projetos que dependem de grande extensão de terras, as quais,

foram paulatinamente sendo griladas. Parte dos empréstimos foram destinados para compra de terras para especulação imobiliária, ou foram investidos em empreendimentos em outras regiões do país, ou se quer foram investidos. O governo militar mudou a legislação, criou decretos e medidas provisórias (MP 05 e 06 de 06/06/1976 e o Decreto nº 1164 de 1971) que legalizaram terras griladas e impulsionaram injustiças que recaíram sobre posseiros e os povos originários da floresta, que viram suas áreas sendo invadidas violentamente por madeireiros, garimpeiros e pecuaristas. Assim a grilagem se tornou o meio de apropriação e concentração de terras na Amazônia. As terras eram colocadas em lote de grandes dimensões a disposição dos investidores, esses por sua vez, ampliavam ilegalmente o tamanho das áreas e vendia como terra privada a terceiros, que, novamente, ampliavam a áreas por meio da grilagem, a mesma área era vendida a mais de um comprador. Todas essas falsificações eram realizadas com a conivência do estado, assim, em uma década as terras públicas se tornaram terras privadas por meio de fraudes.

A privatização das terras amazônicas era um requisito essencial para acumulação capitalista, a terra precisa se tornar capital. Sem isso ficariam indisponíveis para sua valoração, mercantilização e concentração. Portanto, se estabeleceria a separação da força de trabalho dos meios de produção ou de subsistência, seja dos povos tradicionais da floresta ou de qualquer massa de trabalhadores que chegassem das diferentes regiões do Brasil para os grandes projetos.

Para instalação de grandes empreendimentos havia a exigência de infraestrutura (portos, aeroportos, estradas e usinas de energia) que seria responsabilidade do Estado. Para tanto foram necessários empréstimos, aumento da dívida pública e mobilizar força de trabalho necessária para exploração, ou seja, formação de um mercado da força de trabalho na Amazônia.

A migração de trabalhadores de outras regiões tem duplo ob-

jetivo, primeiro, formação da força de trabalho e, segundo, para reduzir as tensões sociais existentes em outras regiões do país, principalmente, dos estados nordestinos. A migração durante a ditadura militar foi incentivada pela propaganda mentirosa de terra fácil e, também, pela construção de rodovias (BR 230 e a BR 163) para facilitar o acesso a região amazônica.

Algumas das condições atrativas para os investimentos de capital na região era a existência de força de trabalho barata, fraca legislação trabalhista, coerção contra as comunidades tradicionais ou originárias e precária organização política da classe trabalhadora. O regime militar facilmente imporia estas condições e muitas outras para facilitar o processo de expansão do capital. Tivemos vários casos de violência contra indígenas, camponeses e ribeirinhos cuja consequência foi quase sempre a expulsão de seus territórios.

Segunda Novaes et al. (2013), a construção da Hidrelétrica de Tucuruí, iniciada no final da década de 1970, envolveu expropriação, deslocamentos forçados e violento controle político e grande destruição ambiental. Houve reassentamento forçado como recurso de compensação em razão da inundação, porém, muitos ribeirinhos e camponeses não foram reconhecidos como atingidos. A consequência foi a implosão das formas sociais pré-existent, pescadores, extrativistas e agricultores. Eles tiveram seus territórios, cultura e suas relações econômicas destruídas e forçados a uma nova e brutal realidade. A pesca, meio de subsistência de gerações na região, foi impactada pois a barragem alterou o ciclo reprodutivo dos peixes e dificultou o acesso ao rio. Os indígenas da etnia Akrãnkatejê, Assurini e Parakaña foram sistematicamente sabotados, seus territórios foram invadidos por madeireiros, ocorreu assassinatos de lideranças, implantação de projetos de mineração e estradas em suas terras. Além do estado promover a violência, também agiu para favorecer latifundiários e madeireiros para que obtivessem acesso as melhores terras.

Um elemento importante para consolidação e resolução dos conflitos gerados pelos esquemas corruptos foi a violência do Estado, articulada com a pistolagem na região. A pistolagem não foi algo criado a revelia do Estado e combatido por ele. Nasceu da conivência do Estado que dividiu seu monopólio de uso da violência com os grandes empresários que estavam dispostos a defender seus latifúndios de posseiros ou expulsar pequenos colonos para tomar a terra. Segundo relatório da Pastoral da Terra, o estado do Pará é o campeão de mortes no campo consequentes de conflitos agrários. Infelizmente a história do Pará nos últimos 50 anos está marcada por chacinas, massacres e mortes de lideranças indígenas e camponesas. A pistolagem originou-se e consolidou-se, durante a ditadura, como um elo importante na estrutura fraudulenta de terras na Amazônia que envolve empresários, políticos, agentes públicos e a polícia. A consequência foi a constituição de milícias rurais que aterrorizam e controlam, até hoje, territórios rurais na Amazônia.

Milícias e “seguranças” incumbiam-se, a um só tempo, da expulsão de moradores locais e de resguardar a terra recém-adquirida contra novas ocupações pelos migrantes que acorriam à Amazônia ... Após a ditadura, o Estado não conseguiu mais recuperar para si o poder que havia antes delegado ou repartido com os fazendeiros, suas milícias privadas, grileiros etc. Essa é a origem central da pistolagem na Amazônia: a repartição do poder do Estado com os integrantes e defensores do capital que se instalou na região desde os anos 70 do século passado, sob o olhar tolerante e muitas vezes conivente do Estado (Loureiro e Guimarães, 2007, p. 231).

O elemento fundamental para financiamento dos grandes projetos na Amazônia foi a captação de recursos via endividamento externo. As grandes obras que marcaram a ação da ditadura militar (projeto Carajás, construção da Transamazônica, hidrelétricas e crédito para setor privado) foram construídas a partir de forte endividamento, elemento de aprisionamento e subordinação de um povo aos mandos do imperialismo que, a par-

tir das cláusulas e condições do empréstimo, determina como e de que forma é gasto tal recurso. Os empréstimos também foram usados para o desenvolvimento da indústria no sudeste do país.

O período que se inicia com o governo do General Geisel é marcado pelos efeitos da crise do petróleo de 1973 e que posteriormente se aprofundou com a crise de 1979, no governo Figueiredo. Essas duas crises são marco internacional na reorganização do projeto político internacional que resultou na ascensão do projeto neoliberal. Mas em que isso afetou a Amazônia? A subida dos preços do barril do petróleo, matriz energética mundial, levou ao encarecimento do custo da produção capitalista o que, de certa forma, preocupou os capitalistas que viram suas margens de lucro reduzidas. Uma forma de compensar seria diminuir o custo de matéria-prima e da força de trabalho. Os direitos dos trabalhadores foram atacados mundialmente, mas, no caso brasileiro, havia a Amazônia com incrível potencial de exploração que precisaria intensificar sua “função” de fornecedora de matéria-prima. O Brasil por mecanismos contratuais da dívida e, porque os militares aceitavam qualquer tipo de ordem do imperialismo americano, aceitaram intensificar a exploração dos recursos naturais da Amazônia sob as novas diretrizes internacionais, de priorizar a exportação de matéria-prima ou no máximo de semi-manufatura. Assim a região Amazônica ficou submetida à brutalidade do colonialismo americano.

Em meio à crise internacional do petróleo os empréstimos aos países subdesenvolvidos, como o Brasil, se tornavam oportunidades para escoar capitais excedentes que estavam imobilizados nos países desenvolvidos, seja pela valorização dos juros da dívida, ou, pelas condições, como já citamos, das cláusulas impostas aos que dependem dos empréstimos tais em como e onde aplicar o capital e a compra de bens de capital (máquinas e insumos) de quem emprestou. O endividamento pode parecer fruto de uma decisão interna de um governo, mas na verdade, ela é

imposta de fora para dentro e aplicada por governos laicos como foram os governos dos generais.

Por último, comentamos sobre o trabalho escravo que surgiu com muita força durante o regime militar na Amazônia. Ele é caracterizado pela situação de trabalho assalariado de superexploração que compromete a vida do trabalhador que é mantido em tal situação pela coação. Se mantém até hoje, relacionado com o desmatamento da floresta para formação de pasto de grandes empreendimentos de conglomerados nacionais e internacionais que foram incentivados pelos governos militares. Com base em um modelo concentrador, gerou os latifúndios que nos dias atuais configuram grande parte da região amazônica.

O cenário político, também, foi um elemento propulsor do trabalho escravo. Durante o regime autoritário as formas de organização da classe trabalhadora foram atacadas, lideranças políticas mortas ou presas. Qualquer reivindicação era interpretada como movimento subversivo e contra a ordem estabelecida. Isso levaria a um estado de injustiças e de extrema exploração da força de trabalho, principalmente, no campo. A repressão do estado e a força política dos fazendeiros, aliados da ditadura, foram adubo para o crescimento do trabalho escravo. Isso não foi um fenômeno só da Amazônia, porém, foi a região em que mais se proliferou. Segundo Martins (1995) ocorreu trabalho escravo em 431 fazendas de 1970 a 1993 e dessas, 308 estavam localizadas na Amazônia; ao todo foram mais de 85 mil trabalhadores escravizados. Algumas dessas fazendas estavam ligadas a bancos, empreiteiras e empresa automobilística.

O trabalho escravo não é como muitos pensam uma forma de exploração do período colonial que permanece, até os dias de hoje, como uma forma não capitalista persistente. O trabalho não livre, garantido pela coação, não é incompatível com o sistema capitalismo, dependendo do momento é a forma em que se materializa a produção de mais-valor, reduzindo ao máximo

o custo com a força de trabalho e ampliando sua jornada de trabalho a patamares que colocam a vida do trabalhador em risco.

Infelizmente o trabalho escravo na Amazônia perpetua. Está ligado a extração ilegal de madeira, que por métodos fraudulentos são regularizadas para entrar no mercado nacional e internacional. Também está relacionada a produção de carvão vegetal que alimenta os fornos da indústria de extração mineral, além de continuar ligada a derrubada da floresta para formação de pasto ou plantio de soja. Segundo observatório para erradicação do trabalho escravo, entre 1995 e 2008 foram realizados 50 mil resgates por órgãos ligados ao Ministério do Trabalho.

Conclusão

A região Amazônica passou e passa por um processo intenso de acumulação por espoliação estreitamente interligado com interesses das grandes potências imperialistas; o imperialismo inglês, no período da borracha, e o americano, Pós Segunda Guerra, com a ditadura militar implantada em grande parte dos países na América Latina, incluindo o Brasil. Os mecanismos de acumulação - que colocam as riquezas amazônicas integradas a produção de mais-valor e, por sua vez, ao lucro dos capitalistas - combinam métodos antigos, que estiveram na origem da formação do capitalismo e que se inovaram, com formas sofisticadas.

O uso de métodos fraudulentos e violentos não significam que estamos em uma formação atrasada ou em uma etapa transitória para um capitalismo mais evoluído na Amazônia. Eles caracterizam a acumulação por espoliação como parte orgânica do processo de reprodução do capital. Podem ocorrer a qualquer período e em qualquer região, até mesmo no interior dos países desenvolvidos, como por exemplo, as privatizações do transporte, telecomunicações, terras, água, saúde e educação que ocorreram nos países de capitalismo avançado, com o receituário neoliberal.

Para se gerar a acumulação por espoliação é necessário po-

der político. Assim, o Estado, através dos governos militares, cumpriu o papel de propulsor dos mecanismos de espoliação da Amazônia. Com o monopólio da violência, que lhe constitui como definidor da legalidade, interveio na legalização de fraudes, violentando povos tradicionais e originários da floresta, como, também, no financiamento de toda infraestrutura para instalação dos projetos.

A Amazônia como reserva de *commodities* para o sistema de produção de mais-valor tem fundamental importância, pois, uma das formas de manter as taxas de lucros é injetar no mercado matéria-prima de baixo custo, para compensar as dificuldades de exploração com a força de trabalho mais organizada nos países desenvolvidos.

Um dos aspectos das análises que refletimos está intimamente ligado com a importância das lutas dos povos que enfrentam estes mecanismos da acumulação por espoliação. Estes movimentos são os povos indígenas que lutam contra a mineração, a invasão por garimpeiros e madeireiros; os camponeses que enfrentam a violência dos latifundiários que grilam as terras e assassinam as lideranças através da pistolagem e das milícias rurais. Esses movimentos são estratégicos no combate a exploração capitalista na região Amazônica e na defesa da floresta. Suas formas reprodução social, cultural e de produção são compatíveis com a sustentabilidade dos recursos naturais por meio do extrativismo artesanal e da agricultura familiar. A luta dos povos indígenas, quilombolas e camponesas, neste cenário, são lutas anticapitalista e anti-imperialista que os colocam na mesma trincheira com outros setores da classe trabalhadora que enfrentam a exploração do capital nos espaços da reprodução ampliada, como os operários nas fábricas. Não são apenas lutas identitárias no sentido pós-moderno, são lutas de enfrentamento com o capital no seu aspecto mais perverso.

Apesar de termos feito um estudo compreendendo dois pe-

ríodos econômicos que foram o início do século XX e o dos governos militares de 1964 a 1985, percebemos a atualidade dos conceitos marxistas para interpretar o que acontece no presente. A voracidade pelos recursos naturais da Amazônia intensificada através dos métodos de espoliação incentivados pelo governo ultra neoliberal de Jair Bolsonaro na atualidade, é exemplo disso. O Estado, mais uma vez, com o atributo de uso do monopólio da violência, utiliza o poder para definir e redefinir marcos legais que garantem o saque, a pilhagem, invasão das terras indígenas e a devastação da floresta. Os mecanismos de espoliação nunca deixaram de ser utilizados na Amazônia pelos governos democráticos pós ditadura. Mas o que estamos percebendo, é que poderão ser intensificados em um ritmo sem precedentes. Os dados sobre o desmatamento, no período de janeiro a março de 2020, bateram novos recordes, com aumento de 51,45%, em relação ao mesmo período de 2019, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – Inpe, e, por isso, há indícios de um novo aumento do trabalho escravo na região, ligado ao desmatamento. Além disso, não podemos esquecer o constante incentivo de Bolsonaro a exploração mineral nas terras indígenas, o que vem provocando a invasão por garimpeiros e o assassinato de lideranças indígenas. É um momento crucial para a classe trabalhadora, em todas as frentes, combater o projeto fascista e ultra neoliberal instalado e avançar num projeto anticapitalista, de emancipação humana, contra a barbárie da permanente acumulação por espoliação que o capitalismo impõe.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Rômulo. “Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta”: Getúlio Vargas e a revista “Cultura Política” redescobrem a Amazônia (1940-1941). *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, Belém, v. 5, n. 2, p. 453-468, maio-ago. 2010.

LEAL, Aluizio. **A(s) resistência(s) ao grande projeto na Amazônia.** Revista Pol. Públ. São Luís, Número Especial, p. 85-103, novembro de 2016.

LENIN, Vladimir I. **Imperialismo, fase superior do capitalismo.** São Paulo: Global, 1989.

LOUREIRO, Violeta R; GUIMARÃES, Ed Carlos. **REFLEXÕES SOBRE A PISTOLAGEM E AVIOLÊNCIA NA AMAZÔNIA.** Revista Direito GV, vol. 3, n. 1, p. 221- 246, Jan/Jun. 2007.

LOUREIRO, Violeta R; PINTO, Jax. **A questão fundiária na Amazônia.** Estudos Avançados, vol. 19, n. 54, São Paulo, May/Aug. 2005.

LUXEMBURG, Rosa. **A Acumulação do Capital:** volume 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984.(Os economistas)

HARVEY, D. (2005). **O Novo Imperialismo.** São Paulo: edições Loyola.

MARQUES, G. S. **Amazônia: riqueza, degradação e saque.** São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política:** livro primeiro: o processo de produção do capital: volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

NOVAES, Jurandi. et al. **Região de Tucuruí e mobilizações sociais no quadro das transformações resultantes da construção da UHE Tucuruí.** IV Jornada Internacional de Políticas públicas. 20 a 23 Agosto 2013 UFMA. São Luiz MA.

SILVA, José R. **Redes de aviamento da borracha e a organização espacial de Fortaleza do Abunã/Amazônia.** Rondônia: PPGG/UNIR, 2010 (Dissertação de Mestrado)

As revoltas escravas no Brasil e as influências da Revolução do Haiti

Danilo Serafim¹

“A liberdade é um direito dado pela natureza” (Toussaint Louverture)

Há um mito no Brasil, assim como Gilberto Freyre criou o mito da democracia racial, de que o negro brasileiro sempre foi resignado, subserviente e indolente e por isso nunca se insurgiu, nunca se amotinou e nunca se revoltou. Nada mais falso.

O quilombo de Palmares que seu núcleo original composto de quarenta cativos, todos provenientes de um mesmo engenho de açúcar em Pernambuco e subiram a serra da Barriga, na Zona da Mata, já no atual estado de Alagoas, em torno de 1597, um lugar rodeado de serras inteiramente despovoado. Palmares passou a designar não um único refúgio de escravos, mas uma extensa confederação de comunidades dos mais diversos tamanhos, vinculadas por acordo uma as outras, que conduziam seus próprios negócios, dispunham de autonomia e escolhiam seus líderes: o quilombo de Acotirene, cujo nome homenageava a matriarca e conselheira dos líderes quilombolas; o quilombo de Drambrabanga, um de seus principais líderes militares; o quilombo de Zumbi, título concedido ao líder religioso e militar da comunidade; o quilombo de Aqualtune e o de Andalaquituche, respectivamente os nomes da mãe e do irmão de Zumbi; quilombo de Subupira, base militar dos quilombolas; a Cerca Real do Macaco, o maior e mais importante quilombo de Palmares, onde se localizava seu núcleo político e atuava sua autoridade central, Ganga Zumba, o “Chefe Grande”, que presidia o conselho constituído pelas lideranças dos quilombos e regulamentava os assuntos de

¹ Professor de Sociologia da rede pública do Rio de Janeiro e da coordenação da TLS/Sindical.

guerra e da paz. Até a Revolução vitoriosa e épica comandada por Toussaint Louverture no Haiti. A revolução em Saint-Domingue com duração de uma década e meia, esse importante processo de mudança social e política começou em 1789, em consequência da queda da Bastilha, na França, com demandas por autogoverno e direitos iguais para pessoas de cor livres na colônia franco-caribenha e em seguida, a revolução deu uma guinada radical, com o lançamento de uma imensa revolta de escravos em 1791, a única revolução vitoriosa de escravos africanos, que levou à abolição da escravatura pelas autoridades da colônia em 1793, e ao reconhecimento de que a população negra tinha direitos sócias e políticos iguais aos cidadãos brancos e mestiços. As revoltas escravas nas Américas levaram a queda do escravismo colonial o que os nossos livros de história não contam.

Conforme afirmou Ruth Benedict em *Raça, ciência e política*: “O racismo converteu-se em grito de guerra, época aguda do colonialismo e das disputas pela territórios conquistados ou a serem conquistados durante esse período nacionalista. A pátria, que necessitava de uma palavra de ordem aglutinadora, se outorgou um pedigree e um vínculo que levava a que qualquer homem podia compreender e sentir-se orgulhoso dele. O racismo foi, a partir daí, uma babel de vozes diferentes. Os franceses, os alemães, os eslavos, os anglo-saxões, todos produziram literatos e políticos consagrados a demonstrar que desde o princípio da história europeia, os triunfos da civilização devem-se exclusivamente a sua raça”.

A diáspora africana

Segundo Franklin W. Knigth, em *História Geral da África*, a diáspora africana constituiu um dos acontecimentos mais marcantes da história recente da humanidade. Esta migração, essencialmente consumada contra a vontade dos participantes, durou séculos com um rastro de jugo e de sangue. O Brasil foi o maior

importador de escravos africanos para as Américas. Ao longo de todo o período do tráfico negreiro, recebeu cerca de 38% do efetivo total de africanos introduzidos no Novo Mundo. A região, da América Latina e das Antilhas, absorveu ao total 86% do tráfico de escravos.

O estudo de Franklin W. Knight é bem preciso. Aproximadamente um milhão e meio de africanos desembarcaram na América durante o século XVII. Deste total, 41% foram ao Brasil, 35% para as colônias recém-fundadas pelos britânicos, holandeses e franceses (sobretudo no conjunto da região das Antilhas) e 22% tiveram o destino na América espanhola. Este período foi marcado pelo início do tráfico negreiro atlântico, perfeitamente organizado e fortemente alimentado por capitais. O século XVII correspondeu ao apogeu da migração dos africanos para as Américas. Do conjunto impressionante de africanos importados no século XVIII, a parte do Brasil foi de 31,3%, ou seja, mais de 1,8 milhão de indivíduos. Os Estados Unidos da América do Norte, receberam através do tráfico aproximadamente meio milhão de africanos, correspondentes a cerca de 4,5% do tráfico; mas, quando determinaram o final da escravatura em 1865, eles tinham uma população afro-americana de aproximadamente 4,5 milhões de indivíduos. Este grupo não equivalia senão a 7% da população local, embora representasse 40,5% do total de afro-americanos do continente.

O Brasil se tornou a maior sociedade escravocrata das Américas. O tráfico transatlântico de escravos e, a migração dos africanos respondia às centenas de demandas por mão-de-obra, com vistas ao desenvolvimento do potencial agrícola das terras recém-descobertas e igualmente explicavam-se em razão da possibilidade em se obter africanos na África. A maioria dos africanos que chegaram as Américas foi, portanto, utilizada em complexos latifundiários agrícolas. Representou o período das sociedades baseadas no latifúndio agrícola, nas plantações de cana de açúcar.

Ou seja, uma sociedade onde os escravos ocuparam lugar central na estrutura da produção, das relações de poder e propriedade, tornando-se a população escravizada vinda da África uma parcela significativa da população. No século XVIII, iniciou-se o mais sombrio período de aviltamento e exploração dos africanos no Novo Mundo. O Brasil continha pelo menos um milhão de escravos em 1810 e eles representavam 40% ou mais da população.

A vitoriosa revolta escrava de 1791 em São Domingos foi um divisor de águas, armando o sistema escravocrata para que o exemplo da insurreição de escravos da colônia francesa do Caribe não desencadeasse um processo revolucionário de escravos naquelas sociedades escravocratas. A Revolução Haitiana destruiu a mais lucrativa colônia europeia nas Américas e criou um Estado negro, transformando o Haiti num símbolo de resistência escrava e de igualdade racial. O fantasma do Haiti atemorizou os brancos em toda a América e também no Brasil, o que levou ao endurecimento do controle da escravaria e ao racismo e ao ódio a negritude. Tanto que o Brasil (1888) e, nas Antilhas, a Jamaica, principal ilha produtora de açúcar, e Cuba (1886), estão entre os últimos países a abolir a escravidão.

A lutas sangrentas pela liberdade

Como afirma Franklin W. Knighth, em *A diáspora africana*, em 1810, a situação começara a inexoravelmente evoluir para a sociedade escravista americana, cujas as instituições pouco a pouco desabariam interna e externamente. A liberdade política conferia aos americanos brancos uma maior margem de gestão dos seus próprios assuntos, o interesse econômico, os sentimentos humanitários e a incompatibilidade com o colonialismo, estes componentes formavam um curioso amálgama que, ao se combinar com a sede permanente de liberdade das populações assujeitadas, finalmente destruiu o sistema escravista americano.

A independência política dos Estados Unidos da América do

Norte após 1776, do Haiti 1804, das colônias espanholas do continente a partir de 1825, e do Brasil, em 1822, modificou profundamente, em sua dimensão política, o sistema escravagista e o tráfico negreiro, repercutindo além do quadro das particularidades de cada império, colônia ou Estado.

Porém, é Robin Blackburn em *A queda o Escravidão Colonial 1776-1848*, que faz a análise mais acurada. Segundo ele, o período entre 1776 e 1848 testemunhou sucessivas contestações dos regimes de escravidão colonial levando à destruição quer da relação colonial, quer do sistema escravista ou de ambos em cada uma das principais colônias do Novo Mundo. A contestação do império e a contestação da escravidão eram, em princípio, projetos dessemelhantes e distintos. Todavia, neste período eles se entrelaçaram quando os colonos resistiram o domínio imperial e os próprios escravos tentaram explorar qualquer enfraquecimento do aparato de controle social. Todas as potências coloniais permitiram a escravidão e todos os sistemas escravistas estavam integrados em um ou outro império transatlântico. A escravidão em grande escala nas plantations havia se desenvolvido no Caribe no século XVII, como resultado do empreendimento privado e da iniciativa independente; de algumas décadas de autonomia virtual, os donos de plantations conquistaram a proteção interessada da Inglaterra ou da França, potências que tinham poder naval suficiente para manter acuados piratas, corsários e rivais coloniais. Os novos sistemas escravistas desenvolveram-se dentro do arcabouço colonial e geraram grandes lucros comerciais e receitas alfandegárias para a metrópole imperial.

Para Blackburn, o fato de que o abolicionismo levou à emancipação dos escravos tende a ser aceito sem investigação. Assim, o abolicionismo é entendido como justificativa do avanço capitalista, da propagação de um modelo de sociedade de mercado e da confiança burguesa no progresso. A escravidão não foi derrubada por motivos econômicos, mas sim quando se tornou políti-

camente insustentável. Lutas militares e políticas intensas dentro das potências atlânticas e entre elas criaram condições nas quais a escravidão pode ser combatida com sucesso onde fora mais importante em 1770. Os sistemas escravistas derrubados no período entre 1776 e 1848 não foram atingidos por interesses econômicos rivais, condenados por não contribuírem mais para o acúmulo de capital, nem privados de existência pela pressão do mercado. As sólidas fileiras da burguesia, nas ocasiões em que apoiaram a escravidão, inclinaram-se para uma espécie moderada de abolicionismo. Os sistemas escravistas pereceram em lutas de classe tempestuosas, nas colônias e nas metrópoles.

Eric Hobsbawm em *A Era das Revoluções*, diz que “a Revolução Francesa é assim a revolução do seu tempo, não apenas uma, embora mais proeminente, do seu tipo. E suas origens devem portanto ser procuradas não meramente em condições gerais da Europa, mas sim na situação específica da França. Sua peculiaridade é talvez melhor ilustrada em termos internacionais”. A Revolução Francesa estimulou a rebeldia negra no continente americano por vias diretas e indiretas. A Revolução Francesa decretou a libertação dos escravos nas colônias francesas em 1794, mas Napoleão restabeleceu a escravidão oito anos depois. Entre 1791 e 1804 aconteceu na colônia francesa de São Domingos, a única revolução escrava bem-sucedida nas Américas, influenciada de imediato pelos acontecimentos revolucionários daquele país. Os escravos aproveitaram-se das divisões de classe e raça na colônia, dos conflitos políticos na metrópole e da retórica revolucionária do momento, combinada com as tradições trazidas da África.

O Haiti era a colônia mais produtiva das Américas, além de produzir café, cacau, anil, algodão, a colônia francesa produzia, sobretudo, o açúcar, tornando-se a mais competitiva das colônias. Nessa produção havia meio milhão de escravos, ou seja, uma maioria de africanos. Meio milhão de escravos negros, que

trabalhavam nas plantações e nos engenhos, era dominado por trinta mil brancos, incluindo os proprietários e seus auxiliares (feitores, técnicos, vigilantes...). Além dos negros e brancos, havia um segmento minoritário de mulatos livres, porém submetidos a todos os tipos de agressões e extorsões cometidas pelos brancos escravocratas.

O tratamento dado pelos escravistas e seus comandados diretos era terrivelmente cruel contra os escravos africanos. Um tipo de trabalho que esgotava rapidamente as energias dos escravos, alimentação escassa, moradia insalubre, longas jornadas de trabalho forçado sob o açoite dos feitores, qualquer insubordinação era duramente castigada. Os mais rebeldes e indisciplinados sofriam ao ponto de serem enterrados de pé, apenas com a cabeça para fora, assim imobilizados, acabavam mortos depois de sofrer a horrível tortura de ter o rosto lentamente devorado por insetos e abutres. Esses ingredientes perversos foram ao longo do tempo tornando combustível para a revolta e o levante escravo que estava por vir. O regime escravista de São Domingos se identificava, sob muitos aspectos com o do Brasil.

Em *The Black Jacobins*, C.L.R. James determina o impacto da revolução do Caribe sobre os acontecimentos na metrópole e explora a fusão extraordinária de tradições e impulsos diferentes conseguida em São Domingos na década de 1790. A história de James esclarece o funcionamento essencial do capitalismo, do racialismo, do colonialismo e da escravidão e as complexas lutas de classes que provocaram em São Domingos; transmite uma sensação maravilhosa de irrupção das massas na história. Com sensibilidade afinada com as forças cosmopolitas da época, ele segue o impulso revolucionário transatlântico a cruzar o oceano de São Domingos e Paris e de volta ao Caribe. As rebeliões do começo do século XIX, no continente americano, tiveram um caráter antiescravista e anticolonialista.

De acordo com a análise de Robin Blackburn, “a negociação

da aliança entre a insurgência escrava e o republicanismo francês na década de 1790 mudou a história da escravidão do Novo Mundo ao transformar os dois lados para a aliança. Levou à construção do poder e do governo negro que derrotou as duas principais potências imperiais da época: a Grã Bretanha e a França napoleônica. O emancipacionismo revolucionário do Caribe francês não se confinou nas promessas vagas e a manumissão dos não nascidos, mas derrotou o que fora o sistema escravista mais bem-sucedido das Américas. A figura de Toussaint Louverture gravou-se na imaginação da época, enquanto os exércitos que criou demonstraram o espírito incontestável dos que haviam derrubado a escravidão”. O impacto da Revolução Haitiana no Caribe e no resto das Américas inspirou grupos de escravos e pessoas de cor livres e ajudou a radicalizar uma parte dos patriotas hispano-americanos.

O ensaio de Eugene Genovese, *From Rebellion to Revolution* (1979), explora o desenvolvimento do antiescravismo dos próprios escravos e argumenta que seu alcance e sua trajetória foram transformados durante a época da revolução democrática burguesa. Genovese ressaltou que a própria resistência escrava adquiriu significado e potencial novos no contexto das lutas revolucionárias da década de 1790. Houve uma “politização” incipiente da resistência escrava quando ela assumiu formas que buscavam e podiam garantir a emancipação geral. Nas condições do mundo atlântico do início do século XIX, isso teve de tomar a forma de uma legislação apoiada por um eficaz Estado territorial.

Eduardo Galeano, em um célebre artigo publicado em 18 de outubro de 2011, revela o seguinte: ao longo de todo o século XIX, o exemplo do Haiti constituiu uma ameaça para a segurança dos países que continuavam a praticar a escravatura. O Haiti foi o primeiro país onde se aboliu a escravidão. Contudo, as enciclopédias mais conhecidas e quase todos os livros de história atribuem à Inglaterra essa histórica honra. É verdade que certo

dia o império que fora campeão mundial do tráfico negreiro mudou de ideia; mas a abolição britânica ocorreu em 1807, três anos depois da revolução haitiana, e resultou tão pouco convincente quem em 1832 a Inglaterra teve de voltar a proibir a escravidão.

Para Jacob Goreneder, em tese o liberalismo europeu defendeu o trabalho livre, o mercado de trabalho de assalariados juridicamente livres. Defendeu a eliminação das injunções feudais, do pagamento da corveia; enfim, de todos os tributos característicos do sistema feudal. Mas é preciso lembrar que o próprio Adam Smith não era contra a escravidão nas colônias. Ou seja, o próprio liberalismo europeu nasceu sob esta contradição. A própria Revolução Francesa decretou a libertação dos escravos, porém como já foi dito acima, oito anos depois Napoleão restabeleceu a escravatura. Para Goreneder, o próprio liberalismo inglês e francês, padeceu dessa contradição, que talvez não seja uma contradição entre o liberalismo e o escravismo, mas somente a incorporação do escravismo como integrante do sistema colonial. Goreneder enfatiza: “trabalho livre na Europa, escravidão nas colônias americanas”.

Nada tem de novo o menosprezo pelo Haiti. Há dois séculos, sofrendo desprezo e castigo. Thomas Jefferson, prócer da liberdade e dono de escravos, advertia que o Haiti dava mau exemplo, e dizia que se deveria “confinar a peste nessa ilha”. Seu país ouviu. Os Estados Unidos demoraram 60 anos para reconhecer diplomaticamente a mais livre das nações. Já Thomas Jefferson o dissera: do Haiti, provinha a peste da rebelião. Na Carolina do Sul, por exemplo, a lei permitia prender qualquer marinheiro negro enquanto o seu barco estivesse no porto, devido ao risco de contágio da peste antiescravista. Thomas Jefferson, um dos principais líderes da emancipação dos Estados Unidos, foi redator da declaração de Independência, segundo a qual “todos os homens são iguais”. No entanto, Jefferson era grande proprietário de escravos e não via nisso incoerência, pois julgava os negros pertencendo

centes a uma raça de inteligência inferior.

As insurreições escravas no Brasil

No Brasil, essa peste chamava-se “haitianismo”. Aqui no Brasil chamava-se de haitianismo a desordem e a violência. Os donos dos braços negros se salvaram do haitianismo até 1888. Nesse ano o Brasil aboliu a escravidão. Foi o último país do mundo a fazê-lo. Durante a primeira metade do século XVIII, a escravidão no Brasil experimentou uma vigorosa expansão nos meios rural e urbano, em paralelo à intensificação do tráfico de escravos. A economia açucareira se recuperava de um longo período de estagnação, aproveitando agora um mercado internacional ampliado a partir da Revolução do Haiti (1791-1804), uma vitoriosa revolta que aboliu e desmontara a economia agroexportadora mais rica da colônia europeia do Caribe. Os engenhos brasileiros prosperaram com intensidade a partir de 1830, tiveram que enfrentar a competição crescente e acirrada de Cuba. No entanto, a lavoura de café, instalada na região sudeste, já começava sua ascensão para se estabelecer como carro-chefe da economia recém-inaugurada nação do Atlântico Sul.

Para João José Reis e Flávio dos Santos Gomes, mais do que alimentar sonhos de liberdade nas senzalas e barracos brasileiros, o Haiti nutriu pesadelos em casas senhoriais, nos palácios governamentais e clubes liberais. Na conjuntura da Independência do Brasil, várias vozes apegadas à ordem advertiam sobre a possibilidade de uma reprodução doméstica do fenômeno haitiano, caso se aprofundassem as divergências entre portugueses e brasileiros. O temor do chamado haitianismo atravessaria muitas décadas do século XIX. Imagem que, ainda em 1867, uma autoridade do Maranhão invocou por temer que os brancos fossem massacrados durante uma revolta no município de Viana. Na ocasião os escravos desceram o quilombo São Benedito para sublevar as senzalas das fazendas vizinhas. O fantasma do Haiti

assustou os brancos brasileiros durante muito tempo.

O sistema escravocrata brasileiro foi marcado por extrema violência. Um exemplo regular era o famoso “quebra-negro”, castigo muito utilizado para “educar escravos novos” ou recém-adquiridos e que, por meio da chibata pública e outras sevícias, ensinava os cativos a sempre olhar para o chão na presença de qualquer autoridade. A razão de submeter os escravos era para que não se façam insolentes, e para que não busquem traças e modos com que se livrem da sujeição de seu senhor, fazendo-se rebeldes e indômitos. A violência do sistema de escravidão era explicado a partir da necessidade do uso exclusivo da coação. Com uma atividade produtiva, repetitiva, cansativa e extremamente laboriosa, por si, já era violenta. O trabalho escravo impunha a introjeção da autoridade do senhor e do capataz uma sensação constante de medo, lograda pelo castigo disciplinar muitas vezes aplicado coletivamente. Punições públicas, tronco exemplar, a utilização do açoite como forma de pena de humilhação, os ganhos e pregas no pescoço para evitar as fugas nas matas, as máscaras de flanders para inibir o hábito de comer terra e assim provocar o suicídio lento e doloroso, as correntes prendendo ao chão; constituiu-se, no Brasil, uma arqueologia da violência que tinha por objetivo constituir a figura do senhor como autoridade máxima, cujas marcas, e a própria lei, ficavam registradas no corpo do escravo. Um sistema como o escravismo moderno só se enraíza com o exercício da violência. Da parte dos proprietários, a sanha contínua que visava à sujeição e obediência cegas para o trabalho. Da parte dos escravos, a reação se dava a partir de gradações que iam das pequenas insubordinações diárias e persistentes até as grandes revoltas e quilombos.

Cada quilombo tem sua história. O quilombo era uma sociedade alternativa ou paralela de trabalho livre fincada no conjunto do escravismo colonial. O seu principal agente social era o negro escravo inconformado com as torpezas do regime escravocrata

perverso e o ato de fuga era o preço de sua liberdade. A maior comunidade de escravos fugidos e que sobreviveu mais tempo na América Portuguesa, foi a de Palmares. As revoltas representaram o estilo mais radical de protesto coletivo dos escravizados, embora não fossem tão frequentes como os quilombos. De acordo com João José Reis e Flávio dos Santos Gomes em *Revoltas Escravas no Brasil*, “até a virada do século XIX, o Brasil não conheceu grandes revoltas escravas, salvo se definirmos a formação de quilombos como revolta”.

O artigo escrito por Luiz Felipe de Alencastro, “Palmares: batalhas da guerra seiscentista sul-atlântica”, a luta de Palmares teve cunho internacional. Para ele, a revolta começou de fato no outro lado do Atlântico, onde o autor busca encontrar os fios que conectam o grande quilombo às guerras luso-africanas na Angola do século XVII. Sem estas, Palmares não existiria, ou se existisse, teria outro perfil, argumenta o historiador, buscando estabelecer um sentido sul-atlântico àquela longa sociedade de negros e negras fugidos e seus descendentes, que desafiou seriamente a sociedade colonial e o escravismo na América portuguesa. Por suas dimensões e seus enfrentamentos contra os senhores e outras forças coloniais, Palmares se qualificaria, enquanto durou, como uma espécie de revolta permanente.

Clóvis Moura destaca que “o quilombo caracteriza-se basicamente pela sua conotação radical, como expressão de radicalidade diante do escravismo. Essa radicalidade vem da própria essência da sociedade escravista. Nela, não pode haver posição de negação a não ser se ela for radical. O escravo – ao negá-la – só podia fazê-lo radicalmente. Ele tem de passar subitamente da condição de coisa à homem livre. O escravismo não lhe dá a oportunidade de meio-termo. Por isto, essa passagem no sistema tem que ser radical. Para ele não há possibilidade de uma meia posição. E por isto é que somente negando radicalmente o escravismo na sua essência ele adquire a condição de homem livre. O

quilombola é o homem que adquire, pela sua posição radical, a sua liberdade, ele não pode ser meeiro, camponês, posseiro ou arrendatário. Só pode ser homem livre ou escravo”.

Em *Revoltas Escravas no Brasil*, João José dos Reis e Flávio dos Santos Gomes afirmam que, o incremento da importação de africanos a partir do início do século XIX favoreceu a revolta de escravos no Brasil. Uma alta proporção de escravos na população e de africanos natos entre os escravizados reforçou a identidade coletiva e a percepção de força diante das camadas livres, mormente quando os cativos tinham perfis étnicos comuns. As revoltas e conspirações escravas na Bahia na primeira metade do século XIX, em número superior a três dezenas, foram promovidas por cativos de origem africana, em especial *Haussás e nagôs*, que formavam grandes colônias étnicas na região, chamadas no Brasil de “nações”, como o eram em toda a América: *nación, nation, natie etc.* Da mesma forma que no Caribe setecentista, o vínculo entre concentração étnica – africanos de igual nação – e revolta se verificou na Bahia, embora não fosse o único fator a concorrer para a rebeldia.

João José Reis, relata em seu livro, *Rebelião Escrava no Brasil. A História do Levante dos Malês em 1835*: “Na noite do dia 24 para 25 de janeiro de 1835, um grupo de africanos escravos e libertos ocupou as ruas de Salvador, Bahia, e durante mais de três horas enfrentou soldados e civis armados. Os organizadores eram malês, termo nagô pelo qual eram conhecidos na Bahia da época os escravos mulçumanos”. Ainda Segundo João José Reis, “a rebelião teve repercussão nacional e internacional. No Rio de Janeiro uma notícia detalhada chegou ao público por meio de periódicos que publicaram o relatório do chefe da polícia da Bahia. Temendo que o exemplo baiano fosse seguido, as autoridades cariocas estreitaram a vigilância sobre os negros locais, sobretudo na Corte Imperial. Além de disseminar o medo e provocar o aumento do controle escravo em todo Brasil, os rebeldes também reavivaram

os debates sobre a escravidão e o tráfico de escravos da África, agora vistos com olhos mais críticos. Em Londres, Nova Iorque, Boston e provavelmente outras cidades da Europa e das Américas, a imprensa também publicou relatos do levante. A África teve conhecimento do fato por intermédio dos numerosos libertos para ali deportados como suspeito pelas autoridades baianas”.

De acordo com o autor, “a seriedade com que as classes dirigentes encararam a rebelião se revela na extensa devassa que se fez. Esses processos resultaram numa formidável coleção de documentos sobre o movimento e os africanos que viviam na Bahia, fossem rebeldes ou não. Mais uma vez a história dos dominados vinha à tona pela pena dos escrivães de polícia. A qualidade e a quantidade desses documentos tornaram-nos um testemunho extraordinário sobre a escravidão urbana e a cultura de origem africana nas Américas. Foram mais de duzentos interrogatórios documentados de africanos que falaram, além da rebelião, de aspectos de sua vida cultural, social, econômica, religiosa, doméstica e até amorosa”.

No entanto quem melhor retrata a revolta de escravos na Bahia, suas vidas e culturas, assim como as repercussões internacionais dos levantes de escravos, é o professor Pierre Verger no clássico *Fluxo e Refluxo, do tráfico de escravos entre o golfo do Benim e a Bahia de Todos-os-Santos, do século XVII ao XIX*. Foram inúmeras as revoltas e rebeliões de escravos na Bahia de 1807 a 1835, culminando com a grande Revolta do Malês em 1835. Se não, vejamos: “Em 1835 aconteceu a última e mais grave sublevação de toda essa série de insurreições. Ficou conhecida sob o nome de Revolta dos Malês. A Revolta deveria ocorrer na madrugada de 25 de janeiro de 1835, num domingo. O momento foi particularmente bem escolhido, pois era aquele em que se celebrava a festa de Nossa Senhora da Guia (oito dias depois da festa do Senhor do Bonfim). Muitas pessoas da cidade iam fazer a vigília na igreja do

Bonfim e passar a noite na península de Itapagipe. A hora prevista aquela em que os escravos saíam das casas para buscar água nas fontes públicas. Assim, poderiam juntar-se em grande número aos insurretos. O plano tinha sido inteligentemente estabelecido. Os revoltosos deveriam provocar incêndios simultâneos em diversos pontos da cidade para desviar a atenção da polícia e da tropa e tirá-las de suas casernas, e deviam aproveitar a confusão para ataca-las e desarmá-las”. Como é de conhecimento histórico, o plano foi frustrado na véspera a partir da denúncia de uma mulher nagô emancipada de nome Guilhermina Rosa de Souza, e a rebelião acabou desbaratada, tendo os seus principais líderes condenados à morte e os participantes de levante presos, torturados e muitos deportados de volta para a África.

Par as elites brasileiras, para os escravistas e para a maior parte do povo livre, uma coisa era certa: os escravos deviam ser controlados. É fato a que as revoltas escravas aumentaram e se tornaram frequentes no último século de escravidão no Brasil. Elas aconteceram em vários lugares além da Bahia. Nas terras diamantinas de Minas Gerais. No Rio de Janeiro, de Paty do Alferes em 1838, coração cafeeiro do sudeste escravista, conhecida como a insurreição de Manoel Congo, que aterrorizou a região do vale do Paraíba Fluminense, especialmente as cidades de Vasouras e Valença. Mas não só. A Revolta de Manoel Congo fez tremor Barra do Piraí, Barra Mansa, Paraíba do Sul e Piraí. Aconteceram fugas massivas de escravos e insurreições em menores proporções nas Regiões de Santa Maria Madalena, Campos dos Goytacazes, São João da Barra e Paraty. Em 1867, em Viana, Maranhão, ocorreu uma das mais importantes rebeliões de escravos no Brasil, gestada a dos quilombos da redondeza. No século XIX, nenhuma região brasileira possuiu tantas comunidades de fugitivos como o Maranhão. Em 1880 a província da São Paulo, em especial o oeste e o noroeste paulistas, também assistiu uma série de rebeliões escravas e à eclosão dos chamados quilombos

volantes.

Mario Maestri, no artigo “Insurreições escravas no Rio Grande do Sul (século XIX)”, relata a resistência de escravizados: fugas, quilombos, rebeliões e insurreições. Nesse artigo, Maestri relata que: “O confronto entre proprietários foi sempre momento favorável para fugas e revoltas dos cativos. De 1835 a 1845, o Rio Grande foi dilacerado por uma guerra civil promovida pelos estanceiros escravistas do sul da província e do norte do Uruguai. Por sua duração e intensidade, ela enfraqueceu a submissão serviu, facilitando aquilombamentos e fugas para além-fronteiras. Durante a guerra, os cativos foram arrolados em grande número nas forças farroupilhas, já que os livres proprietários e pobres resistiam a morrer pela República. No final do conflito, africanos, afrodescendentes, nativos e gaúchos compunham a maior parte das tropas rebeldes. Após a guerra, anotou-se pouco menos de mil cativos possivelmente homiziados no Uruguai. Escravizados teriam fugido em menor número para Santa Fé, Corrientes e Entre Rios e, até mesmo, para Bolívia e o Paraguai. Muitos quilombos surgiram naqueles anos no Sul”.

A luta pela libertação dos escravos durou dezenas de anos. E foi uma luta muito difícil, cuja história ainda está para ser contada. Os escravizados jamais abriram mão de serem agentes de suas vidas. Os escravizados não se comportavam como coisas. Criaram laços de afeição entre si, associações religiosas e sociais e redes de comunicação. A batalha abolicionista institucional teve quatro momentos fundamentais: 1831, 1871, 1884 e 1888. Esses quatro movimentos marcaram momentos dramáticos. A chamada lei do Ventre Livre de 1871, que declarava livres os filhos de escravos que nascessem a partir de 28 de setembro daquele ano, apresentada pelo Visconde do Rio Branco, chefe do Partido Conservador, foi duramente combatida no Parlamento e passou com muitas dificuldades. Os acanhados efeitos da Lei do Ventre Livre só fizeram crescer e intensificar a campanha abolicionista. Mul-

tiplicaram-se por todo o país os jornais e clubes do movimento, assim como os comícios e conferências, onde, além da propaganda feita, arregimentavam-se novos militantes e arrecadava-se donativos. Advogados prestavam assessoria jurídica e recorriam a ignorada lei de 7 de novembro de 1831, que extinguiu o tráfico negreiro, para moverem processos judiciais, muitas vezes bem sucedidos, requerendo a libertação de escravos ilegalmente introduzidos no Brasil após aquela data; Luis Gama conseguiu a libertação de mais de mil escravos com este artifício. A Abolição imediata e incondicional passava a ser exigida sem rodeios ou medidas paliativas. Não bastasse a situação desumana advinda da escravidão esse processo foi também recheado de uma forte campanha de injúrias promovida pelos senhores de escravos e seus agentes contra o movimento abolicionista no Brasil. Em 3 de maio de 1888, o deputado conservador João Alfredo de Oliveira apresentou um à Assembleia Geral um projeto que propunha a Abolição imediata, mediante a indenização, e na condição de permanecerem libertos trabalhando até a passagem da safra e de se fixarem por seis anos no município em que estivessem estabelecidos. A bancada abolicionista que era maioria no Parlamento repudiou tal medida e um novo projeto de lei foi encaminhado no dia 07 de maio; composto por apenas dois artigos. O primeiro declarava extinta a escravidão no Brasil e o segundo revoga as disposições em contrário. Assim em 13 de maio, o projeto transformou-se na Lei Áurea, assinada pela regente, Isabel, libertando cerca de seiscentos mil escravos no Brasil.

Os escravocratas de ontem são os mesmo de hoje! Essa história não terminou!

Um ano após a abolição da escravatura, foi proclamada a República no Brasil em 1889. O novo sistema político, não assegurou ganhos materiais ou simbólicos para a população negra. Os escravos libertos foram excluídos do novo sistema político e de

todas as formas de participação social e econômica em função das preferências em favor dos imigrantes europeus, quando já se desenvolvia o chamado racismo científico, ou seja, a “teoria do branqueamento”. O sistema escravista colonial e o legado da escravidão deixou uma elite de latifundiários e uma pequena elite de altos burocratas, primeiro subordinada à Inglaterra e depois aos Estados Unidos. Havia nessa elite um sentimento e um complexo de inferioridade colonial, uma frustração por não ser europeia. A herança da escravatura foi a desigualdade econômica e social, que constituiu uma ampla maioria de brasileiros pobres, vivendo à margem do sistema agrário-exportador, marcas deixadas pelo período da escravidão e da ordem escravista. Surgiu um sub proletariado rural e urbano originado da escravidão que até os dias atuais vivem à margem da sociedade exposto a todo tipo de vicissitudes. Essa raça, como são chamados e tratados pela polícia, pelo sistema de forma geral, uma parcela excluída de todas as oportunidades materiais e simbólicas, que tem nome, João, José, Maria, mas não tem sobrenome, e é diferenciada, sobretudo, pela cor de sua pele.

A partir da década de 1930, no contexto, da construção de uma identidade nacional que valorizasse a interação social entre as diferentes etnias formadoras da população brasileira o antropólogo Gilberto Freyre desenvolveu a tese que o Brasil seria uma sociedade no qual haveria um convívio harmonioso entre as diferentes raças, que ele cunhou o termo de “democracia racial”.

Para a chamada democracia racial, o fenômeno da mestiçagem era consequência da convivência “salutar” e “democrática” entre pessoas de “raças” diferentes. Segundo Lélia Gonzales, Freyre e outros estudiosos, impressionados pelas diferenças mais notáveis entre os sistemas raciais do Brasil e dos Estados Unidos, desenfatazaram a discriminação racial e seus efeitos na mobilidade social do negro. Com as seguintes conclusões: existe preconceito no Brasil, mas é mais preconceito de classe do que de raça;

a forte consciência das diferenças de cor não está relacionada à discriminação; estereótipos e preconceitos negativos contra o negro são manifestados mais verbalmente do que a nível do comportamento; e outras características tais como riqueza, ocupação e educação são mais importantes que a raça na determinação das formas de relacionamento interpessoal. Essa perspectiva de um comportamento racial tolerante no Brasil fortaleceu a crença de que no país não haveria preconceito nem discriminação econômicas e sociais racial, mas sim oportunidades econômicas e sociais equilibradas para as pessoas de diferentes grupos raciais ou étnicos. O Brasil passou a ser tomado como um modelo a ser seguido, quando comparado com países como a África do Sul (apartheid) e Estados Unidos (Jim Crow – separados porém iguais) em que a segregação era visível social e legalmente. Os escravocratas de hoje são os mesmos que relegam a massa de descendentes africanos, ao desemprego, ao subemprego, a miséria, a moradia nas favelas, a superlotação das prisões e a violência cotidiana. Por isso o Quilombo vive!

E como afirma Clóvis Moura, “o quilombo de hoje aparecerá como unidade de protesto e de experiência social, de resistência e reelaboração dos valores sociais que a sociedade latifundiário-escravista se manifestou. A quilombagem foi que desgastou, sem interrupção, o Poder escravista, foi o único movimento que se contrapôs com eficiência social, cultural e militar à escravidão, mesmo que ocasionalmente derrotado. O Poder da Quilombagem por isto, nunca foi definitivamente destruído e só terminou quando terminou a escravidão”. Essa história não acaba aqui.

Referências bibliográficas

VERGER PIERRE. *Fluxo e Refluxo: Do tráfico de escravos entre o golfo de Benim e a Bahia de Todos os Santos do século XVII ao XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021

FRANQUILIN W. KNIGHT. *A diáspora africana, História Geral da África. África do Século XIX à década de 1880*. Editor J.F. ADE AJAYI, UNESCO; Cortez Editora, 2011.

ROBIN BLACKBURN. *A Queda do Escravismo Colonial 1776-1848*. São Paulo: Record, 2002.

JOSÉ REIS E FLÁVIO DOS SANTOS GOMES. *Revoltas Escravas no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

JOÃO JOSÉ REIS. *Rebelião Escrava no Brasil, A História do Levante dos Malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CLÓVIS MOURA. *A Quilombagem como Expressão de Protesto Radical*. Fonte: <https://edisciplinas.usp.br>. Transcrição: Fernando Araújo, 2001.

LILIA MORITZ SCHWARARCZ E HELOISA MURGEL STARLING. *Brasil uma Biografia*. São Paulo: Companhia das Letras 2018;

C.L.R. JAMES. *Os Jacobinos Negros: Toussaint de Louverture e a Revolução de São Domingos*. São Paulo: Boitempo, 2010.

SUDHIR HAZAREESINGH. *O Maior Revolucionário das Américas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

JACOB GORENDER. *Liberalismo e Escravidão*. *Marxismo* 21. Entrevista a *Estudos Avançados*, v. 16 n, 46. São Paulo, Set./Dez. 2002.

EDUARDO GALEANO. “O Haiti e a Maldição Branca”, *Página 12*, Buenos Aires, Fonte: <http://www.teleios.com.br>, 4 abr. 2004.

ERIC J. HOBSBAWN. *A Era das Revoluções 1798-1848*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

A marcha da FNL levantou uma bandeira vitoriosa

Israel Dutra¹ e Nathália Bittencurt²

Foram 70 km de caminhada de Sorocaba até a capital paulista, durante seis dias. A mobilização envolveu cerca de 1.500 ativistas, entre camponeses pobres, lutadores por moradia e movimentos sociais que saíram em apoio. O saldo é de um triunfo, do início ao fim. A ideia de realizar uma marcha deste tipo foi ameaçada pelo governo e pela Justiça a todo momento, com intimações, interditos e outros expedientes. O fato é que arrancou do governo estadual uma reunião com a Secretaria de Segurança Pública e o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) logo no terceiro dia de caminhada.

No Movimento Esquerda Socialista, nossa organização política, estamos orgulhosos de ter apostado no potencial de marchar ao lado dos lutadores pela terra desde o início. Atuamos dentro das fileiras do PSOL e com a vanguarda lutadora de movimentos sociais e da juventude, esforço esse que cumpriu um papel determinante para que a marcha tenha se tornado realidade.

Quando novos personagens entram em cena

A marcha foi preparada por uma nova onda de ocupações de terra na região do Pontal do Paranapanema, que começou em junho deste ano. A ofensiva da FNL no oeste paulista chamou a atenção dos movimentos sociais e do governo paulista, que há muitos anos não via novas ocupações com centenas de famílias surgirem a cada semana, se transformando em grandes acampamentos organizados com militantes determinados a resistir para conquistar um pedaço de chão para morar e trabalho para

¹ Sociólogo, secretário-geral do PSOL, membro da Direção Nacional do partido e do Movimento Esquerda Socialista (MES).

² Jornalista e militante do MES em Porto Alegre-RS.

prover seu sustento.

Esse método de luta social trouxe de volta à mesa o debate histórico sobre a Reforma Agrária no Brasil. Grande parte de nosso território é formado por terras ociosas, enquanto há milhares de famílias sem ter onde morar. Da mesma forma, tampouco há incentivo para a agricultura familiar que resiste e produz parte fundamental dos alimentos nas regiões urbanas. Hoje, com o retorno do país para o mapa da fome mundial, é urgente encarar a Reforma Agrária como eixo na solução para o combate à insegurança alimentar e à pobreza.

As cenas da marcha na beira de estrada lembraram em muito as grandes marchas pela reforma agrária protagonizadas pelo MST nos anos 90. Contudo, o Brasil mudou muito de lá para cá. O cenário é outro.

No Brasil de Bolsonaro, com Nabban Garcia (fundador e organizador das milícias rurais da UDR) à frente da Secretaria de Assuntos Fundiários, aumenta a tensão na luta no campo. Uma parte do agronegócio, com base no Pontal do Paranapanema e no centro-oeste brasileiro, é base fundamental dos atos fascistas, como assistimos no 7 de setembro em Brasília.

Estamos numa conjuntura muito grave do ponto de vista da crise social. Alta dos preços, combustíveis. A indignação popular ainda está represada. A entrada em cena da FNL rompe esse dique e demonstra um exemplo para centenas de milhares que estão sofrendo com as mazelas da profunda crise social. As ocupações rurais e urbanas devem se multiplicar.

Um caminho cheio de lições

A jornada de preparação até a marcha foi longa. Em outubro, cerca de 40 movimentos, entre partidos, coletivos de juventude, sindicatos, centrais sindicais e associações, realizaram uma plenária de mobilização em São Paulo. O encontro, impulsionado pelo MES, aproximou setores sociais importantes para ampliar

o apoio à marcha e às bandeiras da FNL, assim como fortalecer a campanha de arrecadação financeira independente e incentivar as caravanas de dentro e de fora do estado a participar deste momento histórico.

Já na terça-feira à noite, centenas de ativistas se concentravam no km 79 da rodovia Castelo Branco, em Sorocaba. Na quarta-feira, mais de mil marchantes surpreenderam no primeiro dia de caminhada, demonstrando organização, disciplina e sobretudo orgulho de trazer a cultura de marchar de volta às ruas do país. Ao mesmo tempo em que a juventude presente transmitia apoio e fortalecia laços de camaradagem com os lutadores do campo, os militantes da FNL ensinavam sobre combatividade e garra para os novos ativistas, que até então não conheciam este método de luta social – a não ser por alguns livros de História.

A marcha andava entre 10 e 14 quilômetros, em média, diariamente e sempre com partida nas madrugadas. A chegada não significava pausa, pelo contrário. Havia um acampamento a ser montado, para que as refeições do dia e o descanso da noite contasse com um pouco de conforto aos marchantes. Partir de madrugada para chegar no próximo ponto de parada ainda com o sol não tão escaldante, é uma tática para tentar poupar o esforço das famílias que carregam suas crianças e idosos nas fileiras da marcha. A FNL ensinou sobre auto organização e coletividade.

Na sexta-feira, 12, a reunião com o secretário de Segurança Pública, João Camilo Pires de Campos, e representantes do ITESP, intermediada pelo então deputado estadual Raul Marcelo (PSOL) demonstrou a força da marcha. O governo se comprometeu a fazer as demarcações das áreas públicas reivindicadas pela Frente, além de iniciar o cadastro das milhares de famílias acampadas ainda em novembro, entre outras medidas. A chegada em Barueri, no sábado, foi comemorada com uma grande plenária com o conjunto dos ativistas.

Uma parceria que deu certo

No domingo, o fechamento da marcha teve seu auge no Sindicato dos Metroviários, onde todos os marchantes se encontraram. Encerrar a marcha com um ato político dentro da tradicional sede dos metroviários, um local constantemente ameaçado pelo governo paulista, também foi um ato de resistência e um gesto que simbolizou a solidariedade ativa entre os lutadores do campo e a categoria metroviária, reconhecida por sua combatividade e greves históricas na cidade. A aliança MES e FNL, como falou o companheiro Marron, dirigente da FNL de Alagoas, é “um casamento que deu certo”. Mesmo com o cansaço de muitos dias de luta, o encerramento foi emocionante e renovou a disposição de luta do movimento.

A marcha encerrou mas as atividades da FNL não pararam por ali. Na segunda-feira, um grande ato marcou a fundação de um núcleo da Frente na zona sul da capital paulista, no Grajaú. O 15 de novembro foi um dia preparado para levar às ruas as reivindicações populares e o **Fora, Bolsonaro**. No entanto, ao longo de outubro e das últimas semanas, a mobilização do conjunto dos movimentos sociais foi desmontada pelos partidos e coletivos que insistem em aguardar o desfecho da eleição presidencial de 2022, à reboque da agenda lulista. Assim, a marcha da FNL também afirmou-se como alternativa.

No dia seguinte, já completando uma semana de mobilização, a FNL surpreendeu com atos políticos descentralizados em Campo Grande, Brasília, Porto Alegre e Maceió. A agenda nacional de mobilização pressionou pela desapropriação das terras já vistoriadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), um processo que foi totalmente paralisado durante o governo Bolsonaro. Em Campo Grande, onde estava o coordenador nacional da FNL Zé Rainha, cerca de 300 militantes marcharam pela capital. “O que move a luta é a necessidade. Não basta ter vontade se se na prática não buscarmos a luta como

caminho e a aliança com os lutadores do povo.” – alertou o coordenador da FNL no MS, Beto.

A luta por liberdade continua

A FNL também tem batalhado na Justiça contra a perseguição política. O processo ilegal que condenou Zé Rainha e Claudemir Novais à prisão, novamente, gerou uma campanha nacional pela liberdade dos coordenadores de outras lideranças regionais também perseguidas pelos latifundiários e pelo Estado, como Diolinda Souza. O direito de lutar pela terra e pela reforma agrária também é uma pauta fundamental não somente para a militância da FNL, mas para todos que também enxergam no governo Bolsonaro uma ameaça constante para os movimentos sociais que se organizam para defender direitos. Nós seguimos com essa campanha de defesa da liberdade dos que lutam.

Todos nós aprendemos e contribuímos no processo de construção da marcha. A parceria entre MES e FNL tem demonstrado, através da mobilização e incentivo à ocupação de territórios públicos, e agora com a marcha, que somente com combatividade e iniciativas coletivas é possível enfrentar governos autoritários como o de Bolsonaro. Somente assim será possível destravar a Reforma Agrária e retomar o debate sobre a função social da terra no Brasil e impulsionar a resistência aos ataques do governo federal. Nesta visão em comum sobre a urgência da luta, que não pode aguardar definições eleitorais, se baseia também a aliança entre MES e FNL. Vamos por mais.

